



SENADO FEDERAL

PEDRO SIMON
SENADOR

REFLEXÕES PARA O BRASIL DO SÉCULO 21

BRASÍLIA – 2008

Simon, Pedro.

Reflexões para o Brasil do século 21 / Pedro Simon. –
Brasília : Senado Federal, 2008.

403 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Ética política. I. Título.

CDD 320.08

*Ao Tiago,
Ao Tomaz,
Ao Pedrinho,*

Pela minha ausência.

Ao Matheus,

Pela sua presença.

*“Ninguém é tão forte que nunca tenha chorado.
Ninguém é tão fraco que nunca tenha vencido.
Ninguém é tão auto-suficiente para nunca ser ajudado.
Ninguém é tão inválido que nunca tenha contribuído.
Ninguém é tão sábio que nunca tenha errado.
Ninguém é tão errado que nunca tenha acertado.
Ninguém é tão corajoso que nunca teve medo.
Ninguém é tão medroso que nunca teve coragem.
Ninguém é tão alguém que nunca precisou de ninguém.”*

Autor desconhecido

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	11
1. Requerimento	18
2. Fé e política	21
3. O Parlamento: a legitimidade popular ou o precipício político	31
4. Ética e prática política	44
5. Ficha suja	59
6. Eleições limpas	66
7. Uma CPMI à luz dos fatos	72
8. Sobe!	81
9. Corrupção: gênese e apocalipse	84
10. Barbárie e corrupção: para onde nós viemos? .	89
11. Operação mãos limpas, versão brasileira	103
12. As pequenas sementes	113
13. A mídia e a multiplicação da barbárie	119
14. O Papa, a mídia e a Fazenda da Esperança	130
15. Uma boa notícia	138
16. A TV pública: canal de consolidação da democracia.....	147
17. Carta aberta para Rosa Cristina	155
18. O mapa da violência: o Iraque é aqui	159

19. Clandestinos	166
20. Hoje, o Brasil de amanhã	170
21. Um registro único, um único País	174
22. Brasileirinho	180
23. Crianças: um futuro que nasce e, nem sempre, sobrevive	191
24. A Vale: quanto valia?	202
25. A floresta amazônica: “autoridades” ou “batedores”?.....	214
26. Ainda “não há vagas”, no lugar do “precisa-se”	223
27. A UNE: uma história de luta	226
28. Aos jovens políticos da UNB e do Brasil	230
29. Onze de agosto: o outro dia da independência .	235
30. Cuba: la vida es sueño, y los sueños, sueños son ...	241
31. A bênção, Heloisa Helena	249
32. Oscar Niemeyer: Em todas as línguas e em todos os sotaques	259
33. Teotônio Vilela: vigor de Deus	266
34. Darcy Ribeiro: uma obra (in)acabada	268
35. Betinho, o semeador	271
36. Josué de Castro: a geografia da fome	274
37. Dom Ivo, o gigante da esperança	282
38. Dom Aloísio: humanidade e solidariedade	288
39. Chico Pinto: um autêntico verdadeiro	294
40. Artur da Távola: sensibilidade poética e política	298
41. Jefferson Peres: irmão, amigo e companheiro ...	304
42. Crônica de uma catástrofe vivenciada	312
43. Dois mundos	319
44. O Brasil no mapa do luxo	330

45. A comoção, a indignação e a frustração: com a palavra, os jovens	341
46. Família, escola, igreja e nação: pelo resgate dos melhores valores e referências	355
47. Um novo projeto de País	365
48. Reage, Brasil	377
49. Eu tenho fé	387
50. Ata	393
Anexos: Um exercício de cidadania	397

APRESENTAÇÃO

No início de 1997, Mário José Josino voltava para casa, na Favela Naval, em Diadema, Estado de São Paulo, depois de mais um dia de trabalho como conferente de almoxarifado. Cansado e descrente do transporte público, Josino, como era mais conhecido, pediu carona para um amigo, o mesmo que o deixara, das outras vezes, numa esquina, ou numa rua, próxima à sua morada singela, que dividia com a mulher, Josélia e o filho, ainda pequeno, que o esperavam, naquele dia, também como das outras vezes.

Triste ironia, no mesmo lugar onde o ônibus lhe deixaria, se a empresa não se negasse passar por aquelas estreitas vielas, quem sabe se por desdém ou se por medo, Josino e seus amigos encontraram a polícia, a mesma que deveria protegê-los, por direito de cidadania. Teria sido um dia como outro qualquer, não fora uma câmera oculta, a registrar, som e gesto, um tapa no rosto assustado que acabara de receber ordens de “desça, de mãos para cima”. Mas, esta foi, apenas, a primeira cena. Outras se seguiram, ainda mais violentas, até culminar no disparo fatal, a queima-roupa, dado pelo soldado “Rambo”.

As cenas, pela televisão, invadiram corações e mentes durante um longo tempo. Aquele tapa, naquele rosto

negro, calou no fundo da nossa alma. Eu disse, na época: “Como é difícil, ó Pai, oferecer a outra face”. Parecia, também, que o soldado “Rambo” não havia, apenas, atirado no Josino, pelas costas. Na verdade, o sentimento era de que ele tinha disparado contra todos os brasileiros, de frente.

Mas, tamanhas comoção e indignação se transformaram, parece, em mais um drama da vida real, durável, apenas, enquanto sustentaram os índices de audiência. Pouco se sabe, hoje, sobre o paradeiro da família do Josino, ou do soldado “Rambo”. Pior, nada se sabe sobre quantos terão sido os Josinos e os Rambos, em outros pés de morro do País, que não viraram notícia, nem audiência, por não terem, nem mesmo, uma câmera oculta, para substituir a clandestinidade das nossas retinas. Pior: para turbinar as nossas naturais comoções e as nossas necessárias indignações.

Outras comoções vieram, entretanto. Um índio Pataxó foi incendiado em um ponto de ônibus da Capital do País. Dormia, sem saber que a floresta de cimento também tem as suas “bestas-feras”. Bem longe do alcance de suas flechas, hoje substituídas pela dádiva de um prato de comida e da pensão que, naquele dia, já houvera cerrado as portas. Foi atacado pelas tribos dos tempos modernos, verdadeiras gangues urbanas a praticar delitos porque “não sabiam que ele era, apenas, um índio”.

Veio a Gabriela, mãos entrelaçadas para formar o símbolo da paz, sonhos abortados por uma bala perdida. Ou, a Luciana, que, como a mesma Gabriela, também sonhava

ser enfermeira, “para salvar vidas, principalmente as que mais necessitam”, não importa se brancos, como o “Rambo”, negros, como o Josino, ou índios, como o Pataxó. Mais uma bala, e essa não se sabe se mirada ou, igualmente, perdida, invadiu o pátio da universidade onde se ensinava, e se aprendia, curetar feridas humanas.

Vieram, enfim, tantos outros casos. O da Irmã Dorothy, o da Alana, o da Priscila, o do Jefferson, o do Daniel e, no exato momento em que escrevo esta linha, o do João Roberto, três anos, metralhado dentro do carro dirigido pela mãe, confundida com bandidos, no Rio de Janeiro. Além dos de centenas de anônimos, muitos deles cujos nomes eram assim como apelidos, porque, oficialmente, nem existiram, por falta de registro civil. Morreram, sem terem nascido. Passaram, ocultos, pela retina institucional.

No início de 2007, exatos dez anos depois do tapa e do tiro da Favela Naval, após uma seqüência de outras “esquinas que se dobraram” no esquecimento, um menino foi arrastado pelas ruas da “Cidade Maravilhosa”, ante o desespero da mãe, Rosa Cristina. Foram dias, semanas, meses de manchetes de primeira página. Horas de gravações e de “entradas ao vivo”. Rios de tinta. E de lágrimas. Sessões inteiras de discursos nos parlamentos. Em 2008, a Isabella. Se não falharem as investigações, tudo indica que o próprio pai vestiu-se, também neste caso, de “Rambo”. Atirou quem deveria proteger. No caso, não era um pé de morro, mas a janela de um edifício de classe média. Em junho deste mesmo ano, os três adolescentes, entregues

(imobilizados, pelos soldados do Exército, estes mobilizados, igualmente, para proteger o “cimento social”), como “presentes”, aos narcotraficantes do “Estado paralelo” da favela rival. Rival e Naval, mais que meras rimas. Não importam os seus nomes. Chamemo-nos, todos, portanto, de “Josinos”.

De repente, a gente se dá conta de que, a cada dez horas, uma criança é morta no País, na grande maioria dos casos pela própria família. E percebe que a questão da “proteção” é, cada vez mais, sensível e precária, no Brasil. Na família, deteriorada. E pelo Estado, desmontado. Daí, a violência, a milícia e o “Estado paralelo”. Não é à toa que o Brasil tem um dos maiores índices de homicídios de todo o planeta. A vítimas fatais somam, aproximadamente, cinqüenta mil por ano. Algo como se uma cidade do porte de Niterói, com seus cerca de quinhentos mil habitantes, tivesse sido eliminada do mapa, desde a tragédia da Favela Naval, há pouco mais de dez anos.

Muita coisa foi arquivada no “esquecimento”, nestes últimos tempos, além da Favela Naval, daquela rua do Rio de Janeiro, do edifício de São Paulo, ou dos Morros da Providência e da Mineira. Afinal, onde ficam, o que aconteceu, e onde foram arquivados na nossa memória, os dramas de Curionópolis, de Eldorado dos Carajás, de Acari, de Vigário Geral, de Carururu, de Santa Genoveva, e de tantos outros lugares e fatos que alimentaram a nossa comoção, duradoura enquanto turbinaram os índices de audiência?

Percebi como é recorrente, também, nos meus discursos, o tratamento de outros temas, além daqueles que

se referem, fundamentados na igual recorrência da mídia, à barbárie humana. Corrupção, ética na política, mídia, são bons (ou maus) exemplos. Esses temas foram consolidados em outras publicações, nos últimos dez anos. Resolvi, então, incentivado pelas inúmeras solicitações de exemplares que tenho recebido, selecionar e consolidar alguns dos artigos já publicados, e adicionar outros mais recentes, também baseados nos meus discursos na Tribuna do Senado Federal, que possam, na minha percepção, contribuir para o debate sobre o País que sonhamos, mais justo, mais humano, mais democrático. Procurei não alterá-los na sua substância. Pequenas inclusões, apenas, o suficiente para suscitar as devidas comparações. O próprio leitor se transportará no tempo, ao se deparar com as citações de tantos casos que já passaram pelas nossas retinas, e ele próprio refletirá o que mudou e, principalmente, o que não mudou, nestes pouco mais de dez anos. No caso de eventuais repetições, em diferentes textos, o objetivo foi o de reiterar aquela idéia, no respectivo contexto.

Chamei esta edição de “Reflexões para o Brasil do Século 21”. “Para o Brasil”, e não “sobre o Brasil”. É que, embora a maioria dos textos tenha sido moldada pelos contornos da barbárie, da corrupção, da perda de valores e de referências nestes nossos tempos, a intenção e o gesto da publicação carregam, em si, a minha fé em um País que mais se parece uma síntese da obra do próprio Criador. A minha esperança se move, se alimenta, e se renova, a cada encontro, individual ou coletivo, nas minhas andanças por este imenso País de contrastes. Há vida, além da barbárie, da corrupção, dos desvios éticos. Há vida, além do

“ibope”. Há vida, apesar da Administração Pública. Esta publicação é, portanto, um olhar otimista para o futuro.

O discurso parlamentar não pode se circunscrever à tribuna e aos Anais das casas legislativas. Nem ser remetido, apenas, aos historiadores do amanhã. Eles devem cimentar os alicerces da construção coletiva, principalmente para as gerações que hoje nascem e que, muitos deles, aqui estarão no despertar do século 22. Mas, também, muitos deles pouco testemunharão da história deste nosso século 21. Aliás, muitos já partiram, sem mesmo poder construir a sua própria história. Galdinos, como o Pataxó, também mais que uma rima com Josinos, como os meninos dos nossos becos, dos nossos pontos de ônibus, dos nossos morros, dos nossos edifícios, das nossas ruas e das nossas esquinas dobradas. Das nossas esquinas e das nossas retinas.

Ao mesmo tempo em que o planeta se debruça sobre seus graves problemas, o Brasil tem todas as condições de se levantar, como solução, em escala mundial. O planeta se debate com as conseqüências do aquecimento global. O Brasil tem a maior floresta, chamada por muitos de pulmão do mundo. O planeta se preocupa com a iminente escassez de água doce, causadora, quem sabe, das guerras do amanhã. O Brasil tem o maior rio. O planeta se inquieta com uma profunda crise de oferta de alimentos. O Brasil tem todas as condições de ser, efetivamente, o celeiro do mundo. Durante muito tempo, o Brasil foi chamado de "País do futuro". Pois é, o futuro chegou.

É este o objetivo desta nova publicação, com cinquenta textos selecionados: constituir-se em um conjunto de reflexões para o debate e a busca de idéias sobre o Brasil que desejamos. Eu tenho reiterado que as mudanças institucionais que o País tanto necessita não brotarão de dentro para fora, mas de uma grande mobilização da sociedade, como em outros momentos memoráveis da nossa história. “Diretas Já” e “Caras Pintadas” são dois dos melhores exemplos que mudaram a nossa trajetória. Mas, não se pode desconhecer a importância dos pequenos movimentos que se multiplicam, principalmente nas periferias das nossas cidades. Como na Escola Estadual Prado Lopes, na periferia de Belo Horizonte, onde os alunos, ainda adolescentes, tendo como referência a minha “Carta Aberta para Rosa Cristina”, mobilizaram toda a sociedade em torno dos principais problemas vivenciados pela comunidade local. A (boa) notícia, veiculada no jornal local, foi incluída no Anexo, a título de exemplo, e a experiência foi relatada no capítulo “As pequenas sementes”. Aliás, quem sabe possa ser, este, o outro nome desta publicação. Na esperança de que elas brotem, floresçam e nos dêem melhores frutos.

Senador *Pedro Simon*

1. REQUERIMENTO

Nos termos de todos os versículos da Bíblia Sagrada. De todas as religiões e de todos os credos. Nos termos de todos os capítulos de todas as Constituições. De todos os países, de todos os povos. Nos termos de todos os regimentos, dispositivos e parágrafos, requeiro à humanidade uma ampla reflexão, a título de exame de consciência, para recapitular os princípios que nortearam a criação do universo, notadamente quanto à obra edificada no sexto dia.

Tal requerimento se justifica nos acontecimentos veiculados pela imprensa mundial, nos últimos tempos, que contrariam os fundamentos que nortearam a criação do homem, à imagem e semelhança do próprio Criador.

A total desintegração das relações humanas e a banalização da vida têm, hoje, seus versos mórbidos cantados em todas as línguas e em todos os sotaques, e transpõem fronteiras geográficas. São versos que rimam fome com genocídio, poder com bombardeio, miséria com massacre. As expressões de dor pelo irreparável unem o Líbano ao Afeganistão, o Haiti a Botswana, o Zaire ao Zimbábue, os Estados Unidos ao Iraque, o Brasil ao resto do mundo. É a globalização da barbárie.

É por isso que, se todos os brasileiros elegerem seu próprio País como estudo de caso na reflexão proposta, não se limitarão a questões que se circunscrevem, apenas, a seus limites territoriais. Aqui, ainda vivem milhões de miseráveis, cuja dor não difere da dos demais famintos do Zaire ou de Botswana. Igualmente, a dor da bala perdida, é a mesma da do artefato escondido. A dor do massacre é a mesma da do bombardeio. No Iraque ou no Afeganistão. A dor da mãe é a mesma, não importa se do menino arrastado, do jovem alvejado, ou da criança dilacerada pelo míssil.

São, todos, seres humanos cuja identificação, na maioria das vezes, se reduz a um número, a uma estatística, a uma comoção, a uma indignação e a um esquecimento. De que valem os nomes se a dor tem se circunscrito, cada vez mais, aos de mesmo sobrenome? Poderiam ser Pedros, Josés ou Severinos. Podem ter morrido de “emboscada antes dos vinte, ou de fome, um pouco por dia”. Ou, quem sabe, “de velhice, antes dos trinta”. São de Acarí, ou de Vigário Geral. Do Carandiru, da Candelária, de Corumbiara, ou de Curionópolis. Ou, ainda, da Rocinha, da Mineira, ou da Providência. Ou, talvez, de qualquer outro lugar onde se mira o alvo ou se atira a esmo.

São inúmeros os temas que poderiam ser privilegiados: o sentido da vida, a perda dos melhores valores, o direito à cidadania, a luta desigual, a fome e a miséria, os resquícios do obscurantismo, a terra para poucos, a chacina de indefesos, o massacre de presos, de índios, de sem-terras e de menores abandonados, a corrupção, o uso

político da pobreza, o descaso dos governantes, o abuso de poder, o discurso e a prática, entre outros.

Como orientação, de caráter geral, há que se refletir, em cada tema, sobre os instintos de bestialidade que têm marcado, ultimamente, as relações entre homens e povos, em nome do poder e da ganância, ou, até, em nome do nada. Há que se refletir, também, sobre as lágrimas dos inocentes, como que orvalho nas noites frias das periferias ao relento, verdadeiros corredores da morte, vítimas da miséria, das miras clandestinas e oficiais ou da necrose das feridas do descaso. Há que se refletir, ainda, sobre os que tombam sobre a terra “que queriam ver dividida”. Há que se evitar a reflexão estéril, o discurso vazio e as promessas vãs e demagógicas. Há que se buscar soluções que, muitas vezes, estão muito próximas de nós. Há que se propiciar liberdade de manifestação para todos os participantes, brancos, negros, índios, pobres, abastados, migrantes, presos, analfabetos, doentes, brasileiros, estrangeiros, seres humanos, enfim.

Peço deferimento,

Pedro Simon

2. FÉ E POLÍTICA

Dia desses, depois de uma dessas penosas leituras, vi-me, em silêncio, quase que conversando com Deus. Eu Lhe confessei que somente a minha fé inabalável continua a manter a minha crença na existência do homem. Pelo menos do ser humano criado à Sua imagem e semelhança. É que as notícias do dia-a-dia são o retrato mais que perfeito da distância, cada vez maior, entre o projeto divino da criação do universo e o que restou da humanidade depois da evolução dos tempos.

Sempre acreditei na teoria da Criação, segundo a qual o homem é o último e mais perfeito ato do Criador. Mas, hoje, sinto que esse homem mais parece ser o resultado de uma outra teoria, que eu poderia chamar de teoria da involução da espécie. É que o homem se distanciou do projeto com que foi criado. O homem se distanciou da vontade Daquele que o criou.

Dia desses, numa dessas minhas reflexões costumeiras, também depois de percorrer o noticiário, eu me perguntei como poderia, mesmo na minha pequenez, contribuir na reaproximação do homem com o seu projeto de criação, se é que isso ainda é possível.

Procurei, no meu redor, fatos que me inspirassem nessa vontade de transformar o mundo, para que ele se veja

livre das mazelas que teimam em deixar, em nossas salas, a cor do sangue, o cheiro da pólvora e o gosto da morte.

Ainda hoje, mais de um bilhão de pessoas passam fome em todo o Planeta, não importa se os grandes celeiros continuam abarrotados de alimentos. Passam os dias e persiste o drama das crianças sem teto, que vivem nas ruas, caminantes sem destino em cidades arrasadas pelo ódio e pela ganância.

No Brasil, de certa forma, vivemos, hoje, uma guerra não declarada, confirmada na violência que ronda nossas esquinas, ruas e avenidas. Acumulam-se as vítimas de balas perdidas e de balas com endereço certo. Como diz o poeta, “está lá mais um corpo estendido no chão”. Estou falando de uma guerra que ceifou a vida dos meninos da Candelária, dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, da Irmã Dorothy, a missionária da Amazônia, do Josino, do índio Galdino, do João Hélio, do João Roberto, dos jovens do Morro da Providência, entre tantos outros.

Confesso, sinceramente, que, ao folhear os diferentes cadernos que retratam o dia-a-dia deste início do terceiro milênio, pouco ou nada encontro de inspiração para, concretamente, transformar este mundo. Restam-me os sonhos. E eles não são poucos. E, apesar de tudo, sinto que eles são factíveis. Deus, na sua infinita bondade, traçou-me um caminho. Esse caminho foi pavimentado pela fé e sedimentado na atuação política. Fé e política: sem eles, eu vegetaria numa vida sem sentido, sem sonhos e sem utopia.

Tanto na fé como na política, acho que a serpente da tentação, nos nossos dias, é a relativização de Deus e dos mais belos projetos de uma sociedade mais justa, que são reduzidos a essas mesmas concepções políticas e religiosas.

Nunca se matou tanto em nome de Deus. Tanto o presidente do País mais poderoso do universo, que procura demonstrar ter uma espécie de “telefone vermelho” com o Criador, como o terrorista mais procurado, além dos homens-bomba do Iraque e da Palestina, que se explodem em nome de Alá, todos eles, inabaláveis em sua fé, matam e morrem “em nome de Deus”.

Sinto que, na área da ciência política, faltam estudos mais aprofundados sobre as correlações entre o pensamento de governantes dos dias atuais, com suas fábricas de guerra, e as idéias que moveram os exércitos de Stalin, ou abriram as válvulas de gás de Hitler.

Alguns homens consideram-se quase deuses. Outros confundem Deus com uma concepção que fazem Dele. Os homens institucionalizam as religiões e as tornam inimigas entre si. Ao se tornarem deuses, os homens passam a falar sozinhos e a não se entenderem. Talvez sem perceber, o mundo constrói, hoje, uma nova Torre de Babel. “Vamos fazer tijolos e cozê-los no fogo... Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até o céu...”

É assim também na política, quando se cristalizam objetivos de luta com posições partidárias fanatizadas. Colhe-se confusão das línguas, em benefício dos interesses miúdos, que vicejam à sombra.

Tanto na fé religiosa, como na política, é impossível domesticar o absoluto. Deus está além das concepções que Dele somos capazes de fazer. O relativo não é um absoluto reduzido a pequenas proporções. Por outro lado, o risco de absolutização do relativo é perdermos o rumo, atarracados em nossas posições pessoais, perdendo de vista o imenso horizonte da utopia. Sem esse horizonte, fazemos apenas política de resultados, sob a *pecha* do bem da Pátria e da Humanidade e, pior, também, “em nome de Deus”.

As novas gerações, principalmente depois do regime militar, não conseguiram ainda superar essa armadilha. A morte, sem substituição, das grandes lideranças nacionais, com a conseqüente perda de referências, e o fim das utopias, levaram os jovens à relativização dos seus sonhos: arquitetam projetos de vida que não ultrapassam desejos de consumo, alimentados pela mídia. Essa mesma mídia que substituiu o que era, antes, o esteio da formação ética e humanística dos meninos de então: a família, a escola e a igreja.

O círculo que unia pais, mães, professores e educadores, promovido pelo amor, deu lugar ao semicírculo, silencioso e apático, de frente para a televisão, patrocinado pelo dinheiro. Ainda sobre a juventude de outrora, mesmo os antigos militantes, a quem muito devemos a democratização do País, hoje se contentam com miudezas e com a sombra do poder, presos à lógica da política de resultados. Vivem no varejo, imaginando-se imperecíveis no que pensam e no que pretendem fazer.

Enquanto isso, vicejam outros sonhos, agora embalados e exacerbados por um *marketing* cada vez mais eficiente dessa juventude sem perspectivas e sem diálogo, além da linguagem da violência. E a grande maioria daqueles que se julgam acima do bem e do mal não se digna a assumir a sua responsabilidade e se protege em torres de marfim. Como na Idade Média, constroem fortificações que se propõem salvadoras de suas próprias peles, mas que, cada vez mais, se parecem com prisões que sufocam.

Haverá ainda horizonte neste mundo de perda de valores básicos? Claro que sim. Se não, o que seria dos nossos sonhos, da nossa utopia? Ao contrário das religiões absolutizantes, não vejo, no horizonte, soluções apocalípticas. Estamos por demais presos ao varejo para imaginar que um “tsunami” político irá nos arrastar para sempre. A expectativa de cinematográficos espetáculos cataclísmicos escamoteia o conhecimento dos efeitos de nossas pequenas omissões do dia-a-dia.

A esperança é fundamental. Mas ela somente se tornará realidade para aqueles que saírem da floresta e tomarem a estrada. Só se vê o horizonte da estrada. Lá estará, sempre, o absoluto. Esse absoluto não pode estar aprisionado em nossas palavras e projetos, por melhores que sejam nossas intenções. Há que se ter utopia, para alimentar a esperança.

O que fazer, então, numa época que já foi chamada de “era da incerteza”? Como mudar o rumo dos acontecimentos quando já se vaticinou o “fim da história”? Pois bem, neste início de novo século e milênio, as incertezas

persistem e o noticiário parece demonstrar a idéia de que a história não tem fim. Guerras, fome, miséria, dor. Entretanto, esses fatos e acontecimentos já permitem destacar qual será a essência do contraditório e marcará a era que se inicia. Embora os mesmos conflitos de interesse, os mesmos movimentos libertários e as mesmas crises de toda ordem, a natureza do contraditório mudou. O processo que está em curso não mais opõe nações ou ideologias. O que está em causa é um lento, mas indiscutível e inexorável, processo do conflito de valores.

Ao longo de milênios, a humanidade construiu uma base comum ética que poderíamos qualificar como uma conquista da civilização, do espírito humano. Foram, progressivamente, incorporados valores que se tornaram universais, algum tipo de compromisso comum com o aperfeiçoamento de um estado de coisas e de relacionamento entre os seres humanos que ainda se supunha a idéia da solidariedade.

Temos um destino comum e não é possível a sobrevivência de uns às expensas do sofrimento e do avassalamento de outros. O patrimônio comum da humanidade, seja ele intelectual ou material, não pode ser objeto de apropriação, nem deve ser colocado a serviço exclusivo e singular de uns poucos. Existem direitos humanos fundamentais que não podem ser violados e devem constituir o parâmetro básico para a estruturação e o funcionamento da sociedade.

Para a construção desse sistema de valores, é evidente a contribuição das diferentes religiões que dominam o cenário do planeta: cristãos, judeus, islâmicos, budistas e tantas ou-

tras que reconhecem a essência do valor da pessoa humana. É em torno desse dado básico que, supõe-se, devam as relações sociais serem, agora, organizadas e estruturadas.

Há, entretanto, um dado básico que coloca em questão todo esse patrimônio cultural da humanidade. As forças emergentes – ou que pretendem tornar-se como tais – aquelas mesmas que vislumbram o fim do processo histórico – caminham em sentido exatamente oposto a toda essa construção milenar.

A exacerbação do individual, o pretensão direito a uma certa concepção de liberdade, a busca da satisfação e do enriquecimento material pessoal acabam por contrastar frontalmente os valores que tínhamos como definitivamente incorporados.

Por isso, não é lícito falar em fim da história, pelo menos no sentido que querem dar à frase. Estamos, sim, no limiar de uma nova era, onde um novo tipo de conflito estará a opor pessoas, nações e povos.

Creio ser legítimo afirmar que um embate se avizinha. De um lado, está o patrimônio cultural e de civilização acumulado ao longo de milênios e que preza, nomeadamente, o valor humano – seja porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, seja porque o destino da humanidade é incompatível com um estado de busca incessante da riqueza pessoal. De outro lado, estão as forças que julgam legítimo prevalecer o direito do mais forte, daqueles que devem herdar e serem os beneficiários dos bens acumulados ou que vierem a ser produzidos.

O século que se inicia, de certo modo, pode ser visto

como um tempo de grandes desafios. Desafios que envolvem a involução histórica da humanidade a um estágio de descompromisso com o semelhante *versus* uma evolução no sentido do aperfeiçoamento e aprofundamento de valores que marcam a civilização até aqui construída.

O desenvolvimento das técnicas nos campos da informática, robótica e comunicação tem sido colocado a serviço do aceleração da acumulação e concentração da riqueza no plano universal, acentuando o fosso que separa os ricos dos pobres. Isso significa que os avanços científicos acabam por resultar num incremento da exclusão social.

Paralelamente a esse fenômeno, as forças planetárias emergentes se empenham em restringir, cada vez mais, os poderes inerentes à soberania estatal. Com isso, enfraquecem o potencial de ação do poder público na promoção do interesse coletivo. O novo papel que se desenha para o Estado é o de um agente mantenedor da ordem, por meio da repressão, e promotor de medidas que transferem poder político e econômico para os grandes conglomerados empresariais.

Institucionaliza-se, pouco a pouco, uma ordem internacional, sobretudo no campo econômico, que impede a criação de medidas de defesa do interesse interno coletivo das nações, principalmente as menos desenvolvidas.

A desregulamentação do setor financeiro coloca os Estados à mercê de um frenético movimento especulativo mundial, tornando impossível qualquer medida política que preserve a verdadeira função do setor, que é a

intermediação dos haveres e sua alocação prioritária em setores que promovam o desenvolvimento equilibrado.

O avanço sistemático sobre o patrimônio público, por meio das privatizações a qualquer preço, e a transferência da riqueza coletiva, enfraquecem o poder público, transforma-o refém de forças que obedecem unicamente à lógica do lucro e à acumulação do capital.

A mídia como um todo perde, progressivamente, a sua função informativa, para passar a exercer o papel legitimador dos interesses globalizados.

O mesmo fenômeno alcança o meio intelectual e acadêmico, com o esvaziamento da universidade pública e a incapacidade do Estado de levar a termo uma política de pesquisa tecnológica e científica capaz de atender ao interesse comum.

Esse estado de coisas vai, sistematicamente, minando as convicções e os padrões éticos de comportamento social, passando a imperar uma situação onde a lei do mais forte e a defesa do interesse pessoal são o único padrão a ser observado. Com isso, tem-se aberto o caminho para práticas de corrupção generalizada e impune.

Como não poderia deixar de ser, o sistema emergente, cada vez mais, precisa recorrer à força militar e policial para preservar os interesses. Parcela crescente da riqueza acaba sendo destinada à sofisticação dos instrumentos de guerra e de destruição.

Todas essas preocupações permitem deduzir que o novo século está marcado por um novo tipo de embate e

de conflito de interesses. As forças emergentes pretendendo implementar uma situação única onde a ação legítima é aquela voltada para o enriquecimento pessoal de uns poucos. Do lado de fora, uma sociedade civil desestruturada e desorganizada, que vê a sua qualidade de vida sendo progressivamente minada e se sente incapaz de reagir, até mesmo por não possuir a exata consciência do processo em curso.

O que fazer, afinal?

Tamanho tem sido o avanço das forças emergentes, tal é a sua penetração em todos os campos da vida do ser humano, que os homens parecem ter perdido a capacidade de entender o processo a que estão sendo submetidos.

Portanto, o primeiro passo da reação seria a participação ativa num processo de disseminação de tomada de consciência do que está efetivamente a ocorrer. Sem isso, não haverá a menor possibilidade de organizar resistência em defesa dos valores superiores que devem guiar os passos da humanidade.

Essa é a grande oportunidade de construirmos um novo tempo, alicerçado nos mais nobres valores da fraternidade, da cidadania e da soberania. Fé e política não se resumem a catedrais e gabinetes. A pretensos eleitos por Deus e a pretensiosos, mesmo que eleitos pelo povo. Não se deve orar de frente para os altares e de costas para o povo. Nem realizar a política de gabinete, longe do povo e de costas para Deus.

3. O PARLAMENTO: A LEGITIMIDADE POPULAR OU O PRECIPÍCIO POLÍTICO

Houve um tempo em que o verdadeiro homem público, aquele que dedicava a sua própria vida pela causa do seu povo, se conhecia pela lapela. Um pequeno *boton* o identificava como alguém que abraçou a política como sacerdócio, a serviço da maioria, principalmente a mais desvalida, a mais miserável, aquela para a qual ainda pouco resta além de um fiapo de vida. Um sacerdócio que é caminho, verdade e vida. O melhor caminho, a mais pura verdade e a vida na sua mais plena dignidade. Foi um tempo em que político e sacerdote se diferenciavam, quase que somente, na lapela e na batina. Mesmo assim, ainda que diferentes na estampa, o *boton* do político e o crucifixo do pastor identificavam causas comuns.

Hoje, o *boton* se distanciou do crucifixo. É que o crucifixo manteve-se no mesmo caminho, na mesma verdade, na mesma vida. O *boton* tomou outros rumos, construiu as suas próprias verdades e já não se fundamenta, como antes, na plenitude da vida.

O *boton* do político deixou de ser um motivo de ostentação. Muitas vezes, de respeito. Li, em diversas oportunidades, sobre casos de parlamentares esconderem esta identificação, nos lugares de maior movimentação do povo. Triste ironia. O representante do povo esconder-se

do povo. Tornar-se povo, para não ser reconhecido como legítimo representante deste mesmo povo. Um, na multidão, para que a multidão não o veja como um.

Afinal, um o quê? Qual a impressão que tem a população brasileira sobre os seus representantes políticos, nos dias atuais? Será que a população brasileira ainda nos vê, hoje, à sua imagem e semelhança, na medida em que somos os seus legítimos representantes?

É evidente que não. É que chegamos a uma situação, infelizmente, em que parte significativa da população escolhe seus representantes no parlamento como mera obrigação legal, e não por convicção política. Votam e se esquecem, quase que de imediato, em quem votaram. Votam e vêm tomar posse não aqueles escolhidos pela maioria, mas os que se beneficiaram pelos subterfúgios das coligações ou das suplências.

Pior ainda: votam e vêm eleitos não aqueles melhores credenciados para a sua representação política, e sim produtos de *marketing* político. Percebem que, quem ganha a eleição, na verdade, é o marqueteiro, que “vende” o candidato como se ele fosse um produto qualquer, como um sabonete, um sabão em pó, ou uma pasta de dente. Quem sabe, na concepção do eleitor, produtos que lhe são de melhor utilidade.

É esse o quadro que se pode pintar da política brasileira hoje, infelizmente e erroneamente de forma generalizada, quando se observa que as pesquisas de opinião nos colocam no rodapé da legitimidade e da confiabilidade.

Eu fico imaginando o sentimento de um engenheiro civil que vê sua obra ruir. De um médico que vê seu paciente morrer. De um ator que vê sua platéia completamente vazia. Pois este é, ou deveria ser, também, o sentimento do político que vê sua atuação rejeitada pelos eleitores. Pois o político, mais que ninguém, deveria sentir-se como o mesmo engenheiro que vê sua obra fluir, do médico que vê seu paciente respirar a vida e o ator que vê sua platéia lotada, aplaudindo-o, de pé.

Pois a platéia política anda vazia, nos nossos dias, principalmente a do palco do Congresso Nacional. No público, em cada cem cadeiras, noventa e nove estão vazias. Apenas um, em cada cem brasileiros, nos aplaude. É essa a avaliação do Congresso Nacional, hoje: 1%, ou menos que isso, de aprovação! A obra ruiu, o paciente morreu e o ator sente vergonha de abrir as cortinas. Esconde o *boton*, não por falta de público; pior ainda: por medo dele.

Que culpa coletiva temos nós, parlamentares, desta falta de legitimidade e de confiabilidade do Congresso Nacional? Ou, quem sabe, dos políticos, de uma forma geral?

Para responder a esta pergunta, basta que se faça um “corte” na situação atual do Congresso Nacional, em particular do Senado Federal, tal e qual se congelássemos a cena, para analisá-la. Ou, talvez melhor para a análise, as últimas cenas da nossa história política parlamentar.

Por quanto tempo, neste tempo, a nossa pauta ficou sobrestada, paralisada, por medidas provisórias? Por quanto tempo, deste tempo, nós ficamos hipnotizados, enquanto questões de interesse dos eleitores brasileiros foram impedi-

das de serem discutidas, votadas e colocadas em prática, em nome de relevâncias e urgências duvidosas? Por quanto tempo, deste tempo, nós abdicamos do direito legítimo de legislar, em nome de quem não foi eleito para fazer leis? Que não foi escolhido para se auto-investigar?

As medidas provisórias usurpam, há muito tempo, o nosso direito, ou o nosso dever, de legislar. Feriu de morte o debate político. A obrigatoriedade da relevância e da urgência foi substituída pela conveniência. A população vê um Congresso acocorado, sob ordens, legalizando, sem legitimar, propostas de gabinete, geradas por mentes pretensamente iluminadas, sob a invocação de um aval político que não lhes foi dado, porque quem de direito abre mão, numa espécie de timidez política suspeita, porque alimentada pela oferta de cargos, pela liberação de emendas e, quem sabe, por outras razões menos confessáveis.

A população já não vê mais, há muito tempo, pela janela da TV Senado, seus representantes no Senado Federal discutindo e votando propostas legislativas de seu interesse. Ao mesmo tempo, ela vê, pela janela de suas casas, ou de todas as outras TV, a bala perdida, a fila dolorida e a lágrima desiludida.

Vê a criança arrastada pelas ruas, ante o desespero impotente da mãe. Vê o pai debruçado sobre o corpo inerte do filho, ante os olhares pasmos da população. Vê doenças sociais que voltam, quando se pensava que elas tivessem ido, para sempre, ante o descaso, que não foi, nem voltou: ficou. Vê a dengue e a sensação dupla de impotência: a causada pelo torpor da doença e a produzida pela inércia da política.

A população é alvejada, também, por sucessivos escândalos praticados por seus representantes políticos, atitudes condenáveis que lhes soam tal e qual uma verdadeira traição à confiança depositada nas urnas. Quantas foram essas falcatruas, nestes últimos tempos? Que se pare a fita, apenas, nos últimos três, ou quatro, anos! Sanguesugas, ambulâncias, mensalão. Isso, sem contar o efeito contaminador de outros desvios, em outros poderes, em operações cujos nomes quase minaram a criatividade dos agentes da Polícia Federal, por serem tantos.

Isso, sem contar que, por meses a fio, o Congresso Nacional, como se a tal cena parecesse congelada, permaneceu paralisado no assunto único da situação de seu próprio presidente. Por fim, e para piorar, a ética ficou escondida numa votação secreta. Uma não, duas! Que poderiam ser três, ou quatro! Motivos não faltavam para outras tantas! Para a população, uma novela tétrica e repetitiva, que começou como romance, desenvolveu-se como comédia e terminou como drama. E que, na verdade, estava longe de uma ficção, por se tratar, de fato, de um documentário da vida privada, com fortes, e perversas, repercussões na vida pública.

A população percebe uma completa inversão de valores e de atitudes. Em outros tempos, via nas comissões parlamentares de inquérito uma oportunidade histórica de purgação de pecados na administração pública. Agora, ela assiste à remissão destes mesmos pecados, sem confissão, nem purgatório. As CPI se tornaram, no pior de todas as situações, um cartório emissor de atestados de idoneidade. Porque pior do que não investigar é certificar a inocência,

sem investigação. Como se fossem crimes perfeitos. A população vê que as CPI não são instaladas para investigar, mas para escamotear possíveis crimes, *a priori*.

É uma pena, porque, naqueles mesmos outros tempos, foi durante as comissões parlamentares de inquérito que o Congresso viveu os seus melhores momentos. Foram tempos em que as investigações não se iluminavam pelos holofotes, mas pela luz dos fatos. Isto é, não havia necessidade de holofotes, para que os fatos fossem expostos à luz. Tais fatos fluíam da vontade política dos parlamentares investigadores. Hoje, como nos casos das medidas provisórias que nos usurpam o direito de legislar, as ordens, nas CPI, emanam de fora para dentro, o que se pode e o que não se pode investigar, o tamanho do tapete e a quantidade de sujeira que se deve esconder sobre ele. Estão aí as CPI de hoje, que patinam na falta de vontade política de investigar e se atolam nas orientações de fora para dentro, para que não se chegue a resultados que fujam do empate, de preferência sem gols.

Estabeleceu-se, nas CPI, assim como em quaisquer outras atividades legislativas, uma espécie de clássico político, algo parecido com um “grenal”, um “fla-flu”, ou qualquer outra disputa que envolva, apenas, dois lados: a favor, ou contra, o Governo, não importa se a questão em discussão é favorável, ou não, à população. Pior, nas investigações, tudo indica que os resultados passaram a ser definidos antes da campanha inicial, como se todos os clássicos tivessem que terminar empatados, em sonolentos zero a zero.

Na falta de um debate mais aprofundado das principais questões nacionais, a população também vê uma espécie de barbúrdia regimental na condução dos trabalhos do Congresso Nacional, sem que se atribuam maiores culpas a seus dirigentes maiores. Questões de ordem que nada têm de ordem, monopólio da palavra para os principais líderes partidários, comunicações inadiáveis que são, perfeitamente, adiáveis. Sessões que beiram o pugilato. Gritos, que não se sabe se são mais, ou menos, perniciosos que os sussurros. Temas irrelevantes que são tratados como questões de alto interesse nacional, e assim por diante.

Toda essa situação, observada em tempo real pela população, tende a criar uma espécie de “caldo de cultura” contra a atuação do Congresso Nacional. Se esta situação permanecer, de nada adiantará, um dia, a nossa volta aos trilhos da normalidade regimental e política, porque a população já terá colocado nas lapelas dos parlamentares uma outra marca, como que a identificar peças de descarte. Fortalecerá, então, uma discussão, já incipiente em algumas rodas de conversa, de que o Congresso é, unicamente, oneroso e desnecessário, como se ele não fosse, o que é, o pilar mais importante da nossa democracia.

Para o Senado Federal, há uma agravante nesta discussão: é que, conversa vai, conversa vem, volta à tona a discussão do Congresso unicameral. Ou, em outras palavras, a extinção do Senado. Ainda mais, quando os acontecimentos, que envolveram o seu agora ex-Presidente, arrastaram, com veemência, esta instituição no que a população convencionou chamar de “mar de lama”.

Essa situação de fuga do equilíbrio já foi teorizada por alguém, que a chamou de “causação circular cumulativa”. Numa tradução simples, é como se houvesse uma queda em um precipício. Não há volta e, sabe-se, lá embaixo, o baque resulta nas piores seqüelas. Há um risco, portanto, para a própria democracia, o parlamento permanecer, por muito mais tempo, fora das graças da população. Haverá, aí, um precipício político.

É preciso, portanto, retomar o equilíbrio, que se configura na harmonia, mas, também e principalmente, na independência entre os poderes. Enquanto houver esse vácuo na atividade legislativa, é evidente que outras instâncias de poder e de pressão ocuparão o espaço político que se esvaziou. As medidas provisórias são o exemplo mais que perfeito desta ocupação de espaços vazios. É o Executivo legislando, no lugar do Legislativo. Da mesma forma, o País assistiu a outras intromissões no debate de questões que são de atribuição do Congresso, como no caso da fidelidade partidária, que parece ter transferido para o judiciário o plenário legislativo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Algo assim como “já que eles não fazem, fazemos nós”.

Este é o pior dos mundos para o Congresso Nacional. Porque o tal caldo de cultura transfere para o Congresso todas as culpas. De todos os poderes, principalmente do Executivo. Pela inércia e pela má conduta. É o custo pelo fato do Congresso Nacional se constituir na casa mais democrática para o trabalho da imprensa. No Legislativo, quase sempre, não há, nem mesmo, necessidade de agen-

damentos. A relação entre parlamentares e jornalistas é mais direta. Acontece que a concorrência entre os parlamentares é muito mais acirrada do que entre os integrantes de outros poderes, principalmente quando são comuns as bases eleitorais. Daí, muitas vezes, o incentivo à denúncia, mesmo que pouco fundamentada, ou vazia. Não importa: qualquer informação a mais se soma ao conjunto, já bastante deteriorado na visão da opinião pública.

É por isso que a imprensa tem, também, uma função importante no necessário resgate do papel do Congresso Nacional na construção da nossa democracia. É preciso fugir da armadilha da audiência, da cultura de que somente o que dá Ibope é o desvio de conduta e não a boa notícia. São sintomáticas as posições de dois dos maiores autores da dramaturgia televisiva do País: Silvio de Abreu e Aguinaldo Silva. São observações bastante parecidas. Sintetizo-as nas palavras do segundo, autor da novela “Duas Caras”: “Nós, que trabalhamos em televisão, sabemos: bons sentimentos não dão audiência”. Eu não acredito. Acho que a boa notícia tem, também, multiplicadores positivos.

Mas, a imprensa vai repercutir a boa notícia, obviamente, quando elas tomarem o trilho da frequência. O Congresso, no dito popular, está “dando pano para manga” para a propagação, apenas, da má informação. Pouco legisla e nada fiscaliza. Pior: no caso do papel constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, tem feito, exatamente, o contrário. Tem se colocado, invariavelmente, contra qualquer investigação sobre possíveis desvios de conduta de integrantes daquele poder.

É evidente que a melhor solução é trabalhar, imediatamente, naquelas questões que nos dilapidam a legitimidade popular. Não podemos continuar no rodapé da confiança da população. Para isto, não é necessário que se crie qualquer outro instrumento legal. Basta que se cumpra, devidamente, os que já existem. Portanto, o primeiro passo é o respeito aos devidos papéis constitucionais.

Se há uma constatação, evidente, de que as medidas provisórias, aquelas mesmas que estão sobrestando os nossos trabalhos, não se fundamentam pelos princípios de relevância e urgência, é necessário que elas sejam, imediata e devidamente, devolvidas. Não nego a legalidade das medidas provisórias em si. O que eu estou pondo em xeque é o uso indevido, portanto ilegal, deste instrumento.

Por exemplo, o que haveria de tão relevante e urgente, para se incluir numa medida provisória que institua o “Programa de Arrendamento Residencial para Atendimento de Moradia”, um artigo que regulamenta os rótulos das embalagens de leite em pó?

Ou, ainda, uma medida provisória que deu *status* de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central? Seria por que, à época, ele sim, necessitava de um relevante e urgente foro privilegiado?

Que sejam resgatados os instrumentos legais que caíram em descrédito, pelo mau uso. Ou, pelo uso contrário. É o caso das CPI. Vale lembrar que o Congresso de outrora obteve o seu melhor reconhecimento quando das comissões parlamentares de inquérito que, realmente, cumpriam o seu papel. Foram os casos, por exemplo, das

chamadas CPI “do *Impeachment*” e “dos Anões do Orçamento”, entre outras poucas.

As CPI têm que voltar a serem iluminadas pela luz dos fatos, e não de holofotes, sob os quais se busca, apenas, alguns segundos de celebridade. Não podem se submeter a intromissões externas indevidas, quando o Congresso, de fato, abre mão do seu papel constitucional. As Comissões de Investigação não podem continuar, sob pena de ainda maior descrédito, se é que isso é possível, a se constituir em instrumento de não-investigação, de distribuição indevida de atestados de idoneidade e, conseqüentemente, de cumplicidade nos atos que caracterizam desvios de conduta na administração pública. Este procedimento pode ser a verdadeira pá-de-cal na credibilidade do Parlamento. A imprensa mostra o fato, com todos os seus contornos. Ele é real. O Parlamento nega a sua existência ao vivo, pela TV Senado. Assim, não há credibilidade que se sustente!

É preciso que o Senado Federal estabeleça um ritual de procedimentos regimentais e de agenda mais transparente e proativa. Depois de votar todos os vetos presidenciais e as medidas provisórias realmente relevantes e urgentes, que ainda abarrotam as suas gavetas, há que se estabelecer agendas com pautas de votação por períodos determinados. Na semana, no mês, no tempo que se permita o acompanhamento da imprensa e, conseqüentemente, da população. Se esta pauta não for cumprida, que se discuta, e divulgue, as razões. Assim, a população, que nos elegeu para representá-la, terá condições de avaliar o

Parlamento pelo nosso trabalho e pelo produto que ele gera, e não pela falta dele.

A Consultoria Legislativa do Senado, que reúne cérebros dos mais iluminados deste País, deve se antecipar no aprofundamento de temas que, certamente, constarão na pauta de discussões futuras. Deve municiar os senadores sobre todas as correntes de pensamento a respeito destes mesmos temas e as experiências comparadas de outros Países.

Este procedimento, também proativo, deverá contribuir, em muito, com o nível dos debates. Os grandes temas nacionais têm, necessariamente, que voltar à pauta das nossas discussões. Enquanto isto não acontecer, o debate permanecerá envolvendo, não raras vezes, questões menores, de interesse eminentemente local e de grupos específicos. O Senado, pela importância de seu papel constitucional, não pode se transformar em uma Câmara de Vereadores de luxo, por maior respeito que as assembleias municipais devam merecer. Não cabe, aqui, manifestações meramente panfletárias. Até mesmo no conteúdo do debate, o Senado exige um certo nível de liturgia.

Eu temo a permanência da instituição pilar da democracia no rodapé da credibilidade da população. Temo, sobretudo, a desilusão política de um povo. Principalmente as gerações que hão de vir. Não foi para que se chegasse a esta situação de descrédito nas instituições democráticas que lutamos, e tantos perderam a própria vida, exatamente para resgatar o estado de direito. Na luta pela anistia. Na campanha pelas

“Diretas Já”. No *impeachment*, por vias constitucionais, de um presidente da República. Na ocupação das ruas pelos “Caras Pintadas”, olhos iluminados e iluminantes, holofotes, aí sim legítimos, a nos mostrar os melhores caminhos.

Continuo temendo, também, o desestímulo crescente da população em respeitar as leis, quando ela deixa de acreditar nas suas instituições democráticas, o que gera um enfraquecimento das regras sociais. É este o cenário fértil para o chamado Estado paralelo, longe da legalidade, responsável direto pelas nossas maiores mazelas, nos dias atuais: o narcotráfico, a milícia, a segurança paralela, o mercado negro, a pirataria, a sonegação. É que, alimentado pela baixa legitimidade das instituições, o crime se multiplica.

Esta desilusão política campeia, e nós não podemos permanecer inertes a todos os sinais, por enquanto amarelos, que nos são transmitidos, diretamente, aqui e nas ruas, dando conta de que é preciso mudar. O Parlamento não pode, também, ser o receptáculo de todos os enganos e desenganos, das ilusões perdidas e das desilusões descobertas, que também campeiam nos outros poderes.

Basta que o Parlamento cumpra o seu verdadeiro papel. Que chame para si as responsabilidades constitucionais que lhes são próprias. E as ponha em prática. Não podemos permanecer sob tutelas, nem mesmo se os pseudotutores se arvorem da propaganda dos melhores propósitos. Cada passo em falso do Parlamento pode significar um perigo de queda para a democracia. Para o vazio do precipício político.

4. ÉTICA E PRÁTICA POLÍTICA

No Brasil, nestes últimos tempos, quando pronunciamos a palavra política, de imediato, ela se associa, a uma outra: ética. Ou, quem sabe, pior, à falta dela.

Em cinco décadas de vida política, eu nunca recebi tantas homenagens, atribuídas ao exercício, ou à prática, da ética na política. Péssimo sinal. Isso significa que a ética na política está, cada vez mais, deixando de ser uma prática.

Certa vez, ainda iniciante na vida pública, fui cobrar do dono de um dos principais jornais de Porto Alegre, o porquê da ausência do meu nome no noticiário político daquele diário, tendo em vista que eu trabalhava tanto e não estava merecendo o reconhecimento que, para mim, era devido. Para a minha surpresa, quem sabe por ser uma observação tão óbvia, o jornalista respondeu que o que eu fazia era mero dever.

Imagine, disse ele, se o jornal publicasse todos os atos de quem cumprisse suas obrigações. Portanto, se eu saísse dali e um cachorro me mordesse, não mereceria uma única linha daquele jornal. Agora, se eu mordesse um cachorro, teria manchete de primeira página.

Pois bem, parece que parte significativa dos políticos brasileiros anda mordendo muitos cachorros neste País. Não saem das primeiras páginas dos principais jornais.

É que ética e prática política parece que se tornaram antônimos. Mutuamente exclusivos. A impressão que fica é que a prática política tem impedido, ultimamente, a existência da ética.

É bem verdade que nunca, como nestes mesmos últimos tempos, se investigou tanto. Todos os elogios têm que ser direcionados, principalmente, para o Ministério Público e a Polícia Federal. São dezenas as quadrilhas responsáveis por desvios de dinheiro desbaratadas nos mais diversos órgãos públicos.

Desde a Lei nº 9.613/98, que tipificou o crime de lavagem de dinheiro, o setor público brasileiro vem ampliando sua capacidade de combater o crime financeiro e, em sentido amplo, o crime organizado no Brasil.

Foram criados órgãos como o COAF, o Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros, no Banco Central, varas especializadas em matéria de lavagem de dinheiro, o Departamento de Recuperação de Ativos Ilícitos e Cooperação Jurídica Internacional, no Ministério da Justiça.

Mas, os fatos estão aí para nos alertar que há, ainda, muito caminho a percorrer!

Recentemente, o Professor Alberto Almeida, da Universidade Federal Fluminense, lançou o livro chamado *A Cabeça do Brasileiro*, que reflete um retrato, em branco e preto, do comportamento do brasileiro, em todos os seus segmentos, frente às principais questões da nossa realidade. Ética, sexualidade, “jeitinho”, destino, família, raça, economia, política.

Mas, afinal, quem faz “a cabeça do brasileiro?” Será o pai, ou a mãe, ou o pastor, ou o padre, ou a professora? Serão os amigos? Ou, será a televisão? O quanto a televisão é responsável pelas respostas dadas ao entrevistador do livro, e que orientaram a cabeça do brasileiro? Se os valores embutidos, direta ou subliminarmente, nas novelas, fossem outros, não seriam outras as respostas?

O Professor Alberto coloca a educação como o divisor de águas do que ele chama de “arcaico” e moderno”. Não duvido. É verdade: a educação é um passaporte legal para que o “arcaico” passe a ser “moderno”. Mas, será que a educação, de fato, voltaria a ser o grande instrumento de formação de valores e referências? Vai ocupar, de novo, o lugar da televisão, que é um dos instrumentos mais importantes para o mercado, este sim, pela sua lógica, sabidamente segregador? Um desempregado “crônico”, mesmo que “diplomado”, não pensaria semelhante ao desempregado analfabeto, se lhe perguntassem, por exemplo, sobre o que pensa a respeito do tal “jeitinho brasileiro”?

Eu já pus em dúvida se é a novela que incentiva o noticiário, ou o contrário. O autor, que é escravo da audiência, vai onde o povo está.

O dramaturgo Sílvio de Abreu associa a tolerância com desvios de conduta aos escândalos na política, à falta de práxis da ética, que têm povoado o noticiário, principalmente, nos últimos tempos. Para ele, é essa a maior causa da perda dos nossos melhores valores e referências. O telespectador percebe que, na vida real, o mundo é dos

espertos e que a impunidade impera, quase sempre. Então, ele, muitas vezes, segue a tendência, mesmo que isso signifique abrir mão de valores que lhe são muito caros. Que não importa o “jeitinho”, ou mesmo a corrupção, se o que vale é atingir os seus objetivos. Não importam os meios, se eles justificam os fins! E, que objetivos e que fins são esses, nos nossos dias, se não a inserção no mundo do mercado? Ter o tênis e o celular da moda, visitar Nova Iorque, freqüentar os melhores restaurantes. Ter, não importa o ser!

Mas, tudo isso, não há como negar, nos assusta. Muitas coisas que, para nós, não seriam toleráveis, a população aceita, sem maiores problemas. Por exemplo, a tolerância ao “jeitinho” para se atingir algum intento, não importa se este mesmo “jeitinho” se configure em corrupção, em tortura para se conseguir confissões de suspeitos nas delegacias de polícia, em censura, entre outros casos.

Daí, de que tudo é permitido, ou da “lei de talião”, até um completo esgarçamento do nosso tecido social, pode ser um passo. Aí estão as razões pelas quais as nossas instituições permaneçam tão no rodapé da legitimidade popular. O Congresso Nacional, por exemplo, nunca esteve tão em baixa na avaliação dos brasileiros. A pesquisa do Professor Alberto fala em, apenas, 14% de credibilidade.

Eu temo que essa falta de legitimidade das nossas instituições levem a um clima propício à completa desobediência civil. Sinais para tanto já são bastante evidentes.

Eu fico assustado quando ouço sobre as reações ao filme *Tropa de Elite*. O DVD vendeu milhões de cópias piratas. Co-

meça por aí: a pirataria, que, parece, já se tornou algo aceito, corriqueiro. Tem gente, até, que defende este desvio, porque, assim, neste e em outros casos, “os pobres puderam ver o filme”. Mas, será que os dois segmentos da população, os que viram a versão pirata, e os que pagaram pelos ingressos, têm opiniões diferentes sobre o filme? Parece que não!

O que eu não tenho dúvida é que estamos, cada vez mais, reforçando aquela idéia dos dois Brasis. Na verdade, estamos criando, na prática, um País paralelo. Há uma Economia paralela. Há uma Sociologia paralela. Pior: há, cada vez mais, um Direito paralelo. É que, no passo do enfraquecimento dos valores ditados pela família, pela escola e pela igreja, também houve um desmonte do Estado brasileiro. E, no vácuo decorrente desse mesmo desmonte, criou-se um Estado paralelo. Que responde, por exemplo, pelo nome de narcotráfico, ou de crime organizado.

Nós temos, no Rio de Janeiro, também como exemplo, o analfabeto da favela, e o do “asfalto”. Quem é arcaico, e quem é moderno, neste caso? O que é o Estado legal, para os dois? Qual a percepção do Estado paralelo, para o pobre da favela? Esse morador tem mais medo de quem? Da polícia, ou do bandido? Quem o maltrata mais? Quem o “defende” mais? Levantamento do Instituto de Segurança Pública – ISP, do Rio de Janeiro, mostra que, no chamado “Grande Rio”, mais de um quarto da população foi vítima, em período recente, de, pelo menos, um tipo de crime. Isso, sem contar a reconhecida subnotificação. É que, o mesmo levantamento indica que mais da metade desta população não acredita na Polícia Militar.

Isso também mostra o quanto a falta de ética na práxis política interfere nos nossos destinos enquanto Nação. A impunidade e a falta de ética na política promovem a desobediência civil e a baixa legitimidade das nossas instituições, pilares da democracia, desmontam o Estado, propiciam o Estado paralelo, que alimenta a violência e cria condições para a barbárie.

A que ponto chegamos, quando o Estado legal coloca uma menina, quase criança, numa cela com vinte homens, alguns deles presos, exatamente, por estupro? Depois, vem alguém, representante do Estado legal, e justifica que “não sabia que ela era menor”. Ou, pior ainda, que ela teria distúrbios mentais, porque não avisou que tinha menos de dezoito anos. Agentes públicos que são pagos com dinheiro público, para fazer justiça, em nome da lei!

O que pensar de jovens, filhos de pais “modernos”, longe do País “arcaico”, colocando fogo em um índio indefeso, que dormia ao relento, e, depois, se justificarem dizendo: “Eu não sabia que ele era, apenas, um índio...”. Apenas!

Quantas foram as crianças recém-nascidas, abandonadas em latas de lixo ou boiando em lagoas, vítimas da falta do Estado legal?

O que resultou da nossa indignação, quando assistimos ao desespero da mãe que viu o seu filho arrastado e morto nas ruas do Rio de Janeiro? Ou, da menina jogada de uma janela, “corpo estendido no chão”? O que restou, além da audiência da televisão? A indignação é do tamanho exato do Ibope?

O que restou dos discursos inflamados, dos pacotes de segurança, das promessas do tipo “nunca mais na his-

tória deste País”? Teriam sido de crocodilo, as lágrimas dos políticos e, pior, de parte do público que se colocou diante das câmeras?

É por isso que, o mais importante, hoje, não é a criação de novas leis, mas o cumprimento efetivo do aparato legal já existente. De nada adianta uma fúria legiferante, muitas vezes insuflada por soluços de indignação, se as leis se tornarem letras mortas e incentivarem a impunidade, que alimentará a violência e a barbárie.

Eu já disse, reiteradas vezes, que o poder se esconde em uma cidade sem esquinas, escorado em leis que dobraram uma esquina de Brasília.

O Parlamento brasileiro é o campeão mundial de discussão de leis anticorrupção e antiimpunidade. Isso não significa, entretanto, que estejamos merecendo medalha de ouro nesta categoria. Ao contrário! O nosso pódio, perverso, é o dos índices de corrupção e de impunidade. Nessas categorias, somos quase imbatíveis.

Já passaram, pelo Congresso, dezenas de projetos. Entretanto, muitos são os votados, poucos os cumpridos. E, quando são cumpridos, são discriminatórios. Repito, para ser enfático, o que já escrevi, diversas vezes: as leis, no Brasil, alcançam, quase que exclusivamente, os pobres. Para os ricos, elas descansam. Quase nunca são cumpridas. Aliás, os pobres não conhecem a justiça. Eles conhecem, apenas, a polícia.

Então, há, sim, dois Brasis. Na verdade, há, no Brasil, dois “mundos”. Mais do que isso, o mundo “moderno” que há, aqui, é semelhante, diria igual, aos “mundos” que existem

em todos os outros países. Mas, o mundo “arcaico” também. O nosso *laptop* é igual ao do francês, do alemão, do americano, do belga. A fome, a miséria, o analfabetismo, também. Então, se é essa a classificação, há um mundo “moderno”, e outro “arcaico”. O passaporte para se passar de um, para o outro, pode, e deve ser, a educação.

Mas, volto a repetir, a altura do muro que os separa é dada pelo mercado. E eu não sei a quantas anda o balanço entre esses dois mundos: não sei se tem mais gente caindo do lado do “arcaico”, ou se subindo para o lado do “moderno”.

Louve-se, portanto, a atitude do Supremo Tribunal Federal, na abertura de processo criminal contra os que a CPMI dos Correios chamou de artífices e operadores do mensalão. O julgamento, histórico, valorizou, não apenas, a nossa mais alta Corte, mas o próprio Congresso e as Comissões Parlamentares de Inquérito, tão desgastados nos últimos tempos.

É bem verdade que entre a abertura de inquérito e a condenação efetiva há um longo caminho a percorrer. Muitos destes processos poderão cair na armadilha da prescrição. O desfile de gala dos advogados de defesa dá o tom das artimanhas jurídicas que ainda estão por vir. Preso, quem sabe, se algum dos denunciados se travestir de pobre, simular ares de fome e furtar um pãozinho francês, na padaria da esquina.

É daí que surge aquele ambiente, sobre o qual tenho me referido, que os sociólogos chamam de “anomia social”. Sabendo que há impunidade, a população sente-se desesti-

mulada em cumprir as leis. E o Estado perde os freios para limitar a ação, mesmo que perversa, da sociedade. Mais um elemento para justificar a tal desobediência civil.

Eu não quero pagar imposto, não só porque ele é exorbitante, mas porque eu sei que parte significativa dele correrá pelos ralos da corrupção. Eu posso praticar um crime, desde que eu tenha recursos para contratar um advogado de grife. Eu posso desviar um recurso público, porque sei que a burocracia legal vai prescrever o meu delito. E assim por diante.

Há um grande caldeirão, portanto, com ingredientes deteriorados, que poderão provocar uma verdadeira septicemia no nosso tecido social. Sonegação, crime, barbárie, desvios de recursos públicos, *apartheid* social, impunidade, anomia social.

Portanto, eu creio que a primeira ação é resgatar os nossos melhores valores, perdidos nestes tempos de sinais evidentes de septicemia social. Temos, imediatamente, que resgatar o verdadeiro conceito de humanidade. Humanidade no sentido de natureza humana, de gênero humano. De benevolência, de clemência, de compaixão, de solidariedade, de bem comum, de espírito público, de coletividade, de semelhante. Quem sabe tenhamos que redefinir o conceito de felicidade!

Longe de mim descartar a inovação tecnológica. Nem me passa pela cabeça, também, afrontar o “moderno”. Mas, a história recente tem demonstrado que o homem, cada vez mais e com maior rapidez, tem condições de se conectar com o mundo dito “moderno”. Mas,

também cada vez mais, vive só, entre quatro paredes. Cada vez mais, ele é um, na multidão. Cada vez mais, ele é um concorrente, no lugar do semelhante. Cada vez mais, ele se vale da auto-ajuda, e não da busca pela solução coletiva.

Enquanto tudo isso persistir, não haverá o resgate do conceito de humanidade. Não se derrubará o tal muro da vergonha, que divide os incluídos, dos excluídos. A septicemia social se converterá na falência múltipla de nossos principais órgãos.

Não há como persistirmos nessa *apartheid* social. Não há como pensar um Brasil sem que estejam incluídos, neste Estado nação, os quase 190 milhões de brasileiros. Não se quer, com isso, acabar com o supérfluo, mas dividir o necessário.

Que todos tenham vida digna, mesmo que singela. Isso é um direito constitucional, não é necessário qualquer outro aparato legal para que esse mesmo direito seja colocado em prática. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância”. É o que diz a nossa Constituição, como cláusulas pétreas. Revoguem-se, portanto, todas as disposições em contrário!

É preciso levar em conta que o recurso público é sagrado. Quem pratica a corrupção, ativa ou passiva, se assemelha ao mandante ou executor do crime de assassinato dos brasileiros que morrem nas filas dos hospitais públi-

cos. Eu não consigo acreditar na raça humana, enquanto o homem público, ao som estridente do grito de dor, mesmo assim, rouba o sagrado dinheiro do remédio!

Quem pratica esse crime, ou outros, como os que provocam a cegueira do analfabetismo, ou a dor da fome, não pode permanecer impune. Não pode continuar tendo, como em muitos casos, o tal “foro privilegiado”. Privilégio por quê? Em nome de quê? Da impunidade? Do crime sem castigo?

É preciso que o Estado brasileiro recupere a sua legitimidade. Um Estado reconstruído para todos os brasileiros. Sejam eles “modernos”, ou “arcaicos”! Não há que convivermos com tantos conterrâneos vivendo, ou sobrevivendo, de restolhos ou de meras políticas compensatórias, num País com tamanhas e tão produtivas riquezas naturais. Esse País mais se parece com uma síntese do projeto do Criador, mas ainda consente que milhões de irmãos permaneçam longe do que Ele imaginou, como criação à Sua imagem e semelhança.

O que fazer? Eu ainda sou movido pela esperança. Acho que a melhor imagem para explicar a nossa situação atual é a Torre de Babel. Falta-nos falar a mesma língua. Sair da floresta e tomar a estrada, de onde o horizonte é mais visível. Do caminho, que é travessia. Não importa a pequenez dos nossos passos, se conseguirmos olhar à frente. Mesmo que as nossas mentes estejam povoadas pela utopia. Não há esperança sem utopia!

Eu não acredito que as soluções para os nossos principais problemas, do ponto de vista da ética e da práxis po-

lítica venham de propostas factíveis de dentro para fora. Não virá da floresta! A sociedade civil tem que voltar a ocupar as ruas, para exigir que ética e prática política sejam, verdadeiramente, sinônimos.

É preciso considerar que os cargos públicos são uma espécie de sacerdócio. Eles lidam com o sagrado dinheiro do contribuinte. Aliás, eu creio que devemos, inclusive, resgatar o verdadeiro sentido de contribuição. Trata-se de um vocábulo que, por definição, exprime algo com finalidades coletivas. O dinheiro do contribuinte não pode, portanto, atender a anseios e interesses individuais.

O servidor público, qualquer que seja o cargo que ele ocupe, principalmente aqueles com atribuições diretas de gasto público, não pode se acobertar sobre o manto dos sigilos fiscal e bancário.

Não pode haver segredo na vida fiscal e bancária do gestor público. Não há que pairar, em nenhum momento, dúvida sobre a honestidade de quem é responsável por qualquer etapa do gasto público e de quem comanda os destinos do País.

Na situação que chegamos, não há como descartar a idéia, que tenho defendido, de uma “Operação Mãos Limpas”, versão brasileira. Na Itália, a justiça e a polícia alcançaram ministros e outros funcionários de alto escalão, além de empresários de alto coturno.

Na política, eu comungo a idéia do parlamentarismo. O Governo dos destinos do País deve perdurar enquanto houver a confiança do povo, por meio de seus represen-

tantes legítimos. O Congresso Nacional não pode abdicar ao seu direito de legislar, em nome de um emaranhado de medidas provisórias, nem tanto relevantes, nem tanto urgentes, que trancam as pautas do legislativo e impõem interesses nem sempre legítimos de minorias.

É bem verdade que se torna difícil, neste momento de pouca legitimidade do Congresso, defender o parlamentarismo. Mas, eu não penso essa mudança sem uma profunda alteração do quadro atual. É por isso que eu proponho o parlamentarismo no contexto de um conjunto de alterações institucionais e de posturas.

As eleições não podem continuar sendo um verdadeiro balcão de negócios. Hoje, quem ganha eleição é quem tem o melhor marqueteiro. Os candidatos não podem ser apresentados como se fossem um produto de vitrine ou de prateleira, como um perfume ou um sabão em pó. As campanhas devem ser mais diretas, sem os artificialismos de laboratórios. O eleitor deve ter o direito de saber em quem, verdadeiramente, está votando e escolhendo para dirigir os destinos do País.

Também nessa linha, o candidato não pode ser comprado pelo financiador de campanha. Ele, quando eleito, não terá uma atuação coletiva, se a sua eleição, muitas vezes milionária, foi custeada por interesses individuais ou de pequenos grupos, nem sempre de acordo com as aspirações coletivas.

É neste contexto que eu defendo o financiamento público de campanha. As eleições seriam muito mais democráticas e transparentes. Se bem fiscalizadas, enganam-se os que advo-

gam a idéia de que será mais um gasto público desnecessário. Essa idéia é defendida, normalmente, por quem quer continuar comprando mandatos. Quem financia, normalmente empresta, com uma espécie de nota promissória resgatável, por meio de emendas orçamentárias direcionadas, privilégios em licitações e outros desvios de dinheiro público. Não são por acaso os “Caixas 2”, as “sobras de campanha” e os agora chamados “recursos não contabilizados”.

Escolhido legitimamente em nome de um programa de partido, o eleito deve se submeter à fidelidade partidária. E, mais uma vez, não foi do Congresso, mas do Judiciário, o pontapé inicial! Era impossível continuarmos convivendo com essa tamanha promiscuidade, que aumentava ano após ano, num troca-troca de partidos, normalmente envolvendo interesses pouco confessáveis. Some-se a isso a proliferação de pequenas agremiações, em muitos casos consideradas “de aluguel”. A chamada “cláusula de barreira” é um instrumento necessário para eliminar mais essa relação promíscua entre legendas partidárias.

Os partidos devem ter responsabilidade sobre seus candidatos. Hoje, as eleições servem, inclusive, para acobertar diversos tipos de crime. O partido não pode aceitar, já na fase de candidatura, pessoas sobre as quais pairam quaisquer dúvidas quanto ao seu comportamento, independente da natureza de seu possível delito. Eleitos, não podem se valer do manto do foro privilegiado. Esse é, inclusive, um instituto que deve ser eliminado, imediatamente.

Ao contrário, deve estabelecer-se prioridade ao julgamento de processos que envolvam autoridades públicas. Prioridade, e não privilégio. Prioridade, sim, porque o dinheiro público é sagrado. Privilégio, não, porque, por definição, trata-se de “vantagem que se concede a alguém, com exclusão de outrem e contra o direito comum”. Ou, ainda, “isenção”, “imunidade”. Portanto, no lugar do “foro privilegiado”, que se institua o “foro prioritário”.

O eleitor tem que conhecer a vida pregressa do seu candidato, se ele responde a processos e, principalmente, se ele cometeu algum desatino no tratamento com recursos públicos. A folha corrida limpa tem que ser o passaporte para a candidatura, em qualquer nível.

Eu creio que são essas as bases para construirmos um verdadeiro Estado nação. Os meus sonhos são povoados pela esperança. Eu ainda creio em um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional que inclua todos os brasileiros.

Eu não concebo a idéia de que permaneçamos separados pelo muro da vergonha, cujos tijolos são assentados com a argamassa da omissão de muitos.

Também não podemos continuar a construir a nossa Torre de Babel. A travessia, embora o mesmo caminho e o mesmo horizonte, será menos árdua ainda, se falarmos a mesma língua. Que essa língua volte a ser pronunciada, portanto, na família, na escola e na igreja. Nas ruas e nas praças. Nas capelas e nas catedrais. Nos casebres e nos palácios. Um só País, ético, humano e solidário, em torno de uma imensa mesa de comunhão!

5. FICHA SUJA

Por muito tempo, uma geração inteira, muitas vezes com o preço da própria vida, lutou pela volta das nossas liberdades democráticas. Por eleições livres e diretas. Pelo sagrado direito ao voto. Um dos movimentos mais memoráveis neste sentido, foi a Campanha “Diretas Já”, quando milhões de brasileiros ocuparam ruas e praças, carregando no peito o “coração civil”, numa inspiração de “sonho de amor, Brasil”.

Os brasileiros, hoje, têm o direito de eleger todos os seus representantes, no Congresso Nacional. Ocorre que, nas eleições de hoje, infelizmente, quem concorre são os marqueteiros. Vence não quem tem os melhores propósitos, e sim quem tem condições de contratar quem melhor lhe construa uma imagem, e que ela seja “vendável”.

Os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país, reunidos em Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, discutiram e deliberaram sobre várias questões relativas ao papel dos TREs nas eleições, em todos os níveis. Entre as questões debatidas com maior profundidade, mereceram destaque as “orientações a serem repassadas a todos os juízes eleitorais no tocante à apreciação dos pedidos de registro de candidatura, considerada a vida pregressa dos candidatos”.

A discussão deste tema foi precedida da informação, aos Srs Presidentes dos TREs, do meu projeto, que determina a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial. Incluo, nesta discussão, igualmente, um outro projeto, também de minha autoria, que mereceu parecer favorável do ex-Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar.*

Na “Carta de Natal”, redigida e assinada ao final do evento, participantes recomendam, “aos juízes eleitorais, maior rigor na apreciação da vida pregressa dos candidatos quando da análise dos respectivos pedidos de registro, levando em conta, também, o caráter normativo dos princípios constitucionais”.

Em boa hora a decisão dos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Que ela seja acatada, fielmente, pelos senhores juízes eleitorais de todos os cantos e recantos deste imenso país. De norte a sul. Da maior das metrópoles ao menor de todos os municípios. Não importa. Não há eleitor de segunda ou de primeira classes. Nem o eleitor municipal, estadual, ou federal. Ao escolherem o seu candidato, em todos os níveis, os brasileiros exercem um ato de cidadania, um exercício mais que representativo em um ambiente de democracia.

Os tribunais eleitorais de todo o país têm dado, principalmente nos últimos anos, um exemplo a todo o planeta de como se deve perseguir a verdadeira legitimidade

nas eleições, em todos os níveis. Uma batalha sem trégua contra qualquer tipo de fraude na livre e legítima escolha dos candidatos. Hoje, as nossas urnas eletrônicas são exemplo e referência para as eleições de diversos países, também da maior potência à menor de todas as nações.

A nova prática é o reconhecimento do eleitor através de sua impressão digital e de uma foto recente, estampada através de meios eletrônicos. Quer dizer, votar em nome de alguém, a partir de agora, nem mesmo os gêmeos univitelinos.

Mas, até aqui, houve uma grande preocupação, devida e justificada, com a identificação do eleitor. Os chamados “votos-fantasma”, com todas as suas variações, mais ou menos criativas, foram atacados, tendo como ferramenta principal a tecnologia, para que as eleições, do Presidente da República ao vereador, sejam legítimas e realmente representativas. Ainda não atingimos o ideal, mas não há dúvida da diferença entre as eleições de hoje, e as cédulas de votação em papel de outros tempos.

É bem verdade que a fraude também se municia da modernidade, mas a competência dos nossos tribunais eleitorais tem sido um aval dos mais confiáveis para a lisura das eleições.

Falta, ainda, o outro lado. O avanço na identificação e no conhecimento de quem é o eleitor tem que ser acompanhado, no mesmo passo, de idênticas preocupações com o candidato. Quem é ele. Se ele se esconde sob qualquer manto que não seja o da verdade. Se este mesmo manto carrega manchas de desabono. Principalmente en-

quanto vigorar uma legislação que permite aos eleitos os deploráveis foro privilegiado e imunidade.

Não há que colocar melhores luzes sobre o eleitor, e manter o candidato sob penumbras. Ambos devem ser iluminados pela verdade. Uma verdade conhecida e transparente. Ambos, eleitor e candidato, fazem parte do mesmo processo democrático. O Congresso, e imagino que igualmente outras instâncias legislativas, nunca teve número tão significativo de integrantes respondendo a processos de todos os tipos e gravidade. O eleitor sabia disto? Se soubesse, teria depositado a mesma confiança no candidato, na sua atitude solitária da cabine de votações? Eleito, o candidato tem condições legítimas para representar o eleitor, mesmo sabendo-se, depois, que ele praticou atos lesivos à população, incluindo o seu próprio eleitorado?

Foi neste passo que eu apresentei os meus projetos de lei. Confesso que se tratam daquelas orientações legais específicas que deveriam ser dispensáveis, por tão óbvias. A representação política tem que ser, necessariamente, transparente e moldada pela mais completa honradez. O funcionário público, mesmo aquele que provou capacidade intelectual e de trabalho em provas e títulos, já tem, hoje, que se submeter ao crivo da lisura na sua “folha corrida”. O candidato a um cargo político tem que se subordinar ao mesmo tratamento. Ou, muito mais! Os seus atos, depois de eleito, terão impacto direto sobre populações inteiras. Do pequeno município. Da metrópole. Do país.

Eu volto a repetir que há um grande engano ao colocar, numa mesma perspectiva, os processos penal e político. É evidente que, enquanto não houver a condenação, com sentença irrecorrível, ninguém é réu. Mas, na política, é diferente. O político tem que ter, necessariamente, uma história de vida ilibada. Ao ser eleito, ele não é um; ele é todos. Ele representa a comunidade que lhe depositou um de seus sentimentos mais sublimes: a confiança.

Esta parece ser a palavra-chave: confiança. Como depositá-la em alguém que a feriu, muitas vezes de morte?

Não é à toa, torno a repetir, a nossa falta de legitimidade. Mais uma vez, a palavra-chave: a nossa falta de confiança. Daí, os baixos índices de legitimidade dos Parla-mentos. A população não acredita em quem ela depositou um dos sentimentos que lhe é mais caro: a própria confiança. Pesquisa UFMG/Vox Populi, de agosto de 2008, dá conta de que a população, na sua imensa maioria, acha muito mais grave a corrupção praticada por agentes públicos, em particular os que são eleitos. Daí, a quebra de confiança. Quase 90% de todos os brasileiros, segundo a mesma pesquisa, acredita que uma pequena minoria daqueles que ocupam cargos no Governo não seria seduzida, se lhe fosse proposto participar de algum esquema de desvio de dinheiro público.

O Diretor Executivo da “Transparência Brasil”, Cláudio Abramo, em artigo no Correio Braziliense, diz que “essa má reputação (dos partidos políticos e das instituições parlamentares) é merecidíssima. Há, no Brasil, uma quantidade excessiva de políticos envolvidos em tra-

mórias, negociatas, traições, adesões inexplicáveis e assim por diante. Uma proporção alarmante dos parlamentares brasileiros responde a processos criminais na Justiça ou foram punidos por tribunais de contas”. Segundo ele, “mais de um terço da Câmara dos Deputados, quase 40% do Senado e, em alguns Estados, nutridas maiorias” se incluem nestas condições nada recomendáveis.

Volto à questão: com esse verdadeiro “prontuário policial”, pode alguém representar a população? Decidir sobre os seus destinos? Deliberar sobre recursos públicos?

Eu tenho certeza de que o meu projeto, sem mudanças que possam escamotear os seus objetivos, e com o evidente acatamento dos tribunais à Carta de Natal, significa um impulso dos mais importantes na valorização dos Paramentos, em todos os níveis e, como consequência, da própria Administração Pública no Brasil.

Outras medidas deverão ser adotadas, para que se restabeleça a confiança na representação política. A fidelidade partidária. O financiamento público de campanhas. O fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentar. A prioridade, no Poder Judiciário, para os processos que envolvam agentes públicos. O fim da impunidade.

Melhor seria que a Administração Pública merecesse a aprovação da totalidade da população. Já que alguém disse, um dia, que “a unanimidade é burra”, contento-me em contribuir, com o meu projeto, para que a representação política seja, pelo menos, mais transparente. Que o eleitor conheça, devidamente, o seu candidato e, depois, que tenha elementos suficientes para cobrá-lo, em sua

conduta. Este é, para mim, o melhor controle sobre os recursos e o patrimônio público, depositados em confiança, pela população, no ato do voto, aos seus representantes políticos. Outros mecanismos de investigação e de controle de risco serão, apenas, subsidiários.

A primeira triagem saneadora dos candidatos tem que ser feita pelos partidos políticos. É a eles que pertence o mandato. A fidelidade partidária tem que ser cultuada na sua essência e na sua totalidade. Então, qualquer arranhão na conduta do candidato e, depois, eventualmente, do eleito, também trará seqüelas ao corpo partidário.

Mas, a decisão final é do eleitor. E, para que ele tenha condições de exercer o seu direito constitucional de eleger, tem, também e necessariamente, que conhecer a história de quem se propõe ser eleito. De quem se submete à sua confiança, e lhe pede um voto. Um voto de confiança. Para confiar, o eleitor tem que conhecer.

Hoje, muito pouco tempo depois de passada a eleição, no caso principalmente para o Parlamento Nacional, pouca gente se lembra em quem votou. Pior, na maioria dos casos, com uma razão fundamental: quem tomou posse não recebeu votos suficientes para ser diplomado no melhor conceito de legitimidade. Ele se beneficiou, na verdade, dos subterfúgios das coligações, dos votos de legenda e das suplências.

Nestes descaminhos da política, a Carta de Natal, dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, e o meu projeto, andam de mãos dadas. Espero que seja para construir outros, e melhores, caminhos.

6. ELEIÇÕES LIMPAS

A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB – tem envidado esforços no sentido de que seja proibido o registro de candidatura, nas eleições majoritárias ou proporcionais, de quem esteja respondendo por algum tipo de processo judicial, principalmente se considerado de natureza grave, ou que tenha sido motivado por desvio de conduta no tratamento de recursos públicos de qualquer natureza. Tudo isso se insere em um programa denominado “Eleições Limpas”, cujo objetivo maior é “garantir a liberdade de escolha dos eleitores”, com base na premissa de que “o fortalecimento da democracia somente será alcançado através do voto livre e consciente”.

A AMB coloca como elemento básico na melhor escolha do candidato, que o eleitor conheça a vida daquele que se propõe representá-lo, através do voto. A Associação também reconhece que, para se alcançar o objetivo proposto, é necessária uma maior integração entre os magistrados e a sociedade, através de uma melhor relação com os meios de comunicação, de visitas a escolas, às diferentes representações da sociedade civil e da realização das chamadas “audiências públicas”, uma “concepção avançada de democracia participativa”. A idéia é o juiz eleitoral interagir com a comunidade, para esclarecer todas as dú-

vidas no sentido de que as eleições sejam “limpas e livres de qualquer forma de pressão sobre o eleitor”.

A questão da impugnação das candidaturas que se convencionou chamar de “ficha suja” tem ocupado grande parte do debate e suscitado, através da imprensa, um contraditório que foi dirigido, finalmente, ao Supremo Tribunal Federal – STF, exatamente pela AMB, que pretendia tornar inelegíveis os candidatos que respondessem a tipos processuais específicos. Por nove votos a dois, a intenção da AMB foi rejeitada. Valeu-se a maioria dos Ministros daquela Corte, do entendimento de que nada pode interpor-se ao princípio da presunção de inocência, significando, com isto, que ninguém pode ser considerado culpado por qualquer crime enquanto não tiver sido julgado em última instância. Ou, no mínimo, que hajam as restrições específicas e previstas na legislação infraconstitucional requerida pelo § 9º do Art. 14 da Constituição Federal, que trata da questão das inelegibilidades em função de conceito, ainda não regulado, de “vida pregressa” dos candidatos.

Faço um parêntese, para reiterar, o que já foi tratado no capítulo anterior, outras tentativas de impugnação de candidaturas de registro de candidatos que respondem a processo, feitas por Tribunais Regionais Eleitorais, como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Todas “derrubadas” pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE - que, por sinal, não tem unanimidade no tratamento do tema (no último julgamento, o resultado foi de quatro votos a três, pela não-impugnação). Foi, exatamente, esse mesmo contraditório

o motivo principal da reunião de todos os presidentes dos TRE, no Rio Grande do Norte, da qual se extraiu a tal “Carta de Natal”, com considerações sobre a avaliação da “vida pregressa dos candidatos”, em decisão unânime.

A AMB tomou a iniciativa de publicar, no seu *site*, a lista de candidatos, inicialmente a Prefeitos, que estejam sendo processados por crimes graves ou contra os princípios da Administração Pública. Essa lista ficou conhecida como “dos Fichas-Sujas” e, desde sua divulgação, tem sofrido avaliações de toda ordem, também no sentido do contraditório.

Acredito que, até mesmo para melhor condução desse debate, alguns aspectos técnicos não estão bem esclarecidos devidamente, inclusive, na minha opinião, pela própria Magistratura.

Existe toda uma discussão em curso no Senado Federal, para incluir na “Lei de Inelegibilidades” (Lei Complementar nº 64, de 1990), as chamadas “condições éticas e morais”, a serem exigidas previamente, para a habilitação do candidato a mandato eletivo de qualquer natureza. Ou seja, incluir e esclarecer o conceito de “reputação ilibada” e “idoneidade moral”, condição hoje, naturalmente, exigida para o acesso a qualquer atividade ou serviço público, menos para os agentes políticos.

Esta aberração normativa e conceitual, como já disse, vem da falta de regulamentação total do § 9º, do Art. 14 da Constituição Federal de 1988. Após vinte anos, parece ter faltado coragem e competência ao Congresso para exercer essa função, que é sua. Pois bem, após um extenso de-

bate, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, conseguimos, finalmente, através de um esforço coletivo, nos aproximarmos de um texto de proposição consensual, resultado da junção de mais de vinte projetos, já em tramitação.

Entretanto, existe uma outra discussão, que não pode causar qualquer tipo de confusão no tratamento da questão da inelegibilidade. Eu me refiro à divulgação, pela Justiça Eleitoral, dos nomes dos candidatos que são réus em processos judiciais. Não se trata de impugnar candidaturas, mas, que, pelo menos, os eleitores conheçam, com antecedência, quem são os candidatos ao seu voto de confiança. Quem ele escolherá para representá-lo, nos diferentes espaços da Administração Pública.

Esta matéria específica é tratada no PLS nº 255/2006, de minha autoria, que foi aprovado no final do primeiro semestre de 2008, e que tramita, agora, na Câmara dos Deputados. É preciso observar, atentamente, o que diz o projeto:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 50-A. *A Justiça Eleitoral divulgará, aos domingos, durante o período de veiculação da propaganda eleitoral, os nomes dos candidatos que sejam réus em processos criminais ou que respondam a representações por quebra de decoro parlamentar.*

§ 1º *Para efeito do caput, a Justiça Eleitoral informará o nome ou nomes com os quais o candidato tenha sido registrado, o cargo ao qual concorre, o número do processo e seu objeto.*

§ 2º Ao iniciar e ao terminar tal programa, a Justiça Eleitoral informará que os candidatos citados não são considerados culpados até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, ou até que o órgão legislativo competente decida pela perda do mandato, conforme o caso.”

Quando de sua aprovação na CCJ, foi acatada uma emenda, pelo Relator, o ex-Senador Jefferson Peres, no sentido de que a divulgação pretendida seja, apenas, para quem já tenha sido condenado em primeira instância. Não era essa a intenção original, embora considere que não deixa de ser um grande avanço.

O meu Projeto de Lei tem por objetivo criar um programa semanal, durante o período de veiculação da propaganda eleitoral gratuita, no qual a Justiça Eleitoral - e somente ela - informará os nomes de candidatos que respondam a processos criminais ou a representações por quebra de decoro parlamentar, agora, depois da votação no Senado, dos já condenados em primeira instância.

A medida visa, simplesmente, um maior esclarecimento sobre a situação jurídica dos postulantes a cargos eletivos, para que o eleitorado possa fazer suas escolhas com mais informação e de forma mais consciente.

Ressalvo, também, que tais informações, ainda que sejam transmitidas com objetividade, poderiam ensejar um pré-julgamento do candidato pelo eleitorado. Para evitar tal desentendimento, imponho que - conciliando com o direito do eleitor à informação -, deverá a Justiça Eleitoral frisar a presunção de não-culpabilidade dos candidatos citados.

Acredito que tal solução harmoniza os dois valores constitucionais em questão, sem prejuízo a qualquer um deles: o direito à informação para o cidadão eleitor e a presunção de inocência para o candidato.

Essa questão, a da melhor informação ao eleitor, sobre a conduta de quem se propõe representá-lo, quando somada ao fim do chamado “foro privilegiado e às restrições que levam à “inelegibilidade”, pode se constituir na melhor das receitas para que a tal expressão “ficha suja”, tão reiterada, seja substituída por “eleições limpas”.

7. UMA CPMI À LUZ DOS FATOS

Um dos instrumentos legais mais importantes à disposição do Congresso Nacional é, sem dúvida, as Comissões Parlamentares de Inquérito. É, notadamente, no trabalho das chamadas CPI que o Parlamento exerce o ditame constitucional que lhe confere “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, quanto a possíveis desvios de recursos públicos e atos de corrupção. É bem verdade que, ao longo do tempo, as comissões têm sido desvirtuadas por diversas razões, desde as pressões no sentido da não apuração efetiva de fatos relevantes, até a sanha pelos holofotes da mídia, que mais geram estrépitos do que realmente cumprem os objetivos propostos de investigar os fatos determinados.

Até aqui, embora passado tanto tempo desde a chamada “CPMI Collor/PC”, estou certo de que essa Comissão pode, ainda, servir como referência para os trabalhos que ainda virão. Uma CPMI tem que se iluminar, sempre, pela luz dos fatos. É por isso que as tentativas de desacreditar as apurações que foram realizadas pelo Congresso Nacional tornaram-se vãs. À luz dos fatos, não foi possível, depois, reescrever a história. É por esse motivo que julgo importante registrar, para essa mesma história, os fatos que determinaram o desfecho da referida Comissão Parlamentar de Inquérito.

A trajetória política do hoje Senador Fernando Collor de Mello é, nos últimos anos, o exemplo mais que fiel da importância da democracia na história de um povo. No Congresso Nacional, ele teve os direitos políticos suspensos, em 1992, depois de um longo processo de investigação, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O povo foi às ruas, para exigir o seu *impeachment*. Os jovens daquele tempo pintaram seus rostos de verde e amarelo e exerceram o legítimo direito de participar dos destinos da Nação. Agora, ele retorna à vida pública, para o mesmo Congresso que o afastou, para exercer, em nome do povo do seu Estado de Alagoas, um mandato que esse mesmo povo lhe concedeu, democraticamente, nas urnas, como senador da República. É a vontade do povo brasileiro de Alagoas, contra a qual será antidemocrático qualquer oposição. O seu mandato de hoje é legítimo, como legítimo foi o seu afastamento, em 1992.

Fui um dos protagonistas daquele processo, que se iniciou com a entrevista concedida à revista *Véja*, pelo seu irmão, Pedro Collor. O Congresso Nacional não podia fugir à sua missão constitucional, ante fatos de tamanho quilate, principalmente em se tratando de denunciante tão próximo do então presidente e que, portanto, se revestia da devida credibilidade.

O pedido para a instalação daquela CPMI recebeu o número necessário de assinaturas. Cumpriu todos os requisitos legais e foi instalada no dia 1º de junho daquele ano. O primeiro depoente foi, exatamente, o seu

irmão que, frente à primeira pergunta do relator, Senador Amir Lando, confirmou todo o conteúdo da entrevista. Reafirmou, portanto, que havia, em operação, um forte esquema de corrupção, comandado pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias, uma das pessoas de sua maior confiança.

É evidente que o Sr. PC Farias negou absolutamente tudo, no segundo depoimento da CPMI. Não havia, até aquele momento, sinais claros de participação do Presidente no referido esquema descrito pelo Sr. Pedro Collor. Confesso, inclusive, que a CPMI teve, ao final do depoimento do Sr. PC Farias, uma espécie de crise de identidade, porque, não se pode negar, era expectativa, de alguns de seus integrantes, de que, já de início, se provasse a participação do Sr. Fernando Collor nos negócios escusos do Sr. PC Farias. As reuniões para discutir os rumos da CPMI eram realizadas no meu gabinete. Eu havia, inclusive, sido convidado para assumir a relatoria dos trabalhos. Declinei do convite, porque julgava mais apropriado um relator tipicamente de oposição, porque, afinal, fora desse grupo de parlamentares a iniciativa primeira de solicitar a instalação da Comissão. Confesso, também, que figuras ilustres da política brasileira de então colocavam em xeque os destinos dos trabalhos, dando pouco crédito a possíveis resultados que redundassem em mudança de rumos na política brasileira. Foi o caso, por exemplo, do Deputado Ulysses Guimarães que, inclusive, reportava-se a episódios traumáticos da nossa história, quem sabe no intuito de defender a necessária seriedade nas investigações, caso

contrário poderíamos incorrer em novos episódios que jamais gostaríamos de repetir.

Os depoimentos que se sucederam revestiram-se, também, de negativas às denúncias do Sr Pedro Collor, mas, em dado momento, algumas pistas surgiram a lume, principalmente no relato de pessoas próximas ao grupo que havia concebido a candidatura Fernando Collor de Mello à Presidência da República.

Mas, o depoimento que norteou os trabalhos da Comissão, foi o do Sr. Francisco Eriberto Freire França, no dia 1º de julho de 1992. O Sr. Eriberto era motorista da Sra. Ana Maria Acioli Gomes de Melo. Cuidava dos pagamentos e recebimentos de valores que lhes eram confiados pela então secretária particular do Presidente. Conhecia, portanto, pessoas, fluxos de recursos, finalidades de pagamentos e respectivos montantes. O depoimento do Sr. Eriberto foi, sem dúvida, um marco na mudança da CPMI do PC, como era chamada a Comissão, até aquela data, para a CPMI Collor/PC, como passou a ser denominada a partir de então.

O rosário de nomes e de fatos que se seguiram na sala da Comissão pode ser encontrado, didaticamente, na transcrição do depoimento do motorista Eriberto. Ali aparecem, por exemplo, os nomes das secretárias Rosinete e Marta, do mordomo Berto, do Secretário particular Cláudio Vieira, do piloto Jorge Bandeira, entre outros. Fatos, como a compra do Fiat Elba e das transações financeiras para pagamentos particulares, tendo sempre como fonte o Sr. PC Farias e destinatários pessoas do convívio,

familiar e de amizade, do Presidente da República. Instituições financeiras, como o BNC e o Bancesa, além de empresas de táxi aéreo, locadoras de automóveis, postos de gasolina, entre outras.

O que chamou a atenção dos parlamentares, além do rico conteúdo do depoimento, foram a clareza, a convicção e a firmeza do depoente. A ponto de um dos integrantes da CPMI perguntar-lhe se ele prestara o depoimento, apenas, movido por ato de patriotismo, ao que ele respondeu: “E o Sr. acha que é pouco?”.

A partir daquele instante, os fatos passaram a falar por si. Não havia a necessidade, nos depoimentos que se seguiram, das perguntas, até então vazias de conteúdo, e das negativas óbvias dos depoentes. Cada depoimento era antecedido de pesquisa documental, apresentada a cada um dos depoentes, que não podiam se furtar da confirmação, tamanhas eram as evidências e a robustez das provas.

A equipe técnica que cuidava da assessoria à Comissão cruzava informações e, a cada passo, novos elementos de prova foram surgindo. Cheques que visitavam sucessivas contas bancárias, depósitos que, logo imediatamente quando compensados, seus valores migravam para pessoas identificadas como integrantes do tal “esquema”, e assim por diante. Mais do que isso, a cada tentativa de defesa, outros elementos comprobatórios surgiam, corroborando, ainda mais, a tal tese da locupletação. Foi assim, por exemplo, nas tentativas, frustradas, de explicação da Operação Uruguai, o que se comprovou, depois, ser um artifício montado para justificar re-

cursos com origem, no mínimo, duvidosa, pelo menos até aquele momento.

Foi assim, também, com as tentativas de explicações para o processo que culminou na compra de um carro Fiat Elba, registrado em nome do Presidente da República. Prevaleceu, afinal, o que havia sido relatado pelo motorista Eriberto. É neste caso, inclusive, que emergiu o fato das contas fantasmas, muito utilizadas em todo o processo em investigação pela CPMI.

Portanto, não há como fugir da concretude dos fatos. Não foi, evidentemente, a melhor estratégia tentar negar tamanhas evidências. Por isso, contrapor-se à veracidade desses fatos, ou tentar atribuir aos trabalhos da CPMI alguma *pecha* de farsa, não é o caminho mais adequado.

Não posso negar a atitude isenta do então Presidente Fernando Collor, durante todo o período de investigação. Ele não tomou qualquer atitude na tentativa de impedir os trabalhos da CPMI. Nem mesmo de procrastiná-los. Creio que não passasse pela sua imaginação a possibilidade de as investigações atingirem-no, diretamente. Algo assim como aconteceu, por exemplo, com o ex-Presidente Nixon, dos Estados Unidos. Negativas, veementes, de participação no episódio das gravações ilegais, na sede do seu Partido Democrata. Jurou inocência, até que os fatos viessem a lume, trazidos pelos jornalistas do Washington Post. Igual postura foi utilizada pelo ex-Presidente Clinton, no caso com a estagiária Mônica Lewinsky. Também negou, veementemente, o ocorrido, e foi, de igual modo, contrastado pelos fatos.

Essa atitude, de isenção, do Presidente Collor, diga-se de passagem, não foi, nem é, a mesma dos presidentes que o sucederam. Ao contrário, o que aconteceu, a partir de então, foi uma seqüência de pressões contrárias à instalação de CPI, o que levou as chamadas “minorias” a apelarem para o Supremo Tribunal Federal, no sentido do cumprimento de seus direitos constitucionais. Foi o caso, por exemplo, da “CPI dos Bingos”, pela qual recorri, na companhia do ex-Senador Jefferson Peres, junto ao STF, para que, afinal, fosse instalada. No outro caso, o da proposta de investigação sobre os agentes corruptores, não se conseguiu o intento, e a CPI foi abortada, antes do nascedouro.

Então, a “CPMI Collor/PC” teve todos os elementos para ser lembrada pela lisura das investigações. Ela se iluminou, como nas palavras do seu relator, “à luz dos fatos”, e, contra esses fatos, não haveria argumentos que levassem a outro rumo que aquele traçado durante as investigações.

As insinuações posteriores de que a condução dos trabalhos provocou cerceamentos de defesas e eventuais atropelamentos, não procedem. Todas as etapas cumpridas foram cobertas pelo devido procedimento legal. Tanto a Câmara dos Deputados, como o Senado Federal não desviaram, em qualquer momento, do texto legal e dos respectivos regimentos, para conduzir os trabalhos. Aqui, também, não cabe repreensão.

Aliás, eu estou seguro de que aquela CPMI deveria se constituir em modelo para as que se seguirão, tanto para o Congresso Nacional, quanto para as ins-

tituições públicas direta, ou indiretamente, envolvidas no tema sob investigação. Infelizmente, não posso dizer o mesmo para a maioria das Comissões que foram propostas, daquela data, até agora, como a CPMI dos Cartões Corporativos e CPI das Organizações Não-Governamentais. A história do Brasil permanece credora de outras investigações que se perderam ao longo de tamanhas pressões. Por exemplo, por que não abrir essa imensa caixa-preta das privatizações no País? Como explicar o preço mínimo da Companhia Vale do Rio Doce, vendida por pouco mais de R\$3,3 bilhões, se esse mesmo valor tem sido ultrapassado, seguidamente, pelos lucros líquidos trimestrais da mesma empresa? Quem calculou, com que critério e a pedido de quem, os tais fluxos de caixa descontados, para que um valor tão menor fosse projetado para o resultado da empresa? Por que os Fundos de Pensão mudaram de lado, nos consórcios que se instituíram para os leilões, às vésperas da privatização da Vale? O que aconteceu, efetivamente, na privatização das “teles”? O que significou, exatamente, o termo “limite da irresponsabilidade”, pronunciado por um funcionário de alto escalão da República? Por que não investigar, com a mesma seriedade utilizada na CPMI que serviu de base para a cassação do seu mandato, o episódio da compra de deputados para a reeleição do Presidente da República? Por que foram abortadas, com tamanha truculência, as investigações sobre os corruptores? Por que tamanha pressão sobre as CPI, que chegaram a ser instaladas, a duras penas, mas com negativas e procrastinações de

órgãos públicos, como o Banco Central, no fornecimento de informações consideradas primordiais para o sucesso das investigações?

Enfim, eu estou certo de que, todo esse processo, que teve como figura central o hoje Senador Fernando Collor de Mello foi, para todos nós, e para o fortalecimento da democracia brasileira, uma grande lição. E, por definição, uma lição tem, sempre, dois lados: o de quem ensina e o de quem aprende. Neste caso, ainda somos, todos nós, sem exceção, meros aprendizes. Mestre, quem sabe seja um só, divino, criador, a quem recorremos, todos os dias, no início dos nossos trabalhos, no Congresso Nacional. Há, ainda, muito caminho a trilhar, neste País de contrastes. E, esse caminho será tão menos árduo, se pavimentado, simultaneamente, pela humildade, pela perseverança e pela ética. Num País de tamanha fome e miséria, o dinheiro público deve ser, por definição, sagrado e inviolável, porque ele significa o direito à vida digna, para todos os cidadãos. Esse é um preceito comum em todos os documentos relativos aos direitos fundamentais dos seres humanos. Aqui, ou em qualquer outro lugar do planeta. Esse é, também, o nosso dever constitucional. Dele, não podemos nos arredar, jamais!

8. SOBE!

Quando ingressei na vida pública, há cinco décadas, eu apertei o botão de subida do elevador da política, no seu sentido mais puro. E ele subiu. Parou em muitos andares. Abriu e fechou. Muitas vezes, parecia que as portas emperravam, presas a grades e a paus-de-arara. Mas, mesmo assim, abriam-se, com o esforço de todos os passageiros. Havia uma voz, que anunciava cada etapa dessa nossa subida, na busca do destino almejado por todos nós. “Liberdade”, “democracia”, “anistia”, “Diretas Já”. Não era uma voz interna. Ela vinha das ruas, e ecoava de fora para dentro. Vi gente descer e subir, em cada um dos andares deste edifício político. Comigo, subiram Ulysses, Tancredo, Teotônio. Já nos primeiros andares, vieram Covas, Darcy, Fernando Henrique. Mais um ou outro andar, Lula, Dirceu, Suplicy. Outro mais, Mercadante, Marina, Heloísa.

De repente, o elevador parou entre dois andares. Alguém mexeu, indevidamente, no painel. Parece que alguns resolveram descer e fizeram mau uso do botão de emergência. O Covas, o Darcy, o Ulysses, o Tancredo, o Teotônio já haviam chegado a seus destinos. Sentimos, então, uma sensação de insegurança e de falta de referências. Apesar dos brados da Heloísa, parecia que nada poderia impedir a nossa queda livre. A cada andar, uma outra voz, agora de dentro

para fora, anunciava, num ritmo rápido e seqüencial: “PC”, “Orçamento”, “Banestado”, “Mensalão”, “Sanguessugas”, “Navalha”, “Xeque-Mate”. Alguns nomes, eu nem consegui decifrar, tamanha a quantidade e a velocidade da descida.

E o elevador não parava. Nenhuma porta se abria. Haveria o térreo, de onde poderíamos, de novo, ganhar as ruas. É que imaginávamos que ele se confundia com o fundo do poço do elevador da política. Qual o que, não sabíamos que o nosso edifício tinha, ainda, tantos, e tão profundos, subsolos. Daí, a sensação, cada vez mais contundente, de que o baque seria ainda maior. Quantos seriam os subsolos? Até que profundezas suportaríamos nessa queda livre?

Mais uma vez de repente, o elevador parou, subitamente. Uma fresta, uma sala, uma discussão acalorada. Troca de insultos. Uma reunião da Comissão de Ética na Torre Principal do Edifício. O síndico teria pago suas contas pessoais com o dinheiro do Condomínio, por meio do funcionário do *lobby* de um outro edifício. E, por isso, teria, também, deixado de pagar pelos serviços de manutenção do elevador. Mais do que isso, o zelador também não havia recebido o seu sagrado salário, para o pão, o leite, a saúde e a educação da família. Idem o segurança.

Mas, havia algo estranho naquela reunião: os representantes dos condôminos, talvez por medo de outros sustos semelhantes, em outros solavancos do elevador, defendiam, solenemente, o síndico. Ninguém estava interessado em avaliar a veracidade das suas informações. Nem mesmo as contas do condomínio. Queriam impu-

tar culpa ao zelador e ao segurança. Ou, quem sabe, teria o tal síndico informações comprometedoras, gravadas nos corredores soturnos do edifício, a provocar tamanha ânsia solidária? Não se sabe, mas, tudo indica, isso jamais será investigado, enquanto vigorar a atual Convenção de Condomínio.

Há que se rever, portanto, essa Convenção. Há que se consertar esse elevador. Há que se escolher um novo ascensorista. Há que se eleger um novo síndico. Há que se alcançar o andar da ética. A voz das ruas tem que ecoar, mais alto, nos corredores deste edifício. A voz de dentro, parece, insiste em continuar violando os painéis de controle. Até que não haja, mais, subsolos. E, aí, o tal baque poderá ser irreversível. Não haverá salas de comissões de ética. Porque não haverá, mais, ética. Quem sabe, nem mesmo, edifício.

9. CORRUPÇÃO: GÊNESIS E APOCALIPSE

Quem diria, o primeiro ato de corrupção virou notícia já no terceiro capítulo do Livro Gênesis, exatamente o que revela a criação do universo e, conseqüentemente, do homem. Isso significa que os seres humanos mantiveram-se incorruptíveis por, apenas, dois capítulos da Bíblia Sagrada. Não fossem os encantos da serpente maligna, estaríamos todos, hoje, no pleno gozo do paraíso. E, quem sabe, a Bíblia se circunscreveria ao seu capítulo 2, o que não seria nada desagradável, pois ali se trata do paraíso terrestre e, como se algo ainda faltasse, da criação da mulher.

Não sei em que parte desse paraíso estaríamos hoje. Quem sabe, numa destas ilhas paradisíacas ao som de “O Thaiti é aqui”. Todos, incluindo os milhões de brasileiros, que não conseguem mais o pão, nem com o suor dos próprios rostos.

Como se vê, muito pouco tempo depois de sua criação, o homem não se contentava mais nem mesmo com o paraíso criado por Deus. E, depois de um longo, tumultuado e velho testamento, Ele, em sua infinita bondade, houve por bem enviar à Terra o seu único Filho, para pregar o amor, a paz, a união entre os povos, os princípios éticos, a liberdade, a igualdade, a frater-

nidade, a decência e a probidade. Pois é, venderam-no por trinta dinheiros.

Deus fez o homem à Sua imagem e, parece, nem todos se mantiveram à Sua semelhança. Por isso, combater a corrupção significa resgatar, no homem, a concepção que Deus fez dele. A luta contra a corrupção é, portanto, um sacerdócio.

A corrupção é o grito de dor nas filas dos hospitais. É a escuridão do analfabetismo. É o desemprego, a fome e a miséria. Como contraponto, combatê-la se torna, portanto, algo como contribuir no resgate do projeto divino de construção do paraíso.

Decomposição, devassidão, perversão, depravação, putrefação. Palavras comuns, não apenas em suas rimas, mas, principalmente, na repugnância de seus significados. Quem corrompe, decompõe, devassa, perverte, deprava. E, quem é corrompido é pervertido, depravado, estragado, podre. Não me inspiro na insistência do noticiário sobre a malversação de recursos públicos com o custo de oportunidade da miséria, da fome, da doença e do analfabetismo de milhões de brasileiros.

Na verdade, estes são, exatamente, os termos utilizados pelo Mestre Aurélio Buarque de Holanda para definir corrupção, corruptor e corrupto. Do Latim, *corruptione*, *corruptore*, *corruptu*. Portanto, pode-se afirmar que, para se investigar, por completo, a perversão ou a depravação no uso dos recursos públicos, há que se examinar não apenas os pervertidos ou os podres. Há que se diligenciar, também, sobre quem deprava ou putrefaz.

Podem parecer palavras exageradamente fortes, mas elas carregam o tamanho da indignação popular frente à malversação de recursos públicos, crime que, infelizmente, não tem passado pelas páginas policiais, mas que tem ocupado os espaços mais privilegiados das manchetes dos jornais. Aos olhos da população, não há diferença significativa entre corruptor e corupto: para ela, ambos são devassos, depravados e podres.

A corrupção se fundamenta em relações pessoais. Por isto, ela contamina. E, no caso, é a população que exige dos governos o uso de “preservativos”. Porque a população sabe que a corrupção é um mal que já causou efeitos colaterais em milhões de brasileiros que ainda sobrevivem abaixo dos limites da pobreza, embora os programas sociais de combate à miséria. Combatê-la constitui-se em uma missão que deve ser incorporada por todos aqueles que se dizem cristãos, ou que se manifestaram como tal para galgar postos de comando político.

É bem verdade que as orações de combate à corrupção têm sido, ultimamente, pouco comunitárias. E são poucos os “sacerdotes” que ainda inspiram fé. E o povo já não se contenta mais em responder unicamente amém.

Como um mal que corrói as estruturas e mina as resistências, a corrupção não pode ser tratada como se fosse, apenas, febre passageira. Há que se atacá-la em suas causas. E, há que se encontrar antídoto que impeça a sua proliferação.

Em, pelo menos, três momentos, a população brasileira encheu-se de esperança de que a corrupção teria suas

raízes abaladas. O primeiro se deu com a CPI Collor/PC. A CPI não apenas “isolou o vírus” da corrupção, ela cuidou, também, de afastá-lo. Entretanto, enquanto “prontuário”, o Relatório Final da CPI Collor/PC mostrou-se incompleto e parcial. Outros elementos de investigação deveriam ser incluídos no trabalho. Não se tocou, como deveria, na questão dos corruptores que, certos da impunidade, mantiveram sua ação contaminadora.

A CPI do Orçamento constitui o segundo momento. De repente, percebeu-se que o próprio ambiente onde se investigava atos de corrupção, também se achava contaminado. Promovida a “autocuretagem” com a cassação e o afastamento de parlamentares, parecia estar, ali, a oportunidade de revelar à população as verdadeiras dimensões da corrupção no País. Mas, se percebeu, também ali, que a corrupção tem fortes “autodefesas” e que não poderiam ser transpostas no tempo estipulado para a execução dos trabalhos da CPI.

O terceiro momento se caracterizou com a criação, pelo então Presidente Itamar Franco, da Comissão Especial de Investigação – CEI. Constituída por cidadãos brasileiros de reconhecida probidade e competência, a Comissão produziu extensa documentação sobre denúncias de desvios de recursos e de dilapidação do patrimônio público no Brasil.

Portanto, não são fatos novos, nem a corrupção, nem as boas intenções de investigá-la. Mas não se pode negar que são, cada vez mais, fortes as barreiras contrárias à descoberta de antídotos que permitam extirpá-la.

De nada adianta o discurso de que a corrupção não é, apenas, febre, se, na prática, ela é tratada como meros soluços. E, no caso, não parece suficiente a sabedoria popular de que soluços se curam com água fria ou com sustos. Porque há que se banir a possibilidade de um “susto institucional”, pois, aí, poderá não haver água fria o bastante para impedir uma possível ebulição. Nem antídoto suficiente para evitar a devassidão. Sinônimo de corrupção. E de podridão.

10. BARBÁRIE E CORRUPÇÃO: PARA ONDE NÓS VIEMOS?

Balanco parcial dos últimos dias: bandidos trancam família inteira no interior da residência e ateam fogo, em Minas Gerais. Menina de cinco anos é jogada do sexto andar de um edifício de classe média, em São Paulo. Menino de nove anos é marcado a ferro em brasa, como gado, numa fazenda de Goiás. Bem próximo de onde uma outra menina era amarrada, diariamente, numa espécie de pelourinho dos nossos tempos.

Eu já não digo mais “para onde nós vamos?”, mas “para onde nós viemos?” Não é mais “onde vamos chegar?”, mas “onde é que fomos parar?” Ou, quem sabe, será que, de fato, viemos? Em que tempo nós estamos?

A ciência colocou o mundo a nossos dedos. Um toque e eu viajo do Museu do Louvre à biblioteca do Pentágono, sem sair do Brasil. A tecnologia nos lança ao futuro, cada vez mais antecipado. Mas, também, a um único toque, eu viajo dos campos minados do Iraque à favela onde o Estado paralelo instala um tribunal, julga e condena à morte, quem sabe vítimas da falta do Estado legal. Pois é, a tecnologia parece teimar em nos mostrar, também, que ainda estamos no passado, cada vez mais remoto.

Em tempo real, muitas vezes, eu não sei se já estou vivendo uma realidade do final do século 21, ou se a humanidade ainda não saiu dos tempos das cavernas. Visitar, mesmo que virtualmente, outros planetas, me encanta. Ser visitado pela barbárie, que nada tem de virtual, me espanta.

Em 2007, foi o menino do Rio. Terror que causou arrepio. Arrastado pelas ruas, ante os olhos aflitos e impotentes da mãe. A comoção tomou conta de todas as outras ruas, de todo o País. Passeatas, discursos inflamados, rios de tinta. Outras comoções vieram, como quando se descobriu uma menina presa numa cela com duas dezenas de homens no Pará. Ou um bebê boiando nas águas da lagoa. Novas passeatas, novos discursos, velhas tintas. Mas, a comoção dobrou as esquinas. De tão repetitivas, indo e voltando, como um pêndulo, na tela dos monitores e das TV, parece ter criado em nós um efeito hipnotizante, principalmente em quem é responsável por entender que emoção e ação constituem muito mais que uma rima.

Eu não sei que sentimento move um ser dito humano, ao cometer uma barbárie. Ao puxar um gatilho, ao acender um rastilho. A queima roupa, a esmo, ou teleguiado. Como são as noites de quem vê, antes de dormir, cenas cruéis do choro de inocentes sobre corpos dilacerados pelas bombas que ele mesmo mandou detonar.

Algumas vezes, tamanha a barbárie, me assola a idéia de inverter o dito popular: parece que a justiça divina não falta, mas tarda. Aí, me deparo com a realidade de que é a justiça dos homens que tarda e que falta.

Parece que, cada vez mais, o coração humano de muitos se restringe a um mero músculo, e suas aurículas e ventrículos já não mais se constituem na sede dos sentimentos, das emoções e da consciência, como ainda teimam em definir os melhores dicionários. Um músculo como os outros demais, sinônimo de força, cada vez mais bruta, longe de qualquer significado que indique afeto, amor, índole, caráter.

A comoção tem o tamanho da barbárie. Mas, infelizmente, ela tem durado, somente, o tempo da audiência. Parece mesmo que os apresentadores do noticiário tornam-se uma espécie de regentes da nossa indignação. E, nesta orquestra de sentimentos cada vez mais desafinados, nós nos tocamos, mas quase nunca tocamos. Já disse alguém que pertencemos a uma “sociedade do espetáculo”. Fazemos cada apresentação como se fosse única, mas andamos de palco em palco, verdadeiros mambembes, ligando e desligando holofotes e microfones para os nossos instrumentos que são, apenas, de sopro.

Estamos criando um Estado paralelo, para uma sociedade igualmente paralela. A impunidade do Estado legal está levando, cada vez mais, à justiça pelas próprias mãos. Pior: a certeza de que as leis do Estado legal não são cumpridas está incentivando a bestialidade. A ausência do Estado joga por terra o coletivo, em nome do individual. A “Lei de Gerson”, o levar vantagem em tudo. A qualquer preço, a qualquer custo.

O cumprimento da lei já não depende mais da culpa, mas da performance do advogado. Ou do seu preço. Da

capacidade financeira do culpado em contratá-lo. Pior, ainda, depende da cor e da classe social de quem pratica o delito. Não há, portanto, apenas, um Estado paralelo. O Estado legal é, também, discriminador, segregacionista. E anda no passo da justiça dos homens. Tarda. Falta.

Por isso, eu não vejo qualquer possibilidade de resgarmos valores perdidos em tempos de barbárie, até mesmo para que possamos utilizá-los na luta contra essa mesma barbárie, sem recuperarmos o verdadeiro sentido do coletivo. Fazer valer a isonomia, também no sentido dos melhores dicionários, enquanto um “estado daqueles que são governados pelas mesmas leis”, ou a “igualdade de todos perante a lei, assegurada como princípio constitucional”. Ou, ainda, que as leis sejam cumpridas, no seu sentido isonômico, sem discriminação de qualquer espécie. É preciso acabar, imediatamente, com a certeza da impunidade, sob pena da multiplicação dessa mesma barbárie.

A lei que não se cumpre é, talvez, pior que a lei que não existe. Quem sabe a índole do povo fosse capaz, ela própria, de consolidar melhores costumes. Mas, a lei que não se cumpre é o alimento da anomia social, quando a sociedade percebe que os freios sociais não funcionam, descarrilando na barbárie. O Estado paralelo não se estrutura onde há falta de leis, mas onde impera a certeza de que elas não são cumpridas. O Estado paralelo seria dizimado se o Estado legal cumprisse, efetivamente, as leis já existentes.

É por isso que o País tem, indispensavelmente que fazer valer o seu Estado legal. Para isso, tem que recu-

perar a confiabilidade nas suas instituições públicas e de representação política. E, aí, não há que se criar, necessariamente, novas leis, mas fazer crer à sociedade a certeza de que elas serão, de fato, cumpridas.

O povo brasileiro tem perdido, em escala preocupante, os seus canais de representação política, principalmente nos últimos tempos. Os partidos políticos e os parlamentos nunca tiveram tão baixas margens de confiabilidade. O Congresso patina no lamaçal da corrupção, ora por não investigá-la, ora por praticá-la. As representações políticas não-governamentais foram cooptadas com dinheiro público e, não raras vezes, também mergulharam em águas turvas.

Quantos foram os momentos memoráveis do Congresso? Quantos foram os grandes debates sobre assuntos dos mais significativos para a vida nacional? Na Assembléia Nacional Constituinte. Nas Comissões Parlamentares de Inquérito do *Impeachment* e dos Anões do Orçamento. Mesmo quando não respondemos, à altura, aos anseios da população, como no caso da derrubada da emenda que propunha instituir eleições diretas para presidente, ainda assim o Parlamento manteve a devida confiabilidade popular. O Congresso sempre foi o principal pilar da democracia brasileira.

Quantos foram, também, os momentos memoráveis das principais instituições representativas da sociedade civil, na luta pela democracia, pelos direitos humanos e pela ética na política? As organizações estudantis. Os movimentos populares pela educação, pela saúde, pela justiça

social. Os sindicatos de todas as categorias de trabalhadores. As centrais sindicais. Os “Caras Pintadas”.

Hoje, estas mesmas representações transformaram-se, muito mais, em satélites da representação oficial, movidas por dinheiro público e por cargos nas instituições do Governo, para os seus principais dirigentes.

A população perdeu, portanto, as suas principais representações por convicção, por cooptação, e/ou por corrupção. Enquanto essa mesma situação não for revertida, não serão encontrados os nossos melhores valores e referências. Novas comoções sociais e novas turbulências políticas virão e o que restará será a indignação popular. Até que a tal anomia social se transforme, individual ou coletivamente, em desobediência civil. Aí, não haverá indignação que resista.

Não podemos generalizar a população brasileira a partir do indivíduo que ateou fogo na casa e na família. Nem naquele que lançou a menina do alto do edifício. Nem do que cunhou, a ferro, a sua marca macabra no corpo da criança. Nem a que manteve, em regime de escravidão, a adolescente, sintomaticamente, na área de serviço.

Não podemos, também, generalizar a representação política na cooptação e na corrupção. Existem vozes que permanecem timbradas pelos melhores valores.

Mas, não podemos negar o efeito devastador das más condutas, principalmente quando adquirem repercussão nacional, sob os holofotes da mídia e as luzes da audiência. Provocam efeitos multiplicadores pela inegável glamourização, já detectada pelos principais editores de jornais e

pelos autores das novelas de maior audiência. Já disseram os nossos melhores e mais famosos romancistas que valores bons não propiciam os melhores retornos. Retornos financeiros, obviamente. A publicidade paga, e depois inclui no preço do produto, a encenação do quanto pior, melhor.

Quem deve dar a devida resposta à proliferação da barbárie e às conseqüentes comoção e indignação tem que ser o Estado legal. Caso contrário, o vácuo de legitimidade e de confiabilidade pode ser ocupado, ainda mais, pelo Estado paralelo. E, aí, sairemos, também ainda mais, do necessário equilíbrio. Mais barbárie, mais comoção, mais indignação.

Repito: de nada vão adiantar novas leis, se elas continuarem a não ser cumpridas. E, por que não são colocadas em prática? Primeiro, porque as instituições que as geraram perderam a confiança da população. Segundo, porque a população sabe que não haverá qualquer punição para quem não as cumprir. Pelo menos para quem tiver recursos para se opor ao seu cumprimento. Para quem puder financiar um profissional que construa os melhores álibis. Pior: para quem conseguir comprar a sua inocência, por meio da corrupção de quem é o responsável por fazê-las cumprir. Pior ainda: porque a população sabe, cada vez com maior detalhe, que os pecados dessas mesmas leis, não são, apenas, mortais, mas originais, porque a corrupção se fez desde a sua concepção. Que houve desvios desde que as leis foram geradas, antes, portanto, da sua prática.

Repito, também, agora como decorrência deste estado de anomia social: há que se fortalecer a repre-

sentação política, que se restabelecer a confiança da população nas suas instituições, públicas e privadas, governamentais e não-governamentais. A reconstrução de um Estado legal legítimo e representativo das aspirações maiores da população. Ocupar o vácuo que o próprio Estado legal deixou construir, e que foi ocupado pelo Estado paralelo. Do narcotráfico, da pirataria, da sonegação, da barbárie.

Não há que se colocar microscópio de alta definição sobre o nosso corpo social para se detectar a bactéria que corrói a legitimidade do Estado, representado pelas suas principais instituições públicas. É a corrupção. Pior: tudo indica que a bactéria da corrupção está desenvolvendo anticorpos cada vez mais fortes e, poderá não haver, daqui a um tempo, antibióticos com poder de cura suficiente para barrar uma possível septicemia nas nossas representações políticas. Aí, nem a ciência, nem a política. Quem sabe, reste a fé.

Alguns especialistas tentaram quantificar a corrupção, no Brasil. Cada método leva a um resultado diferente. Nenhum, porém, abaixo da casa dos bilhões. Todos suficientes para sanar os nossos principais problemas: a dor nos hospitais, a escuridão do analfabetismo, a violência, a fome, a miséria. A falta do Estado legal, enfim.

Eu não consigo imaginar, também repito, as noites de sono do corrupto que vê, no último noticiário da noite, o choro da mãe, filho desfalecido no colo, pela falta do hospital que seria construído com o dinheiro escondido sob

o seu colchão. Um colchão com etiquetas de paraísos fiscais. Que sonhos ilustram este mesmo sono, quando ele sabe que, a cada dez horas, uma criança é assassinada no Brasil, muitas delas arrancadas do ambiente familiar pelos tentáculos da fome e da miséria? Que milhares morrem, anualmente, por causas plenamente ao alcance da medicina e do conhecimento médico que, nestes nossos tempos, são considerados elementares?

O que imaginar de doenças que pareciam erradicadas, como a dengue, a febre amarela, o sarampo, e tantas outras, que voltam a assombrar populações inteiras, e que viajaram até nós, neste trem da história, com passagens pagas pela corrupção?

Eu não conheço cena mais triste que a de uma mãe, choro compulsivo, a implorar pela vida do filho no colo, muitas vezes em vão, porque lhe resta, tão somente, a extrema-unção. Que aurículas e que ventrículos podem continuar insensíveis a estas lágrimas de desespero?

Por isso, eu não vejo diferença na atitude de quem ateou fogo na casa, que atirou a criança pela janela, que marcou a ferro a criança, ou que amarrou a jovem na sua área de serviço, com a de quem roubou o dinheiro público, cuja falta provocou a morte da criança nos braços da mãe aflita. São, todos, igualmente, bárbaros. Não haverá sono tranqüilo que os conforte.

Mas, não há que se esperar, apenas, a justiça divina. Muito menos a justiça pelas próprias mãos. A justiça dos homens, além de necessária, é suficiente. Basta colocá-la em prática.

Não há que se esperar, também, pela comoção do corrupto, ou do corruptor. Nem se preocupar com as suas noites de sono. Eles parecem insensíveis, porque foram eles que desenvolveram os tais anticorpos da nossa septicemia social e política. Então, que se prescreva o antibiótico da lei! Que não é, somente, de última geração, mas de todas. Principalmente as que ainda virão!

É evidente que não haverá mudança de cima para baixo, de dentro para fora. A população, a imensa maioria não cooptada pelos holofotes e pelas luzes do poder, terá que desenvolver mecanismos de pressão no sentido de que se cumpram as leis. Não há o cidadão municipal, estadual e federal. Cidadania e plenitude não se dividem. Mas, a corrupção atua nestes três níveis, não necessariamente com os mesmos métodos e os mesmos agentes. Então, o primeiro passo é a comunidade atuar no nível local, afinal onde a maioria dos recursos são, ou deveriam ser, alocados. Formar novas representações, livres da cooptação, para acompanhar o gasto público, independente de onde ele se origine. Cobrar a execução das ações programadas e investigar os recursos gastos na sua implementação.

Já existem experiências bem sucedidas neste sentido. A população se reuniu, por meio de suas representações municipais de empresários, trabalhadores e de categorias profissionais, e passou a exercer a cidadania no seu significado único, pleno. Não se montou um Estado paralelo. Ao contrário, cobrou-se o exercício devido do Estado legal. Essa mesma população não se propunha criar novas leis,

nem era o seu desejo impor novos costumes. Fez cumprir as leis já existentes. Estes exemplos têm, necessariamente, que ser multiplicados.

É preciso que os órgãos encarregados do controle dos gastos públicos, em todos os níveis, trabalhem de forma mais coordenada. A Controladoria Geral da União e os tribunais de conta, da União, dos Estados e dos Municípios, onde eles existam, devem desenvolver mecanismos de auditoria das contas públicas que permitam maior integração na troca de informações, não só em relação aos métodos de investigação, mas também nos preços das obras e das demais compras governamentais de bens e serviços.

É necessário resgatar os mecanismos já existentes de investigação e de acompanhamento dos gastos públicos. Também aí não há necessidade de se criar novos instrumentos investigativos. Eu não vejo melhor caminho que as comissões parlamentares de inquérito, também em todos os níveis. Mas, as CPI têm sido, infelizmente, desmoralizadas, principalmente nos últimos tempos. Transformaram-se em celeiros de não-investigação. Em cartórios distribuidores de atestados de idoneidade. Recuperar o verdadeiro papel das CPI é, também, um passo significativo para o aumento da legitimidade dos parlamentos, municipal, estadual e federal. Para o fortalecimento das representações políticas, nos três níveis.

As instituições públicas têm de fortalecerem os seus órgãos próprios de investigação e de controle de riscos. Instituir ouvidorias, para que o cidadão possa contribuir

com informações e sugestões sobre o funcionamento da máquina pública, nos diferentes segmentos. O cidadão passa a ser, efetivamente, um soldado na luta contra a corrupção e o mau uso do recurso coletivo. Um verdadeiro exercício de controle social.

A Comissão Especial de Investigação, criada pelo então Presidente Itamar Franco e extinta pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi, também, uma experiência bem sucedida de combate à corrupção. Formada por representantes de diferentes segmentos da população, com reputação ilibada e respaldo político para investigar, independente de qualquer segmento político do Governo Federal, a CEI cumpriu, efetivamente, um papel que pode, e deve, ser repetido, nas atribuições do Estado legal.

As organizações não-governamentais também podem exercer uma função importante no melhor uso dos recursos públicos. Mas, o noticiário tem sido farto, dando conta de que as ONG, em parcela significativa, também tiveram a sua trajetória desvirtuada pela corrupção. Acabaram por chegar longe de serem não-governamentais. Ao contrário, tornaram-se verdadeiros apêndices das instituições públicas. Pior: além de contaminadas pela corrupção dos corredores públicos, contribuíram, em muito, para o desmonte do Estado legal. Neste caso, não se caracterizam como Estado paralelo, e não ocuparam um vácuo deixado pelo Estado legal. Foi exatamente este mesmo Estado legal que abriu caminho para as organizações não-governamentais. Que, repito, pouco têm de não-governamentais. Importou os recursos do governo e, de cambulhada, o seu

mau uso. Se mudada, entretanto, essa desvirtude, a experiência pode ser bem sucedida.

Tudo isto corrobora a idéia de que não há necessidade de uma sofisticada “mecatrônica política” para se atacar a corrupção, no Brasil. Os sistemas existentes, já utilizados com sucesso, podem levar-nos a melhores cenários sociais, econômicos e políticos.

Volto a repetir, para ser enfático: a sociedade brasileira não pode continuar, apenas, sob os efeitos de comoções repetitivas. Que geram indignação, mas que, pelo próprio efeito repetitivo e pela falta de ações que permitam acionar novos e melhores valores, produzem, também, efeitos hipnotizantes. Não podemos, a cada dobrar de esquina que se repete, nos acostumarmos com as comoções e as indignações.

Enquanto isso, milhares de crianças continuarão morrendo, nos braços de igualmente milhares de mães aflitas. De fome, de miséria, de doenças plenamente controláveis. Muitas delas que, imaginávamos, estavam erradicadas no nosso País.

Enquanto isso, milhares de outros indivíduos, na falta de perspectivas de vida e de melhores valores e referências, continuarão praticando a barbárie. Repito: no Brasil, uma criança é morta, assassinada, a cada dez horas. E os números da violência infantil estão muito além das estatísticas oficiais.

Enquanto isso, o dinheiro, o mesmo que falta à cidadania na sua plenitude e ao Estado legal, inspirador de valores mais nobres, foge pelos desvãos da corrupção. E os

números da corrupção, apesar de tamanhos, se escondem das estatísticas oficiais.

A população escolhe um canal de televisão e assiste, quem sabe mais indignada que comovida, ao grande debate sobre quem teria jogado a criança inocente pela janela.

A mesma população muda de canal e vê, agora sim mais indignada ainda, um outro grande debate sobre quem vazou, para a imprensa, os gastos suspeitos com cartões corporativos.

O que eu quero dizer, afinal, é que há um nexos, uma forte correlação entre um e outro assunto, independente do canal. Ambos dão conta de desvios de conduta. E que não haverá qualquer necessidade de uma nova escola de detetives para se saber quem são os verdadeiros culpados. Basta que se investigue e se cumpram, efetivamente, as leis.

11. OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS, VERSÃO BRASILEIRA

Uma das minhas maiores preocupações, nestes nossos dias atuais, é a perda, cada vez maior, da confiança da população sobre as instituições pilares da democracia, motivada pela prática da corrupção, cada vez mais presente no noticiário do dia-a-dia.

Em 1997, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal promoveu, atendendo a requerimento de minha autoria, um amplo debate sobre a chamada “Operação Mãos Limpas”, acontecimento dos mais importantes, na Itália, para combater a corrupção em todos os escalões de poder naquele País.

Compareceram, no Senado, os Procuradores Piercamillo Davigo e Paulo Ielo, cujo relato de suas experiências nos encheu de esperança pela ética na política, tão necessária, tanto lá, como cá. Mal sabíamos que, ao contrário das nossas expectativas, esse mesmo Congresso teria, ainda, que se ocupar com investigações de toda ordem, como se as lições repassadas pelos procuradores italianos fossem, apenas, experiências de além-mar, distantes, portanto, da história que gostaríamos de construir, naquele momento das nossas vidas.

Hoje, passados mais de dez anos e outras tantas Comissões Parlamentares de Inquérito, pouca coisa mudou na nossa história. Há pouco tempo, assistimos ao noticiário vindo de Rondônia, onde não sobrou quase nenhuma instituição, na operação realizada pela Polícia Federal, em nome da Justiça. Não fossem as algemas, uma foto de tanta gente importante junta, poderia parecer, para os incautos, um acontecimento próprio das colunas sociais. Lá estavam juízes, promotores, deputados, empresários, advogados, procuradores, assessores “top” de linha e outros “colunáveis”. Entretanto, para nós, era Rondônia, Estado dos mais importantes para a nossa história, mas longe de nós, na geografia. Parecia, portanto, que a corrupção generalizada estava distante, localizada.

Mas, de repente, o Rio de Janeiro. E, Rio de Janeiro é mais Brasil, pelo menos como tentam nos provar a mídia, as novelas, o noticiário e o sotaque da artista e do apresentador. Não são, numa típica discriminação velada, juízes, desembargadores, policiais e advogados rondonienses, nortistas ou nordestinos: são cariocas de Ipanema, do Leblon e de Copacabana. São brasileiros de grife!

Eu não sei se fico, mais ainda, amargurado com as prisões ocorridas no Rio de Janeiro, ou se me encho de esperança, quando vejo alcançados, pela Justiça, brasileiros de andares superiores da escala social, cidadãos, até aqui, acima de qualquer suspeita, e que se escudavam no poder e na glória. Pode parecer contraditório, mas, eu creio que estou experimentando os dois sentimentos. De amargura, porque vejo a corrupção campear em

todos os segmentos da sociedade brasileira, inclusive naqueles que são pagos, com dinheiro público, exatamente para coibir o mau uso do recurso que falta para a escuridão do analfabetismo e na dor das filas dos hospitais. De esperança, porque vejo, no interior desses mesmos segmentos, guardiões da coisa pública, que se movem pelos mais belos princípios do cumprimento do dever e que não se curvam a pressões de qualquer natureza. Ética e coragem são a marca desses brasileiros, verdadeiramente de primeiro escalão, que merecem o nosso respeito e a nossa admiração. Eles estão, sobretudo, no Ministério Público e na Polícia Federal.

Nunca, como agora, se investigou, por exemplo, tantos crimes previdenciários. E, lá estão a Polícia Federal e o Ministério Público. O dinheiro de quem só lhes resta, muitas vezes, a fraca luz do fim do túnel, como tantos aposentados e pensionistas, já em idade avançada, sendo desviado para robustos e iluminados cofres de financiamentos de campanhas e para contas paradisíacas, em ilhas fiscais, cercadas de corrupção por todos os lados.

Nunca, igualmente, foram desbaratadas tantas quadrilhas de desvios de dinheiro público, na saúde, na Receita Federal, no orçamento público e em tantas outras fontes inesgotáveis de malversação. E, lá, também, estão a Polícia Federal e o Ministério Público.

Mas, mesmo reconhecendo e louvando o trabalho dessas duas instituições, a prisão, por atos de corrupção, de autoridades ligadas a instituições que deveriam ser, por definição, impolutas, dá, ao cidadão, uma sensação de

vulnerabilidade, ainda mais em tempos em que a barbárie corre solta.

É essa, para mim, a maior razão para tamanho aumento da criminalidade, em todos os seus aspectos. O País parece caminhar para um clima que Durkheim chamou de anomia social, isto é, de ausência ou de enfraquecimento das regras sociais que, em Sociologia, se diz quando há conflitos de normas sociais, levando as pessoas a se sentirem desestimuladas em respeitar as leis. Nestes casos, a sociedade perde os freios necessários para limitar as ações das pessoas. É o que dá sinais no Brasil, quando os cidadãos passam a não acreditar nas suas instituições e, aí, lançam mão de alternativas, normalmente na ilegalidade, para suprir o que o Estado, ou, mesmo, o que a vida não lhes oferece. Daí, a segurança paralela, o mercado negro, a pirataria, a sonegação, o assalto para alcançar a moda, a água no leite, o benzeno na gasolina, a farinha no remédio, entre outros desvios. É assim que, sabedor da impunidade e alimentado pela baixa legitimidade das instituições, o crime se multiplica.

A baixa qualidade do serviço público e a corrupção alimentam, por exemplo, a sonegação. Por que pagar tanto imposto se a saúde, a segurança pública e a educação deixam a desejar e se o contribuinte sabe que, parte do que ele paga sairá pelos ralos da corrupção? A opção que ele encontra é sonegar, na sua concepção, “para ser menos roubado”, ou, para lhe restar dinheiro para buscar, na iniciativa privada, a escola, o hospital e a segurança que o Estado não lhe dá. Como acreditar num poder, qualquer

que seja ele, que é sustentado pelo imposto pago pelo cidadão, quando a televisão mostra os seus mais eminentes representantes presos por corrupção? Como acreditar no Judiciário, por exemplo, se a Justiça é parcial? Como confiar no Congresso, com tantos “sanguessugas” e “mensaleiros”? Como crer no Executivo, com tantas notícias de desvios de recursos públicos?

Daí, até a generalização pode ser um passo. Não é à toa, por exemplo, que o Congresso recebeu, em pesquisa recente, mísero 1,1% de aprovação. Grosso modo, numa mera simulação, e se mantido esse percentual, para a população, dentre os 594 parlamentares, haveria, apenas, seis que merecem notas respeitáveis. Que trabalham, que defendem os interesses da sociedade e que não são corruptos. É por isso, talvez, que, ao ser perguntado se ele acha que há político honesto, responda: “Tem! Uma meia dúzia”. É o 1,1% da nossa simulação! Também como exemplo, qual seria a avaliação do Judiciário, com a prisão de um vice-presidente de um Tribunal Regional Federal? Com a suspeita do envolvimento em falcatruas de um integrante do Superior Tribunal de Justiça? A partir do episódio do pagamento dos “mensaleiros”, qual a repercussão, negativa, para o Governo Federal como um todo?

Dessa generalização, ao risco de ruptura institucional pode ser outro passo. O que irá acontecer quando o tal “estado de anomia social” atingir um estágio incontrollável? Ou já atingiu? Por exemplo, em termos de segurança, como vive, hoje, a população da cidade do Rio de Janeiro? E de Rondônia? Como é, hoje, a situação de segurança

pública na cidade de Porto Alegre, se comparada com dez anos atrás? Pensando nos mesmos termos, o que aconteceu com as cidades do interior brasileiro, antes sinônimos de lugares pacatos e, na grande maioria, bucólicos? O que poderá fazer essa mesma população, se ela não mais acreditar, definitivamente, no Estado, nas leis e nas normas que regem a sociedade civilizada? Intercederá por uma “tropa de elite”?

Quem pode, em termos financeiros, continuará recorrendo às câmeras de segurança, aos carros blindados, às cercas elétricas de milhares de volts, aos capangas, aos guarda-costas, e assim por diante. Para quem pode muito pouco, ou nada, restam as milícias, o narcotráfico, que emprega, dá “segurança”, e, muitas vezes, saúde, educação, arroz, feijão e pão. E num próximo momento, a quem ele recorrerá? À justiça pelas próprias mãos? Não estariam, aí, portanto, as raízes de tamanha violência? Por que essa mesma violência atinge, hoje, enquanto autores e vítimas, igualmente, os ricos e os pobres? Não seria a tal anomia social, ou seja, a falta de estímulo para cumprir as regras legais, ou, ainda, a certeza da impunidade?

A diferença é que a Justiça bate de forma distinta, nos dois segmentos da sociedade. Como já afirmei, reiteradas vezes, o pobre se envolve com o crime e a Justiça o alcança. Para o rico, a Justiça descansa. Aliás, o crime praticado pela chamada “camada de cima” da sociedade parece ter se transformado numa espécie de *merchandising* para advogados de grife. Enquanto isso, o pobre, que roubou o pote de margarina, nem cliente é. Fica na fila da defensoria pú-

blica que, no caso, é ela que não conhece o cliente. Mais do que isso: o pobre não conhece a Justiça. Ele conhece, apenas, a polícia.

Eu estou certo de que os últimos acontecimentos no País não podem ser analisados separadamente, de forma estanque, como se não tivesse uma lógica perversa a alinhavá-los. Há um elo entre a violência nas ruas das nossas cidades, agora não importa mais o tamanho, e o avanço da pirataria, a sonegação de impostos, o apagão nos aeroportos, nos hospitais e nas escolas, o poder no narcotráfico, as milícias, a adulteração da gasolina, a barbárie de toda ordem. Há um estado de anomia social no ar! Cada vez mais indivíduos estão deixando de acreditar nas regras sociais e legais, e nas instituições encarregadas de colocá-las em prática! Estão aí as razões segundo as quais as pessoas perderam valores e referências! É a sensação de impunidade de uns, e de fragilidade de outros.

Eu também tenho repetido que está se construindo um País paralelo, com regras próprias e com estruturas marginais para fazê-las cumprir. E, pior, na “Constituição” deste mesmo País paralelo, há, apenas, um capítulo: “Cumpra-se!”. Cumpra-se o que determinar as estruturas marginais! Enquanto isso, podemos estar discutindo temas isolados, propostas específicas, leis para um País legal que existe cada vez menos, num combate desorganizado ao crime organizado. Leis que, sabe-se, nem sempre serão cumpridas, ou, pior: poderão ser negociadas, como agora no Rio de Janeiro, exatamente por quem cabe fazê-las cumprir!

De que valerão novas leis neste estado de anomia social se elas poderão cair no descrédito ainda na “placenta” legislativa? Se a população passar a acreditar, generalizadamente, que as instituições que vão colocá-las em prática também pertencem ao país paralelo?

O que pensar de um Congresso que passa a maioria do seu tempo com sua ordem do dia com todas as deliberações sobrestadas por medidas provisórias, instrumento que transfere para o Executivo a atribuição de legislar, neste caso em causa própria? Quanto custa, aos olhos da população, um Congresso paralisado?

O que pensar de um Executivo que se vale de “mensalões”, para aprovar matérias de interesse da Nação? De um Judiciário que só judícia, segundo as leis, para as camadas mais pobres? E que é, ao contrário, guardião da impunidade para os mais abastados?

Eu acho que não estamos dando o devido valor a essa perda de legitimidade de nossas instituições legais. Nem mesmo ao Estado marginal, que se aproveitou, cada vez mais, do desmonte do Estado legal. Portanto, não adianta, somente, combatermos o Estado marginal, se não reconstruirmos o Estado legal. O Congresso, se continuar inerte, estará passando para a população a imagem de que, de fato, se constitui em uma meia dúzia. De que a instituição é descartável. Há de se ter uma atitude institucional, nos três Poderes. Está mais do que tarde para que devamos discutir, e colocar em prática, a nossa versão da “Operação Mãos Limpas”.

A legitimidade do Legislativo aumenta quando investiga os seus próprios integrantes. Prova disso é que as

CPI, quando instaladas para investigar possíveis desvios de conduta de parlamentares, ao contrário do que se pode imaginar, turbinam a legitimidade do Congresso. Obviamente, isso deve ocorrer, também, com os outros Poderes da República! Isso indica que a população exige uma “Operação Mãos Limpas”.

Temos de recuperar, urgentemente, a legitimidade de nossas instituições democráticas. Não há como permanecer, por mais tempo, com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário sob a pecha de que “são todos iguais”, de que são todos “mensaleiros”, pagantes ou recebedores, de que tanto a lei, como a sentença, têm preço. O Estado, com suas entranhas abaladas pela septicemia da corrupção, tem de ser remontado, na sua plenitude. A impunidade não pode continuar minando as instituições pilares da democracia.

Eu acho que o discurso, óbvio, de “que se cumpra a Constituição e as leis” não será suficiente. De nada valerá arquitetar um aparato legal para um Brasil democrático se continuarmos tendo consciência de que a lei poderá ter leituras viesadas, para fortalecer privilégios e punições, de acordo com os degraus sociais. A população exige que “todos sejam iguais perante essas mesmas leis”. E que se punam os transgressores, indistintamente.

É hora, portanto, de retomarmos não só a idéia, mas a prática do que se discutiu, tão exaustivamente, com os procuradores italianos, na “Operação Mãos Limpas”. Na época, promovi a edição de uma separata, com a transcrição de todo o debate. Pois bem, essa mesma separata des-

cansa, hoje, nas prateleiras frias das bibliotecas coletivas e particulares. Na grande maioria, páginas desgastadas pelo tempo. Mas, elas mantêm um conteúdo que nunca foi tão atual. É preciso retomá-las o quanto antes. É pouco começar do novo, mesmo porque o novo, de tão prometido e não cumprido, sempre se aproxima, precocemente, dos limites da senilidade. É preciso recomeçar do ético. Caso contrário, a história é rica em exemplos de como tudo isso vai terminar.

12. AS PEQUENAS SEMENTES

Eu tenho recebido, diariamente, centenas de mensagens de brasileiros de todos os cantos e recantos do País. São vozes roucas contra a corrupção e a violência, que têm ocupado parte significativa do noticiário do nosso dia-a-dia.

Há um sentimento profundo de indignação no ar. E as pessoas dão sinais evidentes de que já não se contentam, tão-somente, com a crítica. Querem participar, diretamente, de um processo de mudança e do resgate dos melhores valores e referências, perdidos nestes tempos de barbárie.

Eu já disse que essas mudanças, pelo menos no que compete aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não virão de dentro para fora. Nada acontecerá sem a voz estridente das ruas. Ao contrário: o que se assiste, hoje, é uma triste deterioração de posturas, em todos os níveis de poder. E, isso, tem reflexos danosos no dia-a-dia da população, que se espreme nas filas dos hospitais, que se esconde na escuridão do analfabetismo, e que se esquiva das balas perdidas, nas vielas estreitas dos morros, ou nas largas avenidas da praia.

Violência e corrupção são siamesas. Faces de uma mesma moeda. Só que a violência é a face que se mostra,

a corrupção a que se esconde. Ou, quem sabe, que se escondia, antes do brilhante trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público.

As minhas reflexões, no plenário do Senado e nos artigos publicados na imprensa, nos quais eu conclamo, reiteradamente, a população a ocupar, de novo, as ruas, como em tantos e memoráveis casos da nossa história, têm provocado repercussão além das minhas expectativas. Estão brotando, nos mais diferentes lugares deste País, movimentos populares em defesa da ética no tratamento dos recursos públicos e contra a violência, cujos limites, há muito, já foram ultrapassados. Até mesmo brasileiros residentes fora do País, não importa a distância, têm contribuído, em muito, no debate de idéias e de propostas de ação.

Como ilustração, selecionei três das mensagens que me foram encaminhadas, duas relativas à questão da violência e uma sobre os desvios éticos que mancham a história do País, notadamente nos últimos tempos.

Os alunos do ensino fundamental da “Escola Estadual Engenheiro Prado Lopes”, da periferia de Belo Horizonte, promoveram um amplo debate sobre a minha “carta aberta para Rosa Cristina”, mãe do João Hélio, barbaramente arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro. Da discussão de idéias, além de mensagens de apoio e de carinho à família do menino vítima da barbárie humana, resultaram cartazes dos mais criativos, empunhados pelas ruas do bairro, num movimento de conscientização que, estou certo, resultarão nos melhores efeitos multiplicadores.

Vale, inclusive, a transcrição de parte do artigo publicado em um jornal local, pela Professora Sibebe Ávila, arte-educadora daquela escola: “Os alunos se mostraram indignados, emocionalmente envolvidos e interessados em fazer com que ‘tuas lágrimas não se percam’. Diversas opiniões foram surgindo e o professor fazia suas interferências e contribuições, alertando os alunos para o fato de que violência gera violência e, também, ressaltando o valor do perdão, da família e da religião (...) Eles fizeram frases, desenhos e acrósticos (...) Esse trabalho nos deu a oportunidade de compartilhar, com os alunos, algo que lhes é muito íntimo e que, nem sempre, deixam transparecer: o sentimento”.

O conteúdo dessa mesma “carta” foi objeto de discussão num seminário promovido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e que provocou, segundo o relato, “sérias reflexões e conduziu o auditório à emoção”. Como se observa, um mesmo assunto, por meio de um mesmo instrumento de mobilização, envolveu meninos que ainda iniciam a vida estudantil, num bairro de periferia de uma grande cidade brasileira, e graduados dos últimos escalões de ensino, numa das melhores e mais conhecidas universidades do País.

Sobre a questão ética, a indignação tomou conta de uma moradora do meio rural do município de Oriente, Estado de São Paulo. Diz ela que refletiu sobre a melhor maneira de externar os seus sentimentos, e de contribuir, com sua ação, no sentido das mudanças que a população

brasileira tanto reclama. Redigiu, ela própria, o cabeçalho de um abaixo-assinado, correu as ruas de sua localidade, conversou com as pessoas, conclamou a participação de todos, colheu dezenas de assinaturas, segundo ela, “que refletem a opinião de todos os cidadãos de bem”. Eu não tenho dúvida que esse gesto, e essas assinaturas, de brasileiros de um pequeno município, também refletem a postura e a opinião de todos os cidadãos de bem deste imenso País.

A propósito, transcrevo dois textos, escritos por alunas, ambas com 17 anos, do Colégio Santa Maria, de Belo Horizonte, a partir da seguinte questão, formulada pela Professora Lucy Vidal Bastos: “Existem perspectivas para os jovens brasileiros?”. Marcela Simonetti escreveu, sob o título “**Sonhar é necessário**”:

“Às vezes, é tão difícil imaginar o futuro, viver o amanhã! Tornamo-nos seres pessimistas e por quê?”

Somos reflexo da sociedade em que vivemos, uma sociedade que passou a ser incrédula – ninguém acredita em ninguém –; uma sociedade em que a sua atitude, aquela que você acredita ser certa, passa a ser inválida, em meio a muitos erros (pergunto-me, algumas vezes, se o errado passou a ser certo, já que tantos o fazem); um mundo em que política, futebol e religião não devem ser discutidos; mas, por quê? Por que um dia alguém disse que “toda forma de poder é uma forma de morrer por nada”? Por que acatar ideologias impostas? Discutir nem sempre é ruim; críticas às vezes podem ser construtivas.

Tenho medo de me perder nesse pessimismo, de deixar de acreditar nas pessoas; deixar de acreditar em sonhos, um em espe-

cial que, creio, todos temos em comum: o sonho de um Brasil melhor. No dia em que eu perder esse sonho, terei perdido um motivo para viver, uma esperança e, aí, sim, não terei volta”.

Raíssa Naiara Ramos, por sua vez, escolheu o título **“Por que esperar?”**:

“Que tipo de pessoa é você? Aquela que vê ou aquela que enxerga? Que pensa em falar ou que fala? Que faz porque deve ou faz porque quer? Se não souber responder a essas perguntas, tudo bem, eu também não saberia. Mas, acredite ou não, dependemos de tudo isso para construirmos um futuro diferente.

Desde bem jovens aprendemos em casa e na escola valores morais, ambientais e sociais; aprendemos a ser otimistas, que somos o futuro do mundo e que ele precisa de nós. Mas, ao mesmo tempo, vivemos uma realidade a cada dia mais triste e sem esperança. Será que vale a pena lutar?

Seria mais fácil se eu pudesse cuidar da minha própria felicidade e não precisasse olhar para o mundo, mas eu vou precisar deste mundo para ser feliz, uma vez que vivo em sociedade. O que afetar o mundo me afetará também. Ou você acha que só porque a violência da TV está nas favelas ela não afetará você? Ou que as drogas estão apenas nas mãos de marginais, ou que as árvores cortadas na Amazônia estão distantes demais daqui, ou que uma pessoa que se explodiu no Afeganistão é ficção? Eu posso responder a essas perguntas: talvez não tenha percebido que quem vive numa prisão é você, que a droga chega a sua casa, que você está absorvendo a poluição gerada pelos abusos contra o meio ambiente e que seu filho descobriu que pessoas explodem por causa de suas idéias.

Há quem diga que podemos viver de viseira, sem olharmos para o lado, cuidando do nosso próprio umbigo. Não duvido de

que possamos, mas, por favor, não me ensine. Com o orgulho que me resta, tentarei viver por todos nós, ensinarei a quem quiser que fazer a felicidade dos outros é a melhor maneira de ser feliz”.

Pois é, Marcella, Raíssa e tantos outros jovens deste Brasil de tamanhos contrastes: sonhar é preciso. Por que esperar?

Eu, às vezes, ao contemplar as enormes florestas, tenho em mente que tudo nasceu, e floresceu, de pequenas sementes. Ou de mudas espalhadas por semeadores anônimos, que cultivam muito mais que uma árvore, mas o ideal de um mundo melhor.

Que se lancem, portanto, as pequenas sementes!

13. A MÍDIA E A MULTIPLICAÇÃO DA BARBÁRIE

Apenas como exercício de imaginação, suponhamos que, no último instante, o editor do principal jornal televisivo de hoje à noite decida não veicular qualquer notícia que envolva guerra, violência e corrupção. Não sei, concretamente, qual seria, então, o conteúdo de tal noticiário, até porque muitos dos fatos, a serem noticiados ou cortados, ainda estão por acontecer, antes dos cinco segundos que antecedem as manchetes do dia. Não me parece, entretanto, uma tarefa das mais difíceis. Basta que façamos esse mesmo exercício com o noticiário de qualquer um dos dias passados. Qualquer um. Pode ser escolhido, aleatoriamente. Pois bem, infelizmente, na nossa simulação, parece que pouca coisa vai sobrar do programa de hoje, além do “boa-noite” do Bonner, e do “até amanhã” da Fátima.

Esse mesmo exercício pode ser feito com os todos os jornais, falados e escritos, dos últimos dias, com resultado bastante parecido. E dos outros dias, e das últimas semanas, do ano passado e dos outros anos. É evidente que não se quer, com essa mera simulação, qualquer apologia à censura. Ao contrário, a notícia gera a indignação, que alimenta a discussão, que produz soluções. Mas, o que me preocupa, também a título de discussão, é o outro

lado dessa mesma moeda: até que ponto a exposição repetida estimula a “glamourização” do crime e de quem o pratica. O que teria a perder a pessoa que já está excluída de tudo na vida, de seus direitos mais fundamentais como ser humano? Ela já vive, constantemente, numa linha tênue que separa a vida da morte. Ela sabe, entretanto, que somente na morte, dela ou de sua vítima, poderá adquirir algum tipo de notoriedade. Na vida, quem sabe, não se registre, nem mesmo, o seu próprio nascimento.

Não sei, também, se tamanha exibição pública possa estar levando à realimentação da barbárie, pelo efeito-repetição. Pode parecer inacreditável, e a devida explicação é tarefa dos psicanalistas, mas o crime, o da guerra ou o da esquina, parece exercer uma espécie de magnetismo no leitor e no telespectador, a ponto de, apesar da indignação popular, ainda turbinar a venda de jornais e os índices do Ibope. Já a corrupção parece dividir esses mesmos sentimentos: a indignação fica com o povo, o magnetismo, com o corrupto. Mas, ela, também, infelizmente, tem o dom de alimentar audiências. Preocupa-me, em todas essas violências, a idéia dos fatos se reproduzirem em outros, em escala progressiva.

Lembro-me do policial rodoviário, quando diz que os acidentes nas estradas geram outros mais, pela curiosidade mórbida dos motoristas. Quanto mais sério o desastre, maior o perigo, porque a bisbilhotice também tem escalas. Lembro-me, também, das pilhas de jornais sensacionalistas, cujas primeiras páginas mais se parecem imagens de matadouros, tanto sangue e tamanha violência retratada sem necessidade de prosa, nem verso. Que gosto tem o leitor em

deixar de comprar, quem sabe outro jornal, ou o leite de cada dia, para, ele sim, se deleitar com tamanha barbárie?

É neste sentido que tenho refletido muito, nos últimos tempos, sobre o papel da mídia, principalmente a televisão, sobre a vida dos cidadãos. O que é causa e o que é consequência. Essa minha reflexão foi alimentada pela entrevista dada pelo novelista da Rede Globo, Sílvio Abreu, à revista *Vêja*.

Como se sabe, as novelas são escravas da audiência. Não é à toa o acirramento da concorrência, no horário nobre. Então, o enredo acompanha, quase sempre, os desejos do telespectador. O autor tem em mente a espinha dorsal da novela. Os capítulos são recheados pelas avaliações extraídas de pesquisas qualitativas realizadas pelos principais canais de televisão. Sílvio de Abreu foi o autor da novela “Belíssima”. Segundo ele, “uma parcela dos espectadores já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para elas, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo”. Algo bem diferente, portanto, do que acontecia com os enredos, na arte e na vida real em outros tempos. O natural era que o ladrão fosse preso, o “mocinho” ficasse com a “mocinha”, e cada um tivesse um único parceiro, ou parceira, e assim por diante.

Mas, Sílvio de Abreu diz que “as pessoas (durante a novela) se mostraram muito mais interessadas nos personagens negativos que nos moralmente corretos. Isso, para mim, foi uma completa surpresa”, diz o autor. “Na minha novela anterior, “As Filhas da Mãe”, há coisa de cinco anos, o comportamento dos grupos de pesquisa era diferente.

Os personagens bons eram os mais queridos. Nessa última pesquisa, eles foram considerados enfadonhos por boa parte das espectadoras. Elas se incomodavam com o fato de a protagonista Júlia ficar sofrendo em vez de se virar e resolver sua vida de forma pragmática. Outro exemplo são as opiniões sobre Alberto, o personagem que não mediu esforços para tirar de seu caminho o Cemil, um bom moço, e roubar sua pretendente, Mônica. Alberto fez uma falcatrua para desmanchar o romance do rival”. Em qualquer outra novela, ele diz, “isso faria o público automaticamente ficar do lado do mocinho. Mas as donas-de-casa não viram nada de errado na conduta do Alberto. Pelo contrário: ponderaram que, se ele fez aquilo para conquistar um “mulherão”, tudo bem. O fato de o André ter dado um golpe do baú na Júlia também foi visto com naturalidade. As espectadoras achavam que, se ele precisava de dinheiro, não havia mal em ficar com ela. Colocamos, então, que o canalha a estava roubando e as espectadoras retrucaram: deixa disso, daqui a pouco eles vão ficar bem”.

Sílvio de Abreu diz, ainda, que, na mesma pesquisa, foi possível perceber uma forte correlação entre essa maior tolerância com os desvios de conduta e os escândalos recentes da política: “Numa parte da pesquisa, as espectadoras apontaram com qual personagem se identificavam, e a maioria simpatizava com a Júlia, é claro. Mas havia colocações do tipo: ‘Quero ser a Júlia porque aí eu pago ‘mensalão’ para todo mundo e ninguém me passa a perna’. “Olhe que absurdo”, ele ainda afirma: “A esperteza desonesta foi vista como um valor. O simples fato de o Presidente Lula dizer que não sabia de nada e não viu as

mazelas trazidas à tona pelas CPI e pela imprensa basta – as pessoas fingem que acreditam porque acham mais conveniente que fique tudo como está. Eu me vi na obrigação de fazer alusões a essa inversão de valores em “Belíssima”. Quando a Bia Falcão reapareceu e disse com a maior cara-de-pau que sumiu porque estava de férias numa fazenda, ficou óbvio para todo mundo que ela estava mentindo. Mas, como Bia se impõe pela autoridade, os personagens engoliram a desfaçatez”.

As palavras de Sílvio de Abreu e as pesquisas a que ele se refere podem estar demonstrando, e isso seria preocupante, que há uma mudança perversa nos valores da sociedade brasileira, principalmente nos últimos anos. Para o romancista, a arte imita a vida. Se a novela, além de “belíssima”, fosse “certinha”, os níveis de audiência cairiam, como indicavam as pesquisas qualitativas. Mas, o que dizer do contexto, no qual se realizaram essas mesmas pesquisas? O que levou os telespectadores a exigirem, em troca da audiência, que o mal prevalecesse sobre o bem? Não poderia ser a tal “glamourização” da barbárie? Seria a audiência da novela turbinada pela notícia reiterada dos fatos? Será que a notícia da barbárie, repetida em horário nobre, alimenta a própria barbárie, na tal escala progressiva? Em suma, não haveria uma alta correlação entre o noticiário e a novela? O que é causa e o que é consequência?

Se a mídia é capaz de construir um presidente da República e, logo depois, destroná-lo, por que ela não seria capaz, então, de criar, mesmo que involuntariamente, estereótipos de criminosos e, pior, “glamourizá-los”? Embora não seja

um caso tão recente, mas porque foi motivo de estudos e teses, e se tornou emblemático, vem à mente o personagem a quem a própria imprensa deu o nome de “Bandido da Luz Vermelha”, tão bem retratado no filme de Rogério Sganzerla. Lembro-me que ele dizia algo, mais ou menos, assim: “Eu não sou nada disso que estão dizendo por aí, mas já que é assim, assim eu vou ser”.

Eu estou certo de que esse tema necessita de uma profunda discussão pela sociedade brasileira, principalmente nos dias de hoje, porque a televisão tem se transformado no parente comum em todos os lares, quem sabe o próprio pai, porque tem o dom de orientar corações e mentes.

Em 1998, fui o relator de uma comissão especial, no Senado Federal, criada para analisar a programação de rádio e TV, no Brasil. Tivemos, naquela época, a oportunidade de debater, com profundidade, temas dos mais relevantes, com profissionais do ramo, como Roberto Muylaert, Geraldo Casé, Fernando Barbosa Lima, Dias Gomes, Walter Avancini, entre outros. Lembro-me, também, do Prof. Murilo César Ramos, da UnB, que, entre outras proposições, defendeu a idéia de “um intenso diálogo entre Congresso, Poder Executivo, empresas de rádio e televisão e organizações da sociedade, para definição de padrões de programação, que torne a televisão e o rádio instrumentos efetivamente civilizatórios”. Pois bem, passados quase dez anos, o debate continua em aberto, e os avanços tecnológicos, ao que tudo indica, não têm sido acompanhados da devida discussão sobre a melhor

programação, principalmente no que se refere à televisão brasileira.

A minha questão essencial é que, se é verdade que a reiteração da notícia da barbárie tem um efeito “glamou-rizador” sobre quem a pratica, será que semelhante repetição, só que com informações sobre atos de solidariedade, de voluntarismo e de humanidade poderiam causar o contraponto, incentivando o contrário da barbárie, e a concretização de novos valores e referências?

Nos dias de carnaval, eu participo de um evento chamado “Rebanhão”, promovido pela Igreja Católica, em que milhares de pessoas se juntam não só para pedir proteção divina, nestes tempos de crise, mas para discutir um projeto de mundo mais humano e mais solidário. Esse mesmo acontecimento não é único, ele se repete por todo o País, envolvendo milhares, ou milhões, de fiéis à doutrina religiosa, numa corrente de fé e de esperança. Pois bem, é evidente que não se quer concorrer com a cobertura da mídia sobre o carnaval, porque, afinal, se trata de uma festa popular sem concorrentes. Mas, não mereceria, pelo menos, uma única linha na imprensa um evento que reúne tantos brasileiros, em nome do bem comum? Nenhuma palavra, nenhum comentário: para a imprensa, o encontro, simplesmente, não acontece.

Eu tenho a convicção de que os efeitos multiplicadores das boas obras, se melhor conhecidas pelo grande público, terão, também, o dom de alcançar os tais corações e mentes, tão machucados pelas notícias dos últimos tempos. A banalização da vida e os níveis de corrupção chegaram a limites

tão alarmantes, que a indignação tomou conta do País, como um rastilho de clamor popular no sentido de se buscar novas, e melhores, referências de vida.

Apesar de tamanha barbárie, eu ainda continuo otimista. Estou certo de que ainda é possível construirmos um mundo mais humano e solidário. Temo que, aí sim, numa progressão da violência, que a população enverede, ainda mais, por caminhos que, ao contrário, realimentem a barbárie. Uma pesquisa feita pelo “*Datafolha*” justifica essa minha tamanha preocupação. Mais da metade das pessoas ouvidas defendem a pena de morte. A violência para coibir a violência. É bem verdade que a enquete foi feita num momento de grande comoção nacional. Mas, se isso é verdade, é mais um fato a demonstrar que os corações e mentes são impulsionados pela barbárie. Ou, seria pela notícia reiterada da barbárie? Não me consta, pelo que conheço da população brasileira, nestes tantos anos vividos, que ela seja, por concepção, no seu íntimo, favorável à retirada compulsória da vida, independente de qualquer razão que a motive.

Eu defendo a busca de alternativas que levem em conta o ser humano, apesar da minha indignação com a violência, principalmente nos últimos tempos, ser igual à de todos os brasileiros. Indignação tal e qual, portanto, à da maioria que se colocou favorável à pena de morte na pesquisa da Folha. Mas, quando eu vejo exemplos tão significativos, e de resultados tão profundos, de solidariedade humana, eu me convenço de que, ainda, há outros caminhos a seguir. E, nesta travessia, conjunta, que é de

vida e não de morte, não poderemos trilhar sem a participação efetiva da mídia, principalmente a televisão.

Não há como deixar de se emocionar, por exemplo, quando assistimos a exemplos de solidariedade, a serviço de pessoas que vivem, constantemente, tentadas pela marginalidade. Trabalhos singelos, mas de resultados dos mais profundos. Atos de coragem e de dedicação, no ensinamento dos primeiros passos da dança, das primeiras sílabas do alfabeto, do primeiro ato do teatro, do primeiro carinho da nova família. Quantos serão esses exemplos? Como segui-los e ampliá-los? Será que a notícia reiterada desses mesmos exemplos não teria o condão de modificar corações e mentes e de formatar uma nova sociedade, baseada nos verdadeiros princípios de humanidade?

Lembro-me de tantos atletas, que dedicam parte de seu tempo para o lazer de quem vive escondido, numa vida sedentária pelo medo, dentro de barracos perfurados por balas perdidas e miradas. Lembro-me dos voluntários dos asilos, a cuidar de vidas que se equilibram num último fiapo. Lembro-me do trabalho espontâneo nas creches, como um sopro de vento de esperança a quem nasceu nas manjedouras dos nossos tempos. Lembro-me da família que adotou dezenas de crianças, todas deserdadas pela vida, e, sem qualquer ajuda ou participação do Estado, dá-lhes mais que carinho e amor, mas, sobretudo, dignidade. Lembro-me, enfim, de quem dá de comer, a quem tem fome; de beber, a quem tem sede; de viver honestamente, a quem tem direito à cidadania.

Os “Parceiros Voluntários”, do Rio Grande do Sul, “A Família Feliz”, de Minas Gerais, os voluntários das “Apaes”, das “Santas Casas”, e de todas as outras instituições que buscam o resgate da cidadania merecem ser destacados, como exemplos a serem disseminados, principalmente quando a tônica do noticiário tem sido exatamente o contrário: a banalização da vida. Quem ouve notícia, nestes últimos tempos, tem a impressão de que a virtude parece ser um sentimento em extinção e que não há, no País, exemplos vivos de políticos honestos.

Se a televisão é mais um parente na imensa maioria dos lares, ela tem de cumprir, necessariamente, determinadas obrigações familiares. Uma delas, talvez a mais importante, é a educação. É esse, talvez, o princípio maior que norteia a idéia da concessão, outorgada pelo Estado. Aliás, é princípio constitucional, no artigo 221 da nossa Lei Maior, dando conta de que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deverão atender, entre outros, a princípios como preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. A nossa Constituição prevê, ainda, o estabelecimento de meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programações que se voltem contra esses mesmos princípios. Portanto, a discussão sobre o conteúdo dos programas de rádio e televisão não é uma mera permissividade, mas um direito legítimo do cidadão brasileiro.

Ainda como exercício de imaginação, suponhamos que, no último instante, o mesmo editor, do mesmo prin-

cipal jornal de hoje à noite decida veicular mais notícias que envolvam solidariedade, humanidade e cidadania. Eu sei qual será, então, o conteúdo de tal noticiário, até porque, como já disse, muitos dos fatos estarão acontecendo até os cinco segundos que antecedem às manchetes do dia. Não me parece, também, uma tarefa das mais difíceis. É que, cada um de nós, podemos ser protagonistas da notícia. Não como vítimas, ou somente indignados com a dor alheia. Mas, como partícipes diretos de uma renovação de valores, de princípios e de referências. Basta que façamos a pequena parte que nos cabe na construção desse noticiário. Aí, muita coisa boa vai sobrar entre o “boa-noite” do Bonner e o “até amanhã” da Fátima.

14. O PAPA, A MÍDIA E A FAZENDA DA ESPERANÇA

Eu nunca fui defensor da idéia de que devamos esconder as nossas maiores mazelas. Não sou da tese de que “o que é bom, a gente mostra; o que é ruim, a gente esconde”, que marcou a passagem de um ex-Ministro da Fazenda, numa frase que ele mesmo demonstrou, depois, quisera nunca ter pronunciado. Acho, ao contrário, que a exposição dos nossos problemas tem o dom de suscitar forças, antes anestesiadas, na busca das respectivas soluções. A divulgação serve, também, como mecanismo de pressão, exatamente sobre aqueles que têm a função de buscar alternativas no sentido de resolvê-los, na sua melhor forma.

Eu também jamais inverteria a frase do tal ex-Ministro. Algo assim como “o que é bom, a gente esconde; o que é ruim, a gente mostra”. Pois, é isso que parece estar acontecendo na imprensa brasileira, hoje. É claro que não há, na grande mídia, a intenção de se tecer um grande tapete, sob o qual se esconde o que há de melhor na realidade brasileira. Entretanto, parece que as portas andam se fechando para as manchetes e para as melhores chamadas, quando o assunto não é violência, corrupção ou coisas do gênero.

Eu acredito que deve haver efeitos multiplicadores na divulgação, tanto das nossas feridas sociais quanto dos

respectivos exemplos curativos e preventivos. Por isso é que eu já fiz um apelo para os editores dos nossos melhores jornais, principalmente os televisivos, no sentido de que abram o devido espaço para as nossas melhores experiências de vida, para que elas se potencializem, e que, ato contínuo, como que a devorar células cancerígenas, atuem no sentido de extirpar as nossas principais mazelas.

Durante a visita de Sua Santidade o Papa ao Brasil, em maio de 2007, tivemos, ao vivo e em cores, um exemplo que ilustra, muito bem, a minha tese. O Papa cumpriu, entre nós, uma agenda das mais intensas, tendo em vista as suas funções como chefe de Estado e dirigente maior da Igreja Católica. Reuniu-se com o Presidente da República, com o Governador de São Paulo e com o Prefeito da capital paulista, rezou missas, abençoou fiéis, canonizou o primeiro santo genuinamente brasileiro, encontrou-se com a juventude latino-americana e abriu a 5ª Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Mas, embora tantas tarefas, todas elas podem ser consideradas naturais na visita de um papa ao maior País católico do mundo, a não ser, quem sabe, a canonização do Frei Galvão, fato sem precedentes em mais de quinhentos anos de história de catolicismo no nosso País. O único compromisso do Santo Padre, que poderia ser considerado, normalmente, extra-agenda, nestes dias em que estive conosco, trazendo a sua mensagem evangelizadora, foi a visita à Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá, no Estado de São Paulo.

A imprensa foi junto, com todo o aparato midiático. Obviamente, embora o local do evento tenha sido um detalhe na notícia, porque a notícia era, evidentemente, o Papa, foi necessário descrever o ambiente em que ocorreria o evento com figura tão ilustre da Igreja. E, eis que surgiu, para o grande público brasileiro, mesmo que indiretamente, uma das mais belas e importantes experiências no tratamento de viciados em drogas.

Nesta questão da droga, o brasileiro está acostumado, quase que unicamente, com o tiroteio nas favelas, a briga pelo “ponto”, a guerra de quadrilhas, as balas perdidas e as vítimas encontradas, o menino do tráfico, as pipas anunciadoras do “rapa”, a milícia, a violência, a morte, a corrupção policial, e assim por diante. De repente, uma notícia contrária: uma experiência com êxito de retirar os meninos do tráfico, de cuidar daqueles que pareciam não ter volta no seu caminho do vício, de amparar quem estava só, à espera da inevitável e sorrateira morte prematura. Um lugar que mais se parece com um paraíso, criado por Deus e bendito por natureza.

É assim a Fazenda da Esperança. O que teria essa experiência chamado tanta atenção de um papa, em sua rápida e trabalhosa passagem pelo País, que fizesse com que ele dedicasse um tempo tão precioso, para conhecer um exemplo bem-sucedido de amor ao próximo e de dedicação ao semelhante? Teria sido, apenas, a amizade e a nacionalidade comum do Sumo Pontífice com o Frei Hans Stapel, um dos fundadores da Fazenda da Esperança? É verdade que esse fato demonstrou um grande prestígio do religioso ale-

mão, nosso irmão franciscano. Mas, é também evidente que, embora uma amizade tão profunda, ela não seria suficiente para orientar uma agenda tão importante e apertada. Afinal, o Papa teria outros amigos no País. Sabe-se, inclusive, de familiares seus, que aqui residem e que poderiam rememorar histórias que, eventualmente, encantariam e emocionariam o dirigente católico.

O que levou o Papa, efetivamente, para Guaratinguetá, foi a história da Fazenda da Esperança, construída no trabalho e na religiosidade. Uma experiência para ser multiplicada em todos os cantos e recantos deste planeta. E, para encanto e, ao mesmo tempo, pasmo dos brasileiros que assistem ao noticiário diário, pouca gente conhecia essa história de vida que atravessa fronteiras e que se planta, já, em mais oito Países. O brasileiro se farta de notícias do crime pela droga, mas é pouco informado sobre experiências bem-sucedidas de combate ao vício. Foi preciso um papa criar um espaço em sua agenda para que o País conhecesse um trabalho que ganha o mundo.

Eu, felizmente, já conhecia o trabalho do Frei Hans Stapel e de sua equipe de voluntários. Conversei com muitos dos recuperandos da Fazenda da Esperança. E ela poderia se chamar, pelos resultados que presenciei, de Fazenda da Esperança Alcançada. O êxito obtido pela equipe do Frei Hans Stapel ultrapassa os 80%, mais de três vezes a média mundial, obtida em tratamentos tradicionais.

A história da Fazenda da Esperança começou com a chegada do Frei Hans Stapel, em Guaratinguetá, nos idos de 1979. Na Paróquia de Nossa Senhora da Glória, abra-

çou, inspirado na sua convicção franciscana, o método de evangelização baseado no amor cristão. Daí, brotaram, na comunidade local, iniciativas de ação social fundamentadas no texto do Evangelho: “Tudo o que fizerdes ao menor dos meus irmãos, é a mim que o fareis”.

Em 1983, um jovem da paróquia, chamado Nelson, sabendo de uma “boca-de-fumo” na sua comunidade, aproximou-se e recebeu pedido de ajuda de um dos jovens viciados, de nome Antonio. Da idéia dos dois, nasceu a inspiração para o primeiro grupo que instituiu a Fazenda da Esperança. Esse primeiro grupo, formado por voluntários como o Nelson e viciados como o Antonio, que lhe pedira ajuda, colocaram seus bens para o usufruto comum e passaram a trabalhar, juntos, para sustentar a casa e o programa de recuperação. O próprio Nelson, que trabalhava em uma cooperativa, abria mão de seu salário para as despesas do projeto, enquanto os demais, que foram se juntando com o tempo, faziam pequenas tarefas, como cortar grama nos jardins da vizinhança, para ganhar algum dinheiro, com a mesma finalidade de levar avante a idéia de salvar outras vidas, já corroídas pela droga.

Os trabalhos propriamente ditos se iniciaram em uma casa simples, alugada, no centro da cidade. Aí, aquela idéia, inspirada no Evangelho, abraçada pelo Frei Hans, e levada avante pelo Nelson e pelo Antonio, não parou mais. E foi se multiplicando pelo País e mundo afora. Hoje, são 32 unidades, somente no Brasil, sendo 22 masculinas e 10 femininas. Fora do País, são duas na Alemanha, e uma em

cada um dos seguintes Países: Paraguai, Filipinas, México, Guatemala, Rússia e Argentina, além de uma, em instalação, em Moçambique. Muitos dos recuperandos, no Brasil, vêm da Rússia, principalmente usuários de heroína. A imprensa deu ênfase, inclusive, a um casal daquele País, o Alex e a Olga, que, tudo lhes parecia, já não teriam caminho de volta. Ainda no Aeroporto de Moscou, a caminho do Brasil, em 31 de julho de 2005, Olga se lembra que injetou a última dose de heroína, não se lembra, talvez, se num dos braços ou nas pernas, tantas eram as picadas. Hoje, recuperados, permanecem na Fazenda, agora como voluntários.

Calcula-se que já tenha passado pelas unidades, mais ou menos, dez mil recuperandos. Pode-se dizer, quem sabe, recuperados, dados os índices de sucesso do trabalho. Hoje, são, mais ou menos, dois mil, número significativo, mas pequeno frente aos novos pedidos de internação.

Na fazenda, não há cerca, nem qualquer outro mecanismo que “prenda” o recuperando. Ele é livre. Fica, ali, se quiser. Vai embora, se desejar. Mas, para continuar no tratamento, tem de se acostumar a uma vida de trabalho e de oração. O lema principal é “que todos sejam um”. É aí que reside a principal concepção do tratamento: o trabalho em grupo. Que, sozinho, o recuperando não vai conseguir se livrar do vício; o sucesso depende da criação coletiva. Não se utilizam medicamentos em todo o tratamento. Além da droga propriamente dita, a Fazenda da Esperança trata de viciados em álcool e de outras doenças

como bulimia, depressão, além de soropositivos. O “internamento” dura um ano. Depois, muitos recuperados permanecem, como voluntários, como o Alex e a Olga. Isso ajuda muito, segundo os organizadores, por incorporar, na recuperação, os relatos de boas experiências de vida.

Todas as manhãs, faz-se uma meditação sobre uma frase do Evangelho. É escolhida, então, uma passagem, que serve de “guia” para os trabalhos daquele dia. À noite, as atividades são avaliadas em grupo. Embora o método de recuperação se fundamente, portanto, em princípios religiosos, não é necessário ser católico. Lá, existem recuperandos de todas as religiões. Não se descartam, inclusive, os ateus.

Todos exercem algum tipo de ocupação, em função de suas habilidades. Procura-se, sempre, o contato com a natureza, em pequenas plantações, principalmente hortaliças, e na criação de pequenos animais. Esses produtos são vendidos no mercado local, para ajudar na manutenção do internato. Além disso, todos praticam algum tipo de esporte, de preferência, também, coletivo, além do teatro, da dança e de outras atividades de lazer.

As pessoas que se recuperaram sentem, ao voltar para suas origens, a necessidade de continuar exercendo alguma atividade afim com a experiência vivida no projeto. Foi daí que nasceu, há sete anos, o Grupo Esperança Viva, inicialmente em Passo Fundo e em Ibiruba, no Rio Grande do Sul. São grupos de discussão e trabalho, já como fruto multiplicado do conhecimento adquirido.

Quantas serão as outras experiências bem-sucedidas neste País, totalmente desconhecidas, longe do interesse da mídia, e que poderiam ser multiplicadas por contribuições voluntárias, em dinheiro e em trabalho? Será que serão necessárias visitas sucessivas do Papa, para que a imprensa as divulgue?

Se me pedirem para traduzir a mensagem deixada pelo Sumo Pontífice, nessa sua visita ao País, eu acho que a melhor resposta está, exatamente, no fato da sua visita à Fazenda da Esperança. Pragmático, ele quis mostrar aos cardeais latino-americanos e do Caribe, e ao povo católico, o que ele pensa e o que ele deseja a respeito da religiosidade e da ação pastoral. A Fazenda da Esperança é a prática mais que fiel dos ensinamentos formulados pelo Papa, em todos os seus discursos, nos demais eventos da sua agenda. Ali, se encontram a religiosidade, o voluntariado, a solidariedade, a coletividade, o trabalho, a dedicação, o amor ao próximo, a fé, a esperança, a caridade. Enfim, uma igreja nos moldes da teologia que ele sempre acreditou e que tem, agora, a possibilidade de colocar em prática. Uma igreja de oração, mas não só de oração. Uma igreja de trabalho, mas não só de trabalho. Trabalho e oração, numa só concepção, a serviço da humanidade.

15. UMA BOA NOTÍCIA

Eu penso que a humanidade deveria tomar consciência, urgente, da necessidade de uma espécie de “balanço geral”, algo como um “exame de consciência”, para saber a quantas andamos nesta nossa vida passageira, tamanhos são os desvios nesta travessia projetada pelo Criador, que nos fez à Sua semelhança. O noticiário do dia-a-dia é o testemunho mais que verdadeiro de que os princípios de solidariedade, de benevolência, de clemência, de compaixão e de amor ao próximo estão cada vez mais longe da natureza humana. Portanto, o resgate do sentido da vida, na sua plenitude, parece ser o grande objetivo de todos aqueles que ainda comungam da idéia de um mundo mais digno, mais justo e, sobretudo, verdadeiramente humano.

Eu tenho repetido, com insistência, que três instituições são fundamentais nesta necessária, e urgente, correção de rumo da humanidade, em direção ao seu próprio conceito: a família, a escola e a igreja.

A Igreja Católica do Rio Grande do Sul está atenta às turbulências desta travessia do nosso tempo. Na verdade, a pregação religiosa nunca se desviou do verdadeiro conceito de humanidade. Nós é que nos afastamos dos seus

postulados. Essa é, para mim, a grande importância do Fórum da Igreja Católica do Rio Grande do Sul, realizado entre os dias 20 e 23 de setembro de 2007, em Porto Alegre. Mais um chamado às consciências, em boa hora, desta vez plenamente atendido. Um dos melhores momentos de reflexão do assim conhecido “povo de Deus”. Uma ótima oportunidade para a Igreja discutir o seu papel numa sociedade em movimento, e debater a religiosidade em todos os pilares da vida, incluindo a família e a escola. Uma Igreja não somente vertical, voltada para Deus, mas igualmente horizontal, irmanada com os seres humanos criados à Sua semelhança. Em nome Dele, uma verdadeira opção preferencial pelas Suas próprias criaturas.

Foram meses de intensa preparação. Todas as dioceses do Estado do Rio Grande do Sul promoveram debates locais, sobre temas que dão forma à verdadeira cidadania: educação, saúde, moradia, lazer, trabalho, renda, ética, participação política, entre outros. O Fórum de Porto Alegre foi, portanto, um desaguadouro de idéias, ampla e adremente discutidas em todas as regiões do Estado.

Interessante foi a forma democrática da preparação e da realização desse evento. Não houve paróquia ou setor da Igreja que não estivesse representado. Os jovens, os idosos, as mulheres, as entidades mais diversas, as congregações religiosas, todos se reuniram, na defesa de seus pontos de vista, sobre a amplitude dos assuntos em pauta.

Foi uma discussão intensa, na Pontifícia Universidade Católica, com a participação de mais de cem mil pessoas. Eram 172 tendas espalhadas pelos prédios e campus

da universidade, representando todos os municípios e regiões, todos os segmentos, discutindo o que a Igreja faz, fez e pretende fazer no Rio Grande do Sul. Centenas de participações artísticas: dança, música, coral, teatro, orquestras, as mais variadas representações da cultura gaúcha, numa forte correlação entre a Igreja e a própria história do Rio Grande do Sul. Vale dizer que a Igreja gaúcha sempre esteve presente nos momentos mais importantes da história do Estado.

Nas mesas de debates apresentaram-se mais de oitocentas pessoas. Foram mais de cem oficinas de discussões sobre os mais variados temas. Defesas de tese, muitas vezes, apaixonadas. De minha parte, uma participação como nunca tinha presenciado, antes. Lembro-me, somente, de ter visto algo parecido nos meus tempos de universidade, nas chamadas “semanas de formação jurídica”, quando nós, estudantes de direito – aí, sim – teimávamos em “salvar o mundo”, no debate das principais questões que afligiam a humanidade, naquela época. A liberdade de expressão era ampla, como agora, no Fórum de Porto Alegre.

Neste momento de crise das instituições, em que parece não existirem mais referências e exemplos que possam ser apontados e considerados dignos de serem seguidos pela juventude e pela sociedade brasileira, nada mais importante que a realização desse fórum.

Transcrevo, a seguir, para subsidiar a necessária continuidade das discussões, a “Carta às Comunidades Católica e ao Povo do Rio Grande do Sul”, que sintetiza o

que de principal se debateu, e se decidiu, no Fórum de Porto Alegre. Trata-se, a meu ver, de um dos mais oportunos documentos elaborados nos últimos tempos, com idéias para subsidiar a necessária reflexão para o Brasil do Século 21. O Brasil que queremos, ainda muito distante do País que temos:

“Os participantes do I Fórum da Igreja do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, de 20 a 23 de setembro de 2007, relatam um pouco do que viram, ouviram e experimentaram nesses dias de convivência fraterna. Convocado pelos bispos, em parceria com a Conferência de Religiosos do Brasil – Regional Sul 3, o Fórum é resultado de um esforço participativo, trabalho em mutirão, envolvendo paróquias e comunidades eclesiais de base. Refletiu sobre a vida e a missão da Igreja sob a luz do lema: “A Vida se manifestou, nós a vimos e a testemunhamos” (1 Jo 1,1-2). Hospedado na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, o Fórum visibilizou a Igreja, em 172 tendas, 101 grupos de trabalho em oficinas temáticas, seis seminários transversais, quatro conferências, celebrações da Palavra e da Eucaristia, diferentes manifestações artísticas e culturais.

Nos Fóruns Locais aconteceu o diálogo com a sociedade, exercício de cidadania e de maturidade da Igreja, concretizado nas pesquisas junto ao povo e com estudo sobre a missão da Igreja em seu compromisso com a vida em abundância para todos.

Um novo jeito de ser Igreja foi experimentado e um espaço de participação foi aberto a todas as pessoas de boa vontade. Nos caminhos do fórum apareceram as marcas da evangelização no contexto da realidade atual, na fidelidade à inculturação, recuperando as raízes culturais, as tradições religiosas e a história do anúncio do

Evangelho, verdadeiros tecidos da identidade e da maneira gaúcha de ser Igreja.

O olhar sobre o passado revelou uma história de presença divina, antes mesmo da presença do cristianismo; foram identificadas falhas em relação à tradição indígena e em relação à escravidão dos povos africanos. Por outro lado, afirmou-se a presença humanizadora da Igreja nos diferentes momentos da história; foram lembradas as vítimas da violência e da ganância, valorizando quem deu a vida em defesa da justiça e do Evangelho.

A análise do presente trouxe a consistência das transformações atuais na sociedade, no pensamento, nas relações econômicas, na política, na cultura, nas ciências e nos meios de comunicação. Diante da mudança de época, sentiram-se os desafios, para a ação evangelizadora da Igreja relativos aos problemas do trabalho, da violência e das mudanças climáticas. Percebeu-se a situação difícil de tantas irmãs e irmãos, excluídos dos projetos tecnológicos e dos sistemas econômicos, longe da escola e da família.

Como luz do caminho, testemunhado nos evangelhos e vivido na Igreja, portador de vida para todos, afirmou-se Jesus de Nazaré como o Cristo, a surpresa do Filho divino que armou sua tenda entre nós para curar as feridas da humanidade e ser o caminho na verdade do amor. Esse Jesus chama ao discipulado no seguimento, filhas e filhos do Pai, no Espírito Santo, para serem Igreja servidora da humanidade nesta terra do Rio Grande do Sul. O Evangelho de Jesus torna-se a boa notícia a ser levada e testemunhada nas cidades e nos campos, nos centros e nas periferias, nos espaços públicos e nas comunidades, nas famílias e junto às pessoas abandonadas.

Com alegria, registrou-se, em toda parte, a presença de grupos atuando, refletindo e celebrando em favor da vida e das pes-

soas, em favor da paz e contra a violência, em favor do diálogo e contra as discriminações, em favor da simplicidade e da partilha, da assistência e da promoção, da liberdade e da inclusão.

No contexto da relação da Igreja com a comunidade/sociedade, vê-se a necessidade de:

1º - superar a ambivalência e assumir uma efetiva e evangélica opção preferencial pelos pobres;

2º - substituir posturas autoritárias e antidemocráticas por práticas de diálogo e participação;

3º - transformar a lógica competitiva e excludente do sistema em práticas de solidariedade e inclusão.

Considerando a atual situação das mulheres na Igreja e na sociedade, é possível reconhecer sua presença ativa em todos os cenários e celebrar conquistas que causam alegria e esperança. Porém, também persistem, contra elas, situações de discriminação e violência que exigem não só o repúdio, mas também a denúncia profética por parte da Igreja, fazendo-se solidária e comprometida com suas causas. Presentes em muitos espaços, atividades e instâncias eclesiais, as mulheres aspiram a que seja garantida e valorizada sua participação também nas decisões da Igreja.

O idoso precisa e espera da Igreja que seus bispos e presbíteros proporcionem: promoção, valorização, proteção, oportunidades, capacitação de agentes e de 'cuidadores', realização de parcerias e soma de esforços, para que as pessoas idosas, independente de confissão religiosa, encontrem, nas comunidades, sentido para a sua vida.

A Igreja Jovem do Rio Grande do Sul retoma a opção efetiva pela juventude empobrecida em suas diversas manifestações e

convida para que estejamos abertos a olhar os jovens a partir das suas realidades, livres de preconceitos, capazes de acolhê-los assim como se apresentam.

Queremos ser Igreja Jovem, missionária, comprometida com a pessoa e a proposta de Jesus Cristo, que veio ao encontro e montou sua tenda também no meio da juventude.

Isso tudo exige que nos coloquemos, como a Igreja, a caminho num passo conjunto com o jovem, democratizando os espaços institucionais, adaptando-nos à realidade juvenil, acompanhando-os para que assumam o compromisso de serem evangelizadores de outros jovens, tendo em vista a construção da civilização do amor.

As práticas atuais da formação de agentes são ainda excessivamente voltadas para o interior da Igreja e baseadas numa doutrina pré-conciliar. É urgente a necessidade de repensar os processos da formação de agentes de pastoral na Igreja, a partir das necessidades reais das pessoas, à luz da prática de Jesus (Lc 24) e, tendo, no horizonte, o Reino de Deus.

O compromisso com a ecologia, como expressão do cuidado com a criação e da valorização da vida, inserida num todo chamado ecossistema, ainda não faz parte da pauta institucional da Igreja Católica no RS.

A riqueza da biodiversidade é um apelo à partilha e ao reconhecimento do(a) outro(a) como legítimo(a) próximo(a), conforme inspiram as Sagradas Escrituras, despertando em nós uma espiritualidade ecológica.

Assim, importa inserir a temática da ecologia na agenda permanente da formação dos agentes de pastoral da Igreja católica,

desde a Catequese, formando uma cultura de respeito e compromisso com o planeta, dom de Deus, nossa casa comum.

Todos que prepararam o I Fórum, as Paróquias, as Dioceses e as diferentes equipes de trabalho estão, desde já, convocados para continuar o trabalho iniciado.

Todo o material produzido no I Fórum deverá ser de domínio de todos os agentes de pastoral.

Alguns seminários e oficinas se posicionaram em favor de Fóruns específicos nas Dioceses, guardando-se as peculiaridades de cada uma, a partir das reflexões vivenciadas no I Fórum.

Observa-se, como consenso, para conduzir com efetividade o que no I Fórum já se alcançou, diante da realidade estrutural e contextual que se vive, ser necessária a constituição de equipes de ação-reflexão para ajudar na operacionalidade das ações antevistas.

Agentes já envolvidos, e outros, bem como instituições as mais diversas, deverão ser chamados, inclusive para parcerias, a fim de garantir a continuidade do processo, a efetivação do lema do I Fórum e a provocação ao segundo Fórum.

No final de dois anos de caminhada, a Igreja no Rio Grande do Sul entra em nova fase metodológica, no contexto da Conferência de Aparecida. Assume o compromisso solidário e inadiável com os excluídos e de denúncia das situações de violência que ameaçam a vida. Abre sempre mais o diálogo com a sociedade e acolhe seus anseios. Prioriza a formação qualificada do povo e de seus agentes de pastoral. Reavalia sua presença nas pequenas e grandes cidades. Busca na Palavra de Deus a inspiração da conversão permanente.

Da participação dos leigos no processo organizativo e estrutural da Igreja, repousa a esperança e a efetividade das novas ações decorrentes do I Fórum”.

Estou certo de que, a partir desse evento, a Igreja do Rio Grande do Sul terá pavimentado os seus melhores caminhos. Não, unicamente, a Igreja dos cardeais, dos bispos, ou do clero, mas, a igreja de todo o povo de Deus, irmanado pelo pensamento cristão, na busca da prática da solidariedade e de todos princípios que conformam o verdadeiro conceito de humanidade. Quem sabe essa experiência, vitoriosa, possa ser repetida em outros fóruns, em outras regiões desse imenso país de contrastes. Quem sabe o Fórum tenha lançado a semente fértil para um amplo debate nacional sobre os nossos melhores rumos enquanto nação livre, democrática e soberana. Quem sabe a colheita dos melhores valores, na entressafra destes nossos tempos.

16. A TV PÚBLICA: CANAL DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

O Congresso Nacional aprovou, no início de 2008, a criação da TV pública brasileira. Acredito que grande parte da nossa sociedade seja plenamente favorável à criação de uma televisão pública de âmbito nacional. Penso que, em primeiro lugar, ela virá suprir a grande lacuna que existe hoje, que é a falta de uma programação cultural digna deste nome, um vazio não preenchido, devidamente, pelo nosso sistema de comunicação atual.

Penso também que a existência de uma televisão pública de boa qualidade pode contribuir na consolidação da nossa vida democrática. Digo mais: ela pode, também, funcionar como protagonista no processo ainda em andamento de formação da nossa identidade. Da mesma forma, a tevê pública deve fomentar a produção regional e a produção independente de reportagens, filmes, musicais e documentários. Em suma, o resgate, a preservação e o fortalecimento da cultura local.

No entanto, o que julgo mais importante é a concentração de suas atividades no campo da educação. A televisão pública deve cuidar da cultura, das artes, da ciência e da promoção da cidadania. Mas, seu objetivo primordial deve ser a educação do nosso povo.

Penso, também, que essa televisão pública, agora criada, deve ser autônoma. Ela não pode ser submissa a diretrizes eventuais de um governo ou dos governos que se sucedem. Deve perseguir os objetivos permanentes da Nação. É importante, ainda, que os rumos deste importante instrumento de formação e de informação sejam decididos democraticamente, com a participação direta da sociedade civil.

Quando o projeto ainda se encontrava em tramitação no Congresso, propus algumas mudanças no sentido de aprimorar a proposta. Lamentei, inicialmente, que tema tão relevante para a sociedade brasileira, tenha sido tratado por meio de uma medida provisória.

Ora, por mais importante que seja o assunto, nada justificava a celeridade temerária da implantação desta TV. Logo, não havia como reconhecer a legitimidade dos pressupostos de urgência e relevância para a edição de uma medida provisória.

Inicialmente, eu sugeri à Câmara, por meio de uma emenda, a supressão do artigo que dispensava “a licitação pública em certas situações, bem como para a própria contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado”.

As situações de exceção administrativa, no meu entendimento, são uma afronta aos princípios constitucionais que regem a administração previstos no art. 37 da nossa Constituição. Nisto, não podemos ceder, de modo algum.

Propus, também, que a EBC dedique pelo menos cinco horas semanais à transmissão de uma programação especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual das crianças.

Como penso que a educação da criança deve ser o objetivo principal de uma televisão pública, sugeri que essa programação destinada aos jovens e às crianças deva ser regular e apresentada em horários acessíveis, e não de madrugada, como comumente ocorre hoje.

Propus, ainda, que se dê especial atenção às crianças de idade inferior a oito anos na elaboração e veiculação dessa mesma programação.

É importante mencionar que, em 1999, apresentei o PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão e de televisão.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 223, estabelece que a exploração de rádio e tevê se dá por cessão de direitos, pelo Poder Público, às emissoras. Portanto, acho que nada é mais coerente de que a contraprestação da concessão retorne na forma de programas educativos e culturais à sociedade. No caso de uma televisão pública, essa contraprestação é, ainda, mais evidente.

A televisão é, indubitavelmente, um importante elemento de educação ou de deseducação de nossas crianças. Inúmeras pesquisas demonstram a eficácia dos programas de televisão concebidos com o fim de ensinar, às crianças, habilidades específicas.

No mundo todo, pesquisadores vêm constatando que as crianças que assistem programas de bom nível demonstram maior e melhor persistência no desempenho de tarefas, brincam de modo mais imaginativo e desenvolvem habilidades relativas a letras e números. Também mostram maior habilidade com contas aritméticas, maior conhecimento das cores e formas, além de um vocabulário muito mais amplo. Embora todos possam se beneficiar com a televisão educativa, foi verificado que esses benefícios eram particularmente significativos para as crianças provenientes de famílias de baixa renda.

Por outro lado, considerando o tempo de exposição das crianças à televisão, é de enorme responsabilidade social a programação levada ao ar nos horários considerados infantis. Estudos recentes, realizados no Brasil, mostram que as crianças assistem, em média, a mais de três horas de televisão por dia.

Em nosso País, como a tevê a cabo atinge uma parcela pequena da população, a televisão convencional deveria ser uma fonte importante de bons programas para crianças e para todos os membros das famílias de baixa renda. Mas, infelizmente, isso não ocorre.

É importante considerar, ainda, que a televisão chega às crianças mais cedo e por mais horas diárias que qualquer outra influência educativa, com exceção, e cada vez menos, da família.

Muitas crianças assistem televisão antes de serem expostas a qualquer tipo de educação formal. Quase 70% das creches mantêm a televisão ligada várias horas por dia.

À época em que inicia o primeiro ano primário, a maioria das nossas crianças já terá passado o equivalente a três anos escolares em frente ao aparelho de televisão.

Tratei também, numa das minhas emendas, como as demais não acatada, da fiscalização da futura EBC quanto às suas ações, funções e atribuições pelo Conselho de Comunicação Social, pelo Tribunal de Contas da União, “e pela Corte de Contas em que a EBC estiver jurisdicionada, quando em contrato regionalizado”.

Minha emenda, neste caso específico, visava tornar claro que a empresa criada para gerar a TV Pública prestará contas aos órgãos de controle criados para este fim.

Indiquei, numa outra emenda, que deveria caber ao Poder Executivo, após processo de consulta pública implementada pela EBC, formular as regras para a renovação da composição do Conselho Consultivo. Eu objetivava, com essa emenda, delegar para a lei, e não ao estatuto da EBC, a estipulação das regras para a renovação das 15 vagas dos representantes da sociedade civil. É muito importante esta questão. A minha idéia é que não poderíamos abrir mão da pluralidade e da escolha democrática da maior parte do Conselho Curador, que, em última análise, será um dos primeiros mecanismos de controle desta TV Pública.

Propus, também, em emenda que considero da maior relevância, que a contratação do pessoal permanente da EBC fosse feita por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com normas específicas editadas pelo Conselho de Administração da empre-

sa. Sugeri, também, que a EBC, ao suceder à Radiobrás, absorvesse, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

Do mesmo modo que apresentei emenda visando estabelecer, na medida provisória, o mecanismo legal para a contratação de bens e serviços, submetendo-a à Lei de Licitações, cobrei, também, a realização de concursos públicos para formação de quadros da nova empresa. Isto, inclusive, poderá ser, a qualquer momento, cobrado pelo Ministério Público.

Outra emenda de minha autoria teve, também, o mesmo objetivo: maior transparência no manejo de dinheiro público. Pela medida provisória, a EBC “terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens”. Acho que essa empresa pública não deveria ser tratada como uma entidade excepcional em relação às regras da Administração Pública. Eu estranho que, na iminência de modernizarmos as licitações por meio do pregão eletrônico, se dê à empresa pública mecanismo legal próprio para efetuar suas compras e serviços.

Por fim, a lei aprovada determina que a “EBC poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados”.

De novo, me posicionei, veementemente, contra essa excepcionalidade. Mais uma vez se busca, nesse artigo, um estado de exceção para um novo órgão público. Ainda uma vez não aceitei solução à revelia de

diploma legal, que, aliás, já prevê situações inusitadas e, nessas situações, o uso de instrumentos próprios e condicionais.

Assim, por não acatar tal dispositivo, por considerá-lo, no mínimo, superveniente e desnecessário, propus sua supressão. Proposta igualmente não acatada.

Penso que a criação da televisão pública brasileira é de importância estratégica para a Nação. Mereceria, portanto, uma reflexão muito mais aprofundada. Teríamos, necessariamente, de aperfeiçoar a proposta que foi aprovada. Lamento, porém, que, mais uma vez, um assunto da maior importância tenha tramitado na forma de medida provisória.

Enfim, temos, agora, uma TV pública genuinamente brasileira. Pena que uma idéia tão importante para este País não tenha sido discutida, com a merecida profundidade, pelos representantes legítimos do público. Fosse um projeto de lei ordinária, teríamos agregado conteúdo e legitimidade.

Feliz a idéia. Oportuno o lamento. Longe de mim me envolver na briga entre pressa e perfeição. São inimigas que não se dobram a um simples discurso. Espero, então, que a prática tenha o dom conciliador de agregar valores perdidos pela falta da necessária conversa.

A TV pública deve multiplicar boas idéias, como a de sua própria criação. Deve se contrapor aos efeitos multiplicadores da barbárie, tão difundida nestes tempos de banalização da vida.

Quem sabe a TV pública, embora não tenha sido discutida a contento pelo Congresso, possa ter o condão de provocar o necessário debate sobre o papel dos meios de comunicação, no Brasil. E, quem sabe mais: que os bons sentimentos passem a dar audiência.

Louve-se, portanto, a idéia da criação da TV pública. Mas, que ela não seja um instrumento manipulável pelos governos que se sucederão. Ao contrário, que se constitua em um canal verdadeiro de consolidação da nossa democracia. Principalmente em um País com tantos e tamanhos contrastes.

17. CARTA ABERTA PARA ROSA CRISTINA

Mãe,

Conheço o tamanho da tua dor, que é a mesma do Élson e da Aline. Para mim, é, também, uma dor vivida. A perda de um filho é, sem dúvida, o maior de todos os sofrimentos. Por que tamanha provação? Versões contemporâneas de Abraão? “Tome seu filho, o seu único filho Isaac, a quem você ama, vá à terra de Moriá e ofereça-o, aí, em holocausto, sobre uma montanha que eu vou lhe mostrar.” Por que, então, o anjo de Javé não te ajudou a desatar aquela simples fivela, de um cinto dito de segurança, que permitiria devolver aos teus braços de mãe o pequeno João Hélio, o Isaac dos nossos tempos, para que ele permanecesse entre nós, dividindo e multiplicando sua alegria de vida? “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?”

É nestes momentos que nos sentimos ínfimos, diante dos desígnios do Criador. Pior: é, também, nestes mesmos momentos que sabemos o quanto a humanidade se distanciou da Sua obra. Disseste, “eles não têm coração”. Eles têm! É que nós utilizamos os dons que nos são ungi-dos e criamos, como novos deuses, a inteligência artificial, enquanto desdenhamos os sentimentos mais sublimes e naturais, aqueles que brotam, somente e semente, em corações fertilizados pelo amor e pela fraternidade. Ao con-

trário, permitimos que florescesse, em muitos corações, nas favelas e nos palácios, a barbárie. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, em Washington ou em Bagdá. É a humanidade, enquanto gênero humano, que se distancia dos seus próprios conceitos de benevolência, de clemência e de compaixão.

Que tuas lágrimas não se percam, apenas, nos índices de audiência e nos discursos de conveniência. Ao contrário, que elas mobilizem corações e mentes para a reconstrução dos valores que perdemos nessa travessia terrena. Em outros tempos, não tão distantes, os valores morais e culturais se construía sobre o tripé família, escola e Igreja. Hoje, a família foi dilacerada. A escola, sucateada. A Igreja, excomungada. No lugar, um novo, e perverso, tripé: a droga, a rua e a arma. A droga, como estímulo. A rua, como palco. A arma, como poder.

Ainda naqueles outros tempos, as famílias se reuniam para contar, e para trocar, suas histórias de vida. Era um grande círculo de amizade e fraternidade. Família, escola e Igreja, ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Respeito, aprendizado e bênção. Pais heróis. Hoje, o círculo familiar deu lugar a um semicírculo vicioso. No centro, a TV, e os novos heróis são aqueles que mais atiram, que mais batem, que mais matam. É a arte imitando a vida. Ou incentivando a morte. Ou vice-versa.

Portanto, por mais que se tente considerar ultrapassados os discursos, como os meus, que pregam o resgate da humanidade, o teu sacrifício demonstra que eles são atuais e, cada vez mais, necessários. Por isso, não mudei,

nestes tantos anos de vida pública. Continuo vivendo os valores que herdei. Da família, da escola e da Igreja. Para mim, não há diferença, na dor, entre o favelado que puxa o gatilho nas esquinas e o dirigente que manda despejar mísseis sobre cidades inteiras. Quantas serão as mães de Bagdá que choram a morte de seus pequenos inocentes, meninos da guerra, trucidados em nome do poder e da ganância. Pior: “em nome de Deus”. São, todos, bárbaros, cruéis, desumanos.

É essa a minha luta: resgatar o verdadeiro sentido de humanidade. Que os homens retomem o projeto do Criador. Onde reina a barbárie, de nada vão adiantar novas leis que não se cumprem; novas punições, que servirão, tão-somente, para alimentar a impunidade. Há de se ressuscitar as letras mortas. E, isso se faz, somente, com o grito estridente das ruas.

Como bem disseste, o teu filho não pode ser mais um número nas estatísticas da violência. Como em outros casos tão recentes, temo que a tua imolação seja esquecida, quando a comoção dobrar a esquina. Talvez, a mesma esquina em que foste abordada, tão covardemente. Mas, a tua dor, não. A dor por um filho é eterna. Mas, há, sempre, lá no mais fundo da nossa existência, uma imensa força, que nos faz, pelo menos, conviver com tamanho sofrimento. Essa energia, que é divina, nos ampara, até o reencontro, em outra dimensão. Por isso, as tuas lágrimas têm que irrigar a indignação, que hoje toma conta de estádios, de ruas e de lares. Das famílias, das escolas e das igrejas. Quem sabe o sacrifício do teu filho signifique

o renascimento do tripé que suporta outros valores, que não a barbárie.

Somos parceiros, nessa dor. Em tempo: quando conversares com o João Hélio, nos teus sonhos de mãe, dize-lhe que um menino alegre, feliz, bonito e inteligente como ele irá procurá-lo, entre todos os anjos. Dize-lhe que eles têm muito em comum na inocência de criança. Ele partiu há alguns anos, mas, nas minhas mais belas lembranças, continua o mesmo guri que me encantava a alma. Também partiu precoce, como todas as vítimas de algum tipo de violência. Dize-lhe que esse guri se chama Matheus. Eu já conversei com ele, nos meus sonhos de pai.

Um abraço fraterno,

Senador Pedro Simon

18. O MAPA DA VIOLÊNCIA: O IRAQUE É AQUI

Fico imaginando uma cena, possível, de um cidadão iraquiano, em Bagdá, em Kirkuk, em Mossul ou em Tikrit, depois de um dia de trabalho árduo, sentado na poltrona de sua sala, ávido por se inteirar sobre as notícias do mundo. Aí, o jornalista correspondente no Brasil, ao vivo, se é isso ainda é possível, noticia sobre o lançamento do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. A cena poderia ter, como pano de fundo, uma jovem, corpo estendido no chão, ou uma criança ferida de morte, no colo da mãe, em um ônibus qualquer, que saía da alegria do carnaval, e voltava para a realidade, nua e crua, da favela. O tal jornalista lê informações dos primeiros parágrafos do estudo elaborado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura:

“O número total de homicídios, no Brasil, em um ano, foi de 48.374. Em 2003, foram mortas 51.043 pessoas. Em dez anos, quase 500.000.”

Aí, o iraquiano, estupefato, sofrerá uma enorme “pane” geográfica: “Afinal, onde é a guerra? Sob a minha janela, a partir da qual posso ver, estarecido, dezenas de mísseis iluminarem os céus, lançados pelos bárbaros de hoje, ou na minha própria sala, onde a televisão é, na ver-

dade, uma janela dos tempos modernos, que me mostra um mundo igualmente selvagem?”

Na guerra do Iraque, quando o mundo viu, através de suas janelas de última geração, em tempo real, toneladas de bombas sobre cabeças inocentes, morreram, no primeiro ataque da versão repetida e ampliada da “Tempestade no Deserto”, 13 mil pessoas. Em 2006, os mortos civis somaram algo como 34.500. Portanto, esse número, em um ano, na guerra declarada iraquiana, é muito menor que o da guerra não-declarada brasileira. A matança, aqui, em dez anos, equivaleria, mantida a média anual, a quase 15 anos de guerra, no Iraque, com toda a força destrutiva do arsenal aliado, e da igual bestialidade dos incríveis homens-bomba.

Outros conflitos, do mesmo modo violentos, servem como referência para a nossa cruel realidade. Na guerra de Angola morreram 13 mil, por ano. Na luta pela independência do Timor-Leste, aproximadamente quatro mil. Em quase quatro décadas de lutas na Guerra Civil na Colômbia, conduzida pelo narcotráfico, cerca de 30 mil mortos.

Cinquenta mil brasileiros morrem, por ano, assassinados. É como se, a cada dois anos, fosse suprimida do mapa do Brasil uma cidade do porte de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul! Ou, a cada década, uma Niterói, no Rio de Janeiro. Isso, sem contar as mortes por todos os outros tipos de violência, nem os inúmeros feridos, que igualmente têm seus sonhos de vida abortados pela bestialidade desumana. Pior: são sonhos de vida ainda debutante, porque a violência ataca, principalmente, os mais

novos. É como se estivéssemos dizimando, na verdade, o futuro do País. Os homicidas preferem a chamada “faixa jovem”. Meninos, ainda, no florescer dos 15 anos, engrossam a estatística macabra dessa violência de último grau. Em uma década, as mortes, nessa faixa de idade, tiveram um aumento de 63%!

Lembro-me, então, da Gabriela, uma linda menina, mãos entrelaçadas para simbolizar o pombo da paz. Uma bala perdida roubou-lhe os sonhos de uma alegre festa de debutante. Lembro-me, também, da Luciana, ferida no pátio de uma universidade, junto com os seus desejos juvenis de salvar vidas, como enfermeira. Como me esquecer da Priscila, 13 anos, a “princesa do bairro”: “Mãe, eu levei um tiro. Me ajuda”. Triste coincidência e lamentável contradição: como a Luciana, ela quer ser enfermeira e uma bala perdida pode abortar os sonhos e os desejos de salvar tantas outras vidas, quem sabe vítimas, também, de semelhantes tragédias. Espero, em Deus, que não! Lembro-me, enfim, de tantos outros sonhos e desejos, interrompidos pela barbárie.

Fico imaginando o que leva o ser, chamado humano, a tamanha bestialidade? O que leva alguém, em sã consciência, se é que se pode chamar desta forma, a ceifar a vida de outrem? Que sentimentos movem os dedos de quem puxa um gatilho? Ou, de quem incendeia um rastilho? Que sonhos povoam as noites de quem manda impulsionar o míssil? Que sabor tem o gosto de fel na boca de quem destrói os mais belos sonhos de vida?

De repente, eu me submeto à realidade de que estamos, todos, envolvidos numa grande guerra mundial.

Não importa se é a terceira, ou se é a primeira, em novos, e igualmente cruentos, moldes. Quantos serão, neste mundo de Deus, os que, simplesmente, não morrem, mas que são mortos? Milhões? Bilhões? Mortos pela bala, pelo míssil, pela fome, pela miséria, pelo desdém, pelo poder, pela ganância. Que diferença faz? Não seria maior a esperança natural de vida de quem não fosse atingido por essa mesma bala, por esse mesmo míssil, por essa mesma ganância ou, ao contrário, de quem fosse atingido, aí sim, pelo alimento que sacia, pelo remédio que cura, pelo saber que ilumina ou pelo afeto que enleva? Não seria, portanto, uma espécie de cumplicidade homicida a atitude, ou a omissão, daquele que, mesmo sabendo que semelhantes, muitas vezes muito próximos, morrem de fome e, mesmo assim, jogam excessos de comida no lixo, por mera luxúria ou opulência? Ou, daquele que, sabedor do sofrimento e das mortes nas filas dos hospitais, ou da escuridão do analfabetismo, roubam o dinheiro público, em nome da ganância?

Seria a omissão uma arma que fere, de morte?

Não haveria, então, uma correlação, perversa, entre o omissor, ou o corrupto, e o que puxa o gatilho, ou o que manda detonar o míssil? Não estariam, todos eles, causando, ou deixando causar, igualmente, dor, sofrimento e morte?

Essa guerra mundial, a que me refiro, é, portanto, um conflito de valores. Lembro-me, por exemplo, de uma pesquisa, realizada em um município de grande porte, cujo resultado dava conta de que, se juntados os restos

de comida, jogados no lixo, de boa qualidade, seriam eles suficientes para saciar todos os famintos locais e, ainda assim, sobraria alimento para outros miseráveis, de outros municípios. Quanto somará, então, esse desperdício, em escala mundial?

Imagine-se, também, o quanto se poderia evitar mortes prematuras, com todo o dinheiro que escoia pelo ralo da corrupção.

Some-se, a tudo isso, o que se gasta com as tais armas, sejam elas de gatilhos ou de rastilhos.

No dia 13 de fevereiro de 2007, tomei a iniciativa de escrever uma carta aberta à Rosa Cristina, mãe do menino João Hélio, covardemente assassinado no Rio de Janeiro. Esse crime lamentável se somou a todas as estatísticas de violência, local, nacional e mundial. Ele será, com certeza, assunto de teses e de livros. Rios de tinta. Casos especiais de televisão e picos de audiência. Mas, como eu disse na mesma carta, repetindo as palavras dos pais, ele não pode ser mais, apenas, um número. Até porque, a ele se somou, logo em seguida, o da menina Joilma, nos braços da mãe, no caminho do carnaval à favela. Ou, de tantos outros colos, de tantas outras mães, de tantos outros Joãos Hélios, de tantas outras Joilmas, ou, ainda, de tantos outros Mohameds, aqui, sob a nossa janela, ou lá, nas janelas do cidadão iraquiano, a real e a virtual. Ou, ainda, através de todas as janelas do mundo.

O Mapa da Violência no Brasil mostra uma evidente interiorização dos crimes, principalmente os homicídios. Cidadezinhas, antes pacatas, até bucólicas, hoje incorporam medos antes exclusivos da grande metrópole. Luga-

rejos, antes conhecidos, apenas, nos registros censitários, povoam, agora, as páginas policiais. Diria eu, entretanto, que não há, apenas, a interiorização da violência. Há, na verdade, uma globalização da barbárie.

Por isso, a “Carta Aberta para a Rosa Cristina” é uma mensagem a todas as mães que sofrem algum tipo de violência. Uma mãe universal, em todos os sentidos da palavra. Mãe, quem não é, a tem. Como colo, ou na mais bela lembrança. Para mim, deveria haver uma espécie de decreto universal, quem sabe uma resolução da ONU, segundo a qual, a palavra Mãe, em todas as línguas e em todos os dialetos, deva ser escrita, obrigatoriamente, com letra maiúscula. Mãe é nome próprio! É por isso que as manifestações da Rosa Cristina me tocaram a alma. Ali estava, na voz, nas lágrimas e na atitude, todas as mães do mundo que sofreram a barbaridade da morte violenta de um filho. Uma espécie de Maria dos nossos tempos. Iguais, no calvário.

Mas, eu não imaginava que a tal carta alcançasse tamanha repercussão. Das igrejas, das escolas e das famílias. Pastores, de todas as religiões; professores, de todas as disciplinas; pais, mães e filhos de todos os cantos e recantos do País. Juízes, médicos, jornalistas, operários, cidadãos do povo. Dezenas, centenas de manifestações. Correntes de oração e de discussão. Mas, o que é relevante não é, apenas, a quantidade de mensagens. É que eu não imaginava, também, o tamanho da indignação popular. Mais do que indignação, talvez: um heróico brado retumbante contra a barbárie. Um alistamento civil neste conflito de valores, em escala mundial.

A população demonstrou, com mensagens, desejar o resgate do tripé que, outrora, fundamentava valores mais nobres: a Igreja, a escola e a família. Esse tripé, que, por definição e por ideal, se une pelo laço comum da paz, precisa, agora, se transformar em três trincheiras. As igrejas, as escolas e as famílias devem ser conclamadas, portanto, para discutir ações transformadoras de valores. Que sejam debatidas, em todos os templos, em todas as salas de aula, em todos os lares, as principais razões que levaram à barbárie humana, e que se encontrem medidas no sentido de que o mapa da violência, em escala mundial, seja redesenhado.

Entre as tantas mensagens que recebi, a da Letícia Villar Dornelles Freitas, de Alegrete, Rio Grande do Sul, termina assim as suas reflexões:

“Que algo seja feito... Não queremos mais mártires nesse mundo tão violento... tão desumano, mas ações de harmonia, fraternidade e paz!!! Parece tão repetitivo isso... mas é o que está faltando... que o João Hélio nos traga (de volta) um novo tripé de valores abandonados!”

Que assim seja, Letícia!

19. CLANDESTINOS

Triste contradição. Uma caixa vazia de remédios embalava um bebê morto havia sete dias. Ele havia sobrevivido fora do útero por, apenas, outros três. Naquele corpo materno, franzino e desnutrido, a placenta teria sido algo assim como uma mortalha.

Não tinha nome. Poderia ser João, José, Pedro ou Jesus. Ou, quem sabe, Severino, aquele que, se tivesse “vingado”, morreria “de violência antes dos trinta, de emboscada antes do vinte ou de fome um pouco por dia”. Era mais um “zé-ninguém”. Aliás, oficialmente, ele nem chegou a existir. Seus pais nada tinham, nem para o sustento da vida, nem para o ritual da morte. Ele era mais um clandestino, como o cemitério que, hoje, lhe serve de abrigo.

Ninguém à volta daquela mesa de cozinha, a não ser um repórter de jornal, ali, muito mais, como testemunha solitária, e solidária, da dor. Nenhum padre. Nenhuma lágrima. Nenhuma vela. Apenas uma mesa de cozinha, que parecia nunca ter assistido alguém à volta.

A cova rasa sob uma cruz torta, na metade daquele cemitério clandestino já ocupada por “anjinhos”, foi “trocada” por uma garrafa de cachaça. O que deveria ser

o “consolo” à angústia do pai se transformou no “agradado” à benevolência do coveiro informal, que teimava nos R\$10,00 para não deixar o bebê “em cima da terra”.

A matéria do jornal exala um cheiro típico de estado de decomposição. De uma sociedade que criou um País anexo. São milhões os brasileiros clandestinos em seu próprio País. Não têm nome oficial. Não têm sobrenome. Não têm idade formal. Aparentam, mais ou menos. São filhos da miséria. Na manchete, “Ana é só Ana, supõe ter 66 anos”.

Sonham em migrar para o Brasil oficial. Querem, além de ter, ser. Mas, quase nunca, conseguem ultrapassar a barreira do desdém. São desiguais em tudo na vida. A mesma imprensa já publicou matéria sobre a formação, no Brasil, de uma verdadeira sub-raça, fruto da desnutrição, com estatura que já se compara à dos pigmeus, com média abaixo dos 1,50 m. São os chamados “gabirus”. Um em cada cinco brasileiros possui altura que pode ser considerada como nanismo. A dimensão do cérebro, também abaixo das curvas de normalidade, pode acarretar uma diminuição da capacidade intelectual em, até, 40%.

O País oficial deve, urgentemente, caminhar além dos soluços das catástrofes, das comoções das desgraças e, até, do reconforto das orações. Há um massacre do Carandiru por dia nas clínicas geriátricas e nas maternidades impregnadas por bactérias assassinas. Há, no Brasil, uma chacina da Candelária por hora, cujos necrotérios podem ser, também, as mesas das cozinhas dos milhões de miseráveis brasileiros.

O direito à cidadania não se resume à obrigação de votar. Nem pode se perpetuar na dádiva da cesta básica, ou da “bolsa” a qualquer título. O título de eleitor não pode se constituir num passaporte para conterrâneos. A existência humana não se restringe, apenas, à conveniência das eleições.

O título de cidadania há de ser hereditário. O direito à vida ultrapassa os limites das disciplinas do curso de Serviço Social. Algo assim como a Economia, que não se esgota no tratamento do sistema financeiro. A realidade que ainda se estampa nos jornais exige uma leitura multidisciplinar, do ponto de vista dos assistentes sociais, dos economistas, dos profissionais de saúde, dos educadores, dos sociólogos, dos antropólogos, dos cientistas políticos.

Por mais necessárias e bem-intencionadas que sejam as campanhas de solidariedade, por mais competentes e éticos que se mostrem os seus mentores, por mais necessários que sejam os programas de distribuição de alimentos, não são suficientes para provocar as transformações que a realidade está a impor. O País ainda espera que se derrube o muro que separa o seu lado principal e oficial da sua porção marginalizada e clandestina. E isso só será possível com um projeto de desenvolvimento que se coloque em patamares superiores aos das discussões sobre estabilização, privatização ou reeleição. Se o tal muro é rígido em demasia, porque sedimentado durante tantos anos de segregação política, cultural, econômica e social, que se abram passagens, em mão dupla. Que se abram frestas nas consciências, que se aprumem as cruces, que

se aprofundem as covas, que se encham as caixas de remédios, que se alimentem as mães, que sejam vigorosos os filhos, que tenham nome e sobrenome, que sejam alguém, que a mesa seja de cozinha e que o ar seja impregnado pelo perfume da vida.

20. HOJE, O BRASIL DE AMANHÃ

Todos os anos, recebo, no Senado Federal, a visita de dezenas de alunos da Escola Comunitária de Campinas. São os “pupilos da Professora Fabiana”, que me escolhem para “uma tarde de papo”. Quase mil quilômetros de distância, trajes bem alinhados pelo carinho de mãe, olhos arregalados e uma alegria contagiante, principalmente para mim, que já percorri tantos caminhos na vida pública. Em todos esses anos, os assuntos têm sido os mais variados, mas, eu tenho em mente que eles querem, sempre, saber que País nós estamos deixando para o que teimamos chamar “geração do futuro”, ou “País do amanhã”. Qual é a herança que nós estamos registrando no cartório do tempo e que deverá financiar a continuidade da obra de um País que se quer democrático e soberano.

Fiquei emocionado com o que se convencionou chamar “politização” da gurizada. E o clima não poderia ser dos mais ilustrativos. Ao conhecer as galerias do Senado Federal, eles se depararam com discursos sobre as operações policiais e seus nomes dos mais criativos. Ao percorrerem o “túnel do tempo”, além da história do Senado Federal, eles presenciaram gravações dos jornalistas de plantão, sobre as repercussões da defesa, em plenário, do

Presidente da Casa, sobre as suas relações com o lobista funcionário de uma empreiteira.

Confesso que não era esse o assunto que gostaria de discutir com o “Brasil de amanhã”. Mas, eu não pude fugir do Brasil do presente. De repente, com um Senado esvaziado pela edição de tantas medidas provisórias, com um presidente tendo de desnudar a sua vida pessoal, aí sim para um plenário lotado, eu tive que falar, exaustiva e didaticamente, para uma platéia tão jovem e tão plena de esperanças, sobre corrupção.

Duas questões principais nortearam as perguntas que me foram formuladas, logo após a minha fala. Em primeiro lugar, uma avaliação da realidade brasileira, nos dias atuais. Quais são os reflexos de tamanhos desvios de conduta no “País lá de fora”, em todos os seus cantos e recantos. Quando iniciei as minhas observações, fui convidado para “uma rápida saída”, para conversar com duas pessoas, visitantes fora de agenda. Eram a Rosa Cristina e o Élson, pais do menino João Hélio, covardemente assassinado no Rio de Janeiro, vítima da barbárie dos nossos tempos. Confesso que a emoção tomou conta da minha alma, e ela serviu para eu pintar, já de volta ao encontro dos meninos, um quadro nada alentador, sobre o País da minha geração.

A outra questão, óbvia e decorrente, como mudar essa mesma situação de tanta violência e corrupção, também para eles temas que guardam forte correlação. Quais são os primeiros passos, para quem ainda ensaia uma caminhada política, que se espera, tão árdua. Quis o destino

que, outra vez, uma visita não agendada pudesse ilustrar a minha resposta. A do Nelson, idealizador da Fazenda da Esperança, local visitado pelo Papa, em sua visita ao Brasil. No seu relato aos alunos da Escola Comunitária, o Nelson disse que tudo começou com um pedido de socorro, de um único viciado em drogas, em uma esquina qualquer de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo. Pois bem, história contada, hoje a experiência, considerada uma das mais eficazes de todo o planeta, já se alastra por oito Países. E tudo começou de um ato tão singelo, de um cidadão que se mostrou tão simples na sua maneira de ser.

Eu não poderia, nem que fosse agendado, ter levado exemplos tão ilustrativos, para responder às duas questões que me foram formuladas. A da barbárie, nos olhos e no coração dos pais do menino João Hélio. A da mudança de valores e de referências, igualmente nos olhos, e no coração, do Nelson. Aí, eu acrescentei a da esperança, a meu ver e no meu sentir, nos olhos e no coração dos três. Aliás, de nós quatro, e nos de tantos meninos, que tudo notavam, e tudo anotavam.

Em um só evento, eu vi sintetizados todos os meus últimos discursos, no Senado Federal. É por isso que eu, ao final, disse-lhes que não poderiam continuar a serem chamados de País do amanhã. Eles têm de ser, necessariamente, o País de hoje. Que ocupem as ruas, na luta pela herança que lhes é devida. Um País verdadeiramente democrático e soberano. Sem a corrupção que hoje campeia na Administração Pública. Sem a barbárie, que hoje

aborta sonhos de tantos outros meninos. Sem tamanha distância entre ricos e pobres, que nos divide em dois Brasis. Com um outro discurso, muito mais animador, para outros meninos que virão, em outras “tardes de papo”, igualmente em trajes alinhados pelo carinho de mãe. Para que ouçam outras histórias.

21. UM REGISTRO ÚNICO, UM ÚNICO PAÍS

Os brasileiros podem ser divididos em dois grandes grupos. No primeiro, os sem registro. No segundo, os registrados em demasia. Quantos serão os cidadãos sem rosto, “iguais em tudo na vida”, que nascem e morrem sem terem sido, nem mesmo, uma estatística? Diz-se que são 16 milhões. Como saber, se eles são desconhecidos, até mesmo, pelos levantamentos oficiais? Recebem, ao nascer, um nome e uma cruz. Cruz, como um fardo. Resumem-se, ao morrer, a uma cruz, com um nome. Cruz, como um símbolo. Nome, quase sempre sem um sobrenome.

Quantos serão os registros dos brasileiros mais que identificados, da certidão de nascimento à certidão de óbito? São cidadãos com rosto, nome, sobrenome, e muitos algarismos, do RG, do CPF, do PIS, do Pasep, do INSS, da CNH, do título de eleitor, da certidão de casamento, da conta bancária, da Carteira de Trabalho, do Fundo de Garantia, do Certificado de Reservista, do Conselho Profissional, do Passaporte, da Carteira de Saúde, e muito mais. São mais de vinte tipos de documento, cada um com seu número.

Portanto, há um Brasil desconhecido, oficialmente. Seus habitantes não contam, mas são equivalentes a algo como cinco Uruguais. Por outro lado, um País de tantos

registros que, se distribuídos, um por um, identificariam mais de duas Chinas. Ou, quase um terço de toda a população do planeta.

Nem um Brasil, nem outro. O primeiro, desconhecido, quase que clandestino, há de ter, no registro de identidade, o passaporte para a cidadania. Uma porta de entrada para a saúde, a educação, a segurança e para todos os programas públicos, principalmente os de combate à fome e à miséria. Um registro que não significa, apenas, um quantitativo censitário, mas que representa o ser humano na sua plenitude. Um número, portanto, que mais que significa: dignifica.

Mas, no outro Brasil, a quantidade excessiva de registros tem se mostrado, na prática, uma enorme porta de entrada para a corrupção. As comissões parlamentares de inquérito são a prova mais contundente da falta de controle sobre a vasta documentação dos brasileiros. Milhares de contas fantasmas, os chamados “laranjas” na locupletação com desvios de dinheiro público, na falsificação de registros de identidade e de cadastros bancários, fiscais e alfandegários. Exemplo mais que contundente foi o caso do fazendeiro Darly Alves da Silva, assassino do ambientalista Chico Mendes, que fugiu da cadeia, no Acre, e foi encontrado no Pará, com CPF falso, o que lhe permitiu, inclusive, tomar empréstimo no Banco do Brasil. Quem não se lembra, também, daquele ex-governador, pilhado com cinco CPF igualmente falsos? Por aí se vê que, por serem tantos os registros, perdeu-se, totalmente, o controle sobre o falso e o verdadeiro.

No País sem registros, o cidadão é ninguém. No de registro em demasia, ele pode ser muitos.

Ele não pode, portanto, continuar sendo o cidadão X, para a Receita Federal; Y, para o Detran; Z, para a Secretaria de Segurança Pública; ou N, para a Justiça Eleitoral. Muito menos Zero, para o Estado. Nem alfabeto, nem analfabeto!

É bem verdade que, a cada quatro anos, ele é único, porque é eleitor. Aí, o número de seu título eleitoral adquire o devido e, muitas vezes, o indevido, valor. Quase que um registro único. O eleitor, então, pelo menos no discurso, passa a ser sinônimo de cidadão. No caso, um cidadão com rosto, com perfil de voto.

Em 1995, submeti ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 32, instituindo o número único de registro civil, que se converteu na Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997. Portanto, por essa mesma lei, no seu artigo primeiro, ficou “instituído o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de registro civil acompanhado dos dados de identificação de cada cidadão”.

A lei, discutida e votada, previa, em abril de 1997, quando foi sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o prazo de 180 dias para ser regulamentada, e de 360 dias para o início efetivo de sua implementação. Essa regulamentação ficava a cargo do Poder Executivo. Todos os documentos que estivessem em desacordo com a lei perderiam a validade, passados cinco anos. Portanto, por essa mesma lei, discutida e votada sob

o agasalho de todos os requisitos regimentais do Congresso Nacional, todos os documentos, que hoje são exigidos dos cidadãos brasileiros, com o imenso emaranhado de números, já teriam perdido o valor desde abril de 2002.

O projeto de decreto de regulamentação foi elaborado, em tempo hábil, por uma comissão nomeada pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, composta por técnicos de diversos ministérios e órgãos públicos, além de Nelson Ribeiro Mendes, profissional do meu gabinete. Do ponto de vista eminentemente técnico, o assunto se esgotou, após amplas e profundas discussões sobre a sua importância. Entretanto, a Comissão foi dissolvida pelo então Ministro Renan Calheiros, igualmente Ministro da Justiça, e o decreto, essencial para a implantação das disposições da lei, dormita, até hoje, mais de uma dezena de ministros da Justiça depois, nas prateleiras frias do esquecimento.

Ocorre que, em abril de 2002, preocupado com o final do prazo para a validade dos documentos, e com a não-regulamentação estipulada na lei, apresentei novo projeto, o de nº 76, prorrogando, por mais cinco anos, o prazo para a tal regulamentação. Esse novo projeto foi aprovado no Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados, para votação. Permaneceu, nos assentamentos daquela Casa, “pronto para a pauta”, desde 25 de maio de 2005, com parecer favorável para a sua aprovação. Recebeu o fatídico carimbo de “arquite-se”. Foi preciso, então, um novo projeto de prorrogação, ainda em tramitação. Desta forma, a lei não foi regulamentada e o projeto que pror-

roga o prazo de implantação ainda não foi votado, já pela segunda vez. E, isso, em se tratando de uma lei que já foi votada pelo Congresso Nacional e que, por definição, traduz a vontade do povo brasileiro.

Enquanto isso, novos documentos, com seus respectivos números, foram criados, e a parafernália existente à época da decisão do Congresso tornou-se, ainda, mais inchada. E o cidadão brasileiro, ou não tem registro algum, ou é um emaranhado de números.

A minha luta, que é de toda a população brasileira, para que essa lei seja, prontamente, regulamentada pelo Poder Executivo, e colocada em prática de imediato, não significa, tão-somente, que o brasileiro obtenha um único registro, o que já seria de grande importância. Não se trata, apenas, de um número único, mas de um País único, onde cada ser humano tenha um nome, um sobrenome e um registro que lhe formalize a existência, para que todos, sem exceção, se habilitem no exercício pleno da cidadania, com todos os direitos que lhes são devidos pela Constituição brasileira.

O programa Fantástico, da Rede Globo, por exemplo, demonstrou, há pouco tempo, a importância dessa lei. O repórter providenciou todos os trâmites burocráticos, com todos os carimbos e todos os números exigidos, para o enterro de um brasileiro que existia nos registros, mas que foi transfigurado em um boneco de areia, na urna mortuária. Tudo indica que a corrupção tenha se escondido no emaranhado de registros. Mais do que isso: o programa também demonstrou o quanto é fácil sepultar

alguém que, legalmente, nem tenha nascido. Que basta uma cova rasa e uma cruz. Cruz, como fardo e, agora, como símbolo. O nome, pouco importa, se Pedro, José, Severino ou Maria. Um “cidadão sem rosto” que, talvez, tenha morrido, como disse o poeta, “de velhice, antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, ou de fome, um pouco por dia”.

22. BRASILEIRINHO

Dia desses, um amigo me contou uma história que me fez refletir sobre a situação do País dos nossos dias e que me proporcionou, também, uma profunda reflexão sobre o nosso papel de parlamentares, eleitos pelo povo para representá-lo num projeto coletivo de construção da democracia, da cidadania e da soberania.

Disse-me esse amigo que se encontrava no interior de uma loja especializada na venda de instrumentos musicais. Havia, ali, possibilidades de sons e acordes para todos os gostos e todos os bolsos. Das flautas e das marimbas mais singelas aos mais sofisticados violinos, oboés, contrabaixos, harpas, pianos e vibrafones.

Ficou ele imaginando todos aqueles instrumentos tocados em conjunto, numa praça ao ar livre ou no palco mais requintado de uma sala de espetáculos. Sentia-se transportar para outras dimensões da vida, ao som de uma orquestra, com suas partituras criadas sob inspiração divina. Mas, ali, só havia a imaginação fértil de um amante da música, da música e de seu poder de elevar os homens a patamares quase transcendentais, de levá-los às proximidades de Deus.

Aqueles instrumentos, entretanto, estavam ali, mudos, sem as mãos e o dom dos homens criados à Sua semelhança.

De repente, surge à porta da loja um menino maltrapilho: um pé descalço, outro arrastando uma sandália arrebentada, olhos fixos nos instrumentos de corda: violas, violões, bandolins e cavaquinhos.

Logo, os vendedores da loja transmutaram-se em verdadeiros seguranças, com os olhos fitos naquele menino que se vestia pobremente. O garoto permanecia, quase que hipnotizado, diante de um cavaquinho. Olhando-o, parecia transportar-se para um outro mundo. Imaginava-se, talvez, num recital no mesmo ar livre que lhe servia de abrigo numa destas noites frias de final de outono. Imaginava-se dedilhando aquele instrumento no meio de uma orquestra, uma orquestra que, certamente, incluiria seus amigos de relento. Talvez ele estivesse imaginando um solo, ou um duo, ele e Deus, para mostrar o quanto um é semelhante ao Outro. Um, criatura; outro, Criador.

De repente, o menino maltrapilho reuniu toda sua coragem e apanhou, com suas mãos sujas do asfalto, aquele pequeno instrumento, reluzente e afinado. Agora, não só todos os olhos, mas todos os passos dos vendedores-seguranças se dirigiram para aquele fiapo de gente. Sairia ele correndo pela porta? Não, certamente tropeçaria numa rasteira que o jogaria de volta à calçada, já em posição de “mãos à cabeça”. Perguntaria ele pelo preço do seu sonho e o devolveria à prateleira fria, até que outras mãos “mais limpas” dedilhassem as cordas de aço?

Não mais que de repente, aquele menino maltrapilho deslizou os dedos sujos pelas cordas esticadas do cava-

quinho e, olhos fechados como que em transe, encheu o ambiente com os acordes de “Brasileirinho”.

As pernas apressadas dos vendedores travestidos de seguranças quedaram trôpegas. Os olhos de lince ficaram marejados. Aquele menino maltrapilho – quem diria? – era um verdadeiro brasileiro. E “um brasileiro quando é do choro é entusiasmado, quando cai no samba não fica abafado, e é um desacato quando chega no salão”.

Fico eu, agora, imaginando, o som daquele verdadeiro “hino nacional”, dedilhado por um destes meninos para os quais fechamos, no nosso dia-a-dia excludente, os vidros dos nossos carros e as portas de nossas bem vigiadas casas. Quantos serão os brasileiroinhos, maltrapilhos, dedos sujos de terra, que saberiam – como diz o poeta – fazer “todo mundo dançar a noite inteira no terreiro até o sol raiar”?

São milhões os brasileiroinhos excluídos do nosso carro, da nossa casa, do nosso coração, da nossa vida, do nosso País! E, quem são os maestros dessa orquestra excludente, cuja batuta teima em não aceitar artistas de dedos sujos? Somos nós, que teimamos em tocar, apenas, para um público refinado, nas mais requintadas salas de espetáculo. Esquecemos o ar livre, democrático e cidadão.

O povo pode até servir como inspiração para as nossas partituras, as nossas orações e os nossos discursos, mas ele está longe da nossa prática. Ele é chamado, apenas, para montar os nossos palcos, mas não participa, nem da nossa orquestra, nem mesmo do nosso público!

Eu já me referi, em diversas oportunidades, ao que chamei de “País de verdadeiros clandestinos”. São milhões

os que não existem oficialmente. Nascem em manjedouras, fogem do Herodes dos nossos tempos, que é a fome, e morrem crucificados pelo desdém. Sobrevivem num País anexo. Não têm nome de registro. Nem sobrenome de fato. Têm idade, apenas, de memória. Aparentam ter “tantos anos”, embora o desgaste físico distancie o aparente do real. Na região Norte, a metade das crianças nascidas, quando sobrevivem, não são registradas nos cartórios de registro civil. Essa situação se repete em alguns estados do Nordeste, a despeito de termos discutido, anos a fio, um novo Código Civil. A despeito, também, da gratuidade dos registros de nascimento. O grande sonho desses brasileiros é o de serem migrantes. Para onde? Para o Sudeste, para as grandes cidades, para as fronteiras da Amazônia? Não importa, desde que seja para o País oficial!

Todas essas questões, detectadas em diferentes pesquisas, poderiam dizer respeito a um País pobre em recursos materiais, mas não ao Brasil, essa verdadeira obra-prima do Criador.

É inacreditável que se possa conviver, ainda, com situações e números tão lamentáveis, num País que ostenta todos os microclimas do planeta, onde se pode produzir, no verão, produtos de inverno, e vice-versa. Onde as terras são consideradas das mais produtivas. Onde se estende o rio mais caudaloso e a maior floresta. As mais belas praias, a mais rica variedade de pássaros e de animais silvestres, plantas que a ciência já demonstra ser o futuro da Medicina. Recursos minerais dos mais nobres, indispensáveis na informática e na corrida espacial. Enfim, um

paraíso terrestre aos moldes de uma loja de instrumentos de trabalho, prontos para a orquestração da produção, do emprego e da geração de renda.

Essa mesma loja de instrumentos de trabalho e de produção chamada Brasil é excludente. Como o menino maltrapilho dos pés descalços, a população pobre do País não consegue ter acesso à terra, ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à renda, à vida, enfim.

Como aquele mesmo menino, os brasileiros pobres são vistos como um perigo à propriedade concentrada de tais instrumentos. Atribui-se à pobreza as causas da violência e cria-se um verdadeiro muro da vergonha, a separar ricos e pobres, como que numa *apartheid* social que a história mundial tão bem conhece de outras terras, plena de sofrimento e morte.

Quando essa mesma população pobre se organiza e tenta obter instrumentos de trabalho, de renda e de vida, igualmente recebe olhares e atitudes de repressão, como se praticasse, na verdade, arrastões que surrupiam o direito exclusivo dos ricos à propriedade privada dos meios de produção.

Os sem-terra são vistos como vândalos, a despeito do latifúndio. Os sem-casa são considerados como se fossem animais de rua, apesar da grilagem rural e urbana. Os sem-saúde morrem nas filas dos hospitais públicos, embora a Constituição lhes atribua o direito à vida, na sua plenitude. São, no entanto, todos, meninos maltrapilhos capazes de abalar a ordem constituída, com seus dedos sujos. Se tocarem em algum instrumento de trabalho, mesmo que para

perguntar o preço, receberão, também, a rasteira e a ordem de “mão na cabeça”.

O que não se quer admitir é que, essa mesma população pobre, tal e qual o menino maltrapilho, é capaz de tocar, com maestria, todos esses instrumentos. Sabem lavar a terra, sabem deitar sementes ao chão, sabem colher os frutos desta terra benfazeja, sabem produzir o tijolo e erguer as paredes da casa, mesmo que singela, sabem o que é o saber que liberta da escuridão do analfabetismo, sabem, enfim, que o conjunto de tais instrumentos forma a grande orquestra da cidadania. São pobres e analfabetos, não lêem partituras, mas a vida lhes ensinou a tocar de ouvido.

Quem são, afinal, os maestros desta orquestra brasileira, hoje tão desafinada pela corrupção, pela fraude, pela dilapidação do patrimônio público, pela má distribuição de renda, pelo desemprego, pela miséria e pela pobreza, em um País abundante de instrumentos capazes dos melhores acordes de desenvolvimento social e humano?

Somos nós, que decidimos pela vida política, exatamente para melhor distribuir tais instrumentos, em nome da sonoridade que rima cidadania com democracia e soberania.

O Brasil buscou, para reger a sua grande orquestra, um maestro que, quando menino, era, também, maltrapilho, pés descalços e, certamente, quando entrava nas lojas de instrumentos de trabalho, era visto como alguém que poderia causar danos à propriedade concentrada do Nordeste, terra de capitânicas e de coronéis, da indústria da seca e do latifúndio.

Pendurado num pau-de-arara, numa viagem torturante, foi para São Paulo, à procura de outros instrumentos de trabalho e de vida. Mãos sujas de graxa, dedo decepado nas lâminas da lida, era, também, um exímio encantador de turbas. Sabia que, sozinho, jamais seria uma orquestra. Organizou sindicatos, comandou caminhadas da cidadania, fundou um partido político, foi eleito Presidente da República.

Portanto, como maestro, ele sabe do potencial de cada um dos instrumentistas desta grande orquestra chamada Brasil, que já foi chamada de celeiro do mundo.

Pois bem, o Brasil é essa orquestra formada por tocadores exímios, de afinados instrumentos e um maestro que conhece, perfeitamente, todos os acordes. Entretanto, a corrupção, a barbárie e a fome que, apesar de tantos programas públicos, ainda campeia, não são assim tão musicais para os ouvidos da platéia, dos músicos e do maestro. Da população, da sua representação parlamentar e do Presidente da República. Há, certamente, um problema de escolha de partitura. A música que executamos neste momento parece não ser a mais adequada para a apresentação da orquestra política brasileira.

Há de se tocar, de novo, o “Brasileirinho”. Um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional, fundado em notas de autores brasileiros, que conhecem a nossa realidade, as nossas diferenças e os nossos potenciais de desenvolvimento econômico e social. Que todos os brasileiros tenham acesso a instrumentos de produção e de renda, para que possam desenvolver, plenamente, suas habilidades.

Acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cidadania, à vida.

É preciso derrubar esse muro vergonhoso que divide o Brasil em dois. De um lado, o da platéia refinada, do requinte das salas de espetáculos. Do outro, como nas palavras do poeta, os “iguais em tudo na vida”, os que morrem “de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia”.

A partitura política dos últimos anos construiu um País *a latere*, na Sociologia, na Antropologia, na Economia. Pior: no Direito, à medida que o conjunto das leis vale, em tese, para os dois lados do tal muro, mas a sua prática depende de interpretações moldadas pela conveniência. Com esses dois Países, um oficial, outro paralelo, criou-se, também, um Estado igualmente paralelo, marginal: o da corrupção, o da fraude, o do narcotráfico, o da violência.

Não é à toa, por exemplo, que, nas grandes favelas brasileiras, no País clandestino, a população, muitas vezes, dá maior valor ao traficante que à polícia. É porque, ali, a educação, a saúde, a proteção e outros requerimentos de cidadania são fornecidos pelo tráfico, e não pelo Estado. O aparato policial é visto, deste lado do muro, como defensor do País da ribalta.

O Estado foi posto em segundo plano, também na Economia. Houve um verdadeiro endeusamento do mercado. E, esse Deus-mercado, como se sabe, é, também, discriminador, em nome do lucro e da ganância. Do outro lado do muro, o que os economistas dizem ser “o lado escuro do mundo”, o que não consome, o que retira do mercado os recursos “ne-

cessários ao investimento”, em nome de gastos que o mercado considera algo assim como “jogados fora”, como o pagamento de aposentadorias e pensões para a população mais idosa, mas que, agora, “não contribuem para o lucro”. Isso comprova um País comandado pelo mercado, cada vez mais forte, reverenciado e endeusado. Outro, dirigido pelo Estado, cada vez mais frágil, desdenhado e demonizado.

Exemplo típico deste poder do mercado são os comentários que se ouvem em momentos de turbulência política, quando a corrupção desfila pelo noticiário. Portanto, para que se inicie a demolição do tal muro da vergonha, que separa os dois Brasis, é necessário que se resgate o Estado brasileiro como formulador de políticas públicas. E, isso, passa, também, pela revisão de nossa atuação no Congresso Nacional. No Parlamento, as questões nacionais são tratadas de forma estanque, isolada, vertical, sem uma contextualização mais abrangente, compreensiva e horizontal. Raramente se discute a lógica que alinhava a seqüência de matérias que são enviadas pelo Poder Executivo. Na mesma analogia musical, trata-se cada músico em sua apresentação isolada, cada um com uma partitura diferente, sem uma visão de conjunto, de orquestra.

E, convenhamos, nos últimos tempos, o Congresso tem atuado, muito mais, como agente do mercado do que como formulador de políticas públicas no seu verdadeiro sentido. Por exemplo, votou-se a quebra do monopólio do petróleo, a propriedade do subsolo, o conceito de empresa nacional e a lei de patentes, todos esses assuntos de forte interesse do mercado, sem levar em consideração a

forte correlação que existe entre eles. Não é à toa que, ato contínuo, votou-se a “Concessão de Florestas Públicas”, leia-se Amazônia, onde todas essas mudanças se correlacionam, afinal.

Um bom exemplo do que ainda virá é o caso da chamada continuidade da reforma da Previdência Social, tão cobrada pelo “mercado”. Fala-se em uma terceira edição, atingindo, agora, o Regime Geral Público. Ora, não fora a Previdência Social nos moldes atuais, outros quase vinte milhões de brasileiros se somariam ao contingente dos chamados “pobres absolutos”.

Imagine-se, então, se a grande massa de aposentados e pensionistas rurais tiverem cortados os seus benefícios, como também querem, o que acontecerá com a migração rural-urbana e o inchaço das grandes cidades. Hoje, em quase dois terços dos municípios brasileiros, o total de recursos pagos a aposentados e pensionistas é maior do que o valor que esses mesmos municípios recebem a título de repasse constitucional do Fundo de Participação. Esses custos e benefícios sociais têm, necessariamente, de ser discutidos por todos nós, quando votamos matérias de relevância para o País.

Como se vê, os instrumentos de produção, de emprego e de renda no Brasil, tal e qual na história da loja de instrumentos musicais, estão disponíveis, à espera de mãos hábeis que possam tocá-los. Há muitos meninos maltrapilhos e homens de mãos calejadas e sujas de terra que poderiam desenvolver o seu engenho e a sua arte nesta grande orquestra chamada Brasil.

O tal menino tocou “Brasileirinho” que, como se sabe, trata-se de um “choro”. Não sei se foi mera coincidência. Eu só sei que, lá pelas tantas, a obra musical de Waldyr Azevedo diz algo assim: “E quando o baile terminou/a turma não se conformou/Brasileirinho abafou”.

Se não há falta de instrumentos, e se os músicos são hábeis, é preciso assumir a batuta!

23. CRIANÇAS: UM FUTURO QUE NASCE E, NEM SEMPRE, SOBREVIVE

Uma breve reflexão sobre os brasileiros nascidos neste início de século e de milênio. Uma contribuição, quem sabe, na construção da “nave” que nos levará ao futuro. Depende de nós, portanto, essa “viagem”. O nosso destino, o Brasil de amanhã. Ou, também quem sabe, a humanidade do futuro. Não há como imaginar que a geração que está nascendo hoje vá construir, ela mesma, todo o edifício da sua existência. Queira ou não, ela receberá, como herança, algum alicerce. Que será seguro, ou não, dependendo de nós.

Acho que a geração atual até que construiu bons alicerces. Mas, tudo indica que não o suficiente contra abalos de possíveis “terremotos”, nas paredes do seu compartimento social. Estamos, neste momento, por exemplo, passando por “tremores”, que têm abalado, em muito, a nossa construção coletiva. Como sempre, esses abalos têm sacrificado, muito mais, as crianças. Sacrificado, portanto, o nosso futuro.

É bom lembrar que, as crianças que nascerem hoje, muitas delas, virarão o próximo século. Basta uma breve consulta na memória, para que se compare a nossa situação, em todos os sentidos, hoje e no início do século passado. Parecíamos na idade da pedra, se confrontados com agora. Como estará a próxima geração, no ano de

2101, principalmente considerando-se que a velocidade das mudanças é infinitamente maior do que antes? E que vai ficar, ainda, muito maior?

Acontece que, muitos que estão agora nascendo, não chegarão, nem mesmo, aos primeiros anos deste nosso século:

- Morrerão de doenças que pareciam erradicadas, ou que já deveriam estar, como sarampo, dengue, febre amarela, entre outras.
- Morrerão de violência: nos últimos dez anos, foram assassinadas mais de quinhentos mil brasileiros. Cinqüenta mil, por ano!
- É como se, a cada ano, sumisse do mapa uma população maior do que a de Canela, no Rio Grande do Sul. Doze a treze municípios de Canela, a cada dez anos!
- A cada dez anos, fora outros tipos de violência, como do trânsito, por exemplo, as vítimas mortais equivalem a mais de um terço da população de Porto Alegre, quase uma Pelotas e uma Passo Fundo, juntas!
- Se essa projeção se mantiver, até o final do século, serão assassinados, mais ou menos, cinco milhões de brasileiros. Aí, a comparação tem que ser com São Paulo e Rio de Janeiro. Porque, em relação a Canela, por exemplo, seriam 125 municípios!

- A população brasileira cresceu, em dez anos, 16,3%. Os homicídios, 20%.
- Segundo o Ministério da Justiça, duas crianças são assassinadas, por dia, por pais e parentes.
- No Brasil, de cada mil crianças nascidas, 25 não chegam ao primeiro aniversário, em razão da fome, da desnutrição, da falta de saneamento básico. No Nordeste, são 36.
- É bom lembrar, entretanto, que essa taxa já foi muito maior, há uma década. Para se ter uma idéia, a taxa de mortalidade infantil, no Nordeste, caiu pela metade, em dez anos. Isso se deve aos programas de saneamento, de alimentação básica e de maior atenção às crianças. Vale lembrar que a taxa de desnutrição de crianças até um ano diminuiu cerca de 60%, nos últimos cinco anos!
- Esses mesmos números, como média, também escondem outras realidades. Por exemplo, as taxas de mortalidade de crianças filhas de mães negras, é cerca de 40% maior que as de mães brancas.
- No Brasil, quase a metade das famílias com crianças na primeira infância possui um rendimento médio *per capita* de até meio salário mínimo. No Norte, essa mesma taxa sobe para 55,1%, e no Nordeste, 66,9%. Quer dizer, no Nordeste, dois terços das famílias que têm crianças, vivem com menos de meio salário mínimo, por pessoa.

- Se consideradas crianças até seis anos, são, ainda, 7 milhões de famílias em situação vulnerável, quando ao nível de rendimento.
- Das 3 milhões de crianças que completaram um ano, em 2006, 400 mil não possuíam registro de nascimento. Quer dizer, oficialmente, nem existiam.
- Segundo o Ministro da Saúde, ocorre, no Brasil, um aborto para cada três nascimentos. Foram 1,04 milhão de abortos clandestinos, em 2005 (*Folha de S.Paulo* de 25-6-2007).

No início de 2007, estávamos vivendo a comoção pela morte do menino João Hélio, covardemente arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro. Depois do João Hélio vieram tantos outros. Tantos nomes. Outras tantas aflições de tantas outras mães igualmente frágeis ante a bestialidade e cuja imolação não chegou a ser esquecida, porque nem mesmo foi lembrada. A cada dez horas, uma criança é morta no Brasil, vítima de violência. Pior, como já disse: em muitos casos, cometida pela própria família. Pais, mães, padrastos, madrastas, tios, irmãos. Verdadeira barbárie humana, onde se misturam gosto de sangue, cheiro de pólvora e, também pior, ouvidos de mercador. São casos que, muitas vezes, nem mesmo abastecem as estatísticas, nem a comoção, nem a indignação, porque não dão a tão competida, e tão lucrativa, audiência da mídia.

Em 2008, a Isabella, e uma janela. Ou o menino marcado a ferro em brasa, como gado. Ou, a outra menina, amarrada, diariamente, numa espécie de pelourinho dos nossos tempos.

Ou, o outro menino, em carne viva, queimado pelo fogo atado na sua casa singela. Ou aquele guri que confessou, friamente, no Rio Grande do Sul, ter assassinado mais de uma dezena, pelo mero desejo macabro de matar. Quem sabe para imitar o “herói” da TV. Ou, ainda, o bebê boiando na lagoa, fugindo da fome, numa sacola do supermercado onde a mãe, quem sabe, nunca colocou os seus pés descalços.

O fato comum, em todos estes casos, representativos dos milhares que a janela da TV não nos mostra, é a presença da criança e do adulto. Nestes casos, da inocência e da barbárie. Em todos os casos, do presente e do futuro. Do que somos, e do que seremos, enquanto nação.

É aí que vem a pergunta crucial: o que seremos? E, aí, vem, igualmente, a outra clássica pergunta: o que queremos ser? Que futuro desejamos? Uma projeção do que somos? Que graus de liberdade temos nós, para modificar esta verdadeira progressão linear que, cada vez mais, está distanciando o que seremos do que queremos ser?

O Brasil tem, segundo a Unicef, 21 milhões de crianças até seis anos. Meia Argentina, uma Austrália, duas Grécias. O dobro da população de Portugal, três vezes a da Suíça. Seis vezes a do Uruguai. Um Chile e uma Finlândia, juntos. Uma Suécia, mais uma Dinamarca, mais uma Noruega, mais uma Eslovênia

A Unicef, baseada no conhecimento de organizações científicas, define os primeiros anos de idade como fundamentais para a formação da personalidade, para o desenvolvimento da inteligência, da afetividade e

da socialização do ser humano. É exatamente nesta fase da vida que se estabelecem as bases para o desenvolvimento integral da pessoa. Por isto, a primeira infância é um retrato, antecipado, do futuro de uma nação. Do que seremos.

No nosso País, repetindo os dados já apresentados, quase a metade das crianças menores de seis anos estão no convívio de famílias que ganham menos de meio salário mínimo *per capita*, por mês. Das três milhões de crianças que completaram o primeiro ano de vida, em 2006, 400 mil não possuíam qualquer documento de identidade. Nascem e morrem sem terem sido nem mesmo, estatísticas oficiais.

Até os 18 anos, os brasileiros são quase 60 milhões. Todos os brasileiros, juntos, equivalem à soma dos habitantes da Itália, da França e do Reino Unido. Se considerarmos, apenas, os nossos menores de idade, em termos legais, é como se eles fossem, aqui, todos os franceses, ou todos os italianos, ou todos os habitantes do Reino Unido. Todos a exigir a nossa preocupação. Em menos de dez anos, a soma dos bebês somaram mais que todos os australianos, ou duas vezes os belgas. Todos crianças, ainda.

Mas, essas comparações são puramente quantitativas. Na verdade, estaríamos muito mais próximos da realidade se nos comparássemos com partes bem menos significativas destes Países e equiparássemos a população brasileira às realidades de Serra Leoa, de Angola, de Zâmbia, ou de Suazilândia. Estaríamos muito mais próximos do real, se disséssemos que temos, aqui, mais de dois Haitis. Quem

sabe teríamos, então, que alterar a poesia: “Dois Haitis são aqui”.

Imaginem, então, a nossa responsabilidade com o futuro deste País. Estes meninos não vivem os melhores dias, em termos de valores, de referências e de perspectivas de vida. Não é preciso, portanto, qualquer exercício de futurologia para vislumbrarmos o nosso amanhã, nem quantitativa, nem qualitativamente. Há uma evidente falta de horizontes, de futuro. Cabe-nos, então, contribuir na sedimentação dos alicerces desta nossa construção coletiva.

Eu me assusto, cada vez mais, com a precocidade dos nossos meninos de hoje. Para o bem e para o mal. As mesmas mãozinhas que, cada vez mais cedo, tocam o teclado do computador, são aquelas que puxam o gatilho da arma também cada vez mais sofisticada.

Cada vez mais, as nossas crianças se conectam com o universo, contraditoriamente isoladas, entre quatro paredes, em um mundo, igualmente, cada vez mais virtual. Perdeu-se o espaço público. As ruas e as praças deram lugar aos corredores dos *shoppings*. A televisão ocupou o lugar da família e da escola. O materialismo, alcançado muitas vezes pelo crime, ocupou o lugar da Igreja. Os sinais exteriores de riqueza material substituíram os sinais interiores de nobreza de sentimentos.

Os casos da Isabella, do João Hélio e de tantos outros nada mais são que situações febris para a nossa septicemia social. De nada adiantarão “antitérmicos” casuais, localizados, se não cuidarmos das “bactérias” que causam as

nossas “infecções coletivas”, verdadeiras epidemias que se alastram, da favela onde o estado paralelo prende, julga, condena e executa, ao bairro de classe média, onde a empresária tortura e amarra a criança no pelourinho dos nossos dias.

Vivemos realidades do final deste século, mas mantemos ainda vivas situações que se aproximam da idade da pedra.

Nós não podemos agir como se não houvesse diferença entre a Isabella e o João Hélio, e a Odete Roitman e o Salomão Ayala, personagens de novela. Nem eles, nem os outros meninos vítimas da barbárie, devem ser protagonistas virtuais que se queira mover ao sabor do Ibope. Ao contrário, eles são personagens reais de histórias de vida igualmente reais.

Eu também me assusto com a personalidade dos adultos. Igualmente para o bem e para o mal. A comoção e a indignação que tomaram conta do País, nos dias em que a barbárie foi a principal manchete, constituem-se, também, num sinal evidente de que ainda resta a esperança. Mas, sobressai, também nestes momentos, a morbidez que, infelizmente, marca a raça humana. Se, de um lado, o calvário da menina Isabella, como o do menino João Hélio, suscitou os mais construtivos debates sobre o nosso futuro, também despertou sinais de glamourização da barbárie. Personagens à procura de minutos de glória, celebridades de ocasião, luz dos fatos substituída por holofotes de plantão.

Eu acho que podemos nos municiar da comoção e da indignação, antes que ela, mais uma vez, dobre a esquina.

Ou, enquanto esta mesma comoção continuar turbinando os índices de audiência. Não podemos, entretanto, esperar novos João Hélios, ou novas Isabellas, ou quaisquer outros nomes escolhidos para se transformarem nestas verdadeiras mini-séries da vida real, para que nos preocupemos com os milhares que, anônimos e “severinos”, ainda morrem, de “desdém antes dos dezoito, de violência antes dos seis e de fome um pouco por dia”.

Portanto, eu acho que temos que atuar, pelo menos, em duas frentes, se bem que não se tratam, evidentemente, de questões paralelas: cuidar das crianças na sua conformação física e intelectual, mas preocupar, também e sobretudo, com o ambiente social em que elas vivem e que se desenvolverão. Eu vejo, hoje, profundas feridas em ambos aspectos. E, por não serem paralelas, estas questões não se encontrarão, necessariamente, somente no infinito. Ao contrário, elas caminham juntas, ora como causa, ora como consequência.

É por isso que eu acho que este debate tem que ser aprofundado, necessariamente, a partir de um enfoque multidisciplinar. Tanto a compreensão do que nos aflige, como os melhores remédios para as nossas principais mazelas, devem ser tratados, conjuntamente, no âmbito da medicina, da sociologia, da antropologia, da economia, da ciência política.

Mas, nós também não podemos partilhar o ser humano, como se ele fosse um mero carente de cada uma das nossas disciplinas. Pior: institucionalizadas. Um carente de saúde para o Ministério, ou para as Secretarias, da Saú-

de, de educação para o Ministério, ou para as Secretarias, da Educação, de atividade produtiva para o Ministério do Trabalho, e assim por diante. Pior ainda, cada uma destas disciplinas e instituições disputando espaços, políticos e orçamentários, relativos a cada um destes compartimentos forçados do ser humano. Não podemos, também, imaginar a nossa complexidade, como se fôssemos meras peças de dominó, ou de um quebra-cabeças, que se encaixam. Somos um todo, como seres, e como cidadãos. Sujeitos da história, e não objetos dos interesses de quem a constrói.

Barbáries como a da menina Isabella, ou do menino João Hélio, ambos ainda crianças, alimentam a comoção. A atitude de quem as praticou, independente da autoria, nutre, igualmente, a indignação. Estes mesmos sentimentos, o da comoção e o da indignação, podem se constituir no passo maior para que possamos construir novos valores e melhores referências.

Eu tenho repetido que as mudanças que tanto almejamos na sociedade brasileira não virão de dentro para fora. O Estado legal, principalmente as instituições encarregadas de elaborar o nosso aparato de leis, encontra-se no rodapé da legitimidade popular.

O vácuo do Estado legal está sendo ocupado pelo Estado paralelo. Um aparato organizado que não se move pelo pudor. Quantas são as crianças arregimentadas pelo crime, contraditoriamente em nome da vida, que não alcançarão a maioria, nem, ao menos, viverão a minoridade, porque serão lançadas pelas janelas dos morros e da

nossa consciência, sem redes de proteção, nem comoção, nem indignação?

Mas, eu também ando decepcionado com muitas das representações da sociedade civil fora do nosso aparato institucional de governo. As chamadas organizações não-governamentais. Em muitos casos, embora os mais belos discursos, ora foram cooptadas, e se tornaram verdadeiros satélites do Estado legal, ora, e pior ainda, mergulharam no mesmo lamaçal da corrupção onde já se encontravam muitas das nossas instituições públicas.

É por isso que temos que reorganizar não somente o nosso aparato político-institucional de Estado, mas, igualmente, as nossas organizações civis. Foram outros os tempos da UNE, da CUT, da OAB, e de tantas outras. A nossa realidade mudou, no período recente, quando os “Caras-Pintadas” foram para as ruas. Quando, em nome da anistia, das “Diretas Já” e de outros movimentos democráticos, a população decidiu construir a sua própria travessia política.

Há que se ultrapassar a fase dos grandes diagnósticos. Sem desmerecer, obviamente, o conhecimento, eles têm que ser acompanhados das melhores estratégias políticas. E, eu não vejo outro caminho mais eficiente e mais democrático que a arregimentação da sociedade civil, em um novo movimento, de fora para dentro.

Aí, sim nós vamos construir, efetivamente, o País de todos os nossos sonhos.

24. A VALE: QUANTO VALIA?

Os jornais do início de 2008 estamparam, com grande destaque, o lucro líquido da Vale, o novo nome da Companhia Vale do Rio Doce, em 2007: R\$20 bilhões. Somados os últimos cinco anos, mais de R\$50 bilhões.

A Vale bateu, em 2007, recordes na produção de minério de ferro (mais de 300 milhões de toneladas), níquel (248 mil toneladas), cobre (284 mil toneladas), bauxita (9,1 milhões de toneladas), alumina (4,3 milhões de toneladas), alumínio (551 mil toneladas), caulim (1,3 milhão de toneladas) e cobalto (2,5 mil toneladas).

Em comunicado aos acionistas e ao público, a empresa confirma ser a maior produtora de minério do planeta, segunda maior em níquel, e uma das maiores em caulim, cobalto, ferro ligas e alumina.

São números grandiosos, para essa empresa que nasceu entre as montanhas de Minas Gerais e ganhou o mundo, e hoje é uma das mais respeitadas multinacionais de todo o planeta. Um orgulho para todos os brasileiros, uma bandeira que se hasteia, hoje, em todos os continentes, com as nossas cores, o nosso labor, o nosso conhecimento.

Louve-se, portanto, os números da Vale. E que eles sejam crescentes, a cada novo balanço. Isso significa no-

vos empregos, desenvolvimento regional e prestígio internacional para o Brasil.

A Vale é, e sempre foi, um verdadeiro símbolo nacional. Que essa mesma bandeira continue a tremular, cada vez mais forte e representativa, aqui e em todos os continentes onde ela atua. São o verde e o amarelo, as cores do Brasil, no azul e branco de outros céus.

O crescimento da Vale foi previsível, diga-se, para quem acompanhou a história de mais de sessenta anos de sua existência, desde o início dos anos quarenta, criada no governo de Getúlio Vargas. Para quem conheceu os avanços da inteligência brasileira, nos mais diferentes campos da pesquisa de materiais estratégicos. Para quem observou a evolução dos mercados, nestes tempos de globalização.

O crescimento da Vale, a olhos vistos, passou, entretanto, ao largo das cabeças mais brilhantes em matéria de cálculo de patrimônio e de construção de cenários econômicos, encarregados da avaliação da empresa, pouco antes da sua privatização.

Tudo na Vale sempre foi grandioso, no tamanho do conglomerado, no estoque de matérias primas, no número de empregos diretos e indiretos e na potencialidade de seus negócios.

A Companhia Vale do Rio Doce foi avaliada por um banco de investimentos americano, a Merrill Lynch. Mais do que isso, esta empresa também se encarregou do modelo que foi utilizado na realização do leilão.

De nada adiantaram, na época, os questionamentos sobre a imparcialidade da empresa avaliadora, ainda mais quando se confirmou, depois, que atores que participaram da avaliação, também passaram a fazer parte da nova composição acionária da Vale.

Eu não desejo, aqui, entrar na discussão sobre o programa de privatizações brasileiro. Muito menos no debate sobre o tamanho do Estado e em que atividades o setor público deve (ou não) permanecer, por questões de soberania nacional.

Eu poderia, também, retomar uma questão de enorme importância, relativa ao recebimento de *royalties*, pelos locais onde se encontram as matérias primas. Locais que dormem sobre grandes riquezas e acordam com profundas crateras e montanhas decepadas. Vão-se lucros bilionários, e ficam retribuições relativamente diminutas.

Os números falam por si. Referem-se ao percentual que cada empresa paga para poder retirar as riquezas minerais do solo.

Diamantina é um exemplo dos mais ilustrativos, a começar pelo nome. Pois bem, a população local recebe, apenas, 0,2% do faturamento líquido das empresas que exploram o diamante daquela cidade mineira. É isto mesmo: Diamantina, em Minas Gerais, fica com, apenas, 0,2% do faturamento das empresas que exploram a riqueza mineral que lhe deu o nome.

No caso do minério de ferro, enquanto na Austrália as empresas pagam de 5 a 7,5% do valor da mina, no Brasil o percentual é de 2% do faturamento líquido.

Mas, como disse, este não é o tema central desta minha abordagem. O que me move, aqui, é o questionamento do valor estimado, pela empresa americana de avaliação, para o leilão da Companhia Vale do Rio Doce.

Dirão alguns que os valores calculados para a venda de todas as empresas estatais brasileiras serviram, apenas, como preços mínimos de referência, e que os leilões, enquanto instrumento de concorrência, é que propiciariam os verdadeiros e devidos valores para as alienações. E que esta seria a razão para que algumas empresas tenham sido vendidas com ágios considerados significativos. A Vale, por exemplo, foi vendida com um ágio aproximado de 20%.

É interessante observar que os personagens principais que advogaram essa idéia de que os preços mínimos são, apenas, referências, muitos deles se deslocaram para importantes diretorias das empresas privatizadas, ou para as empresas compradoras, principalmente bancos e financeiras, logo após os leilões.

História que parece se repetir, depois dos leilões. Os jornais mostram que o BNDES, gestor do nosso programa de privatizações, concedeu, no início de 2008, um limite de crédito, à Vale, de R\$7,3 bilhões, o maior financiamento já concedido a um único grupo econômico.

Ora, poderia se constituir numa decisão normal, para uma empresa do porte da Vale. Mas, o que chamou a atenção, e isso causou constrangimento ao próprio corpo técnico do BNDES, é que, exatamente o negociador, pelo Banco, do mesmo empréstimo, tomou posse como diretor de

Planejamento Estratégico da Vale, tão logo foi assinado o contrato. Quer dizer, este mesmo funcionário, trabalhou pela liberação do empréstimo e “pulou” para o outro lado do balcão, para administrar o dinheiro.

Por estas e outras razões, não há ingenuidade suficiente para justificar que os preços mínimos não tenham influenciado, para baixo, nos valores alcançados nos leilões. Daí, o contraponto de que os ágios alcançados em algumas privatizações ocorreram exatamente porque os preços mínimos foram calculados excessivamente abaixo da expectativa do mercado.

Além disto, era versão corrente, durante o programa de privatizações, que haviam acordos prévios entre as empresas avaliadoras, o BNDES (que era o gestor do Programa) e os pretendentes na aquisição das empresas.

Que os leilões, em muitos casos, nada mais eram que meras formalizações de combinações, costuradas antes dos leiloeiros baterem o martelo. A CPI do Congresso Nacional, em 1993, que procurou investigar as primeiras privatizações, detectou um ajuste prévio entre compradores, vendedores, gestores e avaliadores.

O leilão da Vale parece não ter fugido à regra. Era voz corrente, então, que a empresa de mineração seria arrematada pelo consórcio Valecom, liderado pelo Sr. Antonio Ermírio de Moraes e com a participação dos principais fundos de pensão, como a Previ (do Banco do Brasil), a Funcef (da Caixa Econômica Federal) e a Petros (da Petrobrás).

Pouco tempo antes do leilão, os mesmos fundos de pensão mudaram de lado e se juntaram no Consórcio

Brasil, tendo à frente o Sr. Benjamin Steinbruch que arrematou, enfim, a Vale. A imprensa deu conta, na época, de que o Consórcio vencedor, embora tamanho envolvimento, foi criado em cinco semanas e concluído um mês antes do leilão.

Lembro-me de todas as insinuações, as evidências e as dúvidas que foram levantadas, à época, sobre a avaliação e a modelagem para o leilão daquela que foi chamada de “jóia da coroa”.

Todos os jornais e revistas semanais noticiaram a possível participação do Governo na montagem do Consórcio Brasil, através do Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, então Diretor do Banco do Brasil.

Quem não se lembra do tal “limite da irresponsabilidade”, expressão utilizada pelo mesmo executivo, na montagem de um dos leilões, afinal confirmada pelo martelo do leiloeiro?

O jornalista Élio Gaspari falava em “privataria” e o Sr. Joseph Stiglitz, ex-Vice Presidente do Banco Mundial, insuspeito portanto, foi ainda mais longe: chamou o processo de “propinização”.

Portanto, num cenário como este não se pode dizer que os preços mínimos são, apenas, uma referência para o mercado, cuja “competitividade” cuidaria de estabelecer os preços reais. Ou seja, o tamanho dos ágios. Com “privataria” e “propinização”, não há competição!

Como disse, o preço mínimo e o modelo formal de privatização da Vale foram elaborados pela Merrill Lynch,

empresa norte-americana. Longe de mim, sem uma investigação mais apurada, qualquer tipo de suspeição.

Acontece que o método de avaliação utilizado em todas as privatizações envolve aspectos puramente subjetivos na montagem dos cenários. E, como se sabe, subjetivismo e contraditório caminham de mãos dadas.

O método utilizado para a avaliação da Vale e das demais empresas estatais privatizadas dentro do Programa Nacional de Privatizações é chamado de “Fluxo de Caixa Descontado”. Em termos bastante simplificados, são definidos cenários possíveis para a atividade desenvolvida pela empresa, por um número de anos, e antecipado o possível fluxo de caixa, a partir da projeção das receitas e das despesas.

Ou seja: monta-se um cenário, que leva em conta diversos componentes, como projeções macro-econômicas, taxas de juros, mercado da matéria prima e dos produtos acabados, entre outros. Projeta-se, ano a ano, o que se espera acontecer no futuro e antecipa-se, para o presente, a diferença entre as receitas e as despesas da empresa. Este é, grosso modo, o valor atual desta mesma empresa. É diferente da avaliação através de quantificações materiais e financeiras do patrimônio atual da empresa.

Ora, cenários futuros podem ser imaginados dependendo da ótica do avaliador. Que pode ser mais, ou menos, otimista. Ou, quem sabe, ainda, que pode buscar elementos mais, ou menos, pessimistas, dependendo de eventuais interesses. Eu posso dizer, por exemplo, que o cenário mundial para um determinado produto não é dos melhores e, assim, utilizar indicadores de avaliação

que pressionarão, para baixo, as receitas da empresa. Ou, posso gerar cenários que potencializam as despesas desta mesma empresa. Que as matérias primas que ela utiliza, por exemplo, terá preços ascendentes, no futuro.

Para cada empresa privatizada, foram elaboradas duas avaliações independentes. Se as avaliações apresentassem uma diferença acima de um percentual determinado, contratava-se uma terceira avaliadora. Ora, para empresas estatais de tamanho tão significativo, poderia se esperar que esse percentual fosse ultrapassado em muitos casos. Não foi o que aconteceu. Foram poucos os eventos em que se necessitou contratar uma terceira avaliação.

Dizem muitos que os economistas são especialistas em projetar o passado. Há, inclusive, uma brincadeira que dá conta de que o camelo é um cavalo projetado por um economista.

Um presidente americano disse, certa vez, que gostaria de contratar um economista maneta, com um só braço. É que, toda vez que ele pedia uma orientação para o seu assessor econômico, tinha como resposta: “bem, por um lado, pode ser isto, por outro, pode ser o contrário”. Ele queria, portanto, um economista que tivesse um único lado.

Tenho dúvida se um possível e aparente desvirtuamento no valor do preço mínimo da Vale tenha ocorrido por erro de avaliação econômica. Tudo indica que os economistas da Merrill Lynch seguiram orientações eminentemente políticas.

A construção de cenários parece ter se encaminhado por decisões que fogem à ciência econômica e que se

aproximaram dos interesses envolvidos no resultado do leilão.

É impossível que os economistas da Merrill Lynch sejam tão incompetentes a ponto de desconhecerem situações óbvias de projeção de mercados. Como eles calcularam fluxos de caixa descontados, ou antecipados, relativos a um número significativo de anos, e chegaram a um valor menor que o lucro atual da empresa em, apenas, três meses? Erro de cálculo? Uso de indicadores inadequados? Problema do método de avaliação? Montagens incorretas de cenários? Orientação política direcionada? Má fé?

Por problemas na montagem de cenários, não se considerou, devidamente, a emergência do mercado chinês para o consumo do aço, por exemplo. Por problema do método de avaliação, não se levou em consideração reservas de minério que, mantido o consumo da época, dariam para mais 400 anos (quatro séculos!) de atividades da Vale! Repito: um estoque de minério que entrou no negócio por valor zero! Pelo mesmo motivo, não se deu conta de minerais dos mais estratégicos para o futuro da humanidade. Futuro, e não passado.

Reitero: eu não estou discutindo, neste momento, a decisão de privatizar a Vale. Nem os seus lucros atuais e futuros que, por todos os motivos possíveis, espero serem cada vez maiores. A Vale é, hoje, a nossa grande empresa multinacional. Desejo, inclusive, que as aquisições de outras empresas de mineração do mundo sirvam para engrandecê-la ainda mais, mas que não se corra o risco, com isto, de transferência futura das decisões para outros

Países. A Vale é brasileira e assim tem que continuar, apesar de todos os interesses internacionais que ainda pairam sobre as suas atividades.

O controle acionário da mineradora foi vendido, ainda assim com ágio, por pouco mais de R\$3,3 bilhões. Isto, também, sem contar os incentivos dados aos compradores, para a aquisição da empresa, por este preço. Para se ter uma idéia, somente nos últimos cinco anos, os lucros líquidos chegaram aos R\$55 bilhões.

Como explicar ao povo brasileiro, verdadeiro proprietário da Vale, esta diferença entre os cenários projetados e a realidade observada? Profissionais do setor diziam, naquele final de década, que o patrimônio da Vale estaria próximo dos cem bilhões de reais.

Se as decisões que levaram ao preço mínimo não se orientaram, apenas, por critérios econômicos; se decisões políticas determinaram a construção dos cenários, no sentido de subestimar o preço mínimo para o leilão, então, nada mais lógico que o preço mínimo da Vale seja submetido a uma investigação política.

Como se trata de recursos públicos, de todos os brasileiros, cabe ao Congresso Nacional a missão constitucional de proceder a esta investigação sobre as decisões que orientaram a avaliação da então Companhia Vale do Rio Doce.

Como se deu a avaliação? Sob que orientação? De quem? Segundo que interesses? Foi uma privatização no melhor dos moldes, ou uma “privataria”, como definido pelo jornalista Élio Gaspari? A venda do con-

trole acionário da Vale foi orientada segundo critérios moldados pela ética, ou, como na definição de Stiglitz, o que ocorreu foi uma “propinização”? Caso afirmativo, quem foram os responsáveis? Como ressarcir o povo brasileiro pelas possíveis perdas na subestimação do preço da empresa?

Eu não estou propondo a reestatização da Vale. O que eu estou afirmando é que o Congresso Nacional não pode permanecer omissivo sobre um assunto que já é motivo de inúmeras ações no Judiciário, no sentido de que se investigue, com maior clareza, como se deu o processo de privatização da empresa. Não se pode atribuir a tamanha diferença entre o lucro projetado e o real, apenas a uma possível incompetência política e administrativa da Vale nos seus tempos de estatal.

Afinal, a Companhia do Rio Doce foi administrada, durante longo tempo, pelo Sr. Eliezer Batista, respeitado pelo próprio mercado como dos mais competentes profissionais do setor, a quem se atribuiu a honraria de ser chamado “o engenheiro ferroviário que ligou a Vale ao resto do mundo”.

O melhor instrumento de investigação, para que o Congresso cumpra o seu dever constitucional, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O lucro da Vale do último ano demonstra muito bem a importância da empresa para o País e para o povo brasileiro.

Não há como passar ao largo de todo o processo que levou à sua privatização. Este é um papel que cabe, constitucionalmente, ao Congresso Nacional.

Não há outra instituição mais legítima que o Parlamento para dissipar dúvidas sobre o patrimônio que pertence ao povo. Somos eleitos, democraticamente, para representá-lo, no que tange ao que lhe pertence, por lei. Lei que foi concebida e votada pelo mesmo Congresso Nacional.

Que os lucros da Vale sejam cada vez maiores nos anos que ainda virão. O nosso orgulho será, também, crescente, na mesma ou em maior proporção. Mas, com base no mesmo método utilizado para calcular o seu preço mínimo para o leilão, quanto maior este lucro, maior a desconfiança de que foram desvirtuados os cenários que abrigaram a sua avaliação. Essa mesma desconfiança será dissipada somente quando todas as dúvidas que ainda pairam sobre o processo de alienação da Vale forem devidamente esclarecidas. Atribuição mais que legítima do Congresso Nacional.

25. A FLORESTA AMAZÔNICA: "AUTORIDADES" OU "BATEDORES"?

Muitas vezes, quando estamos no trânsito urbano, principalmente nas grandes cidades, somos obrigados, por lei, a dar passagem prioritária para veículos especiais, como as unidades do corpo de bombeiros, ambulâncias, policiais em serviço, entre outros. Entre estes "entre outros", existem as chamadas "autoridades", principalmente as de mais alto escalão da República. Sirenes nos últimos decibéis, sinais e velocidades nem sempre respeitados, porque "autoridade" rima com "custo de oportunidade". No caso, tempo pode não ser dinheiro, nem, quem sabe, uma vida a mais, ou um meliante a menos. Pode ser, até mesmo, uma mera demonstração pública de poder.

Mas, ao contrário de outros veículos, a sirene da "autoridade" fica no carro do batedor. É ele quem faz barulho. É o batedor quem abre alas e pede passagem. Por mais louvável que seja o seu trabalho, o importante é o que vem atrás, não raramente escondido por películas escuras.

É assim que eu vejo determinados momentos na nossa trajetória política, no trânsito turbulento das tramitações de matérias legislativas no Congresso Nacional. No caso, as sirenes são substituídas pelos holofotes. Igualmente para demonstrar autoridade. Mas, no "poder", também

existem “batedores” e “películas escuras” para que as autoridades possam transitar, sem serem notadas. Ainda que respeitem sinais regimentais de trânsito.

Vem daí a minha afirmação, reiterada, de que temos que cuidar, não somente, dos desvios ilegais de recursos públicos. É necessário, igualmente, que não nos fixemos, apenas, nos “batedores”, que fazem barulho, mas, também, na “autoridade”, que deseja passar quase incólume. É preciso, portanto, nos preocuparmos com as eventuais perdas causadas por atos legais.

Assim como eu não tiro a importância do “batedor”, não quero dizer que tenhamos que desconhecer os atos ilegais. Se há desvios, que se investigue, e que se puna! Mas, as investigações não podem empanar, ou desviar, a atenção sobre os projetos que tramitam, regimentalmente, no Parlamento.

Por exemplo, o Congresso Nacional se ocupou, meses a fio, sobre o caso das ambulâncias montadas para desviar recursos públicos, não raras vezes para as contas de parlamentares. Uma verdadeira novela diária, com atores principais e co-protagonistas, como vilões e como mocinhos. Luzes, câmeras, ação, milhares de páginas, rios de tinta, vozes impostadas, cenhos circunspetos, frases decoradas. De repente, o pequeno empresário, pouco conhecido além do bairro, torna-se o culpado por todas as nossas maiores mazelas. Manchete do principal jornal da noite, reprisado à meia-noite, assunto do café da manhã, da mesa de almoço, do lanche da tarde. Personagem de pesadelos de muitos.

Louve-se o trabalho do “batedor”. Que se prendam os culpados. Que se cassem os parlamentares envolvidos. Mas, que não se esqueçam de avaliar se, ao mesmo tempo, ou logo atrás, abriu-se passagem para legalizar atos que podem ser, igual ou muito mais, lesivos à coisa pública.

Pois, as tais ambulâncias, parecem ter sido elas, exatamente, as “batedoras”. Com sirenes, ou não. Enquanto elas chamavam a atenção no trânsito regimental, passou batido, por todos os canais do Congresso, um projeto, agora lei, que, na minha opinião, trata-se dos mais lesivos aos interesses de uma nação que se almeja independente e soberana: a concessão de florestas públicas. Ou, numa tradução menos camuflada, a concessão da Amazônia. Para não dizer “entrega”.

Enquanto os jornais estampavam, em primeira página, a passagem de mais uma ambulância superfaturada, transitava, quase sem limites de velocidade, a legalização de concessões de extensas áreas, na Amazônia, por quatro décadas. Isto, depois que outros eventuais batedores abriram passagem para a mudança do conceito de empresa nacional, a propriedade do subsolo, o patenteamento de descobertas minerais e vegetais e tudo o que se refere à nossa biodiversidade.

Ao “batedor”, a manchete de primeira página. À “autoridade”, uma, ou duas, linhas escondidas numa coluna qualquer. Repito: não tiro o mérito de todas as investigações que foram objeto de comissões parlamentares de inquérito no Congresso Nacional. Mas, elas não podem ofuscar outras questões, mesmo que legais, mas que pas-

sam ao largo de uma discussão mais aprofundada pelos representantes do povo brasileiro.

Repito, também: na minha opinião, a concessão de florestas públicas, sob películas contraditórias de preservação ambiental, e ofuscada pelos holofotes daquele momento, é uma das propostas, no mínimo, mais discutíveis que transitaram pelo Congresso Nacional. E que foi aprovada sem o necessário aprofundamento do merecido debate. Portanto, discutível e sem a devida discussão.

Quando percebi que a “caravana”, travestida com roupagem preservacionista, passaria por todos os sinais, mesmo que fechados, a uma velocidade incompatível com a via do bom senso, tentei corrigir, pelo menos, o trajeto da lei. Apresentei uma emenda que, por óbvia, deveria ser desnecessária. Algo assim como: “que se cumpra a Constituição”. Ou, mais especificamente, que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares”.

Ora, uma lei não pode mudar um ditame constitucional! Mas, sabendo que poderia ser atropelado por toda a “comitiva”, eu apresentei emenda acrescentando dispositivos à lei que criou o “Plano Anual de Outorga Florestal”, ou o “PAOF”, como foi chamada a nossa lei de concessões de florestas públicas. O meu texto, enfim aprovado, foi o seguinte: “O Paof deverá ser submetido à prévia aprovação pelo Congresso Nacional, quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a

dois mil e quinhentos hectares, nos termos do art. 49, da Constituição Federal”.

Repito a tradução da minha emenda: “Cumpra-se a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, legitimamente escolhida pelo povo brasileiro, em eleições livres e democráticas”.

Mas, as “autoridades” também definem os caminhos que melhor respondam aos seus interesses. Daí, as diferentes leituras. Incluída na lei, a minha emenda foi vetada pelo Presidente da República. Então, a lei, na minha opinião, recebeu sinal livre para transitar na contramão.

Em decisão de março de 2008, a Desembargadora Federal, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Dra. Selene Maria de Almeida, deu parecer relativo ao primeiro processo de concessão de nossas florestas, no âmbito da Lei nº 11.284, a mesma “Paof”, localizado em Itapoã do Oeste, Estado de Rondônia. Uma licitação de 95.000 hectares, na chamada “Floresta Nacional do Jamari”, ou “FLONA Jamari”.

As justificativas, incluídas na decisão da Desembargadora, e na minha proposta de emenda, que foi aprovada, e que foi vetada pelo Presidente, têm forte correlação. Diz a Desembargadora – Relatora:

“O risco de dano irreparável ou de difícil reparação está presente com a previsão da abertura de envelopes para o dia 10 de janeiro passado e o procedimento licitatório deverá estar em vias de conclusão. O bem objeto da ação popular faz parte do patrimônio e da soberania nacionais, sendo certo que a utilização do domínio público deverá ser feita na forma da Constituição.”

É premente a necessidade de se assegurar a competência do Congresso Nacional para participar desse complexo processo de concessão de domínio público visando proteger os bens ambientais e territórios brasileiros.

Por uma questão de defesa dos interesses nacionais e de fidelidade do País e, dada a urgência da decisão no caso, reconheço a versossimilhança do direito invocado e defiro a antecipação da tutela recursal, para sustar o processo de licitação da Floresta Nacional do Jamari, até que o Serviço Florestal Brasileiro obtenha autorização prévia do Congresso Nacional, conforme determina o art. 49, XVII, da Constituição da República”.

Em outras palavras: o Poder Judiciário também entende que a Constituição tem que ser cumprida!

É evidente que ainda cabiam recursos à decisão da Desembargadora. E que novos batedores, certamente, iriam tentar abrir velhos caminhos. Mas, quem sabe, esta decisão possa ser emblemática para mudança de rumos! Para se concretizar o debate, com os devidos aprofundamento e transparência, que ficamos devendo ao povo brasileiro, afinal o legítimo proprietário das terras que decidimos conceder, principalmente, para grandes empresas, nacionais, ou nem tanto!

Dito e feito: o Governo Federal recorreu ao Presidente do Supremo Tribunal Federal que, enfim, derrubou a decisão da Desembargadora do Tribunal Regional Federal, devolvendo a autorização para a continuidade da licitação. O argumento, o mesmo do Governo Federal, para o veto à minha emenda: não há concessão de terras, mas da floresta. Como se a floresta fosse possível, sem a terra.

Acrescento a este debate as manifestações do General Augusto Heleno Ribeiro, Comandante Militar da Amazônia, sobre a política indigenista brasileira. Não entro no mérito das opiniões do General, até porque, caso contrário, quem sabe eu pudesse dispensar o aprofundamento das discussões. Mas, não se pode negar que ele trouxe a público um condimento a mais sobre a questão amazônica e a nossa soberania, enquanto nação independente e soberana. Não se trata de uma questão isolada, como não o é, a da concessão de grandes extensões de florestas públicas, notadamente as amazônicas.

Então, julgo ser a melhor hora para que possamos retomar as discussões sobre uma região que, todos nós sabemos, é cobiça de interesses que estão longe da nossa soberania. Afirmações neste sentido, não faltam. “Autoridades”, acostumadas a barulhentos “batedores” já se manifestaram a respeito da nossa soberania sobre a Amazônia. Muitos, igualmente travestidos de defensores do meio ambiente. Como Al Gore, hoje Prêmio Nobel da Paz, exatamente pela “defesa do meio ambiente”, quando ainda era candidato “democrata” a Presidente dos Estados Unidos:

“Ao contrário do que os brasileiros acham, a Amazônia não é deles, mas de todos nós.”

Ou, Mikhail Gorbachev, ex-chefe de estado soviético, em 1992:

“O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes.”

Ou, John Major, ex-Primeiro Ministro britânico:

“As nações desenvolvidas devem estender o domínio da Lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a Região Amazônica estão abandonando a tese propagandista para iniciar uma fase operativa, que pode, definitivamente, ocasionar intervenções militares diretas sobre a região.”

Ou, Henry Kissinger, em 1994:

“Os Países industrializados não poderão viver da mesma maneira como viveram até hoje, se não puderem ter à sua disposição os recursos naturais não-renováveis do planeta. Necessitarão montar um sistema de pressões e constrangimentos que assegure o alcance de suas intenções.”

Ou, ainda, uma passagem extraída de um documento que se atribuiu a um tal de “Conselho Mundial de Igrejas Cristãs”, reunido em Genebra:

“A Amazônia é um patrimônio da humanidade. O domínio dessa imensa área pelo Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador é meramente circunstancial”.

Mas, ninguém foi mais direto e apropriado à nossa questão, como a ex-Primeira Ministra britânica, Margaret Thatcher:

“Se os Países subdesenvolvidos não conseguem pagar seus débitos, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas.”

É preciso, portanto, decidirmos se queremos ser, em termos da nossa soberania, “autoridades”, ou “batedores”.

Um debate que envolva todos os segmentos da população brasileira. A comunidade acadêmica, as representações indígenas e de defesa do meio ambiente, as Forças Armadas e os Ministérios afins, a Igreja, a OAB e tantas outras.

Quando abriremos mão do que nos dita a Constituição, de nada adiantará o nosso pseudo-abrigo das placas oficiais e das películas protetoras. Espero que, com este debate, possamos voltar à correta e verdadeira mão da história. E, no caso das nossas florestas públicas e da Amazônia, também da nossa geografia!

26 AINDA “NÃO HÁ VAGAS”, NO LUGAR DO “PRECISA-SE”

“Tu comerás o teu pão no suor do teu rosto”. A gênese do trabalho, na linguagem bíblica, parece atribuir ao labor o sentido de castigo, aplicado ao pecado da desobediência. Afinal, não fossem a serpente e a maçã, continuariam, hoje, todos os seres humanos sendo acordados ao som de trombetas celestiais, sem a obrigação de retirar “o sustento à força de trabalho”.

Se essa é uma visão ultrapassada, em tempos modernos, quando se procura desvincular o trabalho da maldição divina e se lhe embute valores humanos e papel fundamental na construção de um mundo mais justo, é bem verdade que o som de tais trombetas coletivas deu lugar ao despertador individual que interrompe a noite mal dormida, pelo choro da criança faminta ou pelo temor do despejo iminente. Ou, quem sabe, já despejado, ao ronco do primeiro automóvel que mordisca, apressado, o meio fio, que já lhe serve de soleira. Expulso do trabalho, o homem já não pode mais comer o pão com “o suor de seu rosto”.

Se o trabalho é a continuidade da obra divina na terra, que pecado original teriam cometido, hoje, esses milhões de novos Adãos, Pedros, Josés, Evas, Marias ou Severinos que lhes nega, até, o suor e o relógio de ponto? Se o trabalho é o elo entre o homem e o mundo e se transforma na própria consistência do ser humano, como definir o

desempregado e sua missão latente de construir e transformar este mesmo mundo?

O verdadeiro castigo parece ser, hoje, o desemprego. Já a obtenção de um trabalho, de um emprego, de um posto de trabalho é quase sinônimo de estar chegando ao paraíso possível.

No Brasil, são milhões os que, ainda, procuram pelo “precisa-se” e se deparam com o “não há vagas”. Embora tenha melhorado o nível de desemprego nos últimos tempos, só na região metropolitana paulista, são 1,5 milhão os que permanecem na troca da vivência, pela sobrevivência. Desempregados, todos continuam com suas necessidades básicas diárias e constitucionais de “educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados”, mas não possuem mais, nem mesmo, o seu próprio dia de pagamento. Não é por acaso que os dados oficiais apontam milhões de indigentes cuja alternativa ao relento, são as pontes e os viadutos, principalmente nas grandes cidades, que trocaram o crescimento pelo inchaço.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD iniciou a década passada enfatizando que o desemprego seria a “ameaça devastadora” do início do século. Hoje, o prognóstico tende a se confirmar. As inovações tecnológicas incorporam feições deste terceiro milênio, mas sem apagar os rastros descalços do segundo. Não se trata de negar a importância do desenvolvimento tecnológico, mas não se admite desconhecer que ele tem implicado em exclusão social.

Um País cuja história reverencia a “lei dos sexagenários”, que tornou livres os escravos com idade superior a 65 anos, agora amarga a perversidade da sua “lei dos quadragenários”, que considera velhos para o trabalho os brasileiros maiores de 45 anos. Ou, ainda, “incapazes”, segundo pesquisa recente divulgada nos jornais, aqueles cuja carteira de trabalho não registra novo contrato nos últimos seis meses.

Por tudo isso é que se mantém, no Brasil, um verdadeiro *apartheid* social, onde uma parcela cada vez menor da população usufrui da modernidade deste século, enquanto a grande maioria ainda arrasta grilhões aos moldes da escravidão do século 19. A grande fronteira divisória deste início de século ainda é, sem dúvida, o desemprego, gerador da miséria e da desesperança. Da falta de cidadania, enfim.

27. A UNE: UMA HISTÓRIA DE LUTA

Em 2007, a União Nacional dos Estudantes comemorou setenta anos de existência. Sou testemunha ocular dessa história. Aliás, a história da UNE e a minha própria história se confundem. Vivemos juntos, caminhamos juntos, lutamos juntos. Mais do que isso, se trilhamos juntos os mesmos caminhos, é porque sempre tivemos os mesmos horizontes, comungamos do mesmo projeto de País.

Muitas passagens marcaram essa nossa trajetória, nestes setenta anos. Foi, sem dúvida, uma travessia, muitas vezes dolorida, marcada pela repressão e pela morte de tantos jovens, carregados de tantos sonhos por um Brasil livre, soberano e democrático.

Procurei, nesta nossa história, um fato que melhor representasse essa caminhada de luta. Quem sabe a morte do estudante Edson Luiz Souto, no Calabouço, restaurante universitário do Rio de Janeiro, em 1968.

Quem sabe a atitude arbitrária do regime militar, ao extinguir a UNE, em 1964.

Quem sabe os escombros de sua sede incendiada, próxima aos arcos da Lapa.

Quem sabe as invasões da USP, da UnB e de tantas outras universidades brasileiras, naqueles anos de chumbo.

Quem sabe Ibiúna, sonhos em fila rumo a outros cabouços.

Quem sabe outros nomes, como o Honestino Guimarães, da Universidade de Brasília.

Quem sabe tantos outros desaparecidos, covas rasas, cemitérios clandestinos, corpos insepultos, pais e mães sofridos, filhos órfãos, amigos inconsoláveis.

Mas, eu acho que uma única palavra pode resumir a existência da UNE, na história do Brasil: CORAGEM!

Quantas vezes, meninos ainda, enfrentando canhões, como se o Brasil fosse uma imensa Praça da Paz Celestial.

Quantas vezes, multidões de jovens na luta pela democracia. Pelo fim do regime militar. Pelas eleições diretas, amplas, gerais e irrestritas.

Quantas vezes, rostos pintados de verde e amarelo, roupas tingidas de luto, numa combinação de cores e de gestos, pela ética na política.

Quantas vezes! Quantos jovens! Quanta coragem!

Mas, hoje, o País clama, de novo, pela atitude corajosa de todos os jovens deste País. É muito comum atribuir à juventude a responsabilidade pelo País do futuro. Mas, quem sabe, jamais em outro momento da nossa história, a coragem dos jovens tenha sido tão necessária para a construção do futuro do País.

A UNE está convocada, desta vez, não somente para construir o amanhã, mas, sobretudo, para reconstruir o hoje.

Por isso, esses jovens de hoje devem se sentir emancipados. O Brasil necessita que eles sejam o País do presente. E, pelo que temos vivido nessa nossa história recente, cabe a eles fundar novos alicerces, sedimentados nos princípios fundamentais da ética.

Quem sabe seja hora de ocupar, de novo, as ruas, como em tantos outros tempos memoráveis. Quem sabe seja o momento, novamente, de fazer a história dos nossos melhores sonhos. Quem sabe, este tempo não seja, apenas, o de comemoração pelos nossos feitos no passado. Quem sabe o que vale mais sejam os setenta anos que ainda virão.

Os jovens de agora não podem esperar que as mudanças que o País tanto reclama, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, aconteçam de dentro para fora. A liberdade que conquistamos, a duras penas, e com o sacrifício de tantos que tombaram, tem que ser exercitada, hoje, na sua plenitude. As ruas, turvadas em outros tempos por nuvens de pólvora e de gás, devem ser ocupadas, de novo, por ventos da decência, da ética e das melhores referências.

Não se pode conceber um País com tanta riqueza conviver com tamanhas disparidades regionais e pessoais de distribuição de renda. Há um grande muro da vergonha, a nos dividir, e a nos diminuir.

Não há que se permanecer com as instituições pilares da nossa democracia no rodapé da legitimidade pública. Há que se reconstruir o Estado, com novas bases, com novas divisórias, com novas luzes, para edificar uma nação verdadeiramente cidadã, democrática e soberana.

Continuamos tendo o mesmo projeto de País. A nossa alegria pelo tempo vivido. A nossa esperança pelo tempo que há de vir. A nossa homenagem a todos aqueles que dedicaram a sua própria vida, para que pudéssemos respirar, hoje, o ar da liberdade, rarefeito em tempos que já se foram, espera-se, para sempre. A nossa confiança nos ventos da democracia. A nossa fé na coragem dos jovens, Brasil de hoje e do amanhã.

28. AOS JOVENS POLÍTICOS DA UNB E DO BRASIL

No final de 2007, recebi convite para ser o paraninfo dos formandos em Ciência Política, da Universidade de Brasília. Tãmanha a emoção, eu senti, naquele momento, como se todos os jovens do País estivessem me chamando para comemorarmos, juntos, a sua emancipação política. Eu tenho dito que os jovens do nosso tempo não podem se contentar, mais, com a falácia da tal de “geração do futuro”.

Nós, geração que lutou contra o arbítrio, construímos, muitas vezes com o custo da própria vida, os alicerces do amanhã. As paredes, entretanto, devem ser erguidas a partir de projetos de vida criados e desenvolvidos pelos que, efetivamente, ocuparão essa nova “construção”.

Preparei, carinhosamente, o meu discurso. Um texto “enxuto” e direto, como imaginei a expectativa dos jovens. O clima de festa, merecida, levou-me ao improviso e ao tom de diálogo. O texto que imaginava a leitura permaneceu no bolso, pronto para eventuais rateios de memória, próprios da idade. Qual o que, não há como deixar de rejuvenescer e de se contaminar com a energia desta geração que continuará a nossa trilha.

Muita coisa aconteceu, depois daquela cerimônia. Muita coisa, também, não aconteceu, como deveria. Principalmente na política brasileira. “Política”, portanto, não se encerra na formatura. Por isso, o meu discurso, quem sabe, possa ser útil, também, para outros jovens, outros formandos, de outras universidades brasileiras. Tiro-o, portanto, do bolso:

“Obrigado, de coração, por essa lembrança. A deferência de vocês é, para mim, uma espécie de elixir da juventude. Eu me sinto, hoje, um de vocês. Um jovem de espírito. Um graduando em Política. Depois de cinco décadas na prática da política, ser lembrado, com tamanho carinho, por jovens que se dedicaram ao estudo da ciência da política é a mais comovente homenagem que eu já recebi. Ter o meu nome gravado no mesmo convite no qual vocês, jovens, estampam, para os familiares, os amigos, os companheiros, e o País, a alegria por mais uma etapa vencida, e a esperança pelo porvir, é um sinal de que o caminho que trilhamos, até aqui, é o que nos conduzirá até a realização dos nossos melhores sonhos.

Hoje, é muito mais que um dia de formatura. É um momento de emancipação. Embora jovens, vocês não podem continuar sendo o País do futuro. Tomem, a partir de agora, vocês mesmos, as rédeas da nossa história. Não se contentem, tão-somente, com a ciência, enquanto conhecimento do que é. Busquem, no mais íntimo de cada um de vocês, a sensibilidade do filósofo, aquele que idealiza o dever ser. Exercitem a alquimia da política, que junta, numa mesma receita, a ciência e a filosofia. O ser e o

dever ser. O real e o sonho. Mas, não se esqueçam, jamais, de que a ponte entre o cientista e o filósofo, entre o ser e o dever ser, entre o real e o sonho, é o Direito.

No juramento prestado nesta cerimônia, vocês prometeram ‘empenhar-se na defesa dos ideais democráticos, da liberdade, do pluralismo e da eqüidade’, comprometendo-se ‘com a promoção de uma ordem que realize a audiência plena, a repartição igualitária dos benefícios do desenvolvimento e os valores éticos da nossa civilização’.

Permitam-me, incluir-me neste juramento. Com vocês, eu também ‘assim prometo’.

Miremo-nos no exemplo daqueles que tombaram na luta pela liberdade e pela democracia, tão bem registrada no belo convite que vocês mandaram imprimir. Quantos serão aqueles que tiveram, ali, a última fotografia? Quantas serão as mães que também tiveram, nestas mesmas imagens, a derradeira e imorredoura lembrança de seus filhos?

Novas ‘Marias’, que conhecem o calvário, mas que ainda não tiveram o sagrado direito de saber onde esconderam os sepulcros de seus filhos amados.

Mas, embora tamanha luta, a repartição igualitária dos benefícios do desenvolvimento e os valores éticos continuam, principalmente nos últimos tempos, fora da ordem, no Brasil. Não podemos nos contentar, em um lugar que mais se parece uma síntese do projeto do Criador, com tamanha disparidade de distribuição regional e pessoal de renda. Há um muro da vergonha a nos dividir, neste País de contrastes. De um lado, os incluídos,

minorias temente ao deus-mercado, cuja constituição é a globalização e cuja religião é o consumismo. Nutrem-se, muitos deles, de privilégios. De outro, os excluídos, milhões de ‘foras da lei’ da oferta e da procura. Nutrem-se dos restolhos, das sobras e das migalhas da opulência. Das dádivas e das políticas compensatórias, espécie de ‘mea-culpa’ dos formuladores de plantão.

Não podemos nos contentar, igualmente, com tamanhos desvios éticos, responsáveis diretos pela dor nas filas dos hospitais, pela escuridão do analfabetismo e pela violência que ceifa tantos sonhos, rasgados antes de qualquer formatura, mesmo que a da própria vida.

É por isso que eu sempre defendi a idéia de que a política tem uma imensa dose de sacerdócio. A ética tem que ser o princípio fundamental para que alguém ocupe uma função pública. Aliás, todas as funções da vida. Mas, sobre quem lida com o sagrado dinheiro público, não pode pairar, nem mesmo, uma mínima dúvida sobre a sua conduta.

Vivemos um tempo de esgarçamento do tecido social. A impunidade tem como contrapartida a perda da legitimidade das nossas instituições pilares da democracia. Nas salas de aula, vocês estudaram o conceito de ‘anomia social’. Pelas janelas, deparam-se, diariamente, com a sua concretude. É o ser, muito distante do dever ser.

A sociedade já não acredita mais nas suas representações políticas. Há momentos em que as instituições perdem a sua legitimidade perante os cidadãos. As regras sociais já não possuem o poder de coerção, no sentido de limitar,

de frear as ações dos homens. Assim, as pessoas se sentem desestimuladas a cumprir as leis. Ao contrário, sentem-se estimuladas a preferir alternativas ilegais, para a solução de seus problemas. É neste momento que elas perdem as amarras para entrar no mundo do ilícito, da corrupção, da perversidade, da perda dos melhores valores, enfim. Daí, a “anomia social”. Sabedor da impunidade e alimentado pela baixa legitimidade das instituições, o crime se multiplica. Enquanto não mudarmos essa realidade perversa, não há como derrubar o tal muro da vergonha.

Celso Furtado, um dos brasileiros mais brilhantes da nossa época, dizia que ‘as ciências brotam do mesmo tronco e os valores universais, comuns a todas as culturas, se alimentam da mesma seiva. No Brasil, o que nos interessa em particular não é tanto a ciência em si, mas a relevância da investigação científica que nos permita decifrar esse teorema apaixonante que é a construção deste País continental’. Dizia também que ‘nosso País é um permanente desafio à criatividade, pela diversidade de valores que integra. Portanto, há que se olhar para a frente, investir nas novas gerações...O valor do cientista resulta da combinação de dois ingredientes: a imaginação e a coragem’.

É por isso que a nossa luta não pode se esgotar num juramento, por mais contagiante; numa cerimônia, por mais bela; muito menos num discurso, por mais inflamado. Esse momento de alegria, merecida, não é ponto de chegada. É ponto de partida. Nesta caminhada, estaremos, sempre, juntos!

Assim prometo!”

29. ONZE DE AGOSTO: O OUTRO DIA DA INDEPENDÊNCIA

No dia onze de agosto, o Brasil comemora a criação dos cursos jurídicos e a advocacia. Poderia ser, na verdade, a celebração da nossa independência. Ou, mais ainda, da nossa soberania. É que não há País independente, nem soberano, se ele não domina o saber e não vive um Estado de Direito. Se ele não acumula o conhecimento sobre si próprio e não possui autodeterminação para escolher os melhores caminhos para o seu povo enquanto nação livre e democrática.

Até a criação dos cursos jurídicos, em 1827, o saber do País era moldado em terras de além-mar, embora a independência, em 1822, e a promulgação de uma nova Constituição, em 1824. De pouco adiantava, portanto, o grito do Ipiranga e uma Assembléia Constituinte, se as nossas melhores inteligências, que passaram a conduzir os destinos nacionais, eram moldadas por ideologias e interesses exógenos, notadamente da metrópole da qual, cinco anos antes, havíamos nos libertado. Era preciso criar um pensamento genuinamente brasileiro para que a liberdade formal se transmutasse em soberania real.

Essa é, para mim, a maiúscula importância de se lembrar o dia 11 de agosto de 1827. Foi nesta data que o Brasil passou a construir, efetivamente, um Estado Nacional.

Era preciso edificar o nosso aparato institucional sem o viés da metrópole e segundo os interesses da nação que emergia, independente. As nossas melhores cabeças, que atravessavam o oceano, para estudar, principalmente em Coimbra, passaram a ter, a partir de 11 de agosto de 1827, São Paulo e Olinda como centro do saber jurídico. Mais do que isso: naqueles tempos à ciência jurídica se somavam a filosofia e a ciência política.

Deixo para os historiadores o relato dos caminhos que trilhamos desde aqueles tempos. Sei que foram espinhosos e sei dos tamanhos desvios, quando o direito sofreu profundos e dolorosos solavancos. Ditaduras, torturas, calabouços, em nome do poder. Sangue, suor e morte, em nome da liberdade. Muitos foram os defensores da lei e da democracia que tombaram, nestes quase dois séculos de história. A todos eles, o reconhecimento dessa mesma história. São mártires do direito e da liberdade.

Eu não poderia deixar, entretanto, de fincar as minhas inquietações no presente estágio da nossa história. Não me refiro à proliferação desenfreada de cursos de Direito, que mancham a qualidade do aprendizado dos novos alunos. É que, mais uma vez, o pensamento exógeno tem ditado normas e procedimentos para uma realidade que é nossa. Mudaram-se as metrópoles, mas, ainda assim, o conhecimento é encurralado para um pensamento único, ditado pelos grandes mercados que, mais uma vez, tende a arranhar a nossa liberdade e a nossa soberania.

Há uma nova constituição, tácita, no mundo atual, e a respectiva Assembléia Constituinte não é, genuinamente,

nacional: é a globalização. Uma constituição que não é laica, porque prega, como condição, uma nova espécie de religião: o consumismo. As leis mais importantes dessa constituição e dessa religião são as leis do mercado.

Esse mercado criou dois Brasis, dois mundos separados por um grande muro da vergonha. De um lado, os que têm acesso a bens e serviços. São os incluídos. De outro, os que vivem, ou sobrevivem, das migalhas e das políticas compensatórias. São os excluídos. O passaporte para transpor esse grande muro, não raras vezes, se materializa na violência e na barbárie.

Nestes dois Brasis, há uma economia e uma sociologia *a latere*. Mas, o que é pior: um Direito *a latere*. Um Estado paralelo, no vácuo do Estado legal. Um Estado marginal que propicia os serviços sociais, na ausência do Estado legal. Mas, que cobra, mesmo de quem paga, direta ou indiretamente, os devidos impostos, um custo elevado, que pode ser a própria vida. Um Estado que não discute, nem vota, a pena de morte: aplica-a, implacavelmente.

O Direito é diferente, também, nos dois lados do muro da vergonha: de um lado, a justiça; do outro, a polícia. Não há o que comemorar, portanto, se atravessarmos os limites teóricos do Direito, enquanto o rico, embora a corrupção, tem as leis aplicadas a seu favor, e o pobre, embora a fome, tem-nas nos limites mais draconianos.

Neste quadro, eu acho que, mais que uma comemoração, é hora de luta. Mais uma vez, os defensores do direito, da liberdade e da soberania são chamados a cons-

truir a história. O Direito, agora separado pela cátedra da Filosofia e da Ciência Política, tem, novamente, que somar esforços, não só com essas disciplinas, mas com a economia, a sociologia, a antropologia. Não há que se dividir a compreensão que se tem de todos os brasileiros, enquanto cidadãos e seres humanos.

O mercado privilegia a Economia. Há que se comprar, não importa se milhões sobrevivem do restolho. Não importa, não raras vezes, o Direito. E, é aí que, novamente, temos que reconstituir a nossa história. Há 180 anos, substituímos o receituário da metrópole, por um saber nacional, independente. Hoje, o saber nacional, novamente, se submete a um mercado que não respeita limites geográficos. E que se pauta pelos seus humores. É preciso que o direito volte a ditar o rumo da nossa história.

As nossas cabeças mais iluminadas voltaram a ser moldadas pelo pensamento único da nova metrópole. Orgulhávamos por nossos filhos seguirem para as mais importantes universidades do mundo, porque, para nós, esse era o melhor caminho para a nação brasileira. Ledo engano. Eram as cabeças do poder que atraíam os nossos filhos, para que eles aprendessem, fiéis, as políticas dos consensos, que causaram tamanhas fissuras na nossa soberania.

É preciso, também, um combate, sem trégua, à impunidade. Principalmente dos brasileiros que se utilizam do passaporte da corrupção. Não é concebível que as leis, que são votadas e aprovadas no Congresso Nacional, sejam aplicadas, se punitivas, somente para os “excluídos”;

se indulgentes, somente para os “incluídos”. Como elaborar novas leis, e ensiná-las aos novos alunos dos cursos de Direito se, para aplicá-las, tem-se que perguntar: para quem? A partir de que interesses?

É preciso, também, que a lei não tenha preço. Nem mesmo se esse mesmo preço equivaler à remuneração do advogado. O honorário advocatício não pode ser o cimento, ou o tijolo, do muro da vergonha. No Título dos Direitos e das Garantias Fundamentais, a Constituição brasileira determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Mas, a realidade mostra que a lei é aplicada de forma distinta se quem a infringiu tem ou não o recurso financeiro estipulado pelo melhor advogado.

Pela Constituição brasileira, no seu artigo 133, “o advogado é indispensável à administração da justiça”. Portanto, se “todos são iguais, perante a lei”, os serviços advocatícios são imprescindíveis para todos os brasileiros, sem distinção, inclusive, da qualidade da defesa dos direitos do cidadão. É por isso que, nesta data comemorativa, julgo um dever o nosso reconhecimento especial à Defensoria Pública. É o verdadeiro sacerdócio dos defensores públicos que impede, ainda mais, a extensão e a rigidez do tal muro da vergonha.

O onze de agosto, mais que uma comemoração, é um dia de convocação. Mais uma vez, os defensores do direito são chamados a resgatar, para todos os brasileiros, a verdadeira concepção de cidadania e, para o País, o sentimento de soberania. O cidadão brasileiro tem que ser definido

como um ser, e não pelo ter. O País tem que ser soberano, para definir os seus destinos, como nação independente.

Temos muitos exemplos a mirar. Talvez pudesse sintetizá-los nas figuras de Ruy Barbosa, de Sobral Pinto, de Raymundo Faoro, de Evandro Lins e Silva, de Nelson Hungria, de Joaquim Nabuco, de Paulo Brossard, entre tantos outros, nomes que significam, para a nossa História: a Justiça, a Cidadania, a Democracia, a Soberania. O Direito, enfim.

30. CUBA: LA VIDA ES SUEÑO, Y LOS SUEÑOS, SUEÑOS SON

Eu não poderia deixar de tecer alguns comentários sobre um assunto que pautou a mídia internacional, no início de 2008. Trata-se da carta-renúncia do Presidente Fidel Castro, depois de 49 anos de poder, na presidência e como primeiro-ministro de Cuba.

Cuba é um pequeno País, uma ilha situada na América Central, com pouco mais de 110 mil Km², algo como vinte vezes o tamanho geográfico do Distrito Federal, ou um pouco maior que o Estado de Pernambuco. Menos da metade do Estado do Rio Grande do Sul. Uma população de 11 milhões de pessoas, muito pouco maior que a dos gaúchos e igual à da cidade de São Paulo.

Mas, por que um acontecimento político num País tão pequeno, pouco mais de um centésimo da nossa área geográfica e de 6% da nossa população, desperta tamanha atenção de corações e mentes de todo o planeta? Talvez porque a renúncia do presidente de um dos menores países já tenha empanado, na atenção da mídia, a eleição de um presidente da maior nação de todo o planeta. A ponto de, quem sabe, ter influenciado, significativamente, nas eleições americanas. Afinal, foi no território onde se concentram os cubanos exilados que se deu o desempate nas eleições de 2004, por exemplo.

Porque, também, fora do País, a história cubana, com Fidel e Che à frente, se construiu com muito mais do que fatos concretos. Na verdade, ela teve o condão de construir sonhos. Ela espelhou a luta libertária de dezenas de povos e Países, em um tempo em que vicejaram regimes de exceção, principalmente ao sul da mesma América. A figura de Che Guevara, eternizada pela lente de Alberto Korda, foi muito mais que um retrato no peito e nas paredes do mundo, e simbolizou, contraditoriamente ao que se publica sobre a Ilha de Fidel, desejos de liberdade.

A bandeira de Cuba, um País de onde se noticia o poder pela força, tremula, também contraditoriamente, nos movimentos pela paz. É porque a mensagem “há que se endurecer”, vem acompanhada de “sem perder a ternura, jamais”.

Cuba é notícia, portanto, mais do que pelo que é, mas pelo que representa, política e ideologicamente. Eu não quero entrar, aqui, neste contraditório. Há emoções de ambos os lados: dos que defendem o regime cubano e dos que lhe atribuem características diabólicas. Parece, até, não haver meio-termo nesta contradição. Mas, apesar das minhas críticas à falta de liberdade em Cuba, há muito o que preservar nos progressos sociais evidentes naquele pequeno País.

São outros os tempos neste mundo globalizado. Mas, em um mundo de mercado internacionalizado como o atual, não se concebe, ainda, a manutenção do boicote ao povo cubano, orquestrado pelos Estados Unidos.

Que interesses estariam por trás deste boicote? Evidentemente, não será o mercado cubano. Afinal, pouco mais de dez milhões de habitantes, nada mais é do que uma pequena parte da demanda reprimida em qualquer outro País, como o Brasil. Hoje, são pouco mais de dez por cento os cubanos que possuem algum potencial efetivo de demanda. Pouco mais de um milhão de consumidores, quando muito. Também aí, Cuba entra, mais uma vez, no cenário econômico e político pelo que representa, muito mais do que pelo que é, de fato. Para o mercado globalizado e consumista, Cuba segue sendo algo assim como um pedaço de construção dos muros que se derrubaram nos últimos tempos. Mas, isso não significa que outros muros não tenham sido construídos.

Diz o noticiário que dezenas de presos políticos permanecem em celas cubanas. Diz, também, que foram encarcerados exatamente pelos seus ideais de liberdade. Eu, que bem conheci como funcionam as masmorras políticas, nos nossos anos de recessão, não consigo conceber a idéia da existência, ainda hoje, de presos políticos, principalmente porque defendem o livre direito de escolha. Que se prendam os que cometeram delitos, mas que se livrem os que defendem, exatamente, a liberdade.

Ainda há pouco tempo, soubemos do fuzilamento de cubanos. Fui um dos que protestaram contra esta barbárie humana. Tomou-me de assalto a indignação. Mas, tal e qual o que Cuba representa, é a mesma indignação quando vejo quando milhares de pessoas, inocentes, são mortas pelas bombas e pelos mísseis lançados, também

exatamente, por aqueles que se arvoram em nome da liberdade.

Eu estou entre aqueles que querem ver uma Cuba democrática. Mas, também, independente e soberana. Por isso, terá que haver mudanças, urgentes, dentro, e de fora para dentro, da realidade cubana. Dentro, propiciando aos cubanos a liberdade de escolha sobre os seus destinos. De fora para dentro, eliminando, imediatamente, o boicote econômico, que perdura há mais de quatro décadas. Como falar em liberdade interna, se não se permite, à força, que essa liberdade se exerça na sua plenitude?

Eu continuo confiante que Cuba prosseguirá, na hipótese da abertura política que tanto se cobra, através da imprensa, como modelo de atuação em segmentos dos mais importantes da vida humana. A pequena ilha deve continuar sendo espelho, para todos os demais Países, no campo da saúde, por exemplo. Quem não se lembra das seqüelas do desastre de Chernobyl? Pois, as feridas do vazamento nuclear foram cicatrizadas pela ciência médica cubana. Quantos são os males epidêmicos que encontram em Cuba a vacina salvadora? Quantos são os médicos cubanos que se espalham por periferias do mundo capitalista, socorrendo quem, também, está fora dos limites do muro globalizado?

Bom será, portanto, se a liberdade, ainda que tardia, raiar em Cuba. Mas, que essa mesma liberdade seja alcançada com a manutenção de todos os ganhos sociais que o País, a duras penas, conseguiu nessas mesmas quase cinco décadas. Eu desejo, como tantos, uma Cuba livre, mas eu

não quero que a Ilha de Fidel se transforme numa realidade de muitos outros Países onde, hoje, embora se diga que se respire a liberdade, milhões de crianças continuam morrendo de fome e de doença plenamente curáveis. A dor da fome é a mesma em Cuba, no Brasil, nos Estados Unidos, ou na Namíbia.

Afinal, como escreveu Frei Betto, no final de um artigo recente, sobre dois cartazes, nas portas de Havana, com os seguintes dizeres: “A cada ano, 80 mil crianças morrem vítimas de doenças evitáveis. Nenhuma delas é cubana.” “Esta noite 200 milhões de crianças dormirão nas ruas do mundo. Nenhuma é cubana.”

Eu estou certo que a manutenção da falta de liberdade política em Cuba tem correlação com o boicote econômico que lhe impõem. Um pecado que se tenta remir, com outro. Então, que dêem o primeiro passo, exatamente aqueles que mais pregam a necessidade da instauração da liberdade em Cuba. Virá, certamente, daí, o segundo passo, a liberdade interna.

Então, antes de se esperar que algo aconteça, após a licença do Presidente Fidel Castro, que se levante o bloqueio econômico e político que ainda se mantém sobre o País. Enquanto isso não acontecer, não haverá moral suficiente para cobrar ações concretas, internamente.

Portanto, no desejo de que hajam liberdades políticas em Cuba, eu não me dirijo, unicamente, aos novos mandatários do País. Dirijo-me, também e, principalmente, ao Governo dos Estados Unidos. O boicote econômico tem que acabar, de imediato. Não faltará ao Sr. Presidente

americano, apoio para este gesto. Mesmo entre os cubanos residentes nos Estados Unidos, há forte apoio para que se restabeleça o diálogo com Cuba.

Logo após a renúncia de Fidel, 104 congressistas americanos, democratas e republicanos, enviaram correspondência à Secretária de Estado, Sra. Condolezza Rice, pedindo revisão completa da política americana em relação a Cuba. A imprensa americana correu no mesmo sentido. Por exemplo, o *Washington Post* afirmou que “a política punitiva americana para Cuba fracassou”. Que foram inúteis os esforços dos Governos americanos para derrubar Fidel Castro. Na mesma matéria, a articulista cita o Brasil “como exemplo de Países que, ao contrário dos Estados Unidos, optaram por manter relações construtivas com Cuba e poderiam se beneficiar com isso”.

Eu acrescento: a política americana com Cuba não só fracassou, como contribuiu para que se mantivesse, por mais tempo, o regime de Fidel. Mais do que isso: suscitou e inspirou outros povos, favoráveis à revolução cubana e/ou contrários à política americana.

O Brasil poderá, então, desempenhar um papel importante neste momento de transição cubana. Talvez, até, como uma reparação histórica. Foi o nosso País um dos principais mentores, à época, da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Agora, tem todas as condições de contribuir neste processo de distensão das relações cubano-americanas. Esta idéia é, também, bastante difundida na imprensa norte-americana. Para os articulistas dos principais jornais daquele País, o Brasil tem

todas as condições de ocupar um espaço que, hoje, é cobigado pelo atual presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Há, também, diversos segmentos da realidade cubana que estão exigindo cooperação. A infra-estrutura está sucateada. As estradas são precárias, não há rede ferroviária, os portos estão no limite da capacidade. O serviço de telefonia é de má qualidade. Em alguns campos, já há conversações entre os dois governos, reforçadas no encontro recente entre os Presidentes Lula e Raul Castro. No campo do petróleo, já há entendimentos. Os maiores especialistas em relações internacionais dão conta de que esta cooperação entre o Brasil e Cuba não se restringe a aspectos econômicos, mas, principalmente, políticos. Segundo eles, o Brasil pode contribuir com Cuba, para avançar nos aspectos políticos e econômicos, mantendo os ganhos no campo social.

Muito se falou, durante tanto tempo, sobre um tal de “sonho americano”. A história recente parece indicar que, quem sonhou, acordou. Muitos atribuem, também, à história cubana, nos últimos cinquenta anos, um pesadelo. Mas, foi, igualmente, em outros moldes, um sonho. Quem sabe tenham, todos, acordado. E, agora, tenham que enfrentar uma nova realidade que se impõe. Corrigir os erros, em ambas as partes. Não se cultiva a liberdade entre os cubanos, retirando-lhes a liberdade. Não se pode apagar os sonhos, nem o americano, nem o cubano, mas é preciso acordar para uma nova realidade.

Clovis Rossi, na *Folha de S.Paulo*, contou uma história presenciada, em Genebra, na comemoração, em 1997, do

50^o aniversário do GATT, hoje Organização Mundial do Comércio. Cenário mais que perfeito para os líderes dos Países maiores comerciantes, no mercado internacional. Não para o de uma pequena ilha, boicotado nas suas necessidades mais fundamentais. Os discursos dos grandes líderes das maiores economias do mundo seguiam sonolentos, até o anúncio da chegada de Fidel Castro. Um grande alvoroço, seguido de um sepulcral silêncio. Fidel Castro, aplaudido por todos, sem que nenhum alimentasse qualquer simpatia pelo regime cubano, abriu o discurso citando Calderón de La Barca: “La vida és sueño, y los sueños, sueños son”.

Há uma corrente de pensamento que defende a idéia de que nada mudará em Cuba, com a saída de Fidel. Outra, contrária, de que a renúncia acarretará uma radical e iminente transformação. Eu acho que, por coerência de quem defende a liberdade, esta decisão deve caber ao povo cubano, democraticamente. Não por imposição de quem quer que seja. De uma ditadura, ou através de um boicote.

Se parcela expressiva do Congresso norte-americano, de diferentes partidos, já se posicionou contrária ao boicote a Cuba, não há razão para que fiquemos inertes, neste momento histórico para o povo cubano. No mínimo, temos que nos posicionar, através de um posicionamento contrário ao embargo que se mantém, há tanto tempo, contra aquele País.

31. A BÊNÇÃO, HELOÍSA HELENA

O seu nome é Heloísa. Tem um outro de pia: Helena. Heloísa Helena. Poderia ser Maria, Dolores, ou tantos outros nomes, naquela “serra magra e ossuda em que vivia”. Heloísa Helena viu a morte e viveu a vida severina. Menos a do pai, o finado Luiz, que poderia ser Raimundo, Zacarias, ou tantos outros nomes, “iguais em tudo na vida”, porque a hora de chegada da menina Heloísa foi, dois meses depois, de despedida. O sustento lhe deu a mãe, costureira na lida, também de nome Helena, mas que poderia ser, da mesma forma, Maria, Dolores ou, como tantas outras, igualmente, Severina.

Heloísa acompanhou a dor dos retirantes. Mas, ela não testemunhou, apenas, a lágrima de quem partia. Viveu, também, o choro de quem permanecia. Dos homens em seus paus-de-arara e das “viúvas da seca” em seus paus-a-pique. Vivenciou a miséria. Gente morrendo “de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia”. Testemunhou a desgraça humana estampada nos rostos de milhões de conterrâneos nordestinos, sem a “parte que lhes cabe, neste latifúndio”, sem trabalho, sem cidadania.

Inquieta, ela não poderia permanecer indolente ante tamanha miséria humana. Guerreira, não fugiria à luta. Cres-

ceu e engajou-se nos movimentos sociais. Atuou nas lutas sindicais. Militou na política estudantil. Talvez pela angústia por atenuar a dor e o sofrimento daquela gente de “mesma cabeça grande, que a custo é que se equilibra”, decidiu ser enfermeira. Quem sabe o melhor remédio, quem sabe uma última oração, quem sabe uma palavra amiga, quem sabe um aperto derradeiro de mão. Mas, ela tinha a convicção de que, tão somente, os curativos que faria não seriam suficientes para sarar todas as feridas daquele povo. Teria que atuar, também, em um outro plano, mais amplo, político.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, jurou cumprir os seus estatutos e o seu programa. Ocupou as ruas. Eleições diretas, liberdades democráticas. Melhoria das condições de vida de seu povo. Foi, com essas mesmas bandeiras, vice-prefeita, deputada estadual, senadora.

O seu partido chegou, enfim, à Presidência da República. Ao poder. Oportunidade para transformar o discurso em prática. Mas, o poder... Ah! O poder! O poder e suas metamorfoses. O poder subiu ao planalto e, do mais alto de seus palácios, mostrou-lhe esplanadas e autarquias. “Eu te darei toda a riqueza destes reinos, porque tudo isso foi entregue a mim, e posso dá-lo a quem eu quiser. Portanto, se te ajoelhares diante de mim, tudo isso será teu”. “Tudo o que vês/será teu se me adorares/E, ainda mais, se abandonares/O que te faz dizer não”. E, como na passagem bíblica de São Lucas e no “Operário em construção”, de Vinícius de Moraes, ela disse: “Não!”.

Heloísa não caiu na tentação da reforma da previdência, dos juros altos, do lucro bancário, do superávit fiscal,

do mensalão, do financiamento de campanha, do “toma lá, dá cá”, dos campos majoritários. Então, ao contrário dos textos bíblicos, “tendo afastado todas as formas de tentação”, não foram expulsos os vendilhões do templo e sim ela, exatamente uma de suas mais dedicadas guardiãs.

E a senadora-operária “ouviu a voz/de todos os seus irmãos/os seus irmãos que morreram/por outros que viverão/uma esperança sincera/cresceu no seu coração”. E ela permaneceu na luta. Não mudou. Continuou aquela mesma menina que revolucionou discursos e comportamentos no Senado, leal aos ensinamentos de sua mãe Helena e às aspirações de seu povo. Encanta-me, portanto, a sua fidelidade ética!

Aliás, ela foi, no Senado, um dos principais contrapon-tos do comportamento político de seu tempo. Dela, nada se ouviu sobre qualquer desvio de conduta, em tempos de “mensalão” e de “sanguessugas”. Ao contrário, ela foi, e continua sendo, uma das mais incansáveis batalhadoras contra qualquer tipo de corrupção e de desvio de conduta política. Nestes casos, valendo-me de uma expressão popular, ela é o exemplo mais que perfeito da “adrenalina pura”. Ou seria de um “ferrinho de dentista”? Doce e meiga com os bons. Amarga e valente contra os maus. Para os bons, “minha flor!”. Para os maus, todos os espinhos.

Para mim, o discurso da Senadora Heloísa Helena soava algo assim como um corretor de textos. Ao primeiro sinal de erro político, ela o sublinhava, ao mesmo tempo em que apontava as melhores e mais corretas alternativas de correção. Bastava, então, dependendo do julgamento

de cada um de nós, ignorar, alterar ou acrescentar. De minha parte, eu jamais ignorei o seu texto, o seu discurso, a sua voz. No máximo, propus alterações mínimas. Na quase totalidade das vezes, acrescentei as suas sugestões corretivas ao meu próprio texto, ao meu discurso. Para meu orgulho, na linguagem política, sempre tivemos o mesmo vernáculo.

Eu já disse um dia, a importância de uma pessoa se mede, principalmente, pela falta que ela nos faz. São aquelas que não se contentam em viver a história. Fazem-na. Hoje, sem a presença física da Senadora Heloísa Helena no Senado Federal, é que a gente mede a saudade que ela nos deixou. Saudade temporária, para o nosso consolo. Duradoura, para as nossas necessidades.

A Senadora Heloísa Helena juntou-se a nós, no Congresso Nacional, em 1999, no calor da juventude de seus 37 anos, para representar o seu Estado, Alagoas. Foi uma das senadoras mais laboriosas nas Comissões Permanentes. Nas Comissões Parlamentares de Inquérito, debruçava-se, horas a fio, noites adentro, sobre calhamaços de documentos, guiada e iluminada pela luz da verdade. Em novembro de 2005, em eleição livre promovida pela revista *Forbes/Brasil*, foi eleita a mulher mais influente na política e no legislativo brasileiro. Em dezembro do mesmo ano, os profissionais de comunicação, agências de publicidade e leitores da revista *IstoÉ/ Gente* elegeram Heloísa Helena como “Personalidade do ano de 2005”.

Católica fervorosa, devota de São Francisco de Assis, ela mostrou, desde o início de seu mandato, que inaugu-

riaria, a partir dali, uma nova era de comportamento no Senado Federal. “Pedi a Deus para, em todos os momentos, vencer a vaidade e vencer o luxo”, dizia ela. Abandonou as maquiagens, adotou uma espécie de uniforme para o trabalho, blusa branca e calça jeans desbotada, cabelo preso, estilo rabo-de-cavalo, dispensou carro oficial com motorista e outras facilidades que os regimentos lhe permitiam. “Fui testada pelos rituais esnobes, cínicos e mentirosos, porém sedutores, e não me dobrei. Isso me dá uma suprema satisfação moral”, dizia ela.

Heloísa era uma iluminada. Aquela aparência franzina e frágil de menina, corporificava a força e a coragem de mulher guerreira. Sem meias palavras, travou debates dos mais intensos com seus adversários políticos. Em plenário e nas comissões, transformou-se na voz mais firme em defesa de seu povo, ao mesmo tempo em que destilava ataques devastadores contra o que ela sempre chamou de “elites putrefatas”, “políticos parasitas do poder” e “bajuladores de plantão”.

Foi a crítica mais implacável do que se chamou “política neo-liberal”, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Colocou-se, frontalmente, contra as teses do “Estado-mínimo”, do “pensamento-único” e do programa de privatizações, principalmente de empresas emblemáticas, como o que já havia ocorrido com a Companhia Vale do Rio Doce e as que o Governo daquela época colocava à venda, no momento em que veio a tona o tal “limite da irresponsabilidade”. Criticou, severamente, o desmantelamento da economia genuinamente nacional e do mer-

cado interno, a política de juros altos e seu efeito esmagador, principalmente para o pequeno empresário nacional, e as reformas que surrupiavam direitos adquiridos dos trabalhadores. Defendeu, com igual bravura, a melhor distribuição da terra e da renda, a ética no gasto público e uma política de poder que envolvesse, efetivamente, a classe trabalhadora.

A Senadora Heloísa Helena foi uma das maiores batalhadoras pela eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acreditava, como todos os brasileiros, que a eleição de um político que surgira da base trabalhadora constituir-se-ia, não apenas, em uma era de mudança, mas, muito mais, uma mudança de era. Jogou, portanto, todas as suas fichas num jogo político que para ela, e para todos nós, parecia “de carta marcada”, tamanha a certeza de que o País, a partir da “vitória dos trabalhadores”, além de mais democrático e soberano, seria de fato cidadão.

Por tudo o que ela passou, incluindo maledicências pessoais de toda ordem, não mudou um único milímetro de sua rota política. Não se curvou às tais tentações do poder. “Dia seguinte, o operário/ao sair da construção/ viu-se súbito cercado/dos homens da delação/e sofreu por destinado/sua primeira agressão/teve seu rosto cuspidos/ teve seu braço quebrado/mas, quando foi perguntado/o operário disse não”. É que, “em cada coisa que via/ misteriosamente havia/a marca de sua mão”.

“É muito triste, muito angustiante”, dizia ela, quando da sua expulsão partidária. Acordava, chorando, no meio da noite. Parecia-lhe um pesadelo aquele calvário que lhe

feria a alma. O golpe lhe foi duro. Mas, mais uma vez, não o suficiente para fazê-la esmorecer. Fundou, então, com outros companheiros, o P-SOL, Partido Socialismo e Liberdade. Talvez não tenha sido tão grande o trabalho para elaborar o novo programa partidário. Bastou, quem sabe, uma nova redação ao mesmo conteúdo que lhe acompanhara a vida pública e partidária, até aquele momento. Bastava projetar a sua própria história. E a luta continuou.

Em 2006, a Senadora Heloísa partiu, quem sabe, para o maior desafio de sua vida: com poucos recursos, contra a estrutura de partidos históricos, “liberais”, “democráticos”, “trabalhistas” e, agora, “dos trabalhadores”, recebeu mais de seis milhões e quinhentos mil votos, quase sete por cento de todos os votos válidos dos eleitores brasileiros. Não importa se ela não foi para o segundo turno: ela é, por toda a sua história, uma vencedora.

Na despedida do Senado Federal, um retrato de sua simplicidade, conforme trecho de uma reportagem da revista *IstoÉ*, daquela época: “Enfermeira por formação e professora de epidemiologia e planejamento de serviços públicos na Universidade Federal de Alagoas, a combativa senadora começa a se despedir do Parlamento. Em casa, deu início ao processo de encaixotar as coisas. E haja caixa. ‘Loló’, como é conhecida na intimidade, adora fazer coleções. Sob a estante de sua tevê repousam várias pedras, de todos os tamanhos e cores que pegou ainda pequena no rio Moxotó, que atravessa o povoado de Poço Brandão no sertão de Alagoas onde

nasceu. É lá que duas vezes por ano ela costuma andar de madrugada só para apreciar a floração dos cactos, hábito que mantém desde garota. “Eles dão flores lindas, coloridas e pequenas, visíveis apenas para quem tem os olhos de um sertanejo, como eu”, diz. “Lá me reencontro com a minha essência, me deparo com a história da menina pobre e sobrevivente que vivia com longas tranças no cabelo e pés descalços”.

De onde viria tamanha humildade? A resposta pode ser encontrada na mesma reportagem da *IstoÉ*: “Da coleção de imagens de São Francisco de Assis, seu santo de devoção, às citações de trechos bíblicos, que sempre procura encaixar em suas conversas mais íntimas, Heloísa expõe um lado que pouco combina com a feroz socialista conhecida por todos: o da católica fervorosa, freqüentadora assídua das missas domingueiras. “Quando me dizem que a religião é o ópio do povo, eu respondo que a fé é o ópio que suaviza minhas dores e me dá forças para ajudar a minimizar a dor alheia”, argumenta. É assim que ela não deixa que o ódio ou a vingança dominem sua conduta, tanto na vida pública quanto na sua existência particular.

Hoje, a Senadora Heloísa Helena divide o seu tempo entre o ensino e a atividade política. Felizes os alunos, que aprendem com a sua sabedoria. Felizes todos nós, que continuamos a conviver com a sua obstinação. Ela continua rimando palavra com ação. Não será, portanto, um mero pó de giz que vai calar a sua voz. Quem sabe o destino tenha lhe reservado, mais uma vez, a missão de personificar a verdadeira voz rouca das ruas.

A bênção, São Francisco de Assis, mensageiro da humildade:

*“Onde houver ódio, que eu leve o amor.
Onde houver erro, que eu leve a verdade.”*

A bênção, Vinícius de Moraes, poeta brasileiro:

*“Uma esperança sincera
cresceu no seu coração
e dentro da tarde mansa
agigantou-se a razão
de um homem pobre e esquecido
razão porém que fizera
em operário construído
o operário em construção.”*

A bênção, João Cabral de Melo Neto, poeta nordestino:

*“E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida
mesmo quando é assim pequena*

*a explosão, como a ocorrida
como a de há pouco, franzina
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.”*

A bênção, Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho, nordestina e brasileira:

“Nasci como nascem milhares de meninas brasileiras... marcadas para cumprir o destino do quartinho de empregada ou da venda do corpo por um prato de comida. Fui uma criança muito doente, diziam que eu morreria antes dos 7 anos; tinha asma, problemas renais, complicações para todos os gostos. Meu pai, Luiz, era funcionário público, morreu de câncer quando eu completei dois meses. Cosme, meu irmão mais velho, foi assassinado ainda menino. Ficamos eu, meu irmão, Hélio, e minha mãe. Filha de trabalhadores rurais, ela aprendeu a ler junto comigo. Minhas brincadeiras eram correr com cabras no sertão. Muitas vezes, pulava dos trens na cidade, brigava na rua e... apanhava em casa. Engolia meus medos e protegia os mais fracos. Era uma magrelinha sobrevivente!... Em casa, dividíamos o pouco que tínhamos com os outros. Minha mãe tinha criado os irmãos no cabo da enxada, sabia o que era dificuldade. Era durona, não dava moleza, não: ensinou que honestidade estava em primeiro lugar. Ela bordava os vestidos das madames, e eu ficava encantada, queria usar parte daquelas continhas para fazer uma roupa para a minha boneca Suzi, velhinha e linda, que encontrei no lixo. Minha mãe não permitia, colocava as pedrinhas no saquinho, para devolver.”

A bênção, mulher guerreira, mensageira da humildade e da ética.

32. OSCAR NIEMEYER: EM TODAS AS LÍNGUAS E EM TODOS OS SOTAQUES

Algumas reflexões, a título de homenagem e de penitência. Há algum tempo venho dizendo que o País perdeu, nos últimos anos, as suas melhores referências. Na política, com Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Chico Pinto e outros. Na imprensa, com Barbosa Lima Sobrinho e Carlos Castelo Branco. Na Igreja, com Dom Helder Câmara, Dom Ivo Lorscheiter e Dom Aloísio Lorscheider. Na academia, com Florestan Fernandes e Celso Furtado. Na literatura, com Mário Quintana e Carlos Drummond de Andrade. Enfim, em todos os campos da nossa realidade desigual de um País de contrastes.

Há que se retificar, entretanto, este meu discurso. O Brasil tem uma das melhores referências vivas de toda a sua história. Aliás, uma referência que o País tem o orgulho de ostentar no cenário mundial, em quase todo o século passado e neste novo milênio recém iniciado. Em tempos nos quais imperam os senhores da guerra, são poucos, mas fortes, os mensageiros da paz. Na política, na religião, nas artes, na academia, na imprensa e em todos os campos da vida de todos os povos e nações. Entre estes mesmos mensageiros, o nome de Oscar Niemeyer é pronunciado e reverenciado, hoje, em todas as línguas e em todos os sotaques.

As obras de Niemeyer são muito mais que belezas plásticas estampadas em estruturas harmônicas de concreto: são símbolos de paz e de solidariedade plantados em todos os cantos e recantos do planeta. Nelas, estão presentes a Igreja, a academia, as artes, a política, a literatura. Elas representam todos os povos, seja nos memoriais, ou nas sedes das mais importantes organizações internacionais.

Niemeyer é, portanto, um brasileiro cidadão do mundo.

Oscar Niemeyer, apesar dele considerar a sua obra como outra qualquer, é um desses arquitetos que, apesar de todos os pesares da barbárie humana, mantém viva, em todos nós, a beleza da criação divina. Uma obra que revela a suavidade das curvas, apesar da monotonia de todas as retas. Desnuda o que a natureza tem de mais belo, apesar da teimosia insana dos que insistem em destruir o que ela tem de mais sublime.

Dizia Michelangelo, quando perguntado sobre de onde vinha tamanha criatividade, que a escultura já se encontrava pronta dentro do mármore. Cabia ao artista, como ele, retirar-lhe os excessos e expô-las à luz. É assim, também, com Niemeyer. Para ele, a beleza já vem pronta na natureza, com suas mais belas formas arredondadas. Cabe a ele contemplá-las e expô-las na sua obra.

Eu ousou dizer que Oscar Niemeyer é a encarnação de Deus, na arquitetura do universo. Deus fez a natureza, a partir do Seu projeto de criação. Niemeyer se inspira nesta mesma natureza para resgatar o projeto de Deus, tamanha a beleza, tamanha a harmonia, tamanha a criatividade. Ele

é um homem à frente do seu tempo. A sua arte permanecerá moderna e atual, não importará o tempo. Ela se incluirá entre as mais belas obras dos grandes mestres da humanidade. Uma arte singular, que o identificará nos tempos que hão de vir.

Quem sabe tenhamos nós, no tempo presente, uma enorme dificuldade de entender a obra de Niemeyer. É que nos encantamos, apenas, com a beleza plástica e com a suavidade das curvas da sua criação. O que estaria, verdadeiramente, por trás das formas arrojadas da Catedral de Brasília? Da sede da ONU? Do complexo da Pampulha? Da mesquita de Argel? Da Universidade de Constantine? Da sede do Partido Comunista Francês? Do Palácio da Alvorada? Em todas as esplanadas do mundo, seriam ministérios, ou mistérios? Cada um de nós tem a sua leitura, quem sabe simplista, da autêntica mensagem embutida pelo artista. Mas, muitas delas, embora singelas, na humildade do autor, enseja enigmas que se entranham em vigas de concreto moldadas no sentido de que o mais belo caminho entre dois pontos é, sempre, uma curva. Como nas montanhas da sua Rio de Janeiro. Ou nas ondas que arrebetam em todas as praias.

Quando lhe perguntam sobre a sua melhor criação, diz ser o conjunto de edifícios do Congresso Nacional. Niemeyer diz, também, que “o principal não é a arquitetura, mas a vida e este mundo que devemos modificar”. Neste caso, pelo menos, o tal enigma é de mais fácil solução. A melhor obra, na concepção do criador, é, portanto, aquela que propicia as mudanças necessárias para tornar

o mundo mais justo e humano. Um País com menos desigualdades. Neste mesmo caso, Niemeyer, com sua obra arquitetônica, continua à frente do seu tempo, enquanto nós, trôpegos, corremos ao seu encalço. Estamos, ainda, longe do tempo do criador. Enquanto a arquitetura e os desejos de Niemeyer se projetam para o futuro, o Congresso, na sua formação humana, ainda vive tempos de Torre de Babel.

Para Niemeyer, a arquitetura só será válida quando usufruída por todos, sem discriminação de qualquer espécie. Nas igrejas, por todos os credos. Nos edifícios das organizações internacionais, por todos os países. Nos memoriais, por todos os povos. Nos teatros, por todas as classes. Nas escolas, por todos os credos, países, povos e classes. Para ele, a arquitetura tem que ser horizontal, multidisciplinar e democrática. Ela de nada valerá, se não for usufruída por todos, sem discriminação.

Niemeyer tem, também, o dom de realizar sonhos. Foi o que aconteceu durante uma de suas entrevistas, em um programa de televisão. Um pedreiro, retirante do Nordeste, Evando dos Santos, narrou-lhe o desejo de ver os seus quase quarenta mil livros, encontrados nos lixos da cidade e acumulados por meio de doações, transformados em uma biblioteca comunitária no subúrbio do Rio de Janeiro.

Para o pedreiro, um sonho quase impossível, a de realizar a sua obra por meio de um projeto arquitetônico de um mestre, como Niemeyer. “O seu sonho também é meu. Me procure. Eu faço!”, disse o arquiteto.

Por isso, eu estou certo que todos os enigmas que possam estar embutidos nas obras de Oscar Niemeyer, aqui ou em qualquer outro lugar, trazem em si três referências principais: soberania, democracia e cidadania. Um grito de alerta contra a barbárie e, principalmente, os senhores das guerras. Contra a fome e a miséria, em um mundo de tamanha opulência. Contra todos os tipos de tortura, física e psicológica, que maculam a espécie humana. Contra a barbárie de qualquer natureza, na arquitetura das prisões ou dos hospitais, nos meios-fios de pedras moldadas nas ruas e praças, sob o concreto das pontes e viadutos e entre os muros da vergonha que dividem povos e nações.

“Faço o que gosto”, diz ele. Faz o que nos enleva, dizemos nós.

É assim que eu vejo o mestre Oscar Niemeyer. Ele é, para mim, um iluminado. A genialidade dos seus traços me faz aumentar a fé no sobrenatural. Ele é um dos muitos chamados, e um dos poucos escolhidos, para eternizar a obra divina.

São cem anos de um brasileiro que acredita sermos, todos nós, uma partícula minúscula na imensidão do universo. Um universo do tamanho dos seus sonhos. São cem anos e, ainda, uma enorme vontade de aprender. Um ponto de exclamação para todos os brasileiros, mas que mais parece um jovem em busca de respostas para seus pontos de interrogação. Em entrevista para a TV Senado, Oscar Niemeyer demonstra emoção ao se dizer aprendiz de física e filosofia. Centenário, busca, ainda, conhecimento exterior e interior. Diz-se um grão de areia no universo, e deixa

transparecer como se o mundo que o cerca, apesar de tamanho alcance de sua arte, lhe fosse minúsculo.

Quem sabe pudesse reproduzir, por meio da física, a obra de Deus em outros planetas e em outras galáxias. Da filosofia, quem sabe resgatar a obra do Criador no interior de cada um dos homens.

Por tudo isso, não haverá melhor homenagem a Oscar Niemeyer do que dissolver a Torre de Babel que nos faz falar línguas tão diferentes. Voltar à concepção mais completa do criador destas estruturas de tão belas formas. De nada adiantarão novos espelhos d'água e anexos mirabolantes nas nossas principais instituições públicas, se construirmos, apenas, estruturas de concreto, como torres por meio das quais teimamos alcançar as alturas do nosso orgulho, mas que, na verdade, nos leva às profundezas da nossa arrogância.

A melhor homenagem a Oscar Niemeyer não deverá ser, apenas, por meio de discursos, nem da preservação física destas estruturas desenhadas, com carinho e criatividade, em sua prancheta de trabalho. Homenageá-lo de verdade, será quando encontrarmos a linguagem única do bem comum, da justiça social, do término de todos os tipos de discriminação e de desigualdade regional e pessoal de renda e do fim da barbárie humana, da fome, da miséria e da violência.

Niemeyer disse, um dia, que mais importante que a sua arquitetura são os jovens na rua, rostos pintados, para mudar o sistema. Não há que se assustar, portanto, se, numa próxima ocupação do gramado diante do Congres-

so Nacional, lá estiver um jovem de cem anos, bandeira em punho, gritando palavras de ordem e pela ordem, frente à sua melhor obra de concreto, para que se coloque em prática a inspiração que a concebeu. Pela sua coerência, será a mesma bandeira que empunhou nos grandes movimentos pela democracia, pela soberania e pela cidadania, em cem anos de história do Brasil.

33. TEOTÔNIO VILELA: VIGOR DE DEUS

Nada mais difícil do que traçar o perfil do Teotônio Vilela, apesar de ter convivido com ele durante tanto tempo, na resistência democrática e na luta pelos direitos mais fundamentais de todos os brasileiros. É que ele parecia transcendental. Ele inspirava algo de divino. Pudera, ele incorporava o poder de Deus até no próprio nome! Talvez seja por isso que o seu reino parecia não ser, também, deste mundo. Como alguém que encarnou, no seu tempo, a imagem do semeador, ele plantou idéias e exemplos. E não partiu para a eternidade sem, antes, ensinar todos os passos da colheita.

Talvez não fosse necessário resgatar a sua biografia. Porque a vida dos verdadeiros amigos é transparente. Imagine-se, então, a dele, que dedicou a sua existência a todos os que pouco ou nada têm além da própria vida. Ele era onipresente. A dor do excluído era, para ele, sempre maior do que a de seus cânceres. E ele pregava que a fome, a miséria e a injustiça são tumores malignos, mas curáveis.

Suas muletas pareciam ser, na verdade, batutas. Como um maestro, dava o tom e marcava as entradas. Dos cárceres, dos templos invadidos pelos vendilhões e dos corações petrificados pelo ódio, pela discriminação e pela omissão.

Apesar de, ainda hoje, sentir a sua presença viva, como uma luz, eu, às vezes, imagino o Teotônio caminhando, no planalto do céu, de braços dados com o Ulysses, com o Tancredo, com o Pasqualini e com tantos outros. Parece-me, até, que nenhum deles está a desfrutar do merecido descanso. Porque eu também imagino que o Teotônio continua inquieto com o que está acontecendo nestas terras acidentadas do Brasil. Quem, como eu, tantas vezes caminhou ao seu lado, sabe que ele não descansará, nem no céu, enquanto faltar pão na terra onde ele ensinou a plantar e a colher. Por isso, para o seu verdadeiro descanso eterno, ele quer a salvação de todos aqueles que ainda ardem no inferno da fome, da desnutrição, da miséria, da doença, do analfabetismo, da injustiça, da discriminação e da omissão.

Teotônio Vilela é o outro nome de todas as ruas e praças deste País. Porque, em todas elas, ele fincou a sua bandeira da esperança. Ele dizia ser um homem de muita sensibilidade e de muita ilusão. E que “é preciso acreditar no amanhã, mesmo sabendo que, até lá, é preciso muito esforço e tenacidade. A gente sentir lá dentro que é capaz de ultrapassar a adversidade é uma forma de ilusão. É o meu caso. E não é uma coisa vã, desprovida de qualquer apoio, porque eu sinto isso. É um problema de sensibilidade”.

Pois é, Teotônio Vilela não morreu. Deus lhe pediu um aparte!

34. DARCY RIBEIRO: UMA OBRA (IN)ACABADA

Não consigo imaginar o que o Senador Darcy Ribeiro está fazendo, agora, no céu. Lá não há sem-terra, nem sem-casa, nem sem-comida. De lá, ele contempla os milhões de sem-nada, como que uma verdadeira obra inacabada nesta “terra que sonhou ver dividida”. Por isso, não se assustem se o encontrarem por aí, com sua voz rouca. É que, por essa obra inacabada, ele é capaz de fugir do céu.

No Senado, nos últimos tempos, sua cadeira era de rodas. Sua imaginação, de asas. Tinha o dom da ubiqüidade. Ele era todos, em todos os lugares. Era o índio, o negro, o mulato, o menino de rua, o povo brasileiro, o Brasil.

Era um símbolo da mineiridade, nascido entre pequis, carnes de sol e serestas, na bela Montes Claros. Ao mesmo tempo, um cosmopolita. Sabia, como ninguém, unir educação e folia, como num sambódromo. Seu tempo era integral, como num CIEP. Viveu momentos de tensão e de ternura, como na Universidade de Brasília das invasões militares e do “beijódromo”. Ele era o pantanal, etnólogo; o Rio de Janeiro, vice-governador e senador; o Brasil, ministro; o mundo, exilado. Quem sabe restava-lhe, apenas, a imensidão dos céus. Pelo menos, por tudo o

que conhecemos e que com ele aprendemos e pelos princípios divinos, lá ele não pertence a qualquer bloco de oposição. Nem ele, nem o Teotônio, nem o Ulysses, nem o Tancredo.

Uma experiência nova para quem, na terra, a realidade brasileira impunha a contestação. Seu último artigo demonstrava a sua preocupação com os meninos de rua. Ainda sobre o tema, gravou mensagem ao Presidente da República: “Você já viu bezerro sem ração? Ou um cabrito? Ou uma galinha sem dono para lhe dar comida? Você não viu! E, sabe por quê? Porque não existe! Agora, menino de rua tem um monte por aí. Não existe galinha de rua, existe? Pois é, nem bezerro e nem cavalo. Mas, criança, tem. Isso não pode!”

Preocupava-lhe, sobremaneira, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a descaracterização da Petrobras, a desnacionalização do nosso subsolo, a invasão sorrateira da Amazônia.

Pela Academia Brasileira de Letras, ele se tornou imortal, porque sua obra será reconhecida até o final dos tempos. No Senado Federal, também. O seu espaço físico foi ocupado por uma nova personalidade do pensamento brasileiro. Ele se foi, mas, quis o destino que o seu suplente tivesse, como sobrenome, Nascimento. Abdias Nascimento.

O Darcy foi, e sempre será, homenageado por todos os brasileiros. Com cânticos, orações, folias, catiras, carnavais, serestas, afoxés e aruanãs. No palacete suntuoso e na palhoça mais humilde. Ele era um brasileiro que, verdadeiramente, amava o seu País. Garimpava riquezas

em nossas diferenças. Mas, lutava contra todas as nossas disparidades. Vivia, intensamente, a vida e o seu exemplo ultrapassa a morte. Somos, todos nós, suplentes. Somos, todos, “nascimento”.

O Senado Federal publicou, por recomendação minha, uma edição especial de “Os Grandes Vultos do Senado”. Não sei o tamanho da tiragem. A sua vida como antropólogo, escritor, romancista, educador, pesquisador e humanista já é, por si só, uma obra conhecida e reverenciada. Acho que o Darcy não se quietaria, nem mesmo em compêndios de homenagem, se eles dormitassem em prateleiras frias. Quem sabe foi em número suficiente para as mesas de trabalho de todos os tomadores de decisão sobre os destinos deste País. Ou de cabeceira, à luz dos seus exemplos. Assim, o Darcy descansaria, em paz. E, enfim, a sua obra se tornaria acabada.

35. BETINHO, O SEMEADOR

Desde as vésperas do Dia dos Pais de 1997, choram Marias e Clarisses a morte do irmão do Brasil. Às vezes, eu chego a imaginar que o Betinho não entrou, ainda, no céu. Ante um Deus incrédulo, cercado de arcanjos em trajes de gala, ele teria pedido passagem, primeiro, pelo purgatório. Não que sua alma carregasse algo a ser purificado. É que, a seu feitio, ele preferiu, antes, lutar pelos que estão, ainda, excluídos das bem-aventuranças celestiais.

É bem verdade que já houvera precedentes. O Teotônio, por exemplo, já teria caminhado por todos aqueles páramos. Também o Darcy, que fugira do céu, na insistente defesa da tese de que a existência do purgatório provaria que a obra celestial é, também, inacabada. Algo assim como a relação existente entre as riquezas que Deus criou, em terras brasileiras, e a incoseqüente miséria de parte significativa de seu povo.

Tudo parece indicar que o Betinho já conheceu, antes, as belezas do infinito. Porque, ninguém como ele sabia aproximar, tão divinamente, “o pão nosso de cada dia”, do “assim na terra como no céu”. Não é à toa. Ele nasceu na fronteira geográfica da miséria. Bocaiúva, em Minas Gerais, é a boca do Vale do Jequitinhonha e do

Semi-Árido nordestino. Para aqueles olhos verdes de menino, por ali não passavam, apenas, a fome e a miséria. Aquela romaria era, também, a incansável busca pela cidadania. É por isso que, desde cedo, decidiu juntar-se àqueles caminhantes, a invadir consciências e a semear esperança. Também é por isso que foi expulso pelos donos do poder, munidos de pretensos mandatos de posse, abocanhados pela força e pela repressão. Partiu, então, como tanta gente, “num rabo de foguete”, para terras chilenas e mexicanas, sem que pudessem ter-lhe abortado a sementeira. Quis a História que ele próprio comungasse de uma de suas primeiras e mais fecundas colheitas: a Lei da Anistia.

De volta, em 1979, parecia ter adquirido o dom da ubiqüidade. Colocou sua imagem a serviço dos excluídos. Do campo e da cidade. Da favela e do roçado. Conhecido e reverenciado, parecia ser, ele, o próprio retrato falado do Grande Semeador.

Para o Betinho, cidadania sempre foi substantivo concreto e coletivo. E que solidariedade não se move, apenas, pela compaixão, ou pela dádiva. Para ele, ser solidário significava, verdadeiramente, abraçar uma causa comum. Portanto, ao transformar o conceito de solidariedade, ele resgatou o sentimento profundo do ser cidadão.

Mais do que isso. Sem descartar a importância do Estado e seu papel viabilizador de melhor distribuição de oportunidades, jamais atrelou a sua ação a decisões de políticas públicas oficiais. Contraditoriamente, ele se transformou no espelho do que deveria ser o próprio Estado

e refletiu, ao mesmo tempo, a imagem de como é possível ser público, sem ser governo. Por isso, tanto o Estado como as organizações não-governamentais podem buscar, hoje, no exemplo do Betinho, as orientações de como construir a verdadeira cidadania. Para isso, basta que sejam regadas as suas sementes.

36. JOSUÉ DE CASTRO: A GEOGRAFIA DA FOME

No dia 05 de setembro de 2008, Josué de Castro estaria completando cem anos de vida. A sua obra permanecerá na nossa História. Ela nos permite, hoje, discutir, com atual oportunidade, um tema que, para mim, deveria estar na ordem do dia de todos os parlamentos, de todas as universidades, da mídia, da Igreja e de todas as associações representativas de todos os segmentos da população: a fome.

Eu não consigo imaginar um mundo em paz, mesmo que sem as barbáries dos senhores da guerra, enquanto milhões de pessoas ainda sofrem a dor da fome, embora tamanhas sejam as nossas possibilidades de produzir alimentos. Mais do que isso, tamanhos são os desperdícios, muitas vezes regados pela ganância e pela insensibilidade de quem a loteria biológica propiciou fartar-se.

Desde menino, Josué de Castro, segundo ele próprio, viu a miséria nos mangues e alagados de Recife. Fez da medicina um sacerdócio. Buscou, sempre, a cura da dor da penúria. Reuniu os seus conhecimentos numa publicação traduzida em dezenas de idiomas, “A Geografia da Fome”, há pouco mais de seis décadas.

Josué de Castro é credor de todas as homenagens. Mas, o que mais me preocupa, ao reler as suas idéias, é

imaginar que esse mesmo reconhecimento vem em “boa hora”. Isso significa que, passado um século, e mais de sessenta anos depois dele publicar sua principal obra, ainda debatemos, com mais necessidade, o tema que o fez tão conhecido em tantos países.

Há poucos meses, cientistas de 40 países, reunidos pela Organização das Nações Unidas, elaborou um documento dos mais importantes sobre o futuro da humanidade, tendo em vista o chamado “aquecimento global”.

Se as projeções se confirmarem, haverá uma “geografia da agricultura” diferente da atual. A estrutura produtiva de imensas regiões será modificada. A produção de alimentos e a geografia da fome também serão, profundamente, alteradas. Se nada, ou pouco, acontecer em sentido contrário, grandes ondas de migração mudarão, por completo, a demografia do planeta.

Será que é necessário um novo Josué de Castro para nos mostrar como será, daqui a sessenta ou cem anos, a nova “geografia da fome”? Parece que não, porque, como ele, sabemos onde e como vivem os miseráveis de hoje, e, igualmente como ele, também sabemos que a fome não é um flagelo gerado por condições naturais, mas por ação, ou por falta dela, do homem.

Há um flagelo anunciado, agora fundamentado pelo estudo da ONU. Mas, não podemos nos esquecer, jamais, como já disse em outra oportunidade, de um flagelo vivenciado por todos nós, aqui e agora, que atinge, hoje, algo como um bilhão de pessoas, em todo o planeta: a mesma fome, tão bem denunciada e estudada por Josué de Castro, na metade do século passado.

Um, em cada seis seres humanos, dormirá a próxima noite, com fome. Fome crônica! Uma fome que mata um nosso contemporâneo, muitas vezes conterrâneo, a cada quatro segundos! Mais que o terrorismo. Mais que qualquer doença. Mais que a nossa insensibilidade poderia imaginar.

Quase três bilhões de indivíduos, ou a metade da população mundial, sobrevivem com menos de US\$ 2 (dois dólares) por dia, a metade deles com menos de US\$ 1 (um dólar). Em todo o planeta, 130 milhões de crianças estão chorando, ou morrendo, de fome. Como falar, então, em prosperidade, em crescimento, em progresso, ou, até, em paz, se não seremos ouvidos, porque há um barulho ensurdecedor dos gemidos de tantas crianças? Gemidos de fome?

Quase um bilhão de pessoas moram em favelas. Serão 1,4 bilhão, em duas décadas. Uma China inteira apinhada na geografia dos morros e das mais perigosas encostas.

Eu tenho certeza, como Josué de Castro, que a fome não é um fenômeno natural, mas social e político. A solução do problema depende do homem. Da vontade política de erradicar essa mácula que persiste neste início de século e de milênio. A sua obra mais importante deveria chamar-se, como já disse alguém, “Fome e Política”. Quem sabe, então, a obra de Josué de Castro possa ser reeditada, novamente, nas consciências de quem tem o poder político de alterar, significativamente, a geografia da fome.

Se é possível extrapolar algumas pesquisas já realizadas, no Brasil e em outros países, com o que se desperdiça de alimentos, seria possível saciar todos os famintos do

planeta. E, não se trata de um novo milagre da multiplicação. É, apenas, um exercício de racionalização, de combate ao desperdício e, principalmente, à especulação. Quer dizer, em nome da ganância, da ostentação e do lucro, jogamos no lixo o que falta na mesa dos nossos semelhantes. Risos que se sustentam de choros.

A obra de Josué de Castro está, mais que nunca, viva. É preciso que, todos nós, nos debrucemos sobre ela. Não importa se mudou a geografia, se não mudou a história. Ao contrário, se ela se agravou ainda mais, nestes sessenta anos da sua principal obra. Nestes cem anos, que ele completaria no próximo dia 05 de setembro.

O Presidente do Banco Mundial, numa recente reunião do chamado G8, cobrou dos líderes dos países mais ricos do mundo uma posição mais firme ante o problema da fome no planeta. Ele chamou de “desastre” as projeções de que, a curtíssimo prazo, mais cem milhões de seres humanos se somarão aos famintos já existentes. Eu, e agora ele, dissemos “a curtíssimo prazo”, muito antes, portanto, da tragédia anunciada decorrente do aquecimento global, tão alardeada pela mídia, nos últimos tempos.

Eu não sei se o Presidente do Banco Mundial leu, ou se inspirou, na obra de Josué de Castro. Acho que não, embora pareça que sim! Pelo menos, isso mostra o quanto é atual a obra deste brasileiro do nordeste, nascido em Recife, médico aos 21 anos, embaixador junto aos mais importantes órgãos das Nações Unidas.

Gerações inteiras se formaram lendo seus livros, escritos numa época áurea de profundas reflexões sobre o

Brasil. A sua obra coincide com o lançamento de outros importantes estudos sobre o País, como “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire e “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, além de “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Hollanda.

Eu vivi, intensamente, os anos que se sucederam à publicação destas obras. Josué de Castro sempre foi uma das referências maiores, quando se desejava conhecer, com profundidade, as razões da fome no Brasil e no mundo.

Eu me indignei, com a mesma intensidade, quando um brasileiro como ele, reconhecido mundialmente por combater a dor da fome, teve os seus direitos políticos cassados por um regime político que se estendeu por mais de duas décadas. Alguém que sustenta a tese de que a fome é uma questão política é cassado por um regime político. Embaixador na ONU, homem ligado a organizações internacionais de combate à fome, renunciou a todos os cargos que ocupava, tão logo se instaurou o regime militar de 1964. Ainda assim, a chamada “Revolução” o cassou, num dos seus primeiros atos. Permaneceu na França, lecionando nas melhores universidades do mundo. Lá morreu, porque não pode voltar para a sua terra.

Que efeito tão devastador teria a verdadeira compreensão dos motivos da fome, a ponto do seu maior estudioso ter seus direitos políticos interrompidos?

Talvez tenha sido, exatamente, essa compreensão o que motiva, hoje, as preocupações com a fome no mundo. Não me move a inocência de imaginar que o Banco Mundial, como instituição, e através de seu presiden-

te, tenha sido arrebatado por encantos humanitários. A fome, hoje, preocupa o poder mundial, pelos seus efeitos de mobilização. E, não é possível, hoje, os regimes, quaisquer que sejam eles, cassarem os direitos políticos de todos que, como Josué de Castro, ou seguidores dele, se aprofundem no conhecimento das verdadeiras causas da miséria.

Quem sabe possa ser esta, a grande oportunidade de se pensar, com maior ênfase, sobre esse flagelo vivenciado? O Presidente do Banco Mundial sugere uma mobilização de inteligências de igual, ou maior, abrangência que os cientistas da ONU, que anteciparam os possíveis efeitos do aquecimento global, para buscar soluções para o problema da fome no planeta. Neste caso, não seria premonição. Seria constatação. Os estudos destes mesmos cientistas serviriam, portanto, para fundamentar decisões políticas já conhecidas, ainda que tardias.

Eu tenho certeza de que o Betinho conhecia, profundamente, a obra de Josué de Castro. Ele dizia que “a alma da fome é política”. É por isso que eu também estou certo de que o inspirador da “Ação pela Cidadania contra a Fome e a Miséria”, assim como todos os seus parceiros, como Dom Mauro Morelli, comungavam dos mesmos princípios manifestados por Josué de Castro. E que sua ação ia muito além de motivos puramente humanitários. Betinho também dizia que “a fome e a miséria têm que estar em todos os debates, os palanques e os comícios”. E que “o Brasil tem fome de ética e passa fome em consequência da falta de ética na política”.

Há quem discuta que interesses, verdadeiramente, estariam movendo programas como o “Fome Zero”. Eu me coloco entre aqueles que defendem a tese de que a distribuição de alimentos não pode ser, definitivamente, uma dádiva. É diferente o meu conceito de cidadania. A cidadania plena se concretiza com o trabalho do homem, com o seu suor, com o desenvolvimento das suas habilidades.

Mas, eu defendo, com igual ênfase, a tese de que algo tinha, e tem, que ser feito, a curtíssimo prazo, para curar a dor da fome. E, aí, as estatísticas têm sido gratificantes. Ainda há muito o que caminhar, mas não há dúvida que muitos passos já foram dados, no Brasil. Basta que a gente percorra os grotões que, antes, eram motivo de consternação, tamanha a miséria. Muita coisa mudou, é preciso reconhecer. Os dados não são frios. Ao contrário: eles espelham uma realidade que, embora não no ritmo que desejamos, mostra sinais de avanço.

Quem sabe tenhamos que buscar, novamente, orientação nas idéias de Josué de Castro. Construir a cidadania, no lugar da dádiva. A fome erradicada pela melhor distribuição de renda. Renda enquanto fruto do trabalho digno. O suor do trabalho dignifica.

A obra de Josué de Castro é, também, contemporânea de um documento que deveria ser de cabeceira de todas as mesas de decisão política: a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”. Artigo 25: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais

indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

Eu conheci, pessoalmente, Josué de Castro. Honra-me ter “Geografia da Fome” autografada por ele. Como Dom Helder, que, pessoalmente, me parecia encarnar o Espírito Santo, Josué de Castro também tinha, para mim, uma mística especial. Lembro-me de uma frase que ele me disse, e que permaneceu na memória, com a mesma importância que dedico ao “Sermão da Montanha”, do evangelho de São Mateus: “O Brasil é um país onde há aqueles que não dormem, porque têm fome, e aqueles que não dormem, porque têm medo daqueles que têm fome”. Pois é, as cercas elétricas, os condomínios fechados, que mais parecem enclaves, verdadeiras cidades dentro de cidades, os vidros fechados dos carros, as muralhas das novas arquiteturas e a paranóia coletiva nada mais são que a concretização do que profetizou Josué de Castro.

Quem sabe um dia, e que seja muito próximo, “Geografia da Fome” possa ser consultada, apenas, como matéria de ensino da nossa História. Tomara! Por enquanto, infelizmente, embora os avanços, continua sendo matéria curricular de Geografia. A fome ainda está, não somente, nas regiões pobres em recursos naturais. Ela é tão, ou mais, numerosa e dolorida, nas regiões ricas, e mal distribuídas, em todos os tipos de recursos. Daí, a necessidade da vontade política para que a fome, ainda geografia, se torne, apenas, história.

37. DOM IVO, O GIGANTE DA ESPERANÇA

O Brasil perdeu, no dia 5 de março de 2007, a presença física de Dom Ivo Lorscheiter. Dom Ivo era um daqueles homens de quem até a História vai sentir saudade. Daqueles seres humanos que são imortais, pela obra que fica, ao mesmo tempo em que parecem ainda mais mortais, pela falta que fazem. Daqueles que não se contentam, somente, em viver a história. Nem, tampouco, em contá-la. Dom Ivo é daqueles que fazem a história. Do seu tempo, pelo destemor, e do tempo que há de vir, pelos exemplos.

Eu, às vezes, fico me perguntando, por que Deus retira do *front* os seus melhores soldados, tão precocemente? Afinal, guerreiros da fé e da esperança, como Dom Ivo, em um mundo de tanta barbárie, terão, sempre, morte prematura. É que, não importa a idade, esses guerreiros mantêm, constante, a garra dos recém-convocados.

Será que Deus, na Sua infinita sabedoria, antevê que, na História do Brasil, não haverá, mais, necessidade de enfrentar outros coturnos? Espero, em Deus, que seja assim! Mas, quando foi necessário alguém gritar contra a opressão, quando a voz do povo foi calada pelas baionetas, o brado de Dom Ivo abriu calabouços, emudeceu opressores e impediu outras mortes prematuras.

Presidiu e foi Secretário-Geral da CNBB em um dos momentos mais cruéis da história brasileira. Não se curvou, jamais, frente aos donos, e aos inquilinos, do poder. Olhou nos olhos. Denunciou masmorras. Localizou desaparecidos políticos. Quem não se lembra, por exemplo, do papel de Dom Ivo nos episódios que marcaram a nossa história política, e a história da Igreja no Brasil, como o de Lillian Celiberti, seqüestrada pela repressão política, de Dom Pedro Casaldáliga, nos conflitos de terra em São Félix do Araguaia, de Dom Waldir Calheiros, em Volta Redonda e de Dom Adriano Hipólito, também seqüestrado, supostamente, por agentes de segurança, no Rio de Janeiro? Todos eles, e muitos outros, receberam a demonstração da coragem de Dom Ivo, quando seus atos poderiam resultar, igualmente, nos castigos que o regime impunha.

Quem sabe esteja, entre esses castigos, embora velado, o fato de Dom Ivo jamais ter galgado os principais degraus da hierarquia da Igreja? Nunca chegou ao colégio de cardeais, embora reunisse todos os requisitos para tanto e assistisse a diversos de seus pares receberem a promoção que, como ele, tinham direito. É que Dom Ivo também não se curvou às imposições da hierarquia da Igreja que fossem contrárias à sua convicção de aproximar o clero do povo e, conseqüentemente, o povo de Deus. Foi um dos pilares da construção da Teologia da Libertação e das comunidades eclesiais de base, que não significavam, apenas, um novo olhar da Igreja sobre os seus fiéis, mas, a sustentação de um movimento que culminou na redemocratização do País. É que ele não aproximou, apenas,

a Igreja e o Estado. Ele chamou o povo para participar da Igreja e do Estado.

Dom Ivo era um soldado da paz. Sua arma, a justiça, a “virtude de dar, a cada um, aquilo que é seu”. Com essa mesma arma, que é de vida e não de morte, enfrentou generais olho no olho. Falou em nome de quem não sabia nem mesmo o nome. Segundo ele, “como ninguém mais podia, os bispos tiveram de falar ... Sempre senti que o povo confiava em nossas ações e nunca tive receio ... Fui aos lugares que Deus queria que eu fosse”.

Será que Deus, na sua infinita bondade, quis uma igreja mais perto do povo, e fez de Dom Ivo um soldado na luta contra a desigualdade, a exclusão, a fome e a miséria? Espero, em Deus, que seja assim! Dom Ivo sempre dizia que todos nós fomos convocados a ir pelo mundo para sermos os grandes protagonistas da esperança. Foi assim quando pregou o ser, no lugar do ter. Quando lutou pela melhor distribuição de todos os recursos, onde Deus, bondoso, desenhou um País à semelhança de seu próprio projeto de criação. O maior rio, a maior floresta, os minerais mais estratégicos, o solo mais benfazejo, o clima mais ameno. Mas, apesar de tamanha riqueza natural, um povo sofrido, grande parte miserável e faminto.

Dom Ivo lutou pela reforma agrária, pela criação de empregos, pela melhor distribuição da renda. Criou o Projeto Esperança, onde o cooperativismo é muito mais que uma estratégia de trabalho: é uma forma de luta solidária. Dom Ivo gostava de repetir um provérbio, que dizia ser africano, portanto de um dos lugares mais po-

bres do planeta, segundo o qual “muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da Terra”. Não é à toa que Dom Ivo é chamado, por onde passou, nos seus projetos solidários, de “Gigante da Esperança”.

Será que Deus, apesar da sua infinita misericórdia, cansou-se de seu projeto terreno, tamanhas as mazelas causadas pelo homem, e decidiu chamar de volta os seus melhores soldados? Espero, em Deus, que não seja assim! Dom Ivo pregava um Deus muito próximo dos homens. Mas, a recíproca não tem sido, principalmente nos últimos tempos, verdadeira. O homem se distanciou do projeto divino. Guerras pela ganância, pelo poder e pelo nada. Banalização da vida. Miséria onde grassa a opulência. Dor, opressão, discriminação, babel. Dom Ivo foi um semeador da concórdia, do diálogo entre diferentes, não importava a convicção política, a raça, a religião, ou o credo.

Será que Deus, na sua infinita sapiência, decidiu que esse é o melhor momento para que, nós mesmos, mortais, possamos resgatar os valores perdidos nesses tempos de falta de humanidade, de compaixão e de amor ao próximo? Se for assim, ainda espero muito em Deus! É nessas horas que homens mortais, como o Dom Ivo, fazem falta! Mas, é nessas mesmas horas que a imortalidade do Dom Ivo nos orienta!

Pelos seus exemplos, ele era um pai. Pelos ensinamentos, um mestre. Pela obra, um pastor. Ele encarnava, portanto, o tripé que eu defendo como fundamental para

a mudança de valores que a realidade brasileira tanto nos reclama, nos dias de hoje: a família, a escola e a igreja.

Eu fico imaginando que na porta de entrada do paraíso celestial as honras da casa foram feitas pelo Dom Helder. Companheiros de fé, de esperança e de luta. Credores de um Brasil democrático. Eu imagino, também, o que eles, ainda, devem estar conversando sobre o nosso mundo de hoje. O Brasil, em particular. É evidente que eles não ficaram sozinhos por muito tempo. O Darcy Ribeiro, por exemplo, não perderia a chance de participar dessa conversa. Nem outros imortais, como o Ulysses Guimarães, o Tancredo Neves, o Leonel Brizola, o Teotônio Vilela, o Barbosa Lima Sobrinho, o Raimundo Faoro, o Miguel Arraes, o Alberto Pasqualini e tantos mais.

Daí, é que eu tomo consciência do quanto nós perdemos, em termos de referência positiva, nesses nossos tempos. E o quanto essas referências nos fazem falta neste mundo de mortais. Todos partiram, precocemente. A obra que eles iniciaram persiste inacabada. E nós, parece, fomos contaminados pela inércia. Uma espécie de septicemia que ataca todas as defesas do organismo social. É por isso que são interrompidos, mais precoces ainda, os sonhos de tantos brasileirinhos, como os do João Hélio, os da Joilma, os da Maria Fernanda, os da Alana e os dos milhares de outros inocentes, conhecidos ou anônimos, vítimas da barbárie das balas perdidas ou miradas.

Dom Ivo. Acho que, como mortal que viveu entre nós, poderíamos continuar chamando-o assim. Na imortalidade, São Ivo. Afinal, santos são aqueles que têm o céu

como recompensa de suas virtudes. E elas não lhe faltaram. Quem sabe, assim, possamos devolver-lhe, mesmo que simbolicamente, os degraus da igreja que não lhe permitiram galgar, exatamente pela sua coerência. Ou, quem sabe, pela maior de suas virtudes: a humildade. Como Dom Ivo, o nosso reconhecimento, por tudo o que ele fez por todos nós. Como São Ivo, as nossas orações, para que ele nos proteja e inspire.

38. DOM ALOÍSIO: HUMANIDADE E SOLIDARIEDADE

Na vida, há, quase sempre, um patamar que se almeja. Nas profissões, no esporte, na política, na religião. O comandante, o almirante, o presidente, o cacique, o cardeal. Muitas vezes, nem mesmo é necessário que se alcance estes graus superiores. Basta que os desejosos sejam lembrados ou, mais ainda, indicados. Um filme, por exemplo, que recebe indicações para o Oscar. É o suficiente para cartazes com letras garrafais: “indicado para o prêmio de melhor diretor, melhor roteiro adaptado, melhor ator, melhor filme”. Algo semelhante ocorre com os designados pelos partidos políticos a cargos majoritários, com os escritores para as academias, os professores para as reitorias, os juristas para os tribunais superiores, e assim por diante.

Eu fico imaginando o que passa pela cabeça de uma pessoa quando ela é indicada para ser Sumo Pontífice. O Papa! O Supremo Mandatário da maior de todas as religiões. De repente, o dom de tornar-se infalível, aos olhos de seus seguidores. Imaginem, então, o cartaz!

Pois, Dom Aloísio Lorscheider foi, até aqui, o único brasileiro a ter o seu nome lembrado para ser Papa. Nada mais natural para um Cardeal representante da maior comunidade católica do mundo. Ainda mais, em se tratando

de um dos mais profundos conhecedores de assuntos teológicos do seu tempo. E que, repente, vê a possibilidade de tornar-se o representante de Jesus Cristo na terra. O sucessor de Pedro, o apóstolo, o primeiro papa! Ingredientes, portanto, capazes de acionar todos os mecanismos humanos da vaidade.

O mundo voltou-se para aquele sacerdote nascido em um pequeno lugarejo, chamado Picada Geraldo, Município de Estrela, no Rio Grande do Sul. De repente, a sua história de luta pela democracia e pelos direitos mais fundamentais do ser humano, durante tanto tempo, principalmente nos chamados anos de chumbo, tornou-se, num lapso, manchete em todo o mundo.

Todas as tintas, portanto, para o melhor cartaz.

Mas, Dom Aloísio era um franciscano na melhor de todas as concepções. A vaidade jamais foi um ingrediente de sua vida inteiramente dedicada aos que “têm fome e sede de justiça”.

Lembrado, não foi eleito papa, mas recebeu o voto do papa eleito. A um passo da infalibilidade, João Paulo I confidenciou ter votado em Dom Aloísio. Mais do que isso, não tivesse morrido apenas 33 dias depois de sua eleição, tudo indicava que ele teria escolhido Dom Aloísio para o cargo de Secretário de Estado do Vaticano, considerado o segundo, em importância, na cúria romana. Não se sabe se ele aceitaria. Nunca foi o seu propósito almejar patamares superiores. Nada alterava a sua humildade franciscana.

Não abandonou, jamais, a sua opção preferencial pelos pobres. Nem quando bombas intimidadoras foram ati-

radas no seu jardim. Nem quando olhou, fixo, nos olhos aterrorizadores do principal presidente da repressão. Sua voz, naturalmente doce, se alterava, apenas, quando era preciso expulsar os vendilhões da justiça.

Foi assim quando secretário-geral, depois presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Eram anos difíceis na nossa história. Todos os jardins da democracia corriam risco de bombas, miradas pelos olhares fixos da repressão. Foi, exatamente, neste momento da nossa história que a voz doce de D. Aloísio se alterou, e ecoou nos calabouços.

Teve coragem de colocar em debate temas polêmicos, inclusive dentro da própria Igreja. Defendeu teses que contrariavam o poder. Jamais se preocupou em tornar-se unanimidade, se havia o contraditório. Tinha um único lado: o do bem, da democracia, da soberania, da cidadania.

Foi praticante contumaz dos sentimentos de humildade e de perdão. No episódio do Instituto Penal Paulo Sarasate, em Fortaleza, quando foi ameaçado, no fio de uma faca, por presos rebelados, perguntado, depois, sobre a pena de morte, foi enfático: “O senhor deveria passar dez dias naquele presídio. Tenho certeza de que também iria lutar pela sua liberdade”. Poucos dias depois, lá estava ele na cerimônia de lava-pés, com os detentos daquele mesmo presídio. Beijou os pés de cada um, em sinal de humildade e de perdão.

Quanta falta nos fará Dom Aloísio, nestes tempos de escassez dos melhores sentimentos!

Onde havia ódio, ele levava o amor.
Onde havia ofensa, ele levava o perdão.
Onde havia discórdia, ele levava a união.
Onde havia dúvida, ele levava a fé.
Onde havia erro, ele levava a verdade.
Onde havia desespero, ele levava a esperança.
Onde havia tristeza, ele levava alegria.
Onde havia trevas, ele levava a luz.

Eu costumo dizer que personagens como Dom Aloísio não morrem. Ao fazerem história, tornam-se imortais. Mas, em um País que não cultiva sua própria história, são esquecidos todos os seus personagens, por melhores que sejam. Permanecem reverenciados enquanto vivem. Depois, circunscrevem-se a páginas de livros históricos, lidos, se obrigatórios. Personagens épicos que ficam gravados na memória nacional, apenas, como história de época.

É uma pena. Os fatos que presenciamos, nestes nossos dias, estão a demonstrar que exemplos como os de Dom Aloísio, Dom Ivo, Dom Helder, além de outros personagens de nossa história, como Ulysses, Tancredo, Pasqualini, Teotônio, restringem-se, cada vez mais, às prateleiras frias do esquecimento. Não fosse assim, quem sabe seria outra a realidade desta nossa banalização da vida, estampada no noticiário do dia-a-dia.

É por isto que, qualquer que seja a homenagem que se dedique a Dom Aloísio, ela não pode servir, apenas,

para reverenciá-lo, ainda que com todos os méritos. Ou, unicamente, para lembrarmos de seus feitos. De que foi presidente e secretário-geral da CNBB. De que foi presidente do Conselho Episcopal Latino-americano. De que foi um dos maiores defensores da nossa democracia. De que emprestou a sua voz aos amordaçados pela repressão. De que abriu portas das prisões onde se praticavam as mais tenebrosas torturas. Ou, até, de que foi o primeiro e único, até aqui, brasileiro indicado para ser o nosso Papa. É preciso memorar a história de Dom Aloísio numa perspectiva futura. O Brasil de amanhã, o dos nossos sonhos. Os mesmos sonhos de Dom Aloísio.

Tomara Deus que não tenhamos outras prisões políticas a abrir, como as do passado. Mas, tomara Deus, também, que possamos abrir, ainda, as prisões das nossas misérias. Continuar o exemplo de Dom Aloísio, é manter a sua luta para quebrar os grilhões da fome, da insegurança, do desemprego, do desdém, enfim, da falta de requisitos básicos de cidadania e de humanidade, que tanto têm nos aprisionado, nestes tempos de barbárie.

Dizem alguns que foi o próprio Dom Aloísio quem desestimulou os seus pares na sua possível escolha para Sumo Pontífice. Quem sabe ele imaginasse que suas mensagens pastorais não deveriam se circunscrever, apenas, à burocracia de uma janela do Vaticano. Quem sabe, então, não devamos, nós, nos fecharmos, tão somente, em cerimônias especiais, embora necessárias e merecedoras, como se nos restringíssemos a uma espécie de Praça de São Pedro, a esperar uma palavra de ordem, vinda do alto.

Dom Aloísio falava diretamente aos corações. Ele continua sendo um franciscano cujas palavras de ordem se revestem de mensagens de humanidade e de solidariedade. Mensagens, exemplos de vida e história que não morreram, portanto, em 23 de dezembro de 2007.

Que as suas mensagens, então, frutifiquem para as gerações que ainda virão. Se as semearmos, hoje, estaremos, pelo menos, em paz com a história da nossa época.

39. CHICO PINTO: UM AUTÊNTICO VERDADEIRO

A política brasileira perdeu, no dia 19 de fevereiro de 2008, um dos seus maiores nomes. Morreu o advogado, jornalista e Deputado Federal por quatro mandatos e Constituinte, Francisco Pinto, conhecido na nossa história, nos corredores do Congresso Nacional e no coração do povo baiano e brasileiro como Chico Pinto. Um nome, uma legenda. Uma estatura política à altura de Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves. Se fosse possível defini-lo numa única palavra, talvez escolhesse dignidade. Ou, quem sabe, seriedade. Talvez correção. Pureza, brilhantismo, coerência. Ou, ainda, todas elas, reunidas numa característica que marcou a vida de Chico Pinto: a autenticidade. Era isso: Chico Pinto era um autêntico. Vem daí a marca que ele deixou no MDB, nos tempos mais duros do regime militar: foi um dos mentores mais importantes do chamado Grupo Autêntico do partido.

Era o início dos anos setenta e, com ele, o MDB passou a viver um novo momento. Foi quando se iniciou o grande debate que fundamentou as mais memoráveis campanhas pela restauração da democracia brasileira. Foi ali que surgiram as idéias que resultaram nas campanhas como a “Diretas já”, da luta pela anistia, pelo fim da tor-

tura entre tantas outras. Além da presença, Chico Pinto exerceu uma liderança marcante em todos esses movimentos que marcaram a nossa história.

Ele era um articulador dos mais competentes. Sem jamais abandonar os seus ideais por um País democrático e soberano, demonstrou ser um dos melhores articuladores naqueles momentos em que se ouvia, apenas, a voz da repressão. Preso exatamente por defender esses ideais, nas ruas e na tribuna da Câmara dos Deputados, percebeu que o seu pensamento tinha ressonância entre um grupo significativo de militares. Assim, sem transigir com qualquer conveniência pessoal, soube, como ninguém, dialogar.

Foi daí a idéia das chamadas anti-candidaturas. A primeira, com Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho. Com eles, percorremos o País disseminando a democracia. Depois, ainda quando os presidentes da República eram, somente, militares, e ungidos, foi lançada a candidatura do General Euler Bentes Monteiro, tendo como candidato a vice Paulo Brossard. Nestes dois acontecimentos, estabeleceram-se, de fato, os limites entre o que era governo, e o que era oposição.

Em todos estes movimentos pela democracia, o contraponto da voz firme de Chico Pinto. Não transigiu, nem mesmo quando, na prisão, lhe acenaram com a idéia de um possível perdão. Para ele, perdoar o que, se ali estava exatamente por defender o que mais acreditava: um País mais justo e democrático? Em carta dirigida ao então Presidente Ernesto Geisel, recusou, antecipadamente, o

indulto de natal que lhe seria oferecido: “Rogo a Vossa Excelência que me livre de mais este constrangimento – o de um perdão que não solicitei”.

Foi vasta a experiência política de Chico Pinto. Tudo começou na década de cinquenta, eleito vereador na sua Feira de Santana. Não tardou em se eleger prefeito. Já naquele instante, colocou em prática a sua aptidão pela democracia na gestão dos recursos públicos. Foi pioneiro na discussão do orçamento participativo. Também vem deste tempo a perseguição política que lhe seria implacável: foi sacado da prefeitura, pelo regime militar, já no seu início, em 1964. No livro de posse de seu sucessor, consta o nome de comandantes que houveram cercado a prefeitura, e que provocaram a sua deposição.

Respondeu a inúmeros processos e inquéritos militares. Já Deputado Federal pelo MDB, em 1974, foi processado, a pedido do então Ministro da Justiça, Armando Falcão, por ter protestado, na tribuna da Câmara dos Deputados, e na presença do então ditador Augusto Pinochet, contra as torturas e todos os tipos de violência que se praticava no Chile, igualmente, sob regime de exceção. Por este motivo, foi condenado a seis meses de prisão, pelo Supremo Tribunal Federal, além de perder o mandato, por decisão da Mesa da Câmara dos Deputados.

Voltou ao Congresso em 1978, sendo reeleito em 1982 e 1986. Não mais se candidatou, alegando estar decepcionado com a política. Talvez estivesse visualizando os tempos que estariam por vir. Que discursos faria, hoje, Chico Pinto, das tribunas do Congresso, neste momento

sensível do parlamento brasileiro, que atinge níveis mínimos de legitimidade?

Na impossibilidade de ouvirmos, agora, os seus ensinamentos, que fique o seu exemplo. Que fique, também, o seu pensamento. Nos registros de seus discursos, na Câmara dos Deputados, para que a história brasileira lhe renda o devido tributo. No coração do povo brasileiro, como uma das referências mais importantes de dignidade, de seriedade, de correção, de pureza, de brilhantismo, de coerência. De autenticidade, enfim.

40. ARTUR DA TÁVOLA: SENSIBILIDADE POÉTICA E POLÍTICA

Se é possível medir o tamanho da consternação, eu digo que, com a partida do Artur da Távola, perdi um irmão. Daqueles irmãos verdadeiros, companheiros na travessia da vida. Daqueles com quem, gostaríamos, ainda, caminhar, juntos, por muito tempo, embora a dureza da trilha.

Triste contradição, entre a eternidade e a brevidade da vida, para quem acredita que somos, apenas, passageiros.

Temos a mesma origem. Nossos pais vieram do Líbano, e todos foram morar no Rio Grande do Sul. Os meus, em Caxias, os dele, em Garibaldi e Bento Gonçalves. Somente depois, os pais do Artur da Távola mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde ele nasceu. Ele era um carioca, portanto, mas que preservava os sentimentos mais verdadeiros do Rio Grande do Sul, assim como os valores mais profundos da cultura libanesa.

Eu não tenho qualquer dúvida de que, em todas as homenagens, se irmanam os milhões de brasileiros, de todos os recantos deste imenso País, amantes da música, da arte, da solidariedade, da humanidade, do companheirismo e da sensibilidade que a vida dita moderna teima em nos subtrair. Tenhamos ou não “medo de música clássica”.

O Artur da Távola era um conterrâneo de todos nós. Ele representava o Brasil. O Brasil de todos os contrastes, unificado pela sua sensibilidade poética e política.

O Artur era uma espécie de lente, capaz de nos permitir a visão da alma, prova maior da existência de Deus.

Ele conseguia traduzir o que parecia intangível, para todos nós, mortais. O clássico, na beleza de suas palavras, tornava-se popular.

Com ele, o popular, enquanto alma do povo, se transformava na mais bela poesia.

Ele trouxe, para a política, o seu canto. A política lhe retribuiu com o desencanto.

O Artur da Távola poeta é imortal. O Artur da Távola político nós o perdemos quando transformamos a política em mera atividade de mortais, sem alma e sem a sensibilidade dos poetas.

Que imensa beleza ele nos deixa como escritor, poeta, testemunha e porta-voz de Deus. Que falta ele nos faz como político.

Essa imensa contradição deveria servir como reflexão para todos nós.

Por que alguém que traduz, como ninguém, o sentimento do povo, se afasta da política? Por que alguém consegue fazer, da poesia, a política, e muitos não alcançam fazer a política como sentimento do povo, como na melhor poesia?

O afastamento do Arthur da Távola da política, mantendo a sua mais bela inspiração poética, nos fez sentir que, na

verdade, somos nós que estamos nos afastando, cada vez mais, do povo. Pior, cada vez mais de Deus.

Ele era muitos. Quem sabe, ele era todos nós. Quem sabe mais ainda, ele era o que todos nós gostaríamos de ser.

Como escritor, ele foi brilhante, em todas as suas mais de duas dezenas de publicações, sem contar os inúmeros artigos publicados na grande imprensa do País. Em todos eles, tinha um traço comum: o ser humano e os mais nobres sentimentos de humanidade, de solidariedade, de compaixão, de amizade e principalmente, de amor.

Articulava, como ninguém, a palavra, embora dissesse que “a palavra é o melhor e o mais impreciso meio de representar o real ...”

Mas, ele dizia, também, que “a palavra representa o esforço do homem para aprisionar, traduzir, decodificar e, até, reinventar a fluidez do real. É instrumento precário e, ao mesmo tempo, único, original, deslumbrante”.

Quando falava de improviso, seu discurso era perfeito. Parecia ter sido redigido de antemão.

Que falta ele vai nos fazer, neste instante em que mais precisamos de todos os sentimentos que marcaram a sua existência física, entre nós. Neste momento em que perdemos a sua palavra, única, original, deslumbrante. Um momento em que, parece, perdemos os nossos melhores valores.

Sem ele, e sua poesia, perdemos, também, mais uma de nossas mais ilustres referências.

Ele parte exatamente em um momento de comoção e de indignação nacional, por acontecimentos que nada têm de humanidade, de solidariedade, de compaixão e, principalmente, de amor.

Não sei até que ponto chegou, portanto, o seu desencanto. A sua indignação. A sua frustração. É que a humanidade teima, também, em caminhar na contramão da sua poesia.

A importância do Arthur da Távola tem o tamanho da nossa saudade.

Em vida, ele uniu tantos, não importa se tão diferentes. Na despedida, lá estavam estes tantos, a rodeá-lo e a reverenciá-lo, e, mais uma vez, parece que não havia, ali, nenhuma diferença. Eram, todos, semelhantes, como ele tanto queria. Estavam, ali, a música, o teatro, a poesia, o jornalismo, o político, o suntuoso e o singelo, o clássico, o erudito, o popular.

Eu costumo dizer que há homens que se contentam em viver, bem, a história. Há outros que são mestres em contá-la. Ele é um daqueles que viveram para construí-la.

Mais do que isso, para modificá-la naquilo que fugisse do projeto original de Criação. A sua arma, a palavra certa, no tom adequado, no momento mais propício.

Ele era muito mais que um decodificador da arte. Ele teimava em ser o contraponto do noticiário.

Quando a barbárie invadia as nossas salas, ele nos encantava com a sua mensagem de paz, através da música

e da poesia, traduzidas de forma simples e direta. Perdíamos, então, não só o medo da música clássica, como no seu programa na TV Senado, mas, igualmente, deixávamos de lado o temor pela desesperança.

Eu me lembro das muitas vezes que com ele conversei, no plenário do Senado Federal. Nos momentos em que o bom-senso parecia se transformar em um imenso deserto, ele era um oásis de frondosas e frutíferas idéias. Um pacificador.

Ele nunca me pareceu um ser humano, nem poeta, de horas vagas. Daqueles que se desvestem de sentimentos, quando do interesse próprio, muito comum nestes nossos dias turbulentos. Ou daqueles que se vestem deles, por conveniência de momentos. Ele vivia, na plenitude, a sua palavra.

Selecionei algumas de suas palavras, neste momento de lembrança e de saudades:

“Ser autêntico é a melhor e única forma de agradecer.

Amigos de verdade nunca te abandonam.

O carinho é a melhor arma contra o ódio.

As diferenças tornam a vida mais bonita e colorida.

Há poesia em toda a criação divina.

Deus é o maior poeta de todos os tempos.

A música é a sobremesa da vida.

Acreditar, não faz de ninguém um tolo. Tolo é quem mente.

Filhos são presentes raros.

De tudo, o que fica é o seu nome e as lembranças acerca de suas ações.

Obrigado, desculpa, por favor, são palavras mágicas, chaves que abrem portas para uma vida melhor

O amor... Ah, o amor...

*O amor quebra barreiras, une facções,
destrói preconceitos,
cura doenças...*

Não há vida decente sem amor!

E é certo, quem ama, é muito amado.

E vive a vida mais alegremente...”

Eu não encontro mais o meu amigo Artur da Távola, caminhando pelo túnel que nos leva ao plenário do Senado Federal, onde a sua palavra era, sempre, uma poesia que nos invadia a alma. Sábio, ele utilizou a poesia do desencanto, para nos preparar, enfim, para a sua ausência.

Mas, não há como deixar de sentir a sua presença, porque o encanto da sua poesia será, sempre, imortal.

É, por tudo isso que, eu tenho certeza, o Artur da Távola não morreu:

“Ele, apenas, passou pelo túnel do tempo”.

41. JEFFERSON PERES: IRMÃO, AMIGO E COMPANHEIRO

No dia 23 de maio de 2008, o Brasil perdeu o senador Jefferson Peres. Eu perdi um irmão, amigo e companheiro. Estas foram as minhas palavras, no plenário do Senado Federal, no primeiro dia de saudade:

“O Senado Federal vive, hoje, um clima de ‘dia seguinte’. A sensação é que, nesta segunda-feira, há um vazio ainda maior nos nossos corredores e plenários. É o primeiro dia sem a presença física e os ensinamentos do nosso companheiro Jefferson Peres.

Hoje, portanto, eu quero me dirigir, de alma e coração, ao nosso amigo Jefferson, ele que tratou, como ninguém, de todas as questões mais importantes para a construção de um Brasil independente, democrático e soberano.

Não é fácil, porque, neste nosso plano de vida, eu estou forçado, hoje, a falar com os olhos voltados para uma cadeira vazia. Para corredores e salas em silêncio. É por isso que, sem disfarçar a minha saudade e a minha tristeza, mas, principalmente, para me dirigir aos arredores de Deus, é que eu quero falar para o meu irmão Jefferson Peres, olhando para o alto.

Talvez não seja, assim, tão difícil, porque, para falar com este nosso companheiro, amigo e irmão de todas as horas, era necessário olhar, normalmente, para cima, dada a grandeza do seu conhecimento, do seu espírito público, da honradez, da ética e do amor ao País. É que éramos nós que nos sentíamos diminutos, diante deste pequeno grande homem.

Agora em outro plano, continuo olhando para o alto, porque seres humanos como ele, são acolhidos, de braços abertos, pelo Criador, porque honraram, na terra, a Sua imagem e a Sua semelhança.

Nestes momentos, entretanto, não nego que dá vontade de falar, diretamente, com Deus. Colocar em xeque os Seus desígnios. Duvidar, quem sabe, da Sua infalibilidade. Afinal, por que chamar o Jefferson para a Sua companhia, exatamente, quando nós mais precisávamos dele? Quando, sem a sua voz a clamar, parece que nos resta, apenas, o deserto?

Será que Deus, ao nos levar mais esta referência humana maiúscula, chamou, na verdade eu vos digo, foi a nós, à razão?

De repente, eu me dou conta de que, em tão pouco tempo, perdemos dois companheiros desiludidos com a política: o Artur da Távola, no dia 9 de maio, e o Jefferson Peres, duas semanas depois. Dois homens de bem e a percepção, comum, de que a política já não é mais o caminho do coletivo, do público e, quem sabe, do próprio bem.

Eu fico imaginando sobre o que os dois estão conversando, agora, no céu. O que eles estão discutindo com o

Ulysses, o Covas, o Tancredo, o Teotônio, e tantos outros, sobre vida vivida, gente sofrida, e política falida.

Também de repente, eu, do mesmo modo, me dou conta de que estamos perdendo, cada vez mais, as nossas melhores referências. Eu me consolo, dada a minha fé inabalável, porque sei que, todos eles, estão, agora, próximos de Deus. Perdemos companheiros que, como eram, nos davam proteção terrena, e ganhamos, muito mais, agora como são, proteção divina.

Então, fiel à vontade de Deus, que assim seja.

Meu caro irmão, companheiro e amigo Jefferson Peres:

Eu já vivi a dor pela perda de pessoas muito próximas, inclusive de um filho. São únicas, absolutas, incomparáveis. Tão profundas que só o tempo é capaz de consolar-nos. Mas, este mesmo tempo que nos consola, à medida que ele avança, torna recorrente e repetitiva, cada vez mais, a dor pela perda de um irmão. Principalmente, do irmão que escolhemos. Gerado e desenvolvido no mesmo útero da ética, da dignidade, da solidariedade e do amor ao próximo. Irmão, portanto, porque verdadeiramente fraterno.

Não importa a idade. Existem irmãos que parecem, sempre, mais velhos. Não por eventuais rugas ou rugas, mas pela sabedoria, pelos bons conselhos, pela proteção intelectual e pelas mais belas referências. Aqueles que invocamos, sempre, nos nossos momentos de incertezas.

Nesta nossa vida passageira, meu caro Jefferson, irmão mais velho na sabedoria, viveste conosco quando a

nossa casa estava completamente desarrumada. E, nesta tua vida de passagem, te esforçaste, como poucos, para nos ajudar a colocar consciências móveis nos seus devidos lugares. Não te deixaste cair em tentações e livraste-nos de tantos males, que ocupavam as prateleiras de mentes empoeiradas pela corrupção e pela falta de ética.

Eu nunca te vi adjetivar, quando o assunto era, apenas, substantivo. Foi assim, por exemplo, no Conselho de Ética, quando a pauta era a conduta do então presidente do Senado Federal. Nunca te vi, também, embevecido, ou hipnotizado, pelas tentações dos holofotes. Bastava-te, unicamente, a luz dos fatos. Preferiste guiar-te, tão somente, por elas. Estendeste esta mesma luz sobre nós, embora, contra a tua vontade, manifestada sem receios, a tenhamos apagado, muitas vezes, em votações secretas, movidas, aí sim, por condutas merecedoras dos piores adjetivos.

Neste nosso time, perdi, com a tua partida, o meu companheiro de defesa. Foi assim, por exemplo, quando fomos, juntos, ao Supremo Tribunal Federal, para fazer valer o direito de instalar comissões parlamentares de inquérito, embora tantos fatos determinados e números de assinaturas regimentais. Quem sabe o time inteiro tenha perdido uma espécie de líbero, que preenchia as nossas lacunas, quando íamos para o ataque, se pressionados pela barbárie, ou quando voltávamos para a defesa institucional, principalmente se o jogo de interesses nos colocava na zona de rebaixamento da credibilidade popular.

Repartíamos, também, muitas das manifestações recebidas. Quantas foram as mensagens enviadas por cidadãos brasileiros de todos os cantos e recantos deste País, que nos solicitaram dividir contigo as manifestações de carinho e reconhecimento. Não deu tempo de te repassar, mas, a propósito, e a título de exemplo, porque são muitas, à véspera da tua última viagem, recebi mensagem em que o remetente versa sobre a situação atual do País, mostra-se, também, desiludido com os rumos da política brasileira, e termina dizendo: “sou seu admirador, tal como sou de Jefferson Peres. E desejo a vocês muita força e saúde para continuarem o trabalho que sempre desempenharam no Congresso Nacional”. Pena que partiste tão cedo, para as nossas necessidades, mas te rogo, agora, que continues a nos inspirar na continuidade desta nossa caminhada.

Não eras de muitas palavras. O suficiente para orientar as nossas ações. Teus apartes completavam as nossas idéias e aprimoravam os nossos pronunciamentos. Algumas vezes, se necessário, os desmontavam, por completo. Exatamente porque não eras, também, de meias palavras. No plenário do Senado e na Comissão de Constituição e Justiça, representavas, para todos nós, uma verdadeira enciclopédia jurídica.

Teu último discurso no Senado, sobre a Amazônia, quando todos nós manifestávamos a preocupação com a cobiça internacional sobre a nossa mata, o nosso rio e a nossa biodiversidade, foste taxativo: “o meu maior temor é a cobiça nacional”. O suficiente para entendermos que as seqüelas da sanha nacional sobre a Amazônia é que

motivam e se transformam em motes para os interesses internacionais. Que, se não fizermos a lição de casa neste momento da nossa história, será diferente, no futuro, a nossa geografia.

A maior homenagem que podemos prestar ao nosso companheiro, amigo e irmão Jefferson Peres é seguir os seus exemplos. Não ficarmos, apenas, numa lembrança formal e oficial, por maior que seja a emoção que ela nos provoque, neste momento. O Senador Jefferson Peres, para quem o conheceu tão bem como nós, não iria nos perdoar.

Não podemos permitir que a sua passagem para um outro plano se transforme em regozijo para os que se locupletam com o dinheiro público. O mesmo recurso que falta na fila dos hospitais e na escuridão do analfabetismo, como tão bem denunciado por ele.

Bem fará o presidente do Senado, ao cumprir a sua promessa de editar as idéias e os projetos de lei do Senador Jefferson Peres. Pelo menos para os que contarão a história, no futuro, um registro de quem a fez. E que a viveu, intensamente. Para que as prateleiras das bibliotecas deste País substituam a tribuna, porque as suas idéias não passarão. A defesa da ética e da democracia viverá, para sempre.

Não sei se ele deverá ser lembrado, também, com seu nome em alguma parede das alas ou salas do Congresso.

Quem sabe o “túnel do tempo”, por onde ele desfilaria, diariamente, do gabinete à tribuna, entre outros personagens imortalizados da nossa história.

Quem sabe pudéssemos colocar o seu nome junto ao do Senador Josaphat Marinho, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque essa foi a trilogia que marcou a sua presença de ambos, entre nós.

Quem sabe ele não queira seu nome em nenhuma das nossas paredes. Neste caso, talvez devamos invocar o seu perdão, para relevar a sua desilusão pela política, e revelar e reconhecer o seu respeito e o seu amor pelo parlamento.

Quem sabe possamos, então, invocar o seu nome, sempre que houver uma parede que, eventualmente, nos separe da Constituição, da Justiça e da Cidadania.

Quem sabe possamos dar-lhe a nossa melhor resposta ao seu desencanto com a política, mudando os mesmos procedimentos que ele tanto criticou. Ainda ecoa entre nós, um dos seus mais lembrados discursos:

‘O meu desalento é profundo. Deixo isso registrado nos *Anais* do Senado Federal. Infelizmente, eu gostaria de estar fazendo outro tipo de pronunciamento, mas falo o que penso, perdendo ou não votos – pouco me importa. Aliás, eu não quero mais votos mesmo, pois estou encerrando a minha vida pública daqui a quatro anos, profundamente desencantado com ela’.

‘Há uma profunda crise do Estado brasileiro, e a classe política parece não se conscientizar disso. A crise do Brasil é muito grave, porque não é algo comum, não acontece em outros Países mais pobres do que nós. Se acontece aqui, alguma coisa está profundamente errada e tem de ser corrigida. Nós perdemos a visão de longo prazo. Não

temos um projeto de nação, não temos um projeto estratégico. A classe política se digladia com coisas menores, pequenas, numa disputa simplesmente de poder’.

Essa foi a sua lição. Essa é a nossa missão.

Neste momento, eu é que não gostaria de estar falando sobre a sua partida. Gostaria de continuar discutindo com ele os grandes temas nacionais. Aprendendo com ele. A partida do Senador Jefferson Peres, não nego, também nos contamina com o seu desalento. Eu também comungo da sua avaliação de que a crise política do Brasil é muito grave. Como ele, eu não percebo a existência de um projeto de nação para o Brasil, nem mesmo um projeto estratégico. Como ele, eu também sinto que a classe política se digladia com coisas pequenas, numa mera disputa de poder.

Não era hora dele partir.

Ele poderia, pelo menos uma vez, ter perdido o trem da história.”

Numa espécie de “postscriptum”, o nome do senador Jerffeson Peres foi dado, afinal, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. Nada mais apropriado. Principalmente se o Conselho honrar, efetivamente, o nome, e os ideais, do seu patrono.

42. CRÔNICA DE UMA CATÁSTROFE VIVENCIADA

De repente, parece que o planeta se transformou no cenário de um filme dirigido por Steven Spielberg, produzido pela ONU e escrito por 600 cientistas de 40 Países, sobre a devastação da natureza. Neste documentário, somos nós os protagonistas, ora mocinhos, ora vilões. É bem verdade que muitos são, apenas, meros coadjuvantes nesta história dramática, e que morrem sem serem reconhecidos, quase sempre nem mesmo conhecidos, porque, nesse mesmo roteiro, lhes foram reservados papéis de figurantes.

O documento da ONU pinta, com tintas carregadas, os cenários do meio ambiente, neste século que ainda engatinha. A principal questão é o chamado aquecimento global. A permanecer a situação de agora, de total desrespeito à natureza, as temperaturas médias deverão subir entre 1,8 e 4 graus, isso sobre os níveis atuais dos termômetros, que já estão alterados em escala nunca sentida antes. É muito mais fácil enumerar as causas, porque razões são, geralmente, coisas do passado, ainda que muito mais evidentes no presente. O que mais preocupa a humanidade, e os cientistas em particular, são as conseqüências que deverão advir, num futuro não tão longínquo.

Se nada for feito imediatamente, os ares da terra receberão mais de 1,4 quadrilhão de quilos de dióxido de carbono, mais conhecido como CO₂, até o final deste século. Isso significa algo como 14 trilhões de quilos de poluentes por ano, ou mais de 38 bilhões por dia, ou mais de 1,5 bilhão por hora, e assim por diante. São projeções a partir de números reais, do passado recente, quando os zeros à direita dos poluidores do ar sempre equivaleram aos zeros à esquerda dos formuladores e dos executores de política ambiental.

A elevação dos níveis dos oceanos e dos mares na escala prevista poderá dizimar cidades litorâneas inteiras, normalmente onde se concentra grande parcela da população. Se, com a situação atual, catástrofes como a que ocorreu em Nova Orleans, nos Estados Unidos, são capazes de tamanhos estragos, imagine-se o que poderá acontecer no futuro, em Países como a Holanda ou, mesmo, nas grandes cidades costeiras do Brasil, como o Rio de Janeiro e as capitais do Nordeste. Hoje, por exemplo, os guias turísticos de grandes cavernas, nas suas longas e quase sempre decoradas explicações sobre tamanhos de vãos subterrâneos, desenham cenários de fundos de mar em outras e distantes eras: “Aqui, um dia, foi mar”. Se confirmadas as previsões, e se nada for feito para negá-las, num futuro, agora não tão distante, os guias turísticos de fundo de mar atribuirão às torres e catedrais submersas, cenários de “aqui, um dia, foi terra”.

A agricultura mundial terá uma nova geografia. A estrutura produtiva de grandes regiões agrícolas deverá ser, significativamente, modificada. Isso motivará, como

decorrência, outras mudanças, na estrutura fundiária, no comércio de insumos, no mercado internacional. A produção de alimentos e, conseqüentemente, o mapa da fome poderão ser, também, redesenhados. Para se ter uma idéia, os grandes cafezais paulistas e mineiros poderão desaparecer do mapa da agricultura daqueles estados, assim como a soja gaúcha.

As cidades também deverão ser remodeladas. Grandes ondas de migração, rural-urbana e rural-rural, modificarão a demografia do planeta. Grandes secas e, igualmente, enormes inundações expulsarão populações das cidades e do campo, que ocuparão, ainda mais, as periferias dos grandes centros urbanos, num processo crescente de “favelização”. Também como exemplo, se já é preocupante o caos urbano atual de uma cidade como São Paulo, com os alagamentos rotineiros, imagine-se nas hipóteses, bastante fundamentadas, de “trombas d’água” de maior intensidade, como previstas no relatório.

Há preocupações, também, com as repercussões sociais das grandes migrações internas, principalmente nos Países menos desenvolvidos. A miséria, a fome e a violência ocuparão, ainda mais, corações e mentes e a guerra civil não declarada, da bala perdida ou mirada, poderá ter o “alistamento” de novos batalhões, cada vez mais ao descontrole do Estado. Nestas cenas, o tal filme de Spielberg revelar-se-ia repetitivo e sonolento.

Todas as discussões sobre o relatório da ONU são conclusivas no sentido de que os maiores impactos do aquecimento global não incidirão, igualmente, sobre po-

vos e países. Mais uma vez, as regiões e as populações mais pobres serão as maiores vítimas. E, isso, aumentará o abismo, já existente, nas disparidades de distribuição regional e pessoal de renda, entre países e, internamente, entre seus habitantes locais.

O trabalho da ONU causa uma enorme comoção, porque projeta o que cientistas identificam como catástrofe ainda para o nosso tempo. Não é algo que se prevê para milhares, ou milhões de anos, como em tudo o que se analisa em termos da espécie humana. Algo inatingível para a nossa visão imediatista. No caso, trata-se de uma situação que, se nada for feito, será vivida por nós, e, principalmente, pelos nossos filhos e netos. É palpável, é sentida, é presente. Mas, o planeta não precisa projetar catástrofes para meados, ou para o final, deste século. Elas já existem, embora muitos teimem em desconhecê-las. Não se trata, aqui, dos furacões, dos tornados, dos maremotos, dos terremotos e das “tsunamis”, cada vez mais vorazes, e que atormentam ricos e pobres. É uma catástrofe que atinge, exclusivamente, os pobres e os miseráveis. É a fome.

Não há que se esperar, portanto, que os quatrilhões de quilos de poluentes sejam lançados ao ar, para que a humanidade se mobilize contra uma catástrofe de dimensões globais. Ela já existe há muito, e continua compondo a nossa história e a nossa geografia.

A mesma ONU, com idêntica competência de seus cientistas, e com igual responsabilidade política e institucional, dá conta de que um bilhão de seres humanos passam fome, no nosso tempo e nosso espaço. Uma, em

cada seis pessoas, as que não morrerem ainda hoje, dormirão a próxima noite com fome. Fome crônica. A mesma fome que mata um ser humano a cada menos de quatro segundos! Muito mais que o terrorismo que, embora também abominável, tem merecido tamanha atenção na mídia e nos gabinetes do mundo. Terrorismo que mata, como diria o poeta, “de emboscada, antes dos vinte”. Ou, a miséria “de velhice, antes dos trinta ... e de fome, um pouco por dia”.

Quase três bilhões de indivíduos, ou a metade da população mundial, sobrevivem com menos de US\$2 por dia, a metade deste número com menos de US\$1. Um terço da humanidade, ou mais de dois bilhões de pessoas, tem anemia. Neste exato momento, o planeta tem algo como 130 milhões de crianças chorando, ou morrendo, de fome. Essas mesmas crianças, as que vingarem, ainda assim não verão os efeitos do aquecimento global, porque a vida lhes será breve.

As favelas dos grandes centros urbanos já são o endereço de quase um bilhão de moradores. Nas projeções, serão 1,4 bilhão, daqui a duas décadas. Como já disse, o equivalente a uma China inteira apinhada em morros e em perigosas encostas.

A mídia tem dado ao relatório da ONU sobre o aquecimento global ares de catástrofe. Fala-se, inclusive, em “apocalipse”, uma projeção, com data marcada, para o “final dos tempos”. Não são explícitas as avocações aos “sete espíritos”, às “sete igrejas”, aos “sete candelabros”, às “sete lâmpadas de fogo”, aos “sete selos”, ou às “sete cartas” do

texto bíblico. Mas, pelo menos desta vez, a mídia enumera os Países maiores poluidores da atmosfera. São os mais desenvolvidos, os chamados “G7”. Pelo menos no simbolismo do capítulo final da Bíblia Sagrada, o número sete é coincidente. O juízo final ainda depende de nós.

Talvez a imagem bíblica do apocalipse não seja a mais adequada para o caso. É que ela tende a projetar o desfecho para uma revolução da natureza, fora dos nossos corações e das nossas mentes. Para mim, o melhor simbolismo para os acontecimentos que dão suporte às projeções da ONU é a “Torre de Babel”. É que deixamos, há muito tempo, de falar a mesma língua, universal, humanística. Construimos uma torre para atingir uma espécie de deus-mercado, suntuoso em bens materiais. Transformamos o semelhante em concorrente, quando não em adversário. A consciência coletiva deu lugar ao individualismo. As catástrofes anunciadas pelos cientistas estão muito mais claramente relacionadas aos nossos problemas de relacionamento com o semelhante, como a ganância, a sede de poder e o lucro a qualquer custo. Para atingir o nosso intento, articulamos uma linguagem individual, não importa se o semelhante não a entenda.

Mas, embora a dimensão de tais catástrofes, continuo um otimista. Acho, inclusive, que as discussões sobre o relatório da ONU, o da catástrofe anunciada, podem se estender no sentido da busca de soluções para o problema da fome, o da catástrofe presenciada. Quem sabe, como já disse, os zeros à direita dos números das Nações Unidas, tamanhos que são, possam ter influência sobre os zeros à

esquerda dos grandes formuladores, e executores, de política. Do caos, a luz!

O fato de a humanidade se colocar diante de um cenário que, potencialmente, pode atingir a todos, indistintamente, como protagonistas do tal filme de Spielberg sobre o futuro do planeta, também pode focar luzes e câmeras sobre os figurantes da história presente: os famintos e os miseráveis, em escala mundial. As cenas do aquecimento global ainda podem se transformar numa ficção. As da fome mundial, não! Elas já são, indiscutivelmente, um triste documentário.

Quem sabe possam emergir, daí, novos paradigmas e padrões de comportamento humano. Resgatar o verdadeiro sentido de humanidade, enquanto natureza humana, que incorpore valores outros que não a ganância e a sede de poder, mas a fraternidade, a compaixão e a solidariedade. Não haverá humanidade, no seu verdadeiro sentido, enquanto a morte pela fome continuar seguindo o ritual dos ponteiros dos segundos. Quem sabe, também, possamos descobrir que ainda é possível uma revolução nos nossos sonhos de futuro.

43. DOIS MUNDOS

É muito comum, em discursos e em artigos publicados na imprensa, a tese de que existem dois Brasis. Um, desenvolvido e rico; outro, subdesenvolvido e pobre. Criou-se, inclusive, a expressão “Belíndia”, um País com as mais belas características da Bélgica; outro, com as mais tristes mazelas da camada mais pobre da população da Índia. Poderia ser uma parte França, outra Benin. Ou, uma parte Alemanha, outra Zâmbia. Ou, ainda, uma parte Inglaterra, outra Namíbia.

Essas divisões são comuns, em termos mundiais. É o caso, por exemplo, da *apartheid*, na África do Sul, motivada, principalmente, por conflitos raciais. Um pequeno grupo, branco e rico, e outra grande parcela da população, negra e pobre. Embora não se refira, com tanto vigor, à *apartheid*, ainda persiste, na África do Sul, algo parecido com a nossa “Belíndia”. Mais do que isso: mesmo nos Países desenvolvidos, com ares de “Bélgica”, todos têm o seu lado “Índia”: grupos de população pobre, principalmente nas periferias das grandes cidades. É assim com a França, a Alemanha, a Inglaterra e tantos outros. Mesmo nos Estados Unidos, País considerado mais rico do mundo, não há como negar, também, a existência de uma *apartheid* social.

De repente, a gente se dá conta de que o mundo é uma imensa “Belíndia”. E que é dessa mesma tese que se pode extrair, verdadeiramente, a tão propalada idéia da globalização. É o planeta que se divide em grupos sociais, de acordo com as condições econômicas, independente de onde se localizem as populações. Há um traço de união, muito mais forte, hoje, entre integrantes desses mesmos grupos, independente de onde eles se localizem.

Há um grande País em escala mundial, a parte “Bélgica”, que pode ser chamado “mercado”. Ele tem leis próprias, as “leis do mercado”. Ele tem, além de moedas localizadas, uma outra, mais forte, talvez duas: o dólar e o euro. Tem idiomas igualmente locais, mas uma língua oficial, quase que obrigatória: o inglês. Tem um povo, mas, não tem um território delimitado e contíguo. São enclaves, em territórios que mudam de nome, em função de pseudo-soberanias. Assim, o “mercado”, na Bélgica, tem características semelhantes ao que se encontra na França, na Inglaterra ou na Alemanha. Mas, esse mesmo “mercado” possui, também, “ilhas”, igualmente, no Brasil, em Benin, em Zâmbia ou na Namíbia. Esse “mercado” tem uma capital, os Estados Unidos, de onde emanam as principais decisões, e onde se localizam seus grandes exércitos, em defesa de suas leis. Tudo o que acontece nessa imensa capital repercute, imediatamente, nos outros enclaves, ou nas outras “ilhas”.

Tudo gira em torno das decisões do “mercado”. Há um apelo constante no sentido do consumo. Programas de televisão e de rádio, jornais, revistas. A demanda por bens e serviços identifica o *status* das populações locais.

Esse mercado também tem, portanto, uma religião: é o consumismo.

Ai de quem se colocar fora desse “País-mercado”, quem não aderir a essa “religião”: são obrigados a sobreviver, muitas vezes, de sobras e migalhas, no chamado “lado escuro do mundo”. São verdadeiros “pesos mortos”, enquanto não migram para as “civilizações avançadas”, que consomem bens e serviços, que obedecem à lei que rege a oferta e a procura. A Constituição deste imenso País, que se espalha por todos os continentes, é a globalização, cujo ditame único é a internacionalização.

É assim, portanto, o mundo globalizado de hoje: uma parcela incluída, uma outra excluída, com características semelhantes, independente de onde estejam localizadas. O traço comum da parcela incluída é, portanto, o consumismo, enquanto o da excluída é a fome e a miséria. O *lap-top* do brasileiro, ou do namibiano é semelhante, quase sempre da mesma marca, do utilizado pelo americano, pelo inglês ou pelo francês. A fome é também, igual, em qualquer um desses mesmos Países. O que distingue esse ou aquele grupo, portanto, é a inclusão, ou não, no acesso a mercadorias e serviços. A exclusão social não é uma característica de um País, em particular. Há uma escala mundial no mundo dos excluídos.

Essa exclusão, em escala internacional, cria um tipo, ainda mais doloroso, de exclusão local. É que a população incluída construiu verdadeiros muros, a separá-la de seus semelhantes excluídos. Muros reais e virtuais. Reais, como o que separa os Estados Unidos do México. Ou,

como o que tenta impedir os palestinos de terem o seu próprio território. Ou o que se quer construir na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ou, quem sabe, o que se imaginou erguer, para isolar a maior favela do Rio de Janeiro, da orla de suas praias mais famosas. Quem negaria que é esse o mesmo propósito da instalação dos condomínios, nas grandes cidades? Fecham-nos de muros altos, longe do alcance, nem mesmo da visão, de quem está fora. Criam-se novas ilhas de sossego e de segurança. Instituem-se governos paralelos. Criam-se leis próprias. Um estado paralelo, à revelia do Estado legal. Tudo em nome da segurança. Tudo em razão da presença, cada vez mais precária, do Estado legal.

Essa substituição do Estado legal, por um paralelo, local, de interesses de grupos, não é exclusividade da população incluída. A sua ausência cria, também, governos paralelos nas localidades e entre as populações mais pobres. No caso, com características mais preocupantes, porque a maior fragilidade dessas populações incentiva o poder do narcotráfico, da milícia ilegal e de outros grupos igualmente sub-reptícios.

Há, ainda, outros muros disfarçados em vidros de automóveis, em grades, em circuitos internos de segurança, verdadeiros “big-brothers” do dia-a-dia, onde se confinam grupos de vizinhança nos prédios, de estudantes nas escolas, ou de trabalhadores, nos locais de trabalho. Igualmente, em nome da segurança.

Mas, o muro mais vergonhoso é o virtual. É o que separa corações e mentes. Chame-se isso de racismo, de discriminação, de segregação, ou de outro nome qualquer. Por

exemplo, é o que manda prender o pobre e o negro por delitos menores, enquanto inocenta o rico, muitas vezes o elege, embora com flagrantes de grandes falcatruas. É o que vê no excluído um ser menor, muitas vezes desprezível. É a *apartheid* social, aqui, ou em qualquer outro lugar do planeta.

Enfim, há uma grande divisão, hoje, entre dois grandes grupos sociais: de um lado, quem ultrapassou as divisas do mundo do mercado, de outro, quem ficou fora de seus muros.

É aí que reside, nos dias atuais, o maior problema do planeta, gerador de diferentes tipos de conflito: os valores do mercado nem sempre se regem pelo pudor. Ao contrário, eles se fundamentam pela competição. E, como se sabe, competir é sinônimo de disputar, ou rivalizar. O homem criou, portanto, com a globalização, um mundo de competição, de disputa, de rivalização.

A globalização deu origem a uma espécie de gladiador dos novos tempos. As arenas modernas são os vestibulares, o mercado de trabalho, o mundo digital, a concorrência comercial, os concursos com todos os tipos e características: pela vaga na escola, pelo emprego, pela beleza e tantos outros. Pior: pela vaga no hospital, pelo remédio, pela vida, enfim.

Esse mundo de competição gerou novos conhecimentos, tecnologias de ponta e, não há como negar, melhor qualidade de vida para a parte “incluída”. Carros, redes de comunicação, computadores de última geração. Mas, não se pode negar que, por outro lado, destruiu valores fundamentais do comportamento humano. Gerou privi-

légios. E, privilégio, segundo os melhores dicionários, é uma “vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”. Incentiva o ter, no lugar do ser. Exclui. Gera fome e miséria. Mata e fere.

Esse mesmo mundo de exclusão incentivou o individualismo, no lugar do coletivo. O consumismo, no lugar dos valores interiores. A esperteza, no lugar da ética. O “mundo dos espertos” tomou o lugar da seriedade, da honestidade, da ética e dos então chamados “bons costumes”. Há, sempre, que se “levar vantagem” em tudo, mesmo que em detrimento dos mais nobres sentimentos do semelhante. A falta de pudor criou um vácuo, no qual se sepultou a solidariedade.

O homem passou a ser “um, na multidão”. Muitas vezes, coberto por sentimentos paranóicos, de que há alguém a persegui-lo. Tudo isso, porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém, no lugar dele. Sai de cena a figura do semelhante, e dá lugar a imagem do concorrente. O resultado disso tudo é o que já se chamou de “esgarçamento do tecido social”, cujas previsões, sombrias, dão conta de um verdadeiro caos social.

Não importa se esse mesmo homem mora no Brasil, na Alemanha, na Inglaterra ou na França. Ou na Bélgica ou na Índia. Ou, mesmo, em Benin, em Zâmbia ou na Namíbia. Ele sempre será uma espécie de contemporâneo e conterrâneo de alguém que também resida em qualquer desses Países, desde que se submetam, igualmente, às leis de mercado. Ele terá dificuldades, por exemplo, de manter

o seu “passaporte”, se não falar inglês, ou se não conhecer, minimamente, a linguagem digital, se não navegar pela internet, se não acompanhar a cotação do dólar, se não se vestir segundo a moda ditada pela televisão, se não estiver de acordo com as tendências do mercado. Quem sabe, se não conhecer, ainda, Nova Iorque. Existe, aí, portanto, uma contradição: ele tem de parecer igual a todos os incluídos, ao mesmo tempo em que tem de se mostrar, na competição do dia-a-dia, um diferente, sempre melhor, com “cara” de empreendedor, sob pena de ser, também, mais um excluído. Tem de estar conectado no mundo, mas vive sozinho, entre quatro paredes. O seu padrão social é ditado pela TV e, principalmente, pela internet. Ele é um ermitão, conectado com a multidão.

Esse País-mercado invadiu todos os demais, numa guerra virtual. Quando se tenta impedir essa mesma invasão virtual, os senhores do poder apelam para a guerra real, para as invasões com mísseis de última geração. Defendem seus interesses, disfarçados em falsos discursos, “em nome da democracia” e, sem medo do pecado, “em nome de Deus”. Invasão virtual, ou guerra real, igualmente, deixam vítimas. Na invasão virtual, mortes veladas, escamoteadas nas estatísticas da fome e da miséria. Na invasão real, mortes reveladas, para demonstrar o poderio dos mandantes. Em ambos os casos, mudam-se as formas, mas são os mesmos os objetivos: o poder e a ganância, mesmo que tomando santos nomes em vão. Fala-se em democracia, para ter o petróleo e o poder. Fala-se em Deus, para garantir o mercado e a ganância.

Uma das maiores vítimas dessa globalização é a soberania. Cai por terra o civismo, o patriotismo que se aprende na escola. A globalização não leva em conta a idéia de Nação, Pátria, País. Não há fronteiras para o mercado globalizado. Desmontam-se e demonizam-se Estados-nações, derrubam-se governos, atacam-se moedas, desrespeitam-se símbolos nacionais. Privatização, endividamento, sucateamento de exércitos nacionais, desmoralização da representação política local, imposição de costumes alienígenas, usurpação do conhecimento, tudo isso fundamenta as bases para ataques virtuais ou reais à soberania das nações. E para subtrair a “riqueza das nações”.

Esses fundamentos da globalização não se construíram como num passe de mágica. Ao contrário, eles se desenvolveram nos organismos financeiros internacionais, nas universidades do mundo desenvolvido e nos principais gabinetes do poder. Quem não se lembra das missões internacionais do FMI, do Banco Mundial e do BID, com suas “pastas pretas”, recheadas de cobranças e de receituários para Países e populações pobres, verdadeiras cartilhas políticas para os governantes locais? Quem não se lembra da grande discussão sobre o chamado pensamento único, uma espécie de lavagem cerebral nas melhores cabeças de todo o planeta, por meio de teorias que, posteriormente, seriam colocadas em prática, não importa o nome e a localização do País? Quem não se lembra dos famosos “consensos”, como o de Washington, com sua pregação privatista e destruidora de estados nacionais? Quem não se lembra do “Estado-mínimo”, pregação contraditória dos “Estados-máximos”?

É evidente que não se trata, em princípio, de qualquer idéia de contra-ataque, imediato, a esse País-mercado. Seria em vão. Como, por exemplo, mudar, de pronto, corações e mentes dando conta de que produzir pão é mais importante que canhão? Ou o feijão, no lugar do míssil? Como, hoje, difundir a idéia de que as mais belas, e mais caras, embalagens encarecem o produto, se elas se tornaram, de fato, instrumentos de concorrência? Como fazer entender que moda é, muito mais, manipulação do que estilo? Como dissuadir a indústria bélica de sua produção de dor e de morte?

É evidente, também, que não se quer eliminar a idéia de supérfluo. O que se deseja é redistribuir o necessário. Que se propague uma luz no “lado escuro do mundo”. Não tenho esperança, porém, que esse venha a ser um “programa de governo” do País-mercado. Esse país trabalha com escalas de produção que permitam maiores lucros, como se depreende em suas mais básicas publicações de economia. No Brasil, por exemplo, se é verdade que a “parte incluída” da população soma cinquenta milhões, significa um mercado-consumidor cativo equivalente a quase uma Argentina e meia! Há, ainda, outros quase oitenta milhões, que poderiam ser considerados “emergentes”.

Mas, o que esse mesmo mercado estaria imaginando para os cinquenta milhões considerados “no escuro?”. Como potencial, ou como fardo? Que perspectivas teriam, esses mesmos cinquenta milhões, hoje pobres e miseráveis, de migrarem para o País-mercado? Qual o pa-

pel do Estado, ainda que desmontado por políticas ditas liberais, para esse grande País de excluídos? “Bolsas”, de todos os tipos? “Cestas básicas”? Políticas compensatórias ou degraus para galgar as portas do mercado?

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido. O consolo é que, parece, trata-se de um caminho de volta. E, os caminhos de volta são, por definição, conhecidos. Já se passou por ele, algum dia, algum tempo. É história vivida.

Em primeiro lugar, há de se resgatar valores. O ser humano não pode ser, meramente, um objeto de vitrines. Ele não pode ser visto, tão-somente, como consumidor em potencial, sob pena de exclusão. Neste caso, não vejo alternativa, senão uma volta ao passado. Restabelecer as relações de amizade, de vizinhança, de religião, de trabalho, de escola e de família. Incentivar os eventos coletivos, onde possam ser discutidos os destinos da humanidade. Rever currículos, criar instrumentos legais incentivadores de atividades cooperativas, buscar ações que permitam reverter as migrações internas que incharam cidades e potencializaram os efeitos da exclusão social, como o desemprego, o analfabetismo e a violência. Mapear e potencializar experiências bem-sucedidas de trabalho voluntário. Resgatar o verdadeiro sentido de comunidade. E, quem sabe, o significado de felicidade.

Há de se resgatar, também, o chamado Estado-Nação, enquanto representante dos interesses coletivos, e que leva em conta a história, a geografia e a cultura de um povo. Quanto mais fortes os sinais da globalização, mais

importante o papel do Estado. O que se viu, nos últimos tempos, é um estado privatizado, controlado por interesses privados e longe das necessidades coletivas, principalmente da porção excluída da população.

No caso brasileiro, por exemplo, estarão prontas as bases para um plano de desenvolvimento verdadeiramente nacional, não um mero apanhado de medidas, quase sempre desconexas, viabilizadoras, unicamente, dos interesses mercantilistas. Um plano legítimo porque concebido a partir das reais necessidades e dos interesses da população como um todo, e não sob pressão única de grupos que objetivam o benefício individual, em detrimento do coletivo. O Brasil, pela sua riqueza natural, é, e sempre será, o território mais que cobiçado pelos interesses do mercado globalizado. Por enquanto, é por meio da guerra virtual. Se necessário, o será pela guerra real.

Quem sabe, então, estejamos no melhor dos momentos para reconstruir um só Brasil, com suas etnias, sua cultura, sua história e sua geografia? Quem sabe, também, um planeta com divisões geográficas demarcadas pela história de seus povos, cujas fronteiras sejam invadidas, aí sim, por sentimentos de humanidade, de respeito às diferenças e, sobretudo, pelos direitos mais fundamentais de todos os seus cidadãos? Nem “Belíndia”, nem “Alemâmbia”, nem “Inglamíbia”. A globalização, sim, porém não a que provoque a exclusão social, mas a que promova a inclusão de todos os seres humanos no seu sagrado direito à cidadania, à democracia e à soberania. À vida, enfim, na sua plenitude.

44. O BRASIL NO MAPA DO LUXO

O jornal *Folha de S. Paulo*, em duas edições dominicais seguidas, trouxe, no seu caderno “Ilustrada”, coluna da jornalista Mônica Bérghamo, uma prova mais que fiel do que eu tenho falado, reiteradamente, sobre os “dois Brasis”. A primeira matéria, sob o título “O mapa do luxo”, mostra o quanto a camada mais rica da população brasileira se dispõe a pagar pelo consumo, considerado pela grande maioria, supérfluo. Na segunda matéria, a coluna estampa quanto ganham os prestadores de serviços pessoais, para complementar as regalias desse mesmo grupo de brasileiros, que se colocam no topo da nossa coluna social. Na verdade, são faces iguais de uma mesma moeda, que nos coloca no rodapé do quadro de distribuição de renda de todo o planeta.

É um mercado que tem, como consumidores potenciais, apenas cinco mil famílias brasileiras, que possuem um patrimônio equivalente a quase a metade do nosso Produto Interno Bruto. Repito: cinco mil famílias, num total de mais de 188 milhões de brasileiros, são donas de um patrimônio equivalente a quase a metade do valor do nosso PIB. Muitos destes brasileiros aquinhoados, é bem verdade, são avessos à ostentação. Mas, isso não melhora as nossas estatísticas de distribuição de renda. O que as

matérias estampam é a parcela que tem, e que gosta de mostrar que tem. Com isso, essas pessoas tornam, ainda mais evidentes, os nossos contrastes.

O estoque de bolsas, de uma grife famosa, foi todo vendido, sem descansar na prateleira de uma loja de Recife. Preço de cada peça: R\$7 mil. Isso porque, segundo o gerente da loja, as consumidoras foram ao estabelecimento comercial “para comprar, apenas, uma blusa básica”, e aproveitaram para adquirir um acessório que melhor combinasse com o novo traje. Essa tal blusa básica custou o “precinho”, também básico, de dois mil e seiscentos reais. Somadas, a blusa “básica” e a bolsa “de grife”, cerca de dez mil reais. Quase dois anos e meio de trabalho de um brasileiro de salário mínimo. E vejam que ainda são milhões os trabalhadores do País que ganham menos de um salário mínimo! Uma blusa, básica, e uma bolsa pelo equivalente ao que ganha, cada um deles, em quase dois anos e meio de trabalho!

Isso, sem contar que também são milhões os que recebem até meio salário mínimo. Teriam de trabalhar, portanto, o dobro: cinco anos para vestir a tal blusa, ao mesmo tempo em que usar a tal bolsa. Meia década! Trabalhar de hoje, até maio de 2013! E olhem, também, que, segundo o mesmo gerente, tem cliente que, numa única compra, chega a gastar R\$50 mil. Quem sabe, mais uma calça, igualmente básica, e um blusão, este de grife, para o inverno, que o tal aquecimento global cuidou de tornar, assim, não tão frio. Aí, aquele nosso mesmo trabalhador teria de trabalhar até 2033. Vinte e cinco anos. Mais que

uma maioria, por um blusão e uma bolsa de grife, e uma calça e uma blusa básicas.

E, vejam, outra vez, é um vendedor de uma loja de Recife, e não da “Oscar Freire”, de São Paulo. Uma região, portanto, com médias salariais piores que os índices nacionais. Quem sabe se poderia dizer que uma única compra equivale a tudo o que ganha um brasileiro nordestino, durante toda a sua vida. Isso sem contar que, todos os trabalhadores das nossas simulações, juntamente com as respectivas famílias, teriam de deixar de comer, de vestir, de comprar o remédio ou qualquer outro bem ou serviço que lhe seja vital, durante todo período estimado. Ou, neste último caso, durante toda a vida.

E, vejam, ainda mais outra vez: segundo a jornalista, “se tem um setor que não precisa de um Projeto de Aceleração do Crescimento é o do consumo de alto luxo”. Diz ela: “O País cresceu 3,7%, certo? Pois o mercado de luxo explodiu: cresceu 32% no ano passado. Se, em 2005, o faturamento das empresas do ramo foi de US\$2,9 bilhões, em 2006 ele saltou para US\$3,9 bilhões. Em termos reais, desconsiderada a inflação, o crescimento foi de 17%”.

Uma semana depois, uma nova publicação com matéria sobre quem ganha prestando serviços, quem sabe para essas mesmas famílias abastadas. Obviamente, também uma pequena parcela, dentro da categoria de trabalhadores que representam. Caso contrário, não teríamos tamanha disparidade de distribuição de renda. São cabeleireiros, manicures, *personal trainers*, decoradores, médi-

cos, dentistas e, obviamente, psicanalistas e psiquiatras. A eles, se somam renomes, que usufruem o conhecimento e a fama, em palestras remuneradas a preço de ouro, para platéias igualmente seletas.

Mas, como já disse que se tratam de mesmos lados de uma mesma moeda, os exemplos servem, também, para ilustrar não o que ganham esses profissionais bem remunerados, mas a existência, igualmente, de uma camada da população capaz de pagar valores tão acima da média. É o caso de um “aplique” no cabelo, trabalho de cinco minutos, por R\$3 mil. Ou, os R\$600 por hora, para melhor acomodar os móveis de uma sala. Ou, ainda, os R\$1 mil da consulta médica, que não pode durar mais que 40 minutos. Mais de três meses de sol-a-sol do trabalhador de salário mínimo, que mal tem o SUS, por alguns minutos, ou segundos, de uma consulta médica. E, tanto ele, o médico, como o psiquiatra, têm agenda cheia. Segundo a matéria, uma palestra de um ex-Presidente da República do Brasil custa, por minuto, R\$1.416. Mais de quatro meses de trabalho do mesmo trabalhador assalariado. Para manter a coerência das comparações anteriores, oito meses de um dos milhões de brasileiros que ganham meio salário mínimo! Trabalho suado, de janeiro a agosto, por minuto de palestra, certamente num ambiente com ar-condicionado.

É evidente que não se quer, com essas comparações, concluir por uma eventual guerra ao supérfluo. Não é esse, evidentemente, o caminho. O que eu pretendo é mostrar os dois lados da moeda, ou, mais ainda, o outro

lado dessa mesma moeda. Que há dois Brasis, como eu tenho enfatizado. Mais do que isso, são comparações que ilustram a urgência de melhor distribuir o necessário. O Brasil, como nação democrática, não pode continuar com tamanhas disparidades de distribuição de renda. E, como elas existem, como bem demonstrado na matéria da jornalista Mônica Bérghamo, é preciso discutir se as nossas ações estão seguindo o caminho da distribuição do necessário, ou da potencialização do supérfluo. Isto é, enquanto formuladores de política pública, se estamos contribuindo para diminuir a distância entre as tais cinco mil famílias e o restante do País, ou se, ao contrário, as nossas ações estão tornando, ainda mais, distantes essas diferenças que nos colocam na parte inferior dos índices de distribuição de renda de todo o planeta.

No Brasil, há algo assim como uma imensa mesa de refeições. Grande não pelo número de convidados, mas pela quantidade, e pela variedade, da comida. Quem se senta ao redor dessa mesa, pode saciar-se à vontade. É bem verdade que, para que todos os alimentos chegassem até ali, muitos empregos foram gerados, na produção, no transporte e na elaboração dos diferentes pratos. Empregos que geraram renda e que propiciaram outras mesas, ainda que muito mais singelas. Mas, muitos, milhões, não têm acesso, hoje, a nenhum desses dois tipos de refeição. Eles têm que se contentar com as sobras, desde que elas existam. Desde que os convivas e os que propiciaram as tais refeições não consumam tudo o que foi preparado. De um lado, uma grande festa. No meio, os que ainda conseguem, mesmo que indiretamente, tirar algum pro-

veito do evento. Do outro, os que não foram chamados, nem escolhidos. É assim a exclusão social no Brasil e no mundo.

Já disse, mais de uma vez, que tanto a inclusão, como a exclusão social, estão globalizadas. O rico brasileiro em nada difere do abastado de qualquer País do mundo. Igualmente a miséria. A dor da fome não tem sotaques. Tem a mesma língua, aqui, ou em qualquer esquina, ou sarjeta do planeta. Já disse, também, que essa mesma globalização fez surgir uma espécie de País único, cujas regras são determinadas pelo mercado. São incluídos os que conseguem ultrapassar as suas fronteiras. São excluídos, obviamente, os que ficam aquém dos seus muros. Ou, em outras palavras, a tal festa é universal. Com gente convidada, gente que prepara o evento e gente à espera das sobras.

O que importa, aqui, é reforçar a minha convicção de que não será o mercado que irá, com suas leis, seus interesses, e seus atores, capitanear uma diminuição das nossas disparidades regionais e pessoais de distribuição de renda. Ao contrário. Não é da sua lógica. Não é à toa que a venda de supérfluos tenha crescido tão significativamente. Nem é por acaso que tenhamos tantos excluídos. É a lógica do lucro que, nem sempre, tem pudores. O mercado vai onde o comprador está. E, comprador é aquele que tem renda! É aquele que conseguiu convite para a festa. Os demais, pouco importa, se eles não têm o passaporte, que é o dinheiro, para ultrapassar os tais muros! Ou para comprar o ingresso.

E, aí, é que ganha importância crucial o papel do Estado. Das políticas públicas. O mercado tende para o individual. Seletivo. O Estado é, por definição, coletivo. De todos! É por isso que, hoje, estampadas tamanhas diferenças entre incluídos e excluídos, é preciso que discutamos, com profundidade, o papel do Estado brasileiro. E, óbvia e conseqüentemente, as políticas de governo. Legislação e execução. O nosso papel, enquanto legisladores, inclusive. O Senado, por exemplo, representa todos os estados brasileiros. Todos os brasileiros. Mas, se existe tamanha diferença entre conterrâneos, os incluídos e os excluídos, é porque ainda há muito o que fazer para que as políticas públicas, que passam pelo Congresso, seja por meio das leis que discutimos e votamos seja, por meio do Orçamento da União, igualmente votado e que define prioridades de governo, portanto das funções do Estado, sejam para todos os brasileiros, e não somente para aqueles que, além do necessário, já alcançaram os patamares do supérfluo.

É preciso saber que País desejamos para nós e, principalmente, para os nossos filhos. Por exemplo, se não queremos mais conviver com tamanha fome e miséria, o dinheiro público destacado para esse fim não pode ser colocado, unicamente, nas contas do passivo. A conta nada mais é do que a prioridade que a ela se atribui. Se for assim, parece significar que os brasileiros famintos são, para nós, um passivo. Essa concepção, perversa, não pode prevalecer! Se a solução for subsidiar a agricultura, para que ela produza os alimentos necessários para saciar a fome, e para dar emprego, dignidade e cidadania para os brasi-

leiros que hoje estão à margem, que se decida, e que se cumpra a decisão. E que a população brasileira, como um todo, tenha consciência disso, inclusive que essa mesma decisão envolve custos. São custos que trarão, para todos nós, enquanto nação, os benefícios que almejamos, como ativo e não, unicamente, como se tenta mostrar hoje, um passivo, um peso.

Se a prioridade é o mercado interno, os recursos públicos devem ser carreados neste sentido! Se a pequena empresa é a que mais emprega, que se defina linhas de crédito especiais para que ela se instale e, mais do que isso e também diferente de hoje, se mantenha. Se a construção civil igualmente é intensiva de mão-de-obra, e se temos tamanhos contingentes de desempregados, por que não providenciar políticas que suportem aumentos mais significativos de produção neste segmento? Se as habilidades do povo brasileiro são, historicamente, rurais, e se as cidades incharam com as migrações rural-urbanas, por que não colocar recursos suficientes para potencializar a produção agrícola como um todo?

Tudo isso indica que, ao não ser contra o supérfluo, e saber que esse mesmo supérfluo pode se sustentar nesse imenso País chamado mercado, creio que é imperioso que o Estado se volte, hoje, prioritariamente, para a imensa maioria que pode, com os instrumentos necessários, ultrapassar os muros da inclusão. Não há que se ter, somente, políticas compensatórias, ou, pior ainda, deixar que a míngua se encarregue de excluir, definitivamente, os que já se encontram fora deste mesmo mundo. Não se

trata, apenas, de sentimentos de humanidade, de solidariedade, ou, pior ainda, de pena ou dó. É um direito de cidadania!

Portanto, antes de imaginarmos qualquer solução de políticas públicas, seja no Congresso Nacional, elaborando instrumentos legais, ou no Executivo, colocando as propostas em prática, é preciso, hoje, uma mudança de consciências. Há que se ter em mente que o País tem mais de 188 milhões de brasileiros, e não cinco mil famílias abastadas, ou qualquer outro número menor que aquele. E que o Governo tem de exercer a sua função em nome, e para, os mais de 188 milhões, para que todos sejam, efetivamente, cidadãos. Que esses mesmos mais de 188 milhões sejam sujeitos da história do Brasil, e não apenas objeto. Que sejam, todos, igualmente convidados para a grande mesa de refeições.

É preciso, também, mesmo que não se pensando, necessariamente, em mudanças drásticas de sistema político, ter consciência de que o mercado, por si só, é incapaz de incluir imensas camadas da população. E que a história mostra que não serão as políticas compensatórias capazes de incluir essa mesma população no mercado globalizado. Isso é, por definição e por necessidade, papel do Estado.

O que temos assistido, na realidade, é o contrário dessas formulações. Há um discurso, o das políticas sociais. Mas, há uma prática, fundada numa consciência, quase um pensamento único, no sentido de que o Estado deva se preocupar, prioritariamente, quase que

com exclusividade, em viabilizar o mercado. Em providenciar a comida para os convidados seletivos. É neste sentido que caminham, quase que com único propósito, os formuladores de política, a imprensa e parte da população formadora de opinião. Isso não ocorre à toa. Há uma propaganda, direta ou subliminar, no sentido de que cabe ao Estado, apenas, o cardápio e os convites seletivos. Algo assim como se a prioridade fosse aumentar a quantidade de comida, para que se incrementem, como decorrência, as sobras!

Enquanto não mudar essa concepção, ou esses fundamentos, não se alterarão os quadros da nossa realidade discriminadora. Repito: o Brasil tem mais de 188 milhões de brasileiros e nenhum deles pode ser considerado, por princípio, um passivo, um “pária”, um cidadão de segunda categoria, um objeto na nossa história. Pode, até, ser que, muitos de nós, nem mesmo tenhamos parado, um dia, para refletir sobre uma possível concepção discriminadora. E, inadvertidamente, ao contrário do que queremos, estejamos, de fato, caminhando na direção oposta! Se for assim, pouco, ou nada, vão adiantar tantas leis e tantos pacotes de política, se eles alimentarem o contrário do que, eventualmente, se colocam na formulação dos objetivos.

Eu tenho reiterado a idéia da necessidade de mudança de valores e de referências. Isso não significa que tal transformação tenha que acontecer, apenas, na consciência daqueles que, hoje, se encontram no mundo do crime. Essa mudança tem que ser de todos nós. É que o mercado

também nos impeliu certos dogmas nos quais, nós, infelizmente, passamos a acreditar como verdade absoluta. Nós, formuladores de política a partir dos anseios da população, temos que refletir, com profundidade, sobre a nossa realidade e os melhores caminhos para um País verdadeiramente soberano, democrático e cidadão. Como otimista convicto, acho que vivemos o melhor momento para aprofundar essa discussão. Um único País, não importa se poucos alcancem o supérfluo, mas que todos tenham, pelo menos, o necessário.

45. A COMOÇÃO, A INDIGNAÇÃO E A FRUSTRAÇÃO: COM A PALAVRA, OS JOVENS

A sociedade brasileira nunca, em outro tempo, envolveu-se tanto em sentimentos de comoção e de indignação, como nos dias de hoje. De repente, parece que, todos nós, fomos chamados a participar de uma minissérie da vida real, como protagonistas de uma história de barbárie, no capítulo de maior audiência, aquele no qual, infelizmente, tudo indica, atingimos o tão temido “fundo do poço”.

É por isso que, neste espaço, eu me dirijo, especialmente, aos jovens. E falo dos jovens, não mais como geração do futuro, mas como pivôs da história, a mesma história que será vivida, intensamente, por eles e pelas gerações que virão.

Eu não diria, evidentemente, que perdi a esperança na minha geração. Eu acho, entretanto, que nós, maduros pelo tempo, já demonstramos algum sinal de fadiga. Quem sabe, “fadiga do imaterial”. Continuamos na luta, porque a nossa experiência se abastece da energia da juventude. Bem que gostaríamos de deixar, para as gerações que virão, um País menos desigual e mais rico em referências. Mas, pelo menos, a nossa luta, inclusive com a própria vida dos que tombaram nesta travessia de suor, de lágrimas, de espinhos e de chumbo, devolveu, à geração que hoje engatinha, a liberdade que nos foi roubada

numa noite escura na qual, a maioria de nós, semeava os mesmos sonhos de liberdade que hoje todos nós, de qualquer idade, colhemos.

Eu tenho certeza de que, em nenhum outro momento da nossa história, mostrou-se tão necessário unir experiência e vigor. A experiência de quem construiu os alicerces, e o vigor de quem erguerá as paredes da nossa construção histórica.

Na verdade, eu acho que não perdemos, na intensidade que parece, os melhores valores. Tenho provas disto quando encontro, e converso, com os jovens de hoje. O que eu sinto é que estes mesmos valores não têm sido disseminados, nem acatados, como devido. Acho que passamos, muito bem, pela fase do diagnóstico. A realidade já nos é conhecida, o necessário. Mas, ainda, não conseguimos alcançar a melhor estratégia de multiplicar esses mesmos valores, o suficiente.

Eu temo, como já disse tantas vezes, pela glamourização da barbárie. A família, a escola e a Igreja, antes fontes inspiradoras dos valores mais fundamentais para a formação do caráter, perderam, conjuntamente, lugar para a televisão e para o monitor. O grande círculo de discussão, capitaneado por pais, mestres e pastores, de todos os credos, transformou-se num semicírculo do silêncio, quebrado, apenas, pela voz do locutor, ou do ator. Uma valorização absoluta da audição, no lugar do diálogo. Que muito informa, mas que pouco forma.

Hoje, a criança passa mais tempo em frente à televisão, do que na escola. O jovem se encanta, muito mais,

pelas salas de internet do que pelas salas de aula. O ser humano, no seu melhor período de formação, tornou-se “plugado” no mundo, ao mesmo tempo em que se auto-encarcera entre quatro paredes. Desenvolveu linguagens novas e frias, confia suas emoções, ou a falta delas, a quem não conhece, nem corpo, nem alma. Tornou-se um solitário, na multidão.

Eu passei muito tempo sem conseguir a melhor explicação do porquê da glamourização da barbárie. Entre o noticiário e a novela, não sabia o que é causa, e o que é consequência. Seria a realidade que influencia a ficção, ou o contrário?

Aguinaldo Silva, o autor da novela sintomaticamente chamada “Duas Caras”, disse, textualmente: “Nós, que trabalhamos em televisão, sabemos: bons sentimentos não dão audiência”. Sílvio de Abreu, outro dramaturgo global, já havia afirmado que, entre o mocinho e o bandido, a população fica com o vilão.

Eu, sinceramente, custo a acreditar nesta tese, apesar destas afirmações serem baseadas em supostas pesquisas qualitativas. Se eu sair perguntando para a população, em todos os lugares, a sua opção entre o bem e o mal, acho que vai ser daquelas pesquisas esdrúxulas, da qual se sabe o resultado *a priori*, e não admitimos que seja diferente da unanimidade.

Mas, acontece que, em muitas situações, embora acredite e, mesmo, pregue o contrário, a população percebe que, nesta verdadeira selva em que se transformaram as relações, os bons estão perdendo espaços. A competi-

ção sadia deu lugar à concorrência fratricida. O meu próximo já não é, necessariamente, um semelhante, mas um concorrente. Pela fila no hospital, pela vaga na escola e no trabalho, pela vida, enfim. O que vale é a lei de Gerson, segundo a qual se tem que levar vantagem em tudo.

O ser humano é, cada vez menos, um cidadão, e, cada vez mais, um consumidor. O verbo “ser” perdeu, com rapidez deplorável, o lugar para o “ter”. Ou, quem sabe, o verbo “ser” tenha modificado o seu significado. Agora, eu não sou pelo que sou, pelo que represento como cidadão, mas pelo que tenho, enquanto consumidor. Sou, na verdade, não o que sou, mas o que aparento ser.

E, aí, ergueu-se uma barreira, que separa quem tem, e quem não tem, condições de comprar, de consumir. Mas, também aí, não se trata de adquirir o alimento, o básico, o necessário, mas o supérfluo.

Há um apelo mordaz pelo uso do tênis da moda, pela roupa de grife, pelo carro mais possante, pela jóia mais cintilante, pelo *status*. Até mesmo a moda, que deixou de ser um estilo, para se tornar uma manipulação.

Os que ficam de fora, do outro lado desta barreira tentam, de qualquer maneira, obter o seu passaporte. Nem que seja por meio do crime. Se não há os melhores valores, por que o suor, de sol a sol, o que é possível conseguir, pelo cano do revólver, em um pequeno lapso de tempo? Se morrer, de que vale a vida? Se matar, nada lhe valia aquela vida roubada. Aprende-se, no real, que os meios justificam os fins e, na ficção, que o herói é aquele que mais rouba, que mais fere, que mais mata.

De repente, o discurso sobre valores outrora moldados na família, na escola e na Igreja, que parecia ultrapassado e folclorizado, ganha força. Infelizmente, depois de tragédias humanas. De comoções e de indignações.

Mártires como o menino João Hélio e a menina Isabella, tudo indica, apesar de tamanha dor, não tiveram suas vidas ceifadas em vão. É nestes momentos que a emoção aguça a razão.

O que deu errado no projeto do homem?

“Para onde viemos”, muito mais do que “onde vamos chegar”?

Como voltar, e retomar o melhor caminho?

Nunca, como agora, os especialistas em comportamento humano revisaram tanto pontos de vista que pareciam longe no tempo. Ultrapassados. “Jurássicos”. Na *Véja*, por exemplo, um psicanalista francês, considerado dos melhores dos nossos tempos, é enfático: “Assistimos, hoje, a um acontecimento que talvez não tenha precedentes na história, que é a dissolução do grupo familiar. Pela primeira vez, a instituição familiar está desaparecendo, e as conseqüências são imprevisíveis”.

Quem sabe não previsível, ainda, ou por enquanto, na França. Aqui, basta ligar a televisão, em qualquer hora, em qualquer canal.

No ano passado, nesta mesma época, o personagem principal do nosso semicírculo era o menino João Hélio. Ali, tínhamos dois lados muito bem definidos: os pais, impotentes frente à barbárie, e os bandidos, insensíveis a ela. Nunca se viu tamanha comoção. Neste ano, a Isa-

bella. Só que, embora semelhante na tragédia humana, parece que, neste último caso, os dois lados se confundem. A mãe do João Hélio lutou para proteger o filho das garras do bandido. Não conseguiu. Tudo indica, se as perícias não estiverem falhas, que a Isabella lutou para se livrar, exatamente, de quem deveria dar-lhe proteção. Não conseguiu. À emoção se somou a indignação.

O pior é que os casos do João Hélio e da Isabella são, apenas, emblemáticos para os nossos sentimentos de comoção e de indignação. A cada dez horas, uma criança é assassinada, no País. Uma parcela significativa que algumas pesquisas dizem ser maioria vítimas de alguém da própria família. Nunca tantos, como agora, preferiram que tudo fosse ficção. Mas, não é. A realidade invadiu as nossas salas, e nós preferíamos que o mocinho não fosse o vilão.

Nestes casos citados, a polícia agiu prontamente. Havia um apelo popular, turbinado por esses sentimentos, o de comoção e o de indignação, que são muito mais que uma rima. Mas, o que se dirá, por exemplo, do menino Jefferson, quase escondido numa página de um caderno sintomaticamente chamado “cotidiano” de um jornal? Ele tinha 11 anos, muito pouco para o tamanho dos seus sonhos, abortados por tiros certos, na porta do barraco onde morava. Um barraco num beco qualquer, quem sabe sem, nem mesmo, janelas e redes de proteção.

Jefferson, ou “tartaruga”, como ele era conhecido pelos amiguinhos, era preto e pobre. Ele, e tantos outros que

nem viraram notícia de jornal, tomara que façam parte, pelo menos, da nossa comoção e nossa indignação. Sentimentos agora ampliados pelo caso da menina Isabella.

Volto a perguntar: o que é que deu errado no projeto do homem?

Em primeiro lugar, eu acho que se mantivemos, embora tamanhas pressões contrárias, os nossos mais dignos valores, não posso dizer o mesmo sobre as nossas melhores referências. Em todos os segmentos da nossa realidade, quebraram-se os espelhos que refletiam a nossa melhor imagem. Não se construíram outros personagens a partir dos quais referenciávamos os nossos projetos de vida. E eu não conheço momento na história, sem que tivéssemos uma referência a ser seguida. Que abriu as águas turbulentas, como Moisés, e seu cajado. Ou, as que “espalhou esperança e transformou sal em mel”, como Teotônio, e sua bengala.

Na Igreja, com Dom Helder, Dom Aloísio, Dom Ivo...

Na política, com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Ramez Tebet, Chico Pinto, Artur da Távola, Jefferson Peres...

Na Academia, com Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Florestan Fernandes...

Nas demais representações civis, com Barbosa Lima Sobrinho, na ABI; Raymundo Faoro, na OAB...

Tantos outros, em todos os campos, como Sobral Pinto, Betinho...

Também posso incluir, aqui, aqueles que permanecem, felizmente, no nosso plano de vida, mas que, igualmente, não perderam a esperança, embora demonstrem, até mesmo no silêncio obsequioso, sinais de fadiga.

Eu procuro, em tão diferentes campos, algo que seja comum em todos estes nomes que construíram, e que ainda constroem, os nossos sonhos e as nossas utopias. Que não se contentaram em viver a história, nem em contá-la: decidiram construí-la. Aí, eu não tenho qualquer dúvida: todos eles, em todos os segmentos, alinhavaram as suas condutas pela coerência e, principalmente, pela ética.

Então, na nossa história mais recente, eu acho que podemos acrescentar um outro sentimento à nossa comoção e à nossa indignação: a frustração. Quem sabe, em muitos casos, a terceira, como causa das duas primeiras. Ou seria conseqüência?

Depositamos as nossas melhores expectativas nas novas referências que se construíram nestes últimos tempos. Mas, elas, infelizmente, não pautaram as suas condutas pela coerência e, muito menos, pela ética.

Portanto, se desejarmos uma outra realidade, a do “ser”, e se quisermos manter os nossos valores mais preciosos, é preciso, urgentemente, que recuperemos estes dois princípios básicos e fundamentais: a coerência e a ética. Principalmente daqueles que são escolhidos para dirigir os nossos destinos, ou que são pagos para projetá-los.

Como formar o caráter das gerações do futuro, se a família que deveria proteger, mata?

Se a escola não educa?

Se a Igreja vende indulgências?

Se o resultado do suor não é repartido, mas espoliado?

Como construir um verdadeiro cidadão, se, desde muito cedo, ele percebe que aqueles escolhidos para prover, coletivamente, a proteção, a educação, a saúde, a própria cidadania, subtraem o que é de todos, para proveito próprio e individual? Que, ao contrário do que deveria, ele também percebe que a vida, hoje, não se constrói com a contribuição de cada um, para o proveito de todos? Que acontece, exatamente, o contrário?

Francamente, e infelizmente, aquela dúvida que eu alimentava até pouco tempo, se era o noticiário que muni-ciava a novela, ou se era o contrário, tende a se dissipar. Eu, cada vez mais, formo convicção de que, no caso, é a realidade que alimenta a ficção. Teria sido mais fácil qualquer mudança se fosse o contrário. Se são tão poucos os dramaturgos, em relação aos tantos personagens da vida real, bastaria que eles mudassem o enredo das novelas. A realidade não se altera trocando, ou escamoteando a notícia.

E o noticiário, nos últimos tempos, se o assunto diz respeito às nossas referências, não tem sido alvíssaras. O que mais se vê são desvios de coerência e de ética.

Maus exemplos.

Pobres valores.

Péssimas referências.

Por isso, para que os jovens de hoje, e os que ainda virão, vivam na plenitude da cidadania, não há que se criar

novas leis. Uma lei pode ser a legalização de um costume. Mas, se os costumes de quem elaborou as leis, de quem as executa, e de quem tem a função de fazê-la executar são maus, o que esperar da lei que já existe?

Eu tenho chamado a atenção para o fato de que ainda desconhecemos o tamanho da “corrupção legalizada”. Que tramita, incólume, pelos canais regimentais do Congresso, do Executivo e, infelizmente, do Judiciário. E que legitima interesses, nem sempre meritórios, que igualmente transitam, também incólumes, pelos corredores e pelos gabinetes de todos os poderes. Repito: de quem faz a lei, de quem a executa e de quem a faz executar. Ou que deveria!

Enquanto não se mudarem estes maus costumes, de nada adiantarão as leis. Pior ainda: elas poderão acobertar o que queremos eliminar.

Enquanto isso, as boas leis não são cumpridas. Ao contrário, elas nascem letras mortas. Com traços bem definidos de impunidade. O cumprimento da lei também tem preço. Depende da capacidade de pagamento de quem a transgride. Depende da grife do advogado. Depende de que lado estamos da tal barreira.

As leis punitivas de desvios de conduta são feitas para alcançar quem conhece, apenas, a polícia. Nunca quem tem condições de interpretar, a seu favor e segundo a sua conveniência, a justiça.

Enquanto isso não mudar, a minha esperança corre o risco de inanição. Ainda bem que me alimento, ainda, de sonhos. Mesmo que o tempo não me permita que os viva.

Afinal, o que seria de nós, independente do tempo, não fossem os nossos sonhos e as nossas utopias?

Portanto, não há que se mudar os valores do povo. Eles são bons. Há que se mudar os costumes daqueles de quem se imaginava as melhores referências. Eles são maus. Daí, a comoção, a indignação e a frustração.

Eu temo que este mesmo povo, ainda que não perca totalmente a esperança, também demonstre sinais de fadiga. Aí, não importa a idade. Sinais neste sentido também não faltam.

Quando a comoção, a indignação e a frustração transbordam, o perigo é a justiça pelas próprias mãos. A sociedade percebe que não há freios necessários e suficientes para limitar a ação das pessoas. Que há um enfraquecimento das regras sociais e que se sente desestimulada em respeitar as leis. Então, que a única lei a ser respeitada é a “de talião”, ou seja, “olho por olho, dente por dente”

No caso da menina Isabella, um grupo de pessoas, num pequeno lapso de tempo, na imaginação e, em alguns momentos, na tentativa concreta, investigou, julgou, condenou e deu sinais evidentes de que teria coragem de cumprir a pena. Quer dizer, essas pessoas chamaram para si todos os poderes. Será que este mesmo grupo é representativo da sociedade brasileira, nos nossos dias? Tomara que não!

Se a justiça, neste caso, fosse feita pelas próprias mãos, não haveria diferença com a barbárie em si, nem com as atitudes do Estado paralelo que, segundo a imprensa, também julga, condena e executa. É a barbárie alimentando,

ainda mais, a barbárie. O que nós precisamos, sim, é o fortalecimento do Estado legal. Que elabora as melhores leis. E que, principalmente, as faz cumprir.

Como disse, os maus costumes de quem deveria se pautar pela virtude não mudarão com novas leis punitivas de desvios éticos. Na certeza da impunidade, elas serão natimortas.

Mais ainda, como, também, já disse outras vezes, o pior para o sentimento de frustração de um povo não é a falta de leis, que este mesmo povo pode substituir pelos seus bons costumes, mas o não cumprimento das leis existentes, o que ele não deve substituir pela força.

Então, o primeiro passo é, necessariamente, fazer com que as leis sejam cumpridas. Redirecionar as energias que, hoje, estão propensas a turbinar a justiça pelas próprias mãos, ou a tal “lei de talião”, para a obrigatoriedade de se cumprir o aparato legal já existente. Ou seja, que se faça cumprir o “cumpra-se”.

Essa mudança não virá de fora para dentro. Nem de cima para baixo. O poder não combina com auto-imolações. Ao contrário. O poder constrói mecanismos de auto-sustentação e de perpetuação. São fins que justificam meios. Poder e pudor não rimam. Apenas coincidem nas iniciais.

Nos últimos tempos, por exemplo, a justiça eleitoral brasileira tem se preocupado, com sucesso, com a identificação do eleitor. Novas tecnologias nos colocam como exemplos a seguir, em todo o planeta, na eliminação de fraudes antes comuns, como o eleitorado-fantasma, que

fabricam eleitos e tiram a legitimidade do processo eleitoral. Mas, pouco se preocupou, até aqui, com a identificação do candidato.

Além disso, essa mesma legitimidade política é arranhada pelas próprias regras eleitorais, como as legendas, as coligações e outros mecanismos e subterfúgios para manter o *status quo*.

Mas, será que é necessário fazer uma lei determinando que os partidos não aceitem candidatos que não possuam probidade, honradez, ou qualquer outro sinônimo que possa significar, no popular, folha corrida limpa?

A experiência mostra que, neste caso, sim. Eu, inclusive, apresentei projeto neste sentido. Mas, quem sabe se os partidos tomassem, eles próprios, essa bandeira, e coibissem representar-se por quem tem maus costumes e que, certamente, não seriam acompanhados, já na posse, por princípios éticos?

Com a palavra, os jovens do País, novos menestréis do Brasil!

“Quem é esse?” São todos aqueles que têm “ira santa, saúde civil”.

Que eles sintam-se, portanto, emancipados, politicamente.

Que não se contentem com essa conversa de que são o País do futuro. Esse discurso, neste momento, é uma forma, sutil e, talvez, mal intencionada, embora os discursos em contrário, de manietá-los, para que nada mude.

Que eles forcem as portas desta mudança, de fora para dentro.

Que tomem as rédeas da história!

Que “transformem sal, em mel”.

Se não colocarmos em prática os nossos bons valores, perpetuar-se-ão os maus costumes. Por vezes, transformados em lei. E, aí, nem mesmo as futuras gerações terão as melhores referências.

46. FAMÍLIA, ESCOLA, IGREJA E NAÇÃO: PELO RESGATE DOS MELHORES VALORES E REFERÊNCIAS

Muitas vezes, eu penso que Deus, ao idealizar o universo, escolheu um lugar onde Ele pudesse sintetizar o Seu projeto de criação. Quis Ele que esse lugar tivesse o rio mais caudaloso, a maior floresta, os minerais mais estratégicos, todos os microclimas, a terra mais benfazeja, as mais belas praias, entre o barulho sonoro do mar e o silêncio inspirador da montanha. Um lugar que, um dia, veio a se chamar Brasil.

Foram seis dias de criação do universo. No primeiro dia, Ele fez a luz e a separou das trevas. No segundo, o firmamento. No terceiro, a terra e os frutos da terra, e o mar. No quarto, os luzeiros, o sol, a lua, as estrelas. No quinto, as criaturas do mar e as aves do ar. No sexto, os animais da terra. E Deus viu que era bom. Neste mesmo dia, Deus criou o Homem “à sua imagem e semelhança”.

Em nenhum outro lugar, entretanto, a luz, o firmamento, a terra e os frutos da terra, o mar e os animais do mar, o ar e as aves do ar, o sol, a lua, as estrelas parecem se aproximar, tanto, do projeto inicial do Criador.

Mas, esse mesmo Deus, ao criar o homem, estabeleceu-lhe regras de conduta e de convivência. Sintetizou-as na “árvore do conhecimento do bem e do mal”, da qual

não se poderia comer os frutos. Entretanto, o ser humano desobedeceu ao Criador. Queria ser como Ele, e imaginou que as tais regras, e o fruto proibido, privavam-no, na verdade, de ser, igualmente, um deus.

Mais uma vez, parece que a história da criação se repete nestes nossos tempos, aqui e em todos os cantos e recantos deste mundo de Deus. É que o ser humano teima em desobedecer às regras de conduta e de convivência estabelecidas pelo Criador. Nesta síntese da criação do universo, por exemplo, parece que uma parcela dos homens quer parecer seres superiores. Superiores a todos os demais semelhantes.

Aqui, nestas terras abençoadas, voltar a ser, novamente, uma síntese da obra divina, depende, apenas, da vontade do homem. Não há que se criar, mais, novas luzes, novos firmamentos, novas terras, frutos e animais da terra, novos luzeiros, novas criaturas do mar e aves do ar. Tudo isso Deus nos deu à sobeja. Nem mesmo um novo homem, porque o brasileiro é, na sua essência, trabalhador e honesto. Há que se buscar, entretanto, os valores e as referências perdidos nestes tempos de tentação.

Eu fico procurando, pelo menos na minha história vivida, o que teria levado o ser humano, e em que momento, a se afastar do projeto de Deus. Eu não tenho dúvida de que foi quando ele se distanciou, por diferentes razões, dos ensinamentos e do convívio da família, da escola e da Igreja. Exatamente as três instituições mais fundamentais da nossa formação moral, cultural e filosófica.

Na verdade, tudo indica que o homem, embora possa, ainda, professar sua fé religiosa, ter acesso à educação formal, ou manter laços familiares, ainda que tênues, passou a cultuar um novo deus, a partir de um novo projeto existencial: o mercado. O deus-mercado.

Esse mesmo deus estabeleceu, igualmente, regras de conduta. Sintetizou-as no acesso a bens materiais. Instituiu uma nova religião: o consumismo. A família e a escola tiveram que se render a essas novas regras, sob pena de exclusão, o novo nome da excomunhão. Até mesmo para sobreviver, o homem teve que se submeter, fielmente, às regras do mercado.

O deus do consumismo estabeleceu, também, as suas leis: as chamadas “leis de mercado”. Há uma árvore de nova espécie, proibitiva para muitos e, nestes novos tempos, restrita para aqueles que reúnam condições de acesso a seus frutos.

Construiu-se um grande muro. De um lado, os incluídos, os que obtiveram condições de aderir ao consumismo, os que têm acesso a bens e serviços, necessários ou supérfluos. De outro, os excluídos, aqueles que não possuem condições mínimas para alcançar os frutos da árvore do mercado. Esses últimos, sobrevivem, na maioria das vezes, de sobras e migalhas, numa espécie de “limbo” que o deus-mercado denomina de “lado escuro do mundo”. São considerados pesos mortos, enquanto não migram para as “civilizações avançadas”, consumidoras de bens e serviços. São os novos “fora da lei” da oferta e da procura.

Criou-se, portanto, dois mundos, e o tal grande muro é o da vergonha. O deus-mercado substituiu a família pela televisão. O grande círculo familiar deu lugar a um semicírculo. À frente, o aparelho de TV, algo assim como um parente comum em todos os lares. Só é “incluído” aquele que tem condições de adquirir a tal marca de tênis, a roupa da grife da moda, o aparelho eletrônico de mais alta definição, o carro, a moto, o perfume e a conta no banco. Para o deus-mercado, porém, igualmente, muitos são os chamados, poucos os escolhidos. Fora destes, os “excluídos”.

A escola foi mercantilizada e a Igreja excomungada e, em muitos casos, igualmente objeto de negócios financeiros. Vende-se de tudo, inclusive consciências e indulgências. A pluralidade deu lugar ao pensamento único.

A ordem é comprar. O consumo é o passaporte para se transpor os limites que separam a exclusão da inclusão. A televisão é, também, o grande instrumento de promoção do consumismo. Tudo em nome do mercado. Essa mesma promoção não passa ao largo do mundo dos excluídos. A ânsia pela transposição dos tais limites, em um ambiente segregador, cria um clima de competição. O mundo do mercado rege-se, portanto, pela disputa, pela rivalização. Compete-se pela vaga no emprego, na escola ou no hospital, pelo remédio, pela vida, enfim.

Pelo mercado, mata-se e morre-se. Em nome do petróleo, do dinheiro e do poder. Pior: muitas vezes, em nome de Deus. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Não há dúvida de que esse mundo de competição mudou a vida da parte incluída da população. Tecnologia de ponta, redes de comunicação, computadores de última geração. Mas, não se pode negar que, por outro lado, destruiu valores e referências fundamentais do comportamento humano. Gerou privilégios que, por definição, são excludentes. Incentivou o ter, no lugar do ser. Promoveu o individualismo, em substituição ao coletivo. Substituiu o semelhante pelo concorrente. O homem passou a interagir com o mundo, por meio da alta tecnologia, mas se transformou num ser solitário, entre quatro paredes.

Houve uma modificação radical no que se entende por espaço público. O que, antes, era a praça pública, nos momentos de folguedo, de encontros de amigos e de discussão política, foi substituído pelos *shoppings centers*, pela televisão e pela internet. Exatamente os maiores ícones do consumismo. As gerações de hoje conhecem, apenas por dizer, as grandes manifestações públicas de outros tempos. Substituíram-nas, pelo consumismo dos *shoppings* e pela individualização da TV e da internet. No lugar da praça, o corredor, iluminado por vitrines reluzentes e cativantes, instigadoras do consumo. O coletivo se resume à moda, que é passageira e para poucos, com etiqueta de estilo, mas que é, muito mais, manipulação.

Não é à toa que as prateleiras das grandes livrarias andam abarrotadas de lançamentos de auto-ajuda. É o novo homem que procura caminhos para a solução dos problemas do seu extremo individualismo. Que ele pro-

cura resolver, individualmente. O que reforça, significativamente, o singular, no lugar do coletivo. Perde-se, com isso, portanto, o sentido de sociedade. O mundo real dá lugar, cada vez mais, ao virtual. Daí, até o esgarçamento do tecido social é um passo. Como decorrência, a barbárie, a violência, o Estado paralelo, a *apartheid* social.

Sozinho e competitivo, o homem foi acometido por uma espécie de paranóia. Aí, a idéia de semelhante deu lugar à de concorrente. Daí, a perda de sentimentos, antes sagrados, verdadeiras pregações, na família, na escola e na Igreja, como a compaixão e a solidariedade. Ele cria um muro particular, para se defender dos concorrentes.

A parcela da população fora dos muros do mercado sente-se compelida a adotar estratégias próprias. Ora para transpor tais muros, por concepção excludentes, ora por pura e necessária sobrevivência. Ela também sofre o verdadeiro bombardeio pelo consumismo. Ou, não raras vezes, resigna-se sob a promessa de um reino melhor, em outro mundo. Quando a pressão pelo consumismo é mais forte, ou quando a sobrevivência chega ao limite, também muitas vezes, recorre à violência, passaporte nefasto para a vida, mesmo que breve, ou para a morte, quase sempre iminente.

Essa mesma violência, estampada, diariamente, no noticiário que invade espaços públicos e privados, aguça, ainda mais, a tal paranóia, agora sim coletiva. Com isso, delimita-se, com mais nitidez, a linha que separa incluídos e excluídos. Ela se materializa no vidro fechado do carro, protegido por películas ou por materiais “à prova de

bala”, nos condomínios cada vez mais fechados, cercados por câmeras e por fios de alta voltagem, ou na segurança privada. Pior: no desdém. Neste último caso, o tal limite é dado pela retina dos olhos de quem conseguiu transpor o muro da vergonha. Aí, o semelhante deixa de ser concorrente, e se transforma em um inimigo em potencial, alguém que tem que ser, no limite, exterminado.

É nesse contexto que assume papel crucial o Estado. Mas, principalmente nos últimos tempos, esse mesmo Estado tem dado sinais concretos de que optou pela parcela incluída da população. Para os demais, a política compensatória, quando não os restos. O dinheiro público, igualmente impulsionado por uma política de pensamento único, tem servido muito mais para privilegiar o mercado, no lugar do bem coletivo. Ambiente mais que propício para o surgimento do Estado paralelo, com regras próprias, concebidas, notadamente, pelo crime chamado “organizado”. Não é à toa, por exemplo, que o narcotráfico provê as populações das favelas com saúde, educação e, contraditoriamente, segurança, funções que deveriam ser de responsabilidade de órgãos públicos. Obviamente, ações para as quais o Estado paralelo cobra preços exorbitantes. Quando não a própria vida de quem se nega a cumprir as suas leis próprias, porque draconianas.

É por isso que, na busca de novos valores e referências, tão necessários nos dias atuais, há que se resgatar sentimentos perdidos em tempos de consumismo e de concorrência: a solidariedade, a compaixão, a humanidade e o espírito coletivo. E, não há outras instituições melhores, capazes

de promover, novamente, esses mesmos sentimentos, que não sejam a família, a escola e a Igreja. Mas, há que se recuperar, também, a proposta de Estado-nação, sem discriminações de qualquer natureza. Não há que se conviver com a idéia de dois Brasis, divididos por um imenso muro da vergonha. A política pública tem que se constituir, necessariamente, ela sim, no passaporte para a inclusão, e não o contrário.

Portanto, nesta mesma busca de novos valores e referências, perdidos nestes tempos de barbárie, e sem qualquer rótulo de saudosismo ou de conservantismo, há que se percorrer um caminho de volta. Resgatar uma história vivida. Não se trata, também, de uma negação ao moderno, às novas tecnologias. Tampouco de uma guerra ao supérfluo. Trata-se de uma melhor distribuição do necessário. Valores e referências que não necessitam serem criados ou reinventados, mas resgatados. Uma história conhecida.

O ser humano não pode ser, meramente, um objeto de consumo. Nessa tarefa, a família, a escola e a Igreja não podem atuar isoladamente. No regate do espaço público. Na recuperação dos sentimentos de solidariedade, de compaixão, de humanidade e de espírito público, pilares para a construção dos melhores valores e referências, há um traço de união, fundamental, no trabalho de pais, educadores e evangelizadores.

O Estado tem que se preocupar com as causas da divisão familiar, principalmente quanto ao desemprego e à educação. O Brasil, com a urbanização crescente e a pau-

perização da pequena agricultura, tornou-se um País de migrantes. Principalmente das regiões mais pobres, partem os brasileiros em idade mais produtiva. Quase sempre os pais e os filhos mais velhos. Ficam as mulheres, como as chamadas “viúvas da seca”, os filhos mais novos e as pessoas mais idosas. Assim, além da divisão perversa da família, a parcela que permanece nos locais de origem é a responsável pela maior demanda por serviços públicos, como saúde e educação. Não é à toa que o Brasil tem um dos piores níveis de distribuição de renda, em termos pessoais e regionais, de todo o planeta.

A família tem que voltar a ser o pilar mestre da construção da sociedade. O mundo moderno criou barreiras quase que intransponíveis para que ela seja, amiúde, reunida. Mas, a família, embora tamanhos obstáculos, tem que voltar a ser, necessariamente, unida. A conversa, no seu sentido mais profundo, tem que ser resgatada. Se não é possível fugir do virtual, que ele seja, pelo menos um círculo, inteiro, coletivo e orientador, na busca pelas melhores orientações. Não mais, quase que unicamente, o semicírculo, exógeno, que destrói a cultura local e os valores e referências que sedimentaram a história de um povo. A cadeira dos pais não pode ser substituída pelo aparelho de televisão. Os verdadeiros monitores das novas gerações têm que voltar a ser os pais, e não apenas os atuais equipamentos frios e individualizantes do computador.

A escola, por sua vez, não pode, por concepção, preparar o aluno segundo, exclusivamente, os interesses do mercado, enquanto mão-de-obra viabilizadora de lucros.

Ela tem que, por concepção, formar cidadãos, na plenitude de seus direitos. Cidadãos com consciência coletiva, construtores da história.

A Igreja tem que se orientar pelos sentidos do madeiro, que é vertical, ao se voltar para Deus, e horizontal, ao se encontrar com os homens, sem exclusão. Ela tem que ser ecumênica, sem propriedade particular sobre os ensinamentos de Deus, que é único. Ela tem que saber traduzir, para uma linguagem inteligível, esses mesmos ensinamentos divinos, relacionando-os à realidade e ao momento atuais. Há uma correlação indubitável entre os ensinamentos da Bíblia e o que se deseja, hoje, em termos de novos valores e referências para a sociedade brasileira, tão corroídos pela violência, pela corrupção, pela banalização da vida e pela barbárie. Mas, essa mesma correlação, nem sempre, tem chegado à população de uma forma compreensível e, principalmente, contextualizada. Vertical e horizontal. Deus e os homens, criados à Sua semelhança.

Eu estou certo de que não haverá qualquer resistência a essa ação conjunta da família, da escola e da igreja. São três instituições que, pelo menos normativamente, se pautam na busca dos melhores valores e referências para todos os seres humanos, sem distinção. Juntas, poderão, inclusive, derrubar possíveis barreiras que, insistentemente, se colocam na construção de um Estado-nação, no seu mais verdadeiro sentido. Um único Brasil, onde todos os cidadãos possam usufruir, democraticamente, de todas as maravilhas que, generosamente, Deus cuidou de incluir nesta síntese de Seu projeto de criação.

47. UM NOVO PROJETO DE PAÍS

Há, hoje, uma enorme esperança de mudança neste País de contrastes. É preciso construir uma verdadeira e única Nação, sem os milhões de excluídos, que ainda sobrevivem das sobras, separados muito mais que pelos nossos aparatos de segurança, mas pela nossa retina e pelo nosso desdém. Pela omissão de muitos!

É preciso mudar.

Mas, quando falo em mudança, não me refiro, apenas, às modificações tão reclamadas nos últimos tempos, e que recaem, principalmente, sobre o Congresso Nacional, e mencionadas, com grande ênfase, pela mídia, como as reformas política, tributária, da previdência, do Poder Judiciário, e tantas outras. Essas reformas são importantes, não há dúvida, e merecem ser colocadas em discussão o quanto antes. Mas, se não avançarmos para uma verdadeira reforma moral e ética dos nossos segmentos de poder, todas essas reformas serão “cosméticas”, e de pouco, ou nada, adiantarão!

A sociedade brasileira dá sinais evidentes de que não está satisfeita com o País que temos. Corrupção, miséria, violência, desemprego, analfabetismo, fome. Isso, em um lugar com todos os microclimas do planeta, as terras mais benfa-

zejas, um povo trabalhador e amante da paz. Sem dúvida, o Brasil de hoje ainda não é o País dos nossos sonhos.

Neste Brasil que sonhamos, devem estar incluídos todos os quase 190 milhões de brasileiros. Eu não posso imaginar qualquer projeto de País que deixe de fora uma parte, qualquer que seja ela, dessa imensa população. As reformas necessárias devem incluir, e não excluir, as pessoas que, hoje, estão à margem do nosso processo de desenvolvimento.

Digo isso, porque é muito comum confundirem crescimento com desenvolvimento. Utiliza-se, muito mais, a palavra crescer e, com ela, todos os índices almejados para que o País atinja os patamares considerados de primeiro mundo. Esses índices são, quase que exclusivamente, econômicos.

O verdadeiro desenvolvimento pressupõe algo mais profundo e democrático! Pressupõe distribuição, isto é, que os frutos do crescimento sejam repartidos entre a população como um todo, sem desequilíbrios significativos de distribuição regional e pessoal da renda. É assim que eu imagino, portanto, a possível necessidade de reformas institucionais, no Brasil.

A quem interessariam algumas mudanças que se colocam no horizonte, como primordiais, para que o Brasil possa ocupar o seletor grupo dos Países chamados “desenvolvidos”? Como falar em desenvolvimento, se, ainda, grande parcela dos brasileiros vive em condições de terceiro, ou quarto mundo? As mudanças que se quer, têm por objetivo, verdadeiramente, incluí-los?

Eu não imagino crescer mais, para os mesmos. O meu projeto de País é de inclusão. Eu quero, como a grande maioria, um País diferente. Mas, eu, normalmente, discordo das receitas políticas propostas, porque estou certo de que elas vão, de fato, consolidar uma realidade excludente e reforçar o que eu tenho chamado de *apartheid* social, versão brasileira.

Também sou daqueles que advoga que o Estado está inchado, moroso e, conseqüentemente, prestando serviços a quem das nossas necessidades. Mas, também sou, literalmente, contrário ao desmonte que se promoveu no Estado brasileiro, principalmente nos últimos anos. Por exemplo, posso não ser contra as privatizações em si. Mas, isso não me leva a concordar com o processo que se utilizou, no País, para a venda das nossas melhores estatais.

Em um país tão marcado, historicamente, pela presença do Estado na vida econômica e social do cidadão, como é o caso do Brasil, não há como se imaginar a inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem do nosso desenvolvimento, sem um Estado forte. Não será o mercado, como a experiência já tem demonstrado, aqui ou em qualquer outro lugar do mundo, o agente principal de agregação das populações excluídas.

Neste sentido, eu acho que a nossa primeira providência, se quisermos construir, verdadeiramente, uma Nação, sem *apartheid* social, é reconstruir o Estado. Uma reforma política e institucional em moldes muito mais abrangentes que o arremedo que hoje tramita no Congresso Nacional.

Nesse ponto, estou certo de que as reformas devem avançar muito mais, avançar para o rumo da ética, da moral e do resgate dos verdadeiros valores da Nação brasileira. Não é de hoje que venho alertando para a necessidade de resgatarmos o tripé que, outrora, constituía o pilar de nossa sociedade: a Igreja, a escola e a família.

O que vem acontecendo ao longo dos últimos tempos? Como já mencionei, também, em tantas outras oportunidades, a família foi dilacerada, a escola sucateada e a Igreja excomungada. Elas deram lugar a um novo e perverso tripé: a droga, a rua e a arma. E o resultado é o que estamos vendo: a falta de valores, de ética e de moral que nos conduz ao império da violência e da barbárie.

Casos como o do pequeno João Hélio, brutalmente assassinado, arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro, no início de 2007. Ou, como a da menina Isabella, em 2008, atirada pela janela da casa onde sempre buscava proteção. Ou, ainda, como o da adolescente Priscila Aprígio, que ficou tetraplégica, vítima de bala perdida. Ou de tantos outros meninos e adolescentes, sonhos abortados pela barbárie, que nos fazem questionar: até que ponto pode chegar a crueldade humana, ou melhor dizendo, a crueldade desumana?

Alguém poderia questionar: o que esses casos de violência tem a ver com as reformas institucionais de que o País precisa? Eu respondo: têm tudo a ver! Eles são um sintoma de que nosso sistema social está doente, e essa doença é justamente a falta de alicerces, de valores, de ética, de humanidade, de democracia e de civilização, que perpassa

todas as camadas sociais e mina a credibilidade de nossas instituições!

A Teoria Tridimensional do Direito, elaborada pelo jurista Miguel Reale, nos ensina que a norma jurídica se assenta sobre valores que a sociedade considera imprescindíveis e que, por esse motivo, por meio do direito, busca preservá-los, estabelecendo sanções ante a ocorrência de determinado fato nocivo.

Partindo desse entendimento, desde o momento em que a própria sociedade perde a noção dos valores de humanidade que nos foram legados por nossos antepassados há incontáveis gerações, como poderemos esperar que as leis sejam cumpridas?

Como poderemos esperar que a sociedade respeite as instituições, e que as próprias instituições se façam respeitar? Para que estamos lá, no Congresso Nacional, deputados e senadores, elaborando leis que sabemos poderão não ser cumpridas, e se tornarem letras mortas?

Por isso, sou daqueles que acreditam que não há mais necessidade de tantas novas leis. O grande problema brasileiro, hoje, é o não cumprimento do extenso aparato legal já existente. Ora, se queremos um verdadeiro Estado nação, o que mais é necessário do que cumprir uma Constituição segundo a qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, e que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, e à infância”?

Então, a Constituição brasileira já garante o direito à vida, com dignidade. Garante o direito à cidadania. De-

veriam ser revogadas, portanto, as disposições em contrário. Cumpra-se! A conseqüência mais direta dessa falta de cumprimento das leis é a corrupção e a malversação do dinheiro público!

Ficamos, todos, estarecidos, com cenas recorrentes como as do “mensalão” e dos “sanguessugas”. Ficamos perplexos e indignados, quando vemos o Presidente do Senado Federal ser acusado de ter despesas pessoais pagas por meio de um lobista de uma grande empreiteira. Ficamos ainda mais chocados quando tomamos conhecimento da venda de sentenças judiciais por magistrados, aqueles a quem compete, justamente, julgar os delitos, inclusive os praticados por membros do Superior Tribunal de Justiça.

O saudoso Doutor Ulysses Guimarães costumava dizer, do alto de sua sabedoria política, que a “corrupção é o cupim da Nação”! E, certamente, é: ela corrói por dentro, tira a comida do miserável, o hospital do enfermo, o estudo e a merenda da criança, o emprego do cidadão!

Há uma incompreensível inércia frente à barbárie, à corrupção, à violência, à bestialidade. De tempos em tempos, como que um soluço, fixamo-nos diante um novo fato, que repercute na mídia, como o do pequeno João Hélio, ou o da menina Isabella, mas depois, seguimos o curso de nossas vidas, como que anestesiados ante a omissão.

Em 50 anos de vida pública, 25 dos quais dedicados ao Senado Federal, não me recordo de ter vivenciado uma situação como a dos nossos dias. Por isso, confesso, me

sinto muitas vezes amargurado, ao ver esta situação deprimente a que chegamos: uma negociata aqui, um outro favor acolá, um cargo para o Partido “A”, outro cargo para o Partido “B”...

Uma farta distribuição de cargos e de recursos para quem, exatamente, é responsável pelas mudanças constitucionais ditas como fundamentais. Mas, ao mesmo tempo em que me sinto amargurado, ainda me move a esperança. Esperança, principalmente, nos jovens deste País. Jovens que devem sentir-se emancipados. O País do presente, e não mais o País do futuro.

Sinceramente, eu hoje não acredito, como já disse reiteradas vezes, que a crise brasileira tenha uma solução de dentro para fora: não é de dentro do sistema político que vai surgir a mudança desejada, é da sociedade civil, sobretudo dos jovens. É deles que virão as mudanças, que tanto perseguimos e que tanto almejamos. A sociedade organizada, as instituições mais importantes deste País devem, novamente, se unir pelo resgate dos melhores valores e referências, perdidos nestes tempos de violência, de corrupção e de barbárie.

A Câmara dos Deputados votou, recentemente, uma reforma política que, para mim, é pior do que a situação atual! Então, se for assim, melhor que fique como está! No Senado, já foram votadas questões importantes, como a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais, projetos que foram para a Câmara e ficaram engavetados. O Supremo Tribunal Federal, felizmente, firmou entendimento pela fidelidade partidária-

ria, quem sabe um golpe de morte na promiscuidade do troca-troca de partidos.

O mesmo se diga quanto ao problema da impunidade. Uma simples análise em todos os grandes parlamentos do mundo permite-nos perceber que, aqui, há muito mais discussões sobre leis anticorrupção e antiimpunidade. Nós temos dezenas de projetos! Mas, pouco se aprova! E, quando se aprova, pouco se cumpre. E, quando se cumpre, pratica-se a discriminação.

Deputados, senadores e ministros nunca são condenados. Onde estão as autoridades acusadas de crimes contra o patrimônio público que foram condenadas pelo Supremo Tribunal Federal? Não existe uma única! Denúncia contra homem público deve ter prioridade.

Não podemos aceitar, passivamente, a idéia de que o juiz não julga, unicamente, porque tem milhares de processos sob sua responsabilidade. Existem, obviamente, outras razões para que as chamadas autoridades que se locupletam do dinheiro público não sejam condenadas.

Os processos que envolvem o dinheiro do cidadão devem ser julgados em primeiro lugar, porque a sociedade merece saber da culpa e da punição dos responsáveis pela corrupção. Não há como manter vigente o chamado foro privilegiado! Ora, os melhores dicionários definem privilégio como imunidade, ou como “vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”.

Portanto, se os que se locupletam com o dinheiro público não são punidos, se o exemplo não vem de cima, o

que acontece é um estímulo a todos os estratos da sociedade para que também não cumpram a lei.

Para fazermos a verdadeira reforma institucional de que tanto precisamos, resgatando os valores da ética e da moralidade, é que eu defendo o engajamento da sociedade nessa luta. A pressão precisa vir de fora! De todas as organizações democráticas.

Quando lutamos pelas “Diretas Já”, com o Congresso cercado pelas Forças Armadas, na votação da Emenda Dante de Oliveira, quem estava lá? A sociedade civil! Perdemos a votação, é verdade. Mesmo assim, fomos ao Colégio Eleitoral. A eleição não foi direta, mas foi a força do povo que propiciou a vitória de Tancredo Neves.

Onde nasceu essa vitória? No Congresso? Claro que não! Nasceu nas ruas, na luta do povo! Na pressão da sociedade, nas manifestações populares, nos movimentos dos jovens vindos de todos os cantos e recantos deste País.

No *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor foi a mesma coisa. Foram os “Caras Pintadas” que mobilizaram a opinião pública; foram os movimentos sociais que constituíram um diferencial de forças que permitiu ao Congresso Nacional afastar, pela primeira vez, por vias constitucionais, o mandato de um Presidente da República, por motivos de corrupção investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

É por isso que resolvi fazer uma verdadeira cruzada cívica pelo Brasil, conclamando a sociedade civil a lutar por seus sonhos de um País e de um mundo melhor. Não podemos continuar aceitando, passivamente, a idéia de

que o ser humano é apenas um objeto. Ele tem que ser o sujeito da história. O ser humano não pode ser visto somente como consumidor em potencial. A população brasileira, principalmente os jovens, tem que ter a coragem de dizer não!

Mas, uma mudança com essa profundidade demandará tempo. Talvez seja um trabalho para uma geração inteira. Mas, há, na minha opinião, mudanças políticas que necessitam ser colocadas em prática, de imediato.

Em primeiro lugar, precisamos implantar o parlamentarismo. Não dá mais para manter um sistema de governo em que o Presidente da República mais se parece um imperador, legislando com medidas provisórias e usurpando a missão constitucional do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, para moralizar o processo político, precisamos instituir a fidelidade partidária e o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais. Não é possível continuar convivendo com essa promiscuidade, ano após ano, de troca-troca de partidos, normalmente envolvendo interesses nada confessáveis. O financiamento público democratiza as eleições e torna os cargos eletivos muito mais legítimos. Além disso, evita a corrupção do sistema eleitoral, geradora de fenômenos como os famosos “Caixas 2”, e as “sobras de campanha”, agora chamados de “recursos não contabilizados”.

Em terceiro lugar, e em paralelo com essas duas reformas, precisamos devolver para o eleitor a livre decisão de escolha em quem votar. As eleições não podem se

manter na dependência da melhor, ou pior, performance do “marqueteiro”. As campanhas precisam ser mais naturais, menos fabricadas em laboratório! Nós importamos dos Estados Unidos esse artificialismo do *marketing* político, mas precisamos retornar às nossas origens. O povo tem o direito de saber em quem ele realmente está votando. O político não é um produto, como um sabonete ou um sabão em pó! O político é um ser humano, que se disponibiliza a gerir os negócios públicos e comandar os destinos de seu povo.

Em quarto lugar, é preciso, também, instituir a cláusula de barreira, como forma de depurar o quadro partidário brasileiro e acabar, de uma vez por todas, com as nefastas legendas de aluguel. As eleições não podem se transformar, em nenhuma hipótese, em um balcão de negócios.

Em quinto lugar, como já evidenciei anteriormente, precisamos fazer com que o Judiciário conceda prioridade ao julgamento dos processos envolvendo autoridades públicas. Eles precisam ser julgados primeiro, não por privilégio, mas por uma questão de prioridade, porque o dinheiro público é sagrado.

Finalmente, é imperativo também acabar com os sigilos fiscal e bancário dos agentes políticos: Presidente da República, ministros de Estado, deputados, senadores, presidentes e diretores de agências, governadores, prefeitos, dirigentes de agências públicas. Sobre todos eles não pode pairar qualquer dúvida sobre a honestidade de quem é responsável por qualquer etapa do gasto público e de quem comanda os destinos da Nação.

Precisamos, enfim, voltar a sonhar. Sonhar um País mais humano, mais solidário e mais desenvolvido! Um País democrático, cidadão e soberano. É preciso derrubar essa torre de Babel, que nos faz falar línguas tão diferentes. Como chegar a algum consenso, se não nos entendermos nas questões mais básicas, como qual país verdadeiramente queremos? Se nos afastarmos, cada vez mais, dos conceitos de solidariedade e de humanidade? Se não resgataremos os nossos melhores valores e as nossas melhores referências?

No nosso horizonte mais próximo, um novo e decisivo combate: resgatar o Estado nação, a nossa soberania, a nossa brasilidade e, sobretudo, a fé inquebrantável no nosso destino! Um só País, sem o muro da vergonha que separa os “incluídos” dos “excluídos”. Essa é, para mim, a verdadeira busca de um consenso!

48. REAGE, BRASIL

Eu tive o cuidado de reler os meus pronunciamentos, dos últimos quinze anos, no Senado Federal, sobre corrupção e desvios de recursos públicos. Fiquei, primeiramente, impressionado com a quantidade: são dezenas. Se empilhados, montanhas de papel; se espalhados, rios de tinta; se gravados, horas intermináveis de lamentos sucessivos, apartes esclarecedores, talvez como contraponto de silêncios comprometedores. Mas, o que mais me impressionou, nesta minha volta a um passado não tão recente, é a atualidade de todos os meus discursos, mesmo que reiterados durante tanto tempo. Eu poderia escolher, por exemplo, qualquer um deles, aleatoriamente, e reprisar o mesmo texto, com as mesmas propostas deixadas ao léu, por isso mesmo, quem sabe, com um pouco menos de esperança. Mudam-se alguns atores, embora muitos continuem perseverantes na falcatura, mas não se altera a essência, nem dos fatos em si, nem na maneira com a qual os desvios são investigados. Nos discursos, procurei, sempre, me aprofundar sobre as causas da corrupção no Brasil, embora as investigações tenham se preocupado, quase sempre, apenas, com as suas conseqüências.

Não sei, sinceramente, se mais um discurso, sobre mais uma operação da Polícia Federal, servirá para estan-

car essa sangria dos recursos que faltam nas filas dos hospitais, na escuridão do analfabetismo, ou na dor da mãe que se debruça sobre o corpo inerte da criança vítima da ausência do Estado. Ou, se ele será mais um nas estatísticas e nos Anais do Senado, para os historiadores do futuro, ou para que, eu mesmo, daqui a mais um tempo, repita esse mesmo discurso, com menos esperança ainda, sobre outras operações, sobre outros corruptos e corruptores, sobre outras filas e outras escuridões, ou sobre outros corpos estendidos no chão.

O dinheiro público é sagrado. Os cofres públicos deveriam ser tratados como verdadeiros sacrários. Mas, não é o que tem acontecido neste País “abençoado por Deus e bonito por natureza”. Há uma verdadeira sanha de uns poucos, sobre uma riqueza que deveria ser de todos. Ouso dizer que, não houvesse corrupção no País, seriam muito poucos os brasileiros com fome, ao relento ou analfabeto. Não se ouviriam gemidos do lado de fora do hospital público. Não haveriam tantas balas perdidas, nem miradas. Não haveria tamanha barbárie.

Imagine-se, por exemplo, uma Previdência sem corrupção. Não haveria, quem sabe, o tão propalado “déficit da previdência”. Não haveria, quem sabe, necessidade de uma, já anunciada, nova reforma que, com certeza, irá decepar direitos sagrados dos trabalhadores. Haveria, sabe-se, condições de se remunerar melhor todos aqueles que dedicaram uma vida inteira de trabalho pelo País, e que não recebem, no final da vida, o merecido reconhecimento. Imagine-se, igualmente, uma Saúde sem desvios.

Não haveria tamanho sofrimento, a ponto de se instituir, muitas vezes, uma verdadeira loteria macabra, para se decidir quem tem o direito de viver e quem é relegado, ou condenado, à morte, na porta de entrada do mesmo hospital que, por dever, lhe devolveria a vida, na plenitude. Imagine-se, enfim, um orçamento inteiro sem corrupção. Investimentos públicos multiplicadores de emprego, de renda e de qualidade de vida.

Imagine-se a implantação, como eu defendi, já em 1995, da chamada “CPI dos Corruptores”. A Comissão morreu no nascedouro, pela falta de vontade dos partidos e dos líderes partidários de investigar os desvios que, naqueles idos tempos, chamavam a atenção, principalmente dos recursos do orçamento da União. Se cumpridas as sugestões e as determinações que, certamente, seriam aprovadas, caso aquela Comissão tivesse sido instalada, não haveria, hoje, quem sabe, necessidade da Operação Navalha, nem das outras operações e CPI anteriores, como a “das Sanguessugas”, “das Ambulâncias”, “do Mensalão”, “dos Correios”, “Furacão”, “Gafanhoto”, “Matusalém”, “Anaconda”, “Satiagraha” e tantas outras, com suas respectivas, e criativas, nomenclaturas.

É por isso que eu sempre defendi a idéia de que a gestão pública tem uma imensa dose de sacerdócio. O concurso público tem que adicionar novos elementos que não somente o conhecimento. Pobre país onde a sabedoria é colocada a serviço do mal! Os cargos de livre provimento têm que ser preenchidos sob critérios rígidos de boa conduta. O comportamento do servidor público, em to-

dos os níveis, tem de ser, obrigatoriamente, ilibado, sem qualquer mácula que o desabone. Para dirigir um órgão público, há que se ter uma folha corrida sem manchas. O sigilo bancário do servidor público, em qualquer nível, tem que estar, sempre, à disposição, para eventuais esclarecimentos. Quem escolhe um subalterno torna-se, obrigatoriamente, co-responsável pelas ações do designado, qualquer que seja a função. Uma vez investido em cargo público, o servidor será afastado, imediatamente, quando de qualquer suspeita de desvio, até que se encerrem todas as investigações sobre a sua conduta.

Igualmente, o partido político terá que ser co-responsável pela escolha dos seus candidatos, em qualquer nível, tanto nos parlamentos, quanto para os cargos majoritários. Para o Poder Legislativo, terá de ser implantada, necessariamente, a fidelidade partidária. De igual modo, em qualquer possível desvio de conduta, o parlamentar deverá se afastar, até que todas as instâncias de investigação emitam seus veredictos. Se confirmada a culpa, além de perder o mandato, terá que devolver aos cofres públicos, obrigatoriamente, os recursos apropriados indevidamente, em valores corrigidos monetariamente.

Para todos os poderes, deve ser extinto, de imediato, o chamado foro privilegiado.

Além disso, há que se instituir o financiamento público de campanha. Os interesses da corrupção têm difundido, hoje, a idéia de que se trata de mais um gasto público desnecessário, ou uma nova “mordomia” para os parlamentares ou para os postulantes aos cargos majoritários.

Ora, é exatamente o oposto! A corrupção que se alastra no financiamento privado das campanhas é infinitamente maior que qualquer montante de recursos que venham financiar as eleições, em todos os níveis. Ninguém financia campanhas eleitorais, sem a devida compensação. Aí, não importa se tais retribuições posteriores se materializam por meios ilegais. Quantas são as leis que beneficiam interesses individuais ou de grupos específicos, em detrimento das necessidades coletivas?

O financiamento público democratiza o acesso aos mandatos. As campanhas eleitorais, nos moldes atuais, fugiram do alcance de quem tem poucos recursos para se eleger. Ou, pior ainda, de quem se move pela boa conduta. Campanhas milionárias discriminam os possíveis representantes dos segmentos mais pobres da população, que são obrigados a uma espécie de procuração compulsória, para serem representados politicamente, principalmente nos legislativos. Entretanto, o financiamento público não pode se transformar, também, em foco de corrupção, ou de um valor que se permita agregar aos recursos dos chamados “caixas dois”, recentemente tratados como “recursos não contabilizados”. A fiscalização sobre os gastos de campanha deverá ser mais contundente e avessa a qualquer possibilidade de impunidade.

Há que se ter uma integração maior entre os órgãos responsáveis pela fiscalização dos gastos públicos. Hoje, os trabalhos dos órgãos responsáveis por essa tarefa, das mais importantes, se realizam de forma estanque, quando não concorrentes. A Controladoria Geral da União,

os Tribunais de Contas, principalmente o da União, os órgãos gerenciadores de risco, as instituições responsáveis pela fiscalização dos gastos de campanha, os Conselhos de Ética, as Comissões Parlamentares de Inquérito, nem sempre trabalham conjuntamente, resultando em duplicação de esforços e de recursos, além de não atingir os objetivos propostos. Vale reiterar que uma investigação mal feita é pior que a não-investigação, porque distribui, indevidamente, atestados de idoneidade.

Embora os parlamentares tenham, de fato, pouca participação relativa na definição do orçamento da União, um dos focos principais de corrupção são as chamadas “emendas individuais”. Nas duas pontas: há corrupção na liberação dos recursos, na maioria das vezes em troca de votos, no Parlamento, sobre assuntos de interesse do Executivo e na execução propriamente dita, na relação do Governo com o executor da emenda parlamentar, quase sempre empresários financiadores de campanha. No meio disso tudo, funcionários igualmente corruptos que se aproveitam da promiscuidade para levar alguma vantagem indevida.

Não sei quantas operações ainda virão. Nem como se chamarão. Nem quantas CPI ainda se instalarão. Nem como se comportarão. Espero que não se esgote a criatividade da Polícia Federal. Nem as minhas esperanças.

Não tenho qualquer expectativa de que as mudanças que a população tanto reclama, em termos de valores e referências, venha a ser concretizada de dentro para fora. As últimas pesquisas de opinião pública dão conta de que

essa mesma população também não acredita mais nas suas instituições públicas. É que nunca, em nenhum momento da nossa história política, os três poderes da República estiveram tão contaminados pela corrupção. Há um poder paralelo, que se entranha no Congresso, no Executivo e no Judiciário, que faz com que as instituições públicas percam a legitimidade junto à sociedade civil. Aos olhos da população, seus representantes políticos são, todos, protagonistas de um grande teatro do absurdo. Ela generaliza, e coloca, quase que sem exceção, todos no papel de vilões e usurpadores da coisa pública.

A população sente a perda de suas melhores referências políticas. Os grandes nomes representativos dos principais segmentos organizados da vida nacional não foram renovados. Ela sente falta, por exemplo, de um jornalista como Barbosa Lima Sobrinho, de um político do porte de um Ulysses Guimarães, ou de um Teotônio Vilela, de um jurista como Raimundo Faoro, ou Evandro Lins e Silva, ou, ainda, Sobral Pinto, de um religioso como Dom Helder Câmara, de um economista como Celso Furtado, e tantos outros, em todos os campos da vida nacional, capazes de aglutinar um pensamento e uma prática em nome da reconstrução das nossas melhores representações democráticas. Enquanto isso, ficamos nós, quem sabe municiados pelas melhores intenções, mas como numa Babel, falando línguas diferentes e construindo uma torre, embora não se saiba muito bem até onde ela se erguerá. E, aí, alimentamos, na população, a idéia do tal teatro. O que falamos, embora possa ser orientado pelas melhores das convicções, não encontra, fora dos limites do Congres-

so, a devida repercussão. Por isso, em caráter da maior urgência, temos que encontrar, no Congresso Nacional, uma linguagem comum, sem necessidade de tradução simultânea. A mudança que virá, a partir de princípios democráticos, terá que contar com a participação do poder constituído.

Mas, o tempo passa, e o noticiário invade as salas, com sucessivas operações da Polícia Federal, fixando algemas em quem deveria ser, de fato, guardião da coisa pública. É preciso que juntemos forças para expulsar, de vez, esses novos vendilhões do templo. E, aí, de nada vai adiantar, unicamente, o trabalho moralizador do Parlamento, se outras instâncias de poder também continuarem a falar uma língua própria, longe do entendimento, e das expectativas, da imensa maioria dos mortais. Se, por exemplo, o Judiciário traduzir as leis de acordo com conveniências e contra o interesse público. Engavetar, o que sangra nas feridas da corrupção. Punir, unicamente, os pobres e privilegiar os ricos. O que dizer, por exemplo, quando um ministro, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, atribuir, sob holofotes, como de motivação psiquiátrica, as decisões judiciais fundamentadas em provas cabais? Evidentemente, não haverá babel mais contundente que essa.

É por isso que, embora nossas melhores intenções, não há que se esperar, a partir do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, pelo menos no curto prazo, as mudanças políticas, obviamente no espaço democrático, que a sociedade tanto reclama. Ocorre que a realidade brasileira, hoje, tamanha a barbárie, não pode esperar mudanças além do

curto prazo. E, aí, há que se ter uma imensa mobilização de fora para dentro. É preciso que o povo seja, de fato, senhor da História. Sujeito, e não objeto. É preciso que a sociedade brasileira volte a exercitar a força das ruas. Um movimento, que poderia orientar-se sob o lema “Reage, Brasil”. Ora, um País com tantas e tamanhas riquezas, como o nosso, não pode permanecer mergulhado na barbárie. Não pode conviver com a corrupção, com a miséria e com pobreza, com a violência, com o analfabetismo e com tão precárias condições de vida. No século passado, fomos o País que mais cresceu no mundo. Embora toda essa riqueza gerada pelo trabalho dos brasileiros, irrompemos o novo milênio como o País de pior distribuição de renda do planeta, mergulhado na violência e na corrupção.

Esse é um momento de conclamação. Que a população brasileira ocupe, de novo, de maneira pacífica e democrática, as ruas e exija mudanças de postura dos gestores da coisa pública, em todos os níveis. Que reclame por uma reforma política que legitime, verdadeiramente, as suas instituições democráticas. Que imponha o término da corrupção. Que obrigue o fim da impunidade, principalmente para quem se locupleta com o sagrado dinheiro público. Que se reconstrua um Estado em novas bases, verdadeiramente voltado para a democracia, a soberania e a cidadania. Que as leis busquem, de fato, o interesse coletivo, e não a sanha perversa de alguns. Que todos sejam iguais perante a lei, como determina a nossa Constituição.

Ainda está presente, na nossa memória, o movimento “Diretas Já”, que, embora a subserviência ao poder do

Congresso Nacional, que negou, num primeiro momento, a lei que daria ao povo o direito de votar para presidente, marcou um dos momentos mais sublimes da nossa história, e deu suporte para a abertura política. Uma mudança também reclamada em todos os cantos e recantos do País, naqueles idos da década de oitenta.

Quem não se lembra dos jovens “Caras Pintadas”, movimento democrático que, também, ocupou as ruas de todo o País, na luta contra a corrupção?

Quem não se lembra de tantos outros momentos em que a sociedade ditou, verdadeiramente, os melhores rumos para o País?

É hora da sociedade organizada reagir. A partir dos movimentos das igrejas, das escolas, das famílias, dos sindicatos, das organizações de classe.

Reagir, em todos os sentidos da palavra, e da ação: de demonstrar reação, de protestar, de se opor, de lutar, de resistir. De agir, de novo.

49. EU TENHO FÉ

No dia 2 de junho de 2008, tive a honra de fazer a homilia, numa das missas da comemoração e das homenagens aos quatrocentos anos do Convento e da Igreja de Santo Antonio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro. Quando entrei naquele belíssimo Convento, eu me senti mergulhando na História brasileira.

Caminhei, emocionado, por corredores por onde passaram a nossa independência, a nossa soberania e, principalmente, a construção da nossa cidadania.

Contemplei os mesmos lugares onde se encontraram o rei e o povo, o velho e o novo, a esperança, a mudança, a solidariedade, a compaixão, a graça, a fé.

Encontrei com frades franciscanos que não se contentam em contar e a preservar a História do Brasil. Mais do que isso, continuam a construí-la, com os mesmos princípios de vida e de oração, por exemplo, de Frei Sampaio, mentor religioso e político de D. Pedro. Princípios de todos os missionários, capelães e semeadores do evangelho que por lá passaram, cujos ensinamentos floresceram e frutificaram na santidade do nosso Frei Galvão, que, naquele mesmo lugar, formou-se teólogo e sagrou-se sacerdote.

São Francisco de Assis, considerado o homem do milênio, na sua peregrinação, em nome dos mais pobres e desvalidos, disse ter, um dia, ouvido uma voz: “Não vêes que a minha Igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a, para mim”. Pois, eu, lá, parece que ouvi a voz de São Francisco: “Esta é a igreja restaurada, não somente a igreja de tijolos e argamassa, mas a igreja construída na fé, na humildade e no amor ao próximo, destes nossos irmãos que aqui habitam, e que aqui freqüentam.”

Há oito séculos, numa das cerimônias daqueles tempos de barbárie, o celebrante leu uma parte do Evangelho de São Mateus, onde Cristo se dirige aos apóstolos, para proclamar o reino de Deus: “Eis que vos envio, como ovelhas no meio de lobos”.

São Francisco reconheceu, naquele instante, que as mensagens apostólicas, as mesmas que Cristo ordenara aos discípulos, para que espalhassem ao mundo, era o que ele tinha que viver, na plenitude. Ato contínuo, começou a pregar os princípios de humanidade, de solidariedade e de compaixão, por todos os lugares por onde passava.

Pois bem, já se vão oito séculos desde a primeira pregação de São Francisco. Oito séculos de franciscanismo! Quis Deus que, no meio deste caminho do tempo, se erguesse uma igreja, no Rio de Janeiro, no maior País católico do mundo. Quatro séculos desde São Francisco, até a construção daquele convento franciscano. Quatro séculos, desde esta mesma construção, até nós, franciscanos da nossa época!

Quem sabe Deus esteja, também, nestes nossos tempos, dizendo, novamente, por meio dos freis franciscanos do

Convento Santo Antonio, herdeiros e seguidores dos princípios de São Francisco de Assis: “Não vêes que a minha igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a, para mim!” Agora, mais que em outros tempos, entendemos, melhor, que não é, somente, aquela igreja de lugares e corredores por onde passei, naquela manhã, mas uma igreja fincada na humanidade, na solidariedade, na compaixão e no amor ao próximo.

São Francisco viveu numa época de impetuosa mercantilização de bens materiais. Nós vivemos um momento de criminosa mercantilização de consciências. Muitas vezes, de pecaminosa mercantilização da fé.

Não sei se podemos nos considerar, agora, como as ovelhas dos textos bíblicos, mas, estou certo, nestes nossos novos tempos de barbárie, que estamos, novamente, “no meio de lobos”. Onde se incluem, também, os “lobos” que estão dentro de nós.

Não é concebível, por exemplo, que, numa cidade que Deus fez tão maravilhosa, como o Rio de Janeiro, homens, criados à Sua semelhança, arrastem, pelas suas ruas, um menino inocente, ante a aflição dolorosa de sua mãe. Nem que uma menina, também inocente, tenha seus mais belos sonhos ceifados, supostamente, pelo próprio pai. Nem que se banalize, enfim, o sopro divino da vida, nas miras ou nas balas perdidas.

O resgate dos valores perdidos pela humanidade é a igreja a ser reconstruída.

Uma igreja edificada nos princípios da paz. Como disse Mahatma Gandhi, “a não-violência é a mais alta qualidade de oração. A riqueza não pode consegui-la, o

orgulho devora-a, a gula e a luxúria ofuscam-na, a mentira a esvazia, toda pressão não justificada a compromete”. “Não há caminho para a paz, a paz é o caminho”.

As “políticas de paz para o Brasil”, tema que me foi proposto para a homilia, só se concretizarão se compreendermos, e viabilizarmos, as verdadeiras necessidades do povo, enquanto seres verdadeiramente humanos, tal e qual foram concebidos pelo Criador.

Este caminho de paz já foi orientado, para todos nós, pelo Papa Bento XVI. Disse ele: “Somente por meio de um comum empenho de partilha, é possível responder ao grande desafio do nosso tempo, isto é, construir um mundo de paz e de justiça, no qual cada ser humano possa viver com dignidade”.

Martin Luther King, em um dos mais inesquecíveis momentos do século passado, que inspirou uma geração inteira, na luta de um povo pelos mesmos princípios franciscanos de liberdade, de dignidade, de humanidade, de solidariedade e de cidadania, bradou, ante milhares de pessoas: “Eu tenho um sonho”. Disse ele: “Eu tenho um sonho que, um dia, esta Nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais”.

Como Luther King, eu também tenho os meus sonhos. Aliás, eu tenho mais que sonhos: eu tenho fé.

Eu tenho fé em um Brasil onde todos, homens e mulheres, sejam, realmente, cidadãos na sua plenitude, sendo-lhes assegurados todos os direitos sociais, políticos e econômicos.

Eu tenho fé em um País onde os políticos sejam, realmente, representantes das aspirações do seu povo, e não seus usurpadores, e que a vontade coletiva ocupe o lugar dos interesses individuais.

Eu tenho fé em um País sem impunidades, onde a lei seja cumprida, em todos os segmentos da população.

Eu tenho fé em um País onde as crianças possam sonhar com um futuro mais digno, mais humano e mais cidadão.

Eu tenho fé em um País que, bonito por natureza, seja respeitado no seu meio-ambiente, não importa se nas pequenas flores dos seus jardins, ou na imensidão da sua maior floresta.

Eu tenho fé em um País sem qualquer discriminação de raça, de cor, de gênero, de condições sociais, econômicas e geográficas.

Eu tenho fé em um País onde os idosos, detentores de experiências acumuladas, tenham direito a uma existência digna, e que sejam respeitados nas suas necessidades de políticas públicas.

Eu tenho fé em um País iluminado pelo saber, fora da escuridão do analfabetismo.

Eu tenho fé em um País onde as pessoas possam transitar, livres e seguras, por suas ruas e avenidas, sem o risco da bala perdida, ou mirada.

Eu tenho fé em um País sem tamanhas desigualdades pessoais e regionais de renda, e onde todos tenham direito ao trabalho dignificante.

Eu tenho fé em um País sem a dor da fome e da miséria, onde todas as mesas de refeições sejam, de fato, de comunhão.

Eu tenho fé em um País onde todos tenham direito à moradia, mesmo que singela, fora das pontes e dos viadutos que lhes servem de lar, e das sarjetas, que lhes restam como meio-fio.

Eu tenho fé em um País sem as dores das filas dos hospitais, na loteria da vida de quem pode viver, e de quem deve morrer.

Eu tenho fé em um País onde a contribuição de cada um, não importa o valor, seja, efetivamente, partilhada entre todos, de acordo com as suas necessidades, e não apropriadas por poucos, que se locupletam do poder.

Eu tenho fé, enfim, em Deus e, mesmo que tenham se distanciado, tanto, Dele, eu também tenho fé nos homens, exatamente porque foram feitos à Sua imagem e semelhança.

A Igreja tem que voltar a ser, juntamente com a família e a escola, fonte geradora e propagadora de políticas de paz para o Brasil e para o mundo.

Quantos foram os brasileiros que também passaram por aquele Convento de Santo Antonio, nestes quatro séculos de disseminação da obra de São Francisco? E que se inspiraram nos ensinamentos dos franciscanos que lá viveram, e dos que lá habitam, nestes nossos dias? Quantos serão os que ainda virão? A paz para as novas gerações depende de nós, do tijolo e da argamassa da nossa construção coletiva.

50. ATA

Ao raiar de um novo tempo, realizou-se, no Golfo da Paz, a Assembléia Geral de todos os Povos do Planeta, representados pelos Excelentíssimos Senhores Primeiros Mandatários de todas as nações, para discutir medidas urgentes relativas à miséria e à barbárie humana. A convocação desta assembléia extraordinária se justifica pela indignação da humanidade com o fracasso das políticas públicas concebidas no sentido de sanar os grandes males que caracterizam a maior tragédia deste início de século e milênio: a fome e a banalização da vida. Em primeiro lugar, e como premissa, determinou-se que a erradicação da desnutrição no mundo deve tratar-se de decisão de todos os povos, cujo não cumprimento implicará, aos respectivos países, em sanções de ordem econômica e política. Decidiu-se, também, que essa será, a partir desta data, a única justificativa para eventuais represálias internacionais, tornando-se, de pronto, revogadas todas as restrições, ora impostas, às relações políticas e comerciais entre nações. Por consenso, considerou-se desnecessária a discussão do item da pauta que se propunha à apresentação de diagnósticos particulares, pela consciência de que o problema assume abrangência mundial, principalmente nos países menos desenvolvidos, problema este repercutido na

mídia, pelas cenas, verdadeiros holocaustos, das costelas humanas, principalmente de crianças, descarnadas pela fome. Deliberou-se, então, que a produção de alimentos será, de fato, a primeira prioridade em todos os países, notadamente naqueles com vantagens comparativas, em termos de microclimas. A safra mundial destes produtos deverá alcançar, enquanto meta mínima, as necessidades diárias básicas nutricionais de cada ser humano, multiplicadas pela população total do planeta. Para tal intento, serão extintas todas as barreiras, tarifárias e não tarifárias, que têm impedido o livre comércio internacional e causado desestímulo à produção, ao emprego e à melhor distribuição de renda em países produtores, apesar do discurso liberal, reinante em escala mundial. O comércio de alimentos agrícolas será livre e a remuneração justa dos produtores e o acesso à comida por populações miseráveis serão custeados pelos subsídios que, até esta data, têm servido, muito mais, para recrudescer as disparidades de distribuição pessoal e regional de renda. Lembrou-se, como exemplo, que países em desenvolvimento, como o Brasil, poderiam dobrar ou, em alguns casos, triplicar a exportação de grãos, não fossem as barreiras alfandegárias praticadas pelos países e blocos mais desenvolvidos. Não se admitirá, sob qualquer hipótese, estoques especulativos, enquanto houver um único ser humano desnutrido, nem terras produtivas ociosas, e cada país, segundo seus preceitos constitucionais, deverá promover modificações na sua estrutura agrária, para que as populações sem terra, sem emprego, sem teto, sem renda e sem nada, possam, ao mesmo tempo, atenuar seus problemas internos

e contribuir para a consecução dos objetivos definidos neste evento. Como segundo item da pauta, e não menos importante, foram levantadas questões relativas à banalização da vida e da barbárie humana, que se alastram pelos campos de batalha e pelas ruas e casas, principalmente das grandes cidades do planeta. Guerras, declaradas ou não, em nome do petróleo, do poder e, em muitos casos, do nada. Pior ainda, em nome de Deus. Populações inocentes bombardeadas por mísseis teleguiados dos que se arvoram em novos senhores do universo. Ou atingidas por balas perdidas, dos que ocupam o espaço do Estado em anverso. As polícias locais protegerão, de fato, os cidadãos. O Estado paralelo dará lugar ao Estado legal. Ficou decidido que não se medirão esforços para que sejam recuperados todos os melhores valores, que se constituem nos princípios de compaixão, de humanidade e de solidariedade entre povos e nações. As populações indígenas terão o respeito merecido, por serem elas as verdadeiras primeiras colonizadoras das terras onde vivem e de onde estão sendo, cada vez com maior intensidade, expulsas. Serão derrubados todos os muros, reais e virtuais, que separam ricos e pobres, “incluídos” e “excluídos”. Será extinta o que se convencionou chamar “loteria biológica” para que, a partir desta data, todos sejam iguais em tudo na vida, à imagem e semelhança do Criador. A expectativa, pelos números conhecidos, é de que, para isso, não faltarão recursos, bastando que os países redefinam suas prioridades em termos de alocação do dinheiro público. Que basta, também, que seja erradicada, em todos os países, a corrupção que se entranha na Administração Pública, e que

se protege, cada vez mais, na impunidade. Constatou-se, finalmente, que os direitos mais fundamentais são, ainda, letra viva em todas as Constituições, como desejo universal no sentido de que as populações tenham abrigo, ainda que em casa singela, conheçam a mágica das letras e se libertem da crueldade da dor. Que se cumpram, portanto, as Constituições. Mandou-se lavrar a presente ata, que será registrada para a História da humanidade, para que as gerações futuras possam tomar conhecimento, pelo menos, do sonho, quase utopia, de seres humanos que, como eu, Pedro Simon, ainda conservam a esperança de que, na existência definida por Deus, mesmo que ínfima diante da Criação, e no exercício de seus mandatos, ainda que passageiros, possam constituir-se comum a busca pelos direitos mais fundamentais para todos os cidadãos, independente de raça, de credo ou de nacionalidade.

ANEXOS

UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA

A realidade invade a sala de aula

No momento em que o país desperta para o fato de que só a educação pode mudar o futuro, os professores, a despeito de salários, buscam métodos e dinâmicas para amenizarem os problemas de indisciplina e desinteresse dentro das salas de aula. Nessa busca, a inclusão de fatos do cotidiano no plano de aula tem se tornado um grande aliado.

Os professores da E. E. "Engenheiro Prado Lopes", localizada no Bairro Alto Vera Cruz/BH, viram no texto "Carta aberta à Rosa Cristina" – uma carta enviada pelo Senador Pedro Simon à mãe do menino João Hélio, assassinado cruelmente em 07/02/07, no Rio de Janeiro – uma ótima oportunidade para reflexão e aprendizado dos alunos.

Uma cópia do texto foi entregue a cada aluno de 5ª a 8ª. série do ensino fundamental e, simultaneamente, em todas as salas, cada professor fez a leitura e uma reflexão sobre o conteúdo da carta. Assim, toda a escola, naquele momento, estava envolvida em um projeto único. Os alunos se mostraram indignados, emocionalmente envolvidos e interessados em fazer com "que tuas lágrimas

não se percam". Diversas opiniões foram surgindo e o professor fazia suas interferências e contribuições, alertando os alunos para o fato de que violência gera violência e também ressaltando o valor do perdão, da família e da religião.

Após essa dinâmica, os alunos tinham a tarefa de registrarem suas opiniões da forma que melhor pudessem expressar seus sentimentos. Eles fizeram frases, desenhos e acrósticos. Os resultados foram colados e formaram um grande mural coletivo, que ficou exposto na escola para apreciação de todos.

Esse trabalho nos deu a oportunidade de compartilhar com os alunos algo que lhes é muito íntimo e que, nem sempre, deixam transparecer: o sentimento.

Continuamos na busca de outros, talvez novos, métodos de ensino aprendizagem, pois os desafios atuais postos para a escola, exigem nosso constante esforço e estudo. Acreditamos que a educação só se concretiza quando há interação e quando família, escola e religião se unem para a formação de um indivíduo completo e feliz.

Sibele Ávila
Arte-Educadora

EXPEDIENTE - JORNAL DE NEVES

O Jornal de Neves é uma publicação da Meta Metropolitana, com endereço à rua José Pedro Pereira, 76 - Bairro São Pedro - Ribeirão das Neves - Tel.: (31) 3624-3232

Diretor Geral: Roberto Pereira Silva

Editora Geral e Jornalista Responsável:

Leonor Timponi - Reg. Prof. nº 2579 - fls. 45v, Livro 10.

Colaboração: Jornalista Cláudio de Souza

Repórter Fotográfico: Edeir e Casouza

Impressão: Sempre Editora Gráfica

"As matérias assinadas não representam nossa opinião, sendo de responsabilidade de seus autores"

Ilmo. Senhor

Senador Pedro Simon

Quem lhe escreve é Sibebe Ávila, professora do ensino fundamental da Escola Estadual “Engenheiro Prado Lopes”, situada na periferia de Belo Horizonte/MG.

Estou enviando uma pequena mostra dos trabalhos que estamos realizando na escola dos quais o primeiro passo foi a leitura de sua carta à Senhora Rosa Cristina – mãe de João Hélio.

Ela não serviu de base apenas para nosso trabalho em sala de aula; serviu também para impulsionar um grande e forte movimento pela PAZ. Não queremos, de fato, que “suas lágrimas sejam em vão”, por isso, nos mobilizamos e fizemos, dentre outras coisas, uma Caminhada pela Paz e pela Educação envolvendo escola, família e comunidade.

Torçemos para que outras escolas, entidades e organizações também se mobilizem, pois concordamos que a mudança só se dará, como disse muito bem, “com o grito estridente das ruas”.

Deixamos, pois, nosso abraço solidário.

Atenciosamente,



Sibebe Ávila
Arte-educadora



Escola Estadual "Engenheiro Prado Lopes"

ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR / TEXTO PARA REFLEXÃO

Resumo da "Carta aberta para Rosa Cristina", mãe do menino João Hélio, 6 anos, morto de forma cruel por assaltantes no Rio de Janeiro, dia 07/02/07.

Discurso do Senador Pedro Simon - Plenário do Senado – Brasília, 13/02/2007.

Mãe,

Conheço o tamanho da tua dor. A perda de um filho é, sem dúvida, o maior de todos os sofrimentos. É nestes momentos que sabemos o quanto a humanidade se distanciou da obra do Criador. Disseste, "eles não tem coração". Eles têm! É que nós utilizamos os dons que nos são ungiados e criamos, como novos deuses, a inteligência artificial, enquanto desprezamos os sentimentos mais sublimes e naturais, aqueles que brotam somente e semente, em corações fertilizados pelo amor e pela fraternidade. Ao contrário, permitimos que florescesse, em muitos corações, nas favelas e nos palácios, a barbárie. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, em Washington ou em Bagdá. É a humanidade que se distancia dos seus próprios conceitos de bondade, de clemência e de compaixão.

Que tuas lágrimas não se percam, apenas, nos índices de audiência e nos discursos de conveniência. Ao contrário, que elas mobilizem corações e mentes para a reconstrução dos valores que perdemos nessa travessia terrena. Em outros tempos, não tão distantes, os valores morais e culturais se construíam sobre o tripé família, escola e religião. Hoje, a família foi dilacerada. A escola, sucateada. A religião excomungada. No lugar, um novo e perverso tripé: a droga, a rua e a arma. A droga, como estímulo. A rua, como palco. A arma, como poder.

Ainda naqueles tempos, as famílias se reuniam para contar e trocar suas histórias de vida. Família, escola e religião. Respeito, aprendizado e bênção. Hoje, o círculo familiar deu lugar a um semicírculo vicioso. No centro, a TV, e os novos heróis são aqueles que mais matam. É a arte imitando a vida. Ou incentivando a morte.

Para mim, não há diferença, na dor, entre o favelado que puxa o gatilho nas esquinas e o dirigente que manda despejar misseis sobre cidades inteiras. São, todos, bárbaros, cruéis, desumanos.

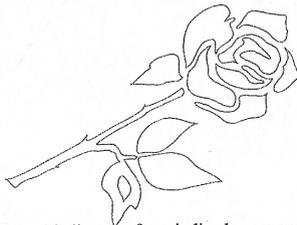
Que os homens retomem o projeto do Criador. Onde reina a barbárie, de nada vão adiantar novas leis que não se cumprem; novas punições, que servirão para alimentar a impunidade. E isso se faz, somente, com o grito estridente das ruas.

O teu filho não poder ser mais um número nas estatísticas da violência. Temo que a tua imolação seja esquecida, quando a comoção dobrar a esquina. Talvez, a mesma esquina em que foste abordada, tão covardemente. Mas a tua dor, não. Nunca mais. A dor por um filho é eterna. Ela nos acompanha, até que o encontremos, de novo, em outra dimensão. Por isso, as tuas lágrimas têm que irrigar a indignação.

Somos parceiros nessa dor. Quando conversares com o João Hélio, nos teus sonhos de mãe, diga-lhe que um menino alegre, bonito e inteligente como ele irá procurá-lo, entre todos os anjos. Ele partiu há alguns anos, mas nas minhas mais belas lembranças, continua o mesmo guri. Também partiu precoce, como todas as vítimas de algum tipo de violência. Ele se chama Matheus. Eu já conversei com ele nos meus sonhos de pai.

Um abraço fraterno,

Senador Pedro Simon

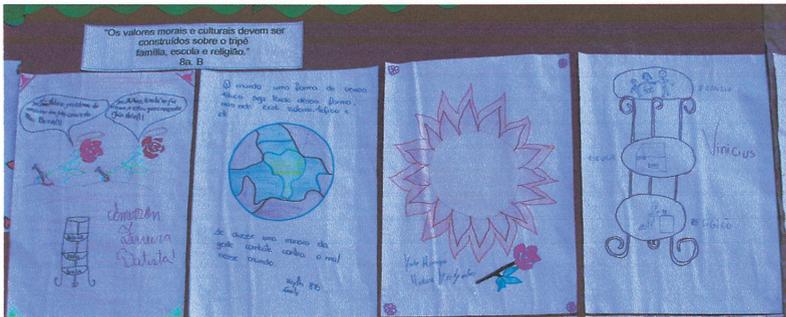


Atividade: Após ler e refletir o texto com o(a) professor(a), ilustre a frase indicada para sua turma e vamos construir um belo mural coletivo.

Prezado Senador,

Aqui seguem mais algumas imagens do nosso trabalho:

- o começo da Caminhada;
- parte do mural coletivo;
- alunos apreciando o mural antes de afixarmos na parede;
- outra parte do mural.



O MUNDO
PRECISA DE
PAZ

Maxima Caetano / Estefânia Gonçalves

